

MENSAGEM Nº 398

Senhores Membros do Congresso Nacional,

Nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, informo que aprovei a Exposição de Motivos de apresentação da Política de Defesa Nacional, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional, do Senhor Ministro de Estado da Defesa e encaminho a Vossas Excelências, para apreciação.

Brasília, 16 de julho de 2020.

Brasília, 15 de Julho de 2020

Senhor Presidente da República,

1. Submeto a sua consideração a proposta de Mensagem, em anexo, que trata da Política Nacional de Defesa (PND), da Estratégia Nacional de Defesa (END) e do Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN) atualizados, cumprindo o disposto no § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999.

2. Os textos ora apresentados são atualizações da Política de Defesa Nacional (PDN) e da Estratégia Nacional de Defesa (END), aprovadas, respectivamente, pelo Decreto nº 5.484, de 30 de junho de 2005, e pelo Decreto nº 6.703, de 18 de dezembro de 2008. O processo de atualização do Livro Branco de Defesa Nacional foi conduzido conforme o § 2º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 1999.

3. Cumpre consignar que a proposição em comento atende ao preconizado na Lei Complementar acima referida, que determina ao Poder Executivo o encaminhamento ao Congresso Nacional para apreciação da PND, da END e do LBDN, com as devidas atualizações, a cada quatro anos, a partir de 2012. Assim, em 2012 e 2016, foram conduzidas novas atualizações da PND, da END e do LBDN, tendo sido apreciadas pelo Congresso Nacional, que se manifestou por meio dos Decretos Legislativos nº 373, de 25 de setembro de 2013, e nº 179, de 14 de dezembro de 2018.

4. A PND estabelece, dentre outros aspectos, os Objetivos Nacionais de Defesa. A END define as Estratégias de Defesa e as Ações Estratégicas de Defesa adotadas para a consecução desses objetivos.

5. As presentes propostas de alterações na PND e na END em foco buscam melhor adequá-las às conjunturas nacional e internacional vigentes e aos desafios que se apresentam para a Defesa.

6. Já, os Livros Brancos de Defesa são produtos históricos de regimes democráticos, relevantes para os países que os publicam, na medida em que expõem a visão dos respectivos governos à sociedade, permitindo o acesso à informação sobre o Setor de Defesa do País e garantindo transparência e criando novas oportunidades para o debate sobre Defesa Nacional.

7. Concluindo, cabe salientar que as iniciativas do governo no campo da defesa ampliam o espaço desse setor na agenda nacional e materializam as ações de seu planejamento. As aprovações da PND, da END e do LBDN ampliam, assim, os esforços de promoção do desenvolvimento nacional de longo prazo e de definição do posicionamento internacional do Brasil.

8. Essas, Senhor Presidente, são as razões que justificam o encaminhamento da presente proposta de Mensagem a sua consideração.

Respeitosamente,

Assinado eletronicamente por: Fernando Azevedo e Silva



PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA
Secretaria-Geral

OFÍCIO Nº 400/2020/SG/PR/SG/PR

Brasília, 16 de julho de 2020.

A Sua Excelência o Senhor
Senador Sérgio Petecão
Primeiro Secretário
Senado Federal Bloco 2 – 2º Pavimento
70165-900 Brasília/DF

Assunto: Proposta.

Senhor Primeiro Secretário,

Encaminho, nos termos do § 3º do art. 9º da Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, alterado pelo art. 1º da Lei Complementar nº 136, de 25 de agosto de 2010, Mensagem do Senhor Presidente da República para apreciação da Exposição de Motivos de apresentação dos textos da proposta da Política de Defesa Nacional, da Estratégia Nacional de Defesa e do Livro Branco de Defesa Nacional.

Aproveito para informar a Vossa Excelência que, conforme acordo de agenda com os Senhores Presidentes das Casas do Congresso Nacional, haverá solenidade de entrega presencial pelo Excelentíssimo Senhor Presidente da República no próximo dia 22 de julho.

Atenciosamente,

JORGE ANTONIO DE OLIVEIRA FRANCISCO
Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral
da Presidência da República

Documento assinado eletronicamente por **Jorge Antonio de Oliveira Francisco, Ministro de Estado Chefe da Secretaria-Geral da Presidência da República**, em 16/07/2020, às 12:06, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade do documento pode ser conferida informando o código verificador **2007752** e o código CRC **4E34260C** no site:

https://sei-pr.presidencia.gov.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0

Referência: Caso responda este Ofício, indicar expressamente o Processo nº 60410.000019/2020-16

SEI nº 2007752

Palácio do Planalto - 4º andar sala 402 — Telefone: (61)3411-1447

CEP 70150-900 Brasília/DF - <https://www.gov.br/planalto/pt-br>



POLÍTICA
NACIONAL DE DEFESA

ESTRATÉGIA
NACIONAL DE DEFESA

SUMÁRIO

POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	5
1 INTRODUÇÃO	7
2 O CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA	11
2.1 FUNDAMENTOS	11
2.2 O AMBIENTE NACIONAL	12
2.3 O AMBIENTE INTERNACIONAL	16
3 CONCEPÇÃO POLÍTICA DE DEFESA	20
4 OBJETIVOS NACIONAIS DE DEFESA	24
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	27
ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA	29
1 INTRODUÇÃO	31
2 CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DE DEFESA	32
3 FUNDAMENTOS	35
3.1 PODER NACIONAL	35
3.2 CAPACIDADES NACIONAIS DE DEFESA	35
3.3 BASE INDUSTRIAL DE DEFESA	41
3.4 RECURSOS HUMANOS	43
3.5 AÇÕES DE DIPLOMACIA	44
3.6 SETOR DE DEFESA	45
4 ESTRATÉGIAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS DE DEFESA	62
GLOSSÁRIO	74



POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA



1. INTRODUÇÃO

O Brasil tem um papel de destaque no ambiente mundial, sendo o quinto maior em extensão territorial, estando entre os dez países mais populosos e coloca-se entre as maiores economias do planeta. Dotado de ampla gama de recursos naturais e de potencial tecnológico e industrial em acelerado processo de avanço, o País vem obtendo uma crescente projeção internacional e pode envolver-se em eventuais conflitos de interesses com atores de diversas naturezas.

O Brasil privilegia a paz e defende o diálogo e as negociações para a solução das controvérsias entre os Estados. Os eventos que marcam a sua história atestam tal postura e fundamentam o seu posicionamento nas relações externas.

Não obstante, é essencial que o Brasil dedique continúa atenção à sua defesa, haja vista a condição sistemática de instabilidade dos relacionamentos entre os países e a emergência de novas ameaças no cenário internacional.

Com esse objetivo, foi aprovada, em 1996, a Política de Defesa Nacional (PDN), que se configurou como a primeira iniciativa para orientar os esforços de toda a sociedade brasileira no sentido de reunir capacidades em nível nacional, a fim de desenvolver as condições para garantir a soberania do País, sua integridade e a consecução dos objetivos nacionais.

A referida Política foi atualizada em 2005, e, após sua revisão em 2012, passou a ser deno-

minada de Política Nacional de Defesa (PND), já no contexto de revisões quadriennais, conforme a Lei Complementar (LC) nº 97/1999 e suas alterações. Cabe ressaltar que em 2008 foi publicada a primeira edição da Estratégia Nacional de Defesa (END). Assim, enquanto a PND apresenta os pressupostos básicos do País em relação à sua defesa e estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), a Estratégia orienta todos os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas a serem implementadas para se atingir os objetivos estabelecidos.

A PND é o documento condicionante de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do País. Voltada prioritariamente para ameaças externas, estabelece objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional.

A partir da análise das realidades que afetam a defesa da Pátria, a PND busca harmonizar as iniciativas de todas as expressões do Poder Nacional intervenientes com o tema, visando a melhor aproveitar suas potencialidades e suas capacidades. Trata, subsidiariamente, da interação e da cooperação com outras atividades que visem a maximizar a capacidade da Defesa Nacional, de forma a garantir ao Estado brasileiro atingir seus objetivos, a despeito de quaisquer ameaças à sua soberania e interesses nacionais.

Desde a primeira versão desse marco normativo, o Brasil vem aperfeiçoando a concepção de sua estrutura de Defesa, processo complexo que se consolida no longo prazo, pois abarca os estudos e as medidas referentes às ameaças, ao desenvolvimento das potencialidades de todos os segmentos do País, à modernização dos equipamentos das Forças Armadas e à qualificação do seu capital humano, além da discussão de conceitos, doutrinas, diretrizes e procedimentos de preparo e emprego da expressão militar do Poder Nacional.

Esse processo leva em conta os Objetivos Fundamentais e os da política externa brasilei-

ra, as políticas setoriais do País, bem como sua situação socioeconômica, sua extensão territorial, seus espaços aéreos e exterior, suas águas jurisdicionais, suas Linhas de Comunicação Marítimas (LCM) de interesse e outros aspectos relevantes. A complexidade do tema demanda que se articulem as ações do Ministério da Defesa com as de outros órgãos do Estado e da sociedade brasileira.

É justamente na evolução desses contextos que a presente Política é alicerçada. Por isso, a PND passou por mais um processo de atualização, visando a promover sua adequação às novas circunstâncias nacional e internacional.



2.0 CONTEXTO DA POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA

2.1. FUNDAMENTOS

2.1.1. Coordenada pelo Ministério da Defesa, a PND articula-se com as demais políticas nacionais, com o propósito de integrar os esforços do Estado brasileiro para consolidar o seu Poder Nacional, compreendido como a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, o qual se manifesta em cinco expressões: a política, a econômica, a psicossocial, a militar e a científico-tecnológica.

2.1.2. A PND expressa os objetivos a serem alcançados com vistas a assegurar a Defesa Nacional, conceituada como o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

2.1.3. Portanto, a PND contribui com a percepção de Segurança Nacional, entendida como a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, a despeito de pressões e ameaças de qualquer

natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.

2.1.4. A defesa do País é indissociável de seu desenvolvimento, na medida em que depende das capacidades instaladas, ao mesmo tempo em que contribui para o aproveitamento e a manutenção das potencialidades nacionais e para o aprimoramento de todos os recursos de que dispõe o Estado brasileiro.

2.1.5. A PND observa os princípios constitucionais que regem as relações internacionais do Estado brasileiro, assim como a projeção do País no concerto das Nações e a ampliação de sua inserção em processos decisórios internacionais, o que requer permanente esforço de articulação diplomático-militar.

2.1.6. Nesse sentido, sem desconsiderar a esfera global, estabelece como área de interesse prioritário o entorno estratégico brasileiro, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica.

2.1.7. Em função de sua representatividade política e econômica no mundo, o Brasil também prioriza o relacionamento com os países detentores de maiores capacidades tecnológicas, buscando-se o estreitamento de relações e o incremento de ações de interesse para fins de aumento da nossa capacidade de Defesa.

2.2.0 AMBIENTE NACIONAL

2.2.1. O Brasil, por sua tradição, valoriza e promove a convivência harmônica entre os países e defende um mundo cuja governança se baseie em valores, instituições e normas internacionais. A história, contudo, demonstra que as relações de força desempenham papel relevante na interação estatal, de forma que “nenhum Estado pode ser pacífico sem ser forte”, conforme defendido por José Maria da Silva Paranhos Júnior, Barão do Rio Branco, patrono da diplomacia brasileira.

2.2.2. Nesse contexto, espera-se que o Brasil almeje inserir-se cada vez mais no cenário internacional, obtendo maior representatividade nas decisões, em especial, em fóruns de alcance regional e global. Por outro lado, as atenções externas tenderão a voltar-se para o País, de sorte que sua ascensão no contexto global requer ações no sentido de garantir a sua soberania.

2.1.8. Em face dos laços históricos e afinidades culturais com o Brasil, a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP) merece especial atenção aos esforços de cooperação no campo da Defesa.

2.2.3. A população brasileira, por sua vez, após longo período livre de conflitos externos, tem a percepção desvanecida das ameaças, tendo em vista seu caráter difuso e mutante, ainda que o País tenha evoluído nas questões de segurança e de defesa nacionais. Aliás, a História comprova que, mesmo nos períodos dos dois grandes conflitos mundiais, a população e os dirigentes da Nação não percebiam ameaças ao nosso País, cujas fronteiras estavam há muito consolidadas. Não imaginavam e nem previam que o Brasil seria instado a participar dessas duas guerras, sofrendo ataques nas águas jurisdicionais brasileiras, além de ter que atuar em outros campos de batalha distantes do nosso continente. O ambiente de falta de percepção de ameaças reinante no Brasil, naquelas ocasiões, não permitiu uma adequada prontidão dos aparatos militares.

2.2.4. Para proteger o seu povo e o seu patrimônio, bem como para ter a liberdade de perseguir seus legítimos interesses, o Brasil deve considerar a possibilidade de se confrontar com antagonismos que venham a pôr em risco seus objetivos nacionais. O eventual enfrentamento desses antagonismos deve ocorrer de forma soberana, consoante os princípios e fundamentos constitucionais e as normas do Direito Internacional.

2.2.5. O Brasil deve buscar mais investimentos e eficiência em Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação, em qualificação do capital humano e em infraestrutura (transporte, energia, comunicação etc.), de forma a superar os gargalos existentes, propiciando o efetivo desenvolvimento do País e o fortalecimento da Defesa Nacional.

2.2.6. Os recursos orçamentários destinados à Defesa devem garantir a estabilidade orçamentária de investimentos voltados à aquisição de Produtos de Defesa (PRODE), estimulando os programas de desenvolvimento de tecnologias na busca pela redução da defasagem tecnológica das Forças Armadas e, assim, fortalecendo a Base Industrial de Defesa (BID).

2.2.7. O porte da economia nacional poderá permitir melhores condições de cooperação com nações mais avançadas no campo tecnológico, ou mesmo o aproveitamento de projetos

de desenvolvimento nacional de interesse da área de Defesa, de modo a mitigar as eventuais insuficiências e obsolescências de equipamentos das Forças Armadas e a falta de regularidade nas aquisições de PRODE. Tais desdobramentos, entre outros benefícios, incrementariam a geração de empregos qualificados na BID, a absorção de tecnologias avançadas e a geração de oportunidades de exportação.

2.2.8. Para assegurar o atendimento à crescente demanda imposta pelo processo de desenvolvimento, é vital para o País possuir condições de diversificar sua matriz de transporte, sua matriz energética e obter a autossuficiência das tecnologias necessárias para o pleno aproveitamento do seu potencial nuclear, hidrelétrico, solar, eólico e fóssil, dentre outros.

2.2.9. Do ponto de vista da Defesa, além das regiões onde se concentram os poderes político e econômico, deve-se dar prioridade à faixa de fronteira, à Amazônia e ao Atlântico Sul.

2.2.10. No Brasil, a concentração populacional e das atividades econômicas em regiões específicas, notadamente próximas ao litoral, gera vazios demográficos e baixos níveis de atividades econômicas em algumas regiões no interior do País que representam um desafio para a integração e coesão nacionais e, portanto, para a própria concepção da Segurança e Defesa nacionais.

2.2.11. A enorme extensão territorial da Amazônia brasileira, sua baixa densidade demográfica e as dificuldades de mobilidade na região, bem como seus recursos minerais, seu potencial hidroenergético e a valiosa biodiversidade que abriga, exigem a efetiva presença do Estado, com vistas à sua defesa e à sua integração com as demais regiões do País, contribuindo para o desenvolvimento nacional.

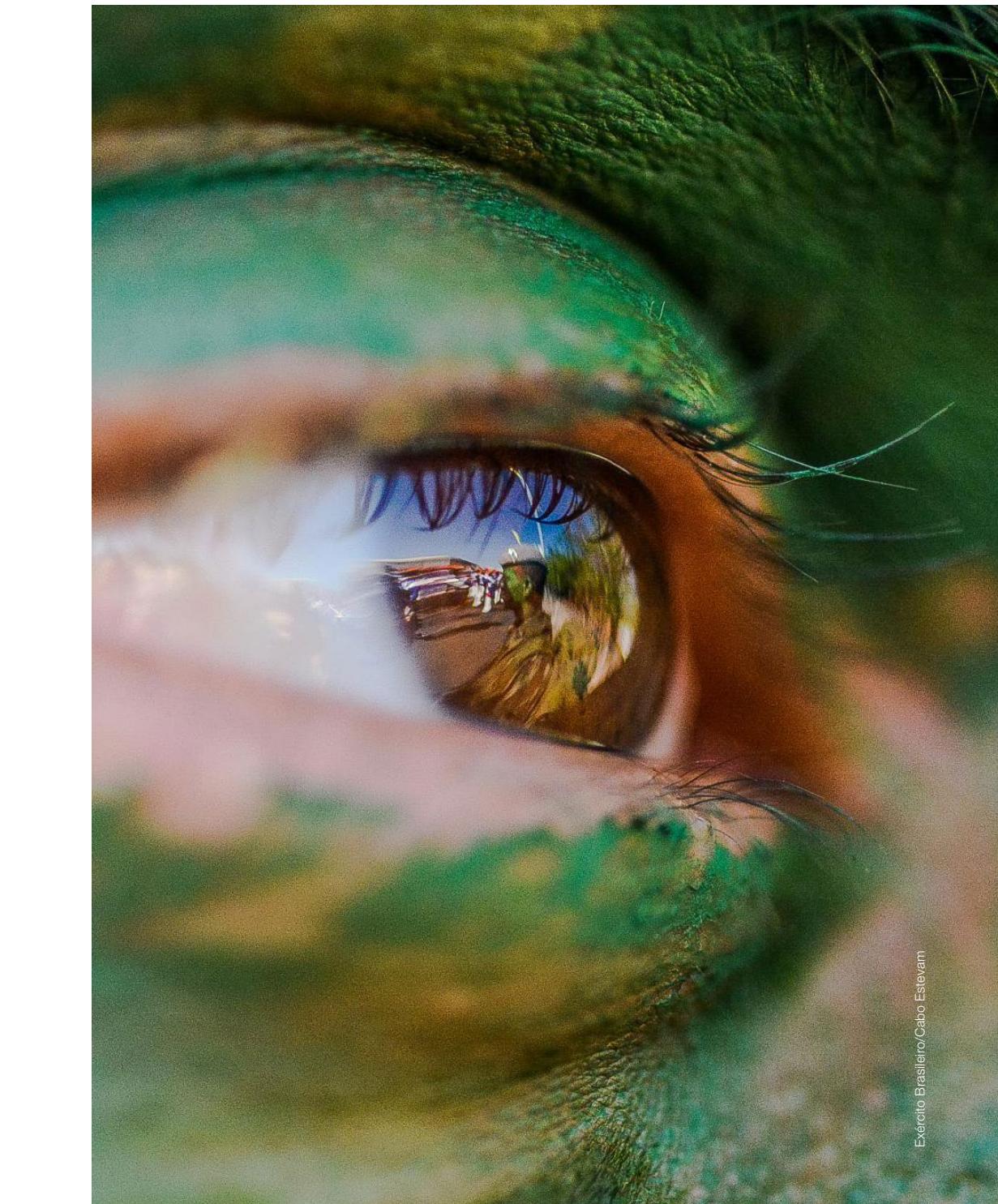
2.2.12. As fronteiras demandam atenção, na medida em que por elas transitam pessoas, mercadorias e bens, integrando regiões e aproximando o País de seus vizinhos, ao mesmo tempo em que por elas são perpetradas atividades ilícitas que assumem natureza transnacional, de forma que sua permeabilidade requer constante vigilância, atuação coordenada entre os órgãos de defesa e os de segurança pública e estreita cooperação com os países limítrofes.

2.2.13. Neste contexto, a existência de uma infraestrutura adequada contribui decisivamente para a unidade nacional e a integração territorial, permitindo o desenvolvimento, o acesso a pontos estratégicos do território, além da tempestiva mobilização e o oportuno apoio logístico para a Defesa Nacional.

2.2.14. Por sua vez, a natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral, pela magnitude do seu comércio marítimo e pela incontestável importância estratégica do Atlântico Sul, o qual acolhe a denominada Amazônia Azul®, ecossistema de área comparável à Amazônia territorial brasileira e de vital relevância para o País, na medida em que incorpora elevado potencial de recursos vivos e não vivos, entre estes, as maiores reservas de petróleo e gás do Brasil.

2.2.15. Da mesma forma que as dimensões continental e marítima, o ambiente aeroespacial caracteriza-se como de fundamental importância para a Defesa Nacional. O uso do espaço exterior, o controle do espaço aéreo brasileiro e sua permanente articulação com o dos países vizinhos, bem como o contínuo desenvolvimento da atividade aeroespacial são essenciais para resguardar a soberania e os interesses nacionais.

2.2.16. Adicionalmente, requerem especial atenção a segurança e a defesa do espaço cibernético brasileiro, essenciais para garantir o funcionamento dos sistemas de informações, de gerenciamento e de comunicações de interesse nacional.



2.3. O AMBIENTE INTERNACIONAL

2.3.1. Ao contrário do que se anunciaava no pós-Guerra Fria, quando a distensão mundial e a globalização reduziram os níveis de confrontação e ampliaram a prosperidade econômica em um contexto de redução do Estado, nos últimos anos tem crescido o espectro do conflito estratégico militar entre as maiores potências e ressurgido a competição pela supremacia global.

2.3.2. No entanto, persiste um nível de interdependência econômica mundial que favorece a busca por soluções negociadas de controvérsias, de modo que países serão instados a empregar, cada vez mais, os instrumentos diplomático e econômico, seja no contexto bilateral ou articulados no âmbito de organismos internacionais ou intergovernamentais, por intermédio dos quais serão levadas a termo negociações e sanções.

2.3.3. A configuração internacional, caracterizada por assimetrias de poder, gera tensões e instabilidades que somadas a conflitos de caráter étnico e religioso contribuem para o surgimento de grupos insurgentes e de organizações terroristas ou criminosas que tendem a incrementar a guerra irregular e a possibilidade do uso de artefatos nucleares, biológicos, químicos, radiológicos ou explosivos.

2.3.4. Além disso, percebe-se o aumento de confrontos e de rivalidades entre Estados, tanto em nível global quanto regional, o que repercute na expansão dos gastos militares de defesa e na elevação do nível de tensão entre os Estados.

2.3.5. A expansão mundial das atividades humanas, decorrente dos crescimentos econômico e populacional, tem resultado na ampliação da demanda por recursos naturais. Dessa forma, não se pode negligenciar a intensificação de disputas por áreas marítimas, pelo domínio espacial e por fontes de água doce, de alimentos, de recursos minerais, de biodiversidade e de energia. Tais questões poderão levar a ingerências em assuntos internos ou a controvérsias por interesses sobre espaços sujeitos à soberania dos Estados, configurando possíveis quadros de conflito.

2.3.6. As crescentes demandas por desenvolvimento econômico e social poderão impactar as relações entre os Estados, de forma a gerarem exigências internas indissociáveis das ações afirmativas da soberania nacional e a não ingerência nos assuntos e interesses nacionais.

2.3.7. Por outro lado, a América do Sul, o Atlântico Sul, a Antártica e os países africanos

lindeiros ao Atlântico Sul detêm significativas reservas de recursos naturais, em um mundo já cioso da escassez desses ativos. Tal cenário poderá ensejar a ocorrência de conflitos nos quais prevaleça o uso da força ou o seu respaldo para a imposição de sanções políticas e econômicas. Potências externas têm incrementado sua presença e influência nessas áreas. No Atlântico Sul, declarado pela Assembleia Geral das Nações Unidas como Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS), percebe-se o crescimento de ilícitos transnacionais, pesca predatória, crimes ambientais e a presença de países que dela não fazem parte e que, no entanto, possuem interesses na região. Assim, as expressões do Poder Nacional devem estar adequadamente capacitadas para fazerem valer os interesses nacionais.

2.3.8. O Brasil possui um território de cerca de 8,5 milhões de km², uma área oceânica denominada Amazônia Azul® com 5,7 milhões de km², um litoral com aproximadamente 7.500 km de extensão e, ainda, mais de 17.000 km de fronteira terrestre e limites com: Uruguai, Argentina, Paraguai, Bolívia, Peru, Colômbia, Venezuela, Guiana e Suriname, além da Guiana Francesa (Departamento Ultramarino da França).

2.3.9. No âmbito regional, o período sem conflitos armados na região e a

convergência de interesses contribuem para o incremento da cooperação entre os países Sul-americanos, o que poderá promover a consolidação da confiança mútua e a execução de projetos de defesa, visando, entre outros, ao desenvolvimento tecnológico e industrial, além de estratégias para a solução de problemas comuns.

2.3.10. Porém, sob o ponto de vista da Defesa, não se pode desconsiderar a possibilidade da ocorrência de conflitos armados na América do Sul, de modo que o Brasil poderá ver-se motivado a contribuir para a solução de eventuais controvérsias regionais ou mesmo para defender seus interesses.

2.3.11. A demanda por ajuda humanitária e por operações de paz tende a acentuar-se, de sorte que o País poderá ser estimulado a incrementar sua participação nesses tipos de missão. Além do aumento de sua influência política em nível global, a participação em operações internacionais permitirá ao Brasil estreitar laços de cooperação por intermédio das Forças Armadas e de agências participantes das missões, bem como ampliar sua projeção no concerto internacional.

2.3.12. Em relação a sistemas de informações, de gerenciamento e de comunicações, tornar-se-ão mais frequentes os acessos indesejados, inclusive com

eventuais bloqueios do fluxo de informações de interesse nacional, capazes de expor ou paralisar atividades vitais para o funcionamento das instituições do País. No campo militar, esses acessos poderão afetar, ou mesmo inviabilizar, operações militares, em face da dificuldade ou da impossibilidade de se exercerem as ações de Comando, Controle e Inteligência.

2.3.13. Há uma tendência mundial de aumento das desigualdades tecnológicas e de produção entre os países, muito em função do papel desempenhado pelas novas tecnologias e pelos investimentos em inovação. As tecnologias disruptivas acentuarão as assimetrias na área da Defesa, influenciando o equilíbrio de poder regional e mundial e subvertendo tradicionais conceitos e lógicas da geopolítica.

2.3.14. Os países que investem em inovação e produzem tecnologias disruptivas aumentarão o seu nível de desenvolvimento e bem-estar da população, enquanto que aqueles que absorvem tecnologias sem investir em seu

próprio processo de conhecimento, e na modernização autóctone de suas capacidades produtivas seguirão exercendo papel secundário no cenário mundial, sem agregar benefícios às suas populações.

2.3.15. Impactos provocados por mudanças climáticas ou por pandemias poderão acarretar graves consequências ambientais, sociais, econômicas e políticas, exigindo pronta resposta do Estado.

2.3.16. Instabilidades políticas e sociais em países onde haja cidadãos, representações diplomáticas e empresas brasileiras poderiam torná-los alvo de ações hostis o que poderá exigir a atuação das Forças Armadas, a fim de assegurar os interesses do Estado e a integridade física e psicológica dos nacionais.

2.3.17. Nesse contexto do ambiente internacional, é imprescindível para o Brasil manter-se apto a exercer plenamente sua soberania e sua capacidade de dissuasão. Essa condição demanda ações alinhadas e indivisíveis de todos os setores governamentais.



Agência Força Aérea/Sgt. Johnson

Exército Brasileiro/Sgt Mache

3. CONCEPÇÃO POLÍTICA DE DEFESA

A paz e a estabilidade nas relações internacionais requerem ações integradas e coordenadas nas esferas do Desenvolvimento, para a redução das deficiências estruturais das nações; da Diplomacia, para a conjugação dos interesses conflitantes de países; e da Defesa, para a dissuasão ou o enfrentamento de ações hostis. Esses três pilares – Desenvolvimento, Diplomacia e Defesa – devem ser explorados com maior ou menor profundidade conforme o caso concreto, a fim de garantir a Segurança e a Defesa nacionais.

Portanto, sendo a Defesa uma atividade preponderantemente voltada contra ameaças externas e considerando os aspectos constantes dos ambientes nacional e internacional, o Brasil concebe sua Defesa Nacional segundo os seguintes pressupostos, além dos princípios já previstos na Constituição Federal:

I. manter as Forças Armadas adequadamente motivadas, preparadas e equipadas, a fim de serem capazes de cumprir suas missões constitucionais, e de prover a adequada capacidade de dissuasão;

II. buscar a regularidade orçamentária-financeira para o Setor de Defesa, adequada ao pleno cumprimento de suas missões constitucionais e à continuidade dos projetos de Defesa;

III. promover a participação da mobilização nacional em prol da Defesa Nacional;

IV. buscar a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação;

V. priorizar os investimentos em Saúde, Educação, Ciência, Tecnologia e Inovação aplicados a produtos de defesa de uso militar e/ou dual, visando ao fortalecimento da Base Industrial de Defesa (BID) e a autonomia tecnológica do País;

VI. promover a proteção da Amazônia brasileira e sua maior integração com as demais regiões do País;

VII. defender o uso sustentável dos recursos ambientais, respeitando a soberania dos Estados;

VIII. sem prejuízo da dissuasão, privilegiar a cooperação no âmbito internacional e a integração com os países sul-americanos, visando a encontrar soluções integradas para questões de interesses comuns ou afins;

IX. atuar sob a égide de organismos internacionais, visando à legitimidade e ao respaldo jurídico internacional, conforme os

compromissos assumidos em convenções, tratados e acordos internacionais e sempre respeitando os princípios constitucionais;

X. participar de organismos internacionais, projetando cada vez mais o País no concerto das Nações;

XI. participar de operações internacionais, visando a contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos;

XII. defender a exploração da Antártica somente para fins de pesquisa científica, com a preservação do meio ambiente e sua manutenção como patrimônio da humanidade;

XIII. apoiar as iniciativas para a eliminação total de armas químicas, biológicas, radiológicas

e nucleares, nos termos do Tratado sobre a Não-Proliferação de Armas Nucleares, ressaltando o direito ao desenvolvimento e ao uso dessas tecnologias para fins pacíficos; e

XIV. repudiar qualquer intervenção na soberania dos Estados e defender que qualquer ação nesse sentido seja realizada de acordo com os ditames do ordenamento jurídico internacional.

XV. estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos.



4. OBJETIVOS NACIONAIS DE DEFESA

Em decorrência da análise dos ambientes internacional e nacional e suas projeções, bem como da Concepção Política, são estabelecidos os Objetivos Nacionais de Defesa, os quais devem ser interpretados como as condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente pela nação brasileira no âmbito de Defesa.

São Objetivos Nacionais de Defesa:

I. Garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial.

Trata-se de assegurar a condição inalienável de fazer valer os interesses nacionais e de exercer a última instância da autoridade do Estado, sobre o conjunto das instituições, bens nacionais, direitos e obrigações, bem como a estabilidade da ordem jurídica, o acesso e a mobilidade em todo o Território Nacional.

II. Assegurar a capacidade de Defesa para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas.

Refere-se a proporcionar às Forças Armadas as capacidades necessárias para realizar a vigilância, o controle e a defesa do território, das águas jurisdicionais e dos espaços aéreo e exterior brasileiros e prover a segurança das linhas de comunicação marítimas de interesse, por meio da dotação do setor de defesa

de recursos orçamentários condizentes com a estatura político-estratégica do Brasil, com a devida regularidade e continuidade, e com o suporte das infraestruturas críticas, tais como transporte, energia e comunicação, entre outros. Leva em conta a necessidade de contínuo aperfeiçoamento das técnicas e da doutrina de emprego das Forças, de forma singular e conjunta, com foco na interoperabilidade; o adequado aparelhamento das Forças Armadas, empregando-se tecnologias modernas e equipamentos eficientes e em quantidade compatível com a magnitude das atribuições cometidas; e a dotação de recursos humanos adequados às peculiaridades da profissão militar, permanentemente qualificados, preparados e motivados.

III. Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa.

Significa manter e estimular a pesquisa e buscar o desenvolvimento de tecnologias autóctones, sobretudo as mais críticas na área de Defesa, bem como o intercâmbio com outras nações detentoras de conhecimentos de interesse do País. Refere-se, adicionalmente, à qualificação do capital humano, assim como ao desenvolvimento da BID e de produtos de emprego dual (civil e militar), além da geração de empregos e renda.

IV. Preservar a coesão e a unidade nacionais.

Trata da preservação da identidade nacional, dos valores, das tradições e dos costumes do povo brasileiro, assim como dos objetivos fundamentais e comuns à toda a Nação, garantindo aos cidadãos o pleno exercício dos direitos e deveres constitucionais.

V. Salvaguardar as pessoas, os bens, os recursos e os interesses nacionais situados no exterior.

Significa proporcionar condições de segurança aos brasileiros no exterior, assegurando o respeito aos direitos individuais ou coletivos, privados ou públicos; e o cumprimento de acordos internacionais, de modo a zelar também pelo patrimônio, pelos ativos econômicos e recursos nacionais existentes fora do Brasil, de acordo com o ordenamento jurídico internacional.

VI. Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional.

Trata-se de aumentar a percepção de toda a sociedade brasileira sobre a importância dos assuntos relacionados à defesa do País, incrementando-se a participação dos cidadãos nas discussões afetas ao tema e culminando com a geração de uma sólida cultura de Defesa.

VII. Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais.

Refere-se à participação do Brasil nos mecanismos de resolução de controvérsias no âmbito dos organismos internacionais, complementada pelas relações com toda a comunidade mundial, na busca de confiança mútua, pela colaboração nos interesses comuns e pela cooperação em assuntos de Segurança e Defesa.

VIII. Incrementar a projeção do Brasil no concerto das Nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.

Caracteriza-se pelas ações no sentido de incrementar a participação do Brasil em organismos e fóruns internacionais, em operações internacionais e na cooperação com outros países, visando a auferir maior influência nas decisões em questões globais.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

5.1. A interação com a sociedade brasileira e, em especial, a articulação dos setores da Administração Pública Federal são essenciais para o sucesso na consecução dos objetivos estabelecidos nesta Política e para o emprego mais racional das capacidades e potencialidades do País. Da mesma forma, as medidas implementadas pelo Setor de Defesa no sentido da consecução dos Objetivos Nacionais de Defesa deverão observar e atender, no que for cabível, às interações com as políticas setoriais dos demais órgãos da Administração Pública Federal.

5.2. Os objetivos estabelecidos nesta Política direcionarão a formulação da Estratégia Nacional de Defesa, documento que estabelece as ações para a consecução daqueles objetivos.





ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA



1. INTRODUÇÃO

O Brasil rege suas relações internacionais, entre outros fundamentos, pelos princípios constitucionais da não intervenção, da defesa da paz e da solução pacífica dos conflitos. Essa vocação para a convivência harmônica com outros países é parte da identidade nacional e constitui valor a ser conservado pelo povo brasileiro.

Por outro lado, o contexto atual demonstra que as relações internacionais se mantêm instáveis e possuem desdobramentos, por vezes, imprevisíveis. Dessa forma, conforme defendido por José Maria da Silva Paranhos Júnior, o Barão do Rio Branco, o Brasil tem a consciência de que “nenhum Estado pode ser pacífico sem ser forte”, de modo que o crescente desenvolvimento do País deve ser acompanhado pelo adequado preparo de sua defesa.

Assim, a sociedade brasileira vem tornando maior consciência da sua responsabilidade na preservação da soberania do País e da importância de dotá-lo de uma visão estratégica que o capacite a garantir a consecução de suas legítimas aspirações.

O Estado, como provedor da segurança da população brasileira, é o responsável por co-

ordenar as ações relacionadas à Segurança e Defesa Nacionais, que têm como documento de mais alto nível a Política Nacional de Defesa (PND), a qual estabelece os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), que devem ser permanentemente perseguidos pelo Brasil.

A Estratégia Nacional de Defesa (END), por sua vez, orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser implementadas para que esses objetivos sejam alcançados. É, portanto, o vínculo entre o posicionamento do País nas questões de Defesa e as ações necessárias para efetivamente dotar o Estado da capacidade para atender seus interesses.

Fundamentada na PND, a END define, de forma clara e objetiva, as estratégias que deverão nortear a sociedade brasileira nas ações de defesa da Pátria. Trata das bases sobre as quais deve estar estruturada a defesa do País, assim como indica as articulações que deverão ser conduzidas, no âmbito de todas as instâncias dos três Poderes e a interação entre os diversos escalões condutores dessas ações com os segmentos não governamentais do País.

2. CONCEPÇÃO ESTRATÉGICA DE DEFESA

A Defesa Nacional é essencial para a consecução do desejado grau de segurança do Brasil.

A concepção estratégica de defesa do País, em tempo de paz ou de crise, está pautada na capacidade de dissuasão para inibir eventuais ameaças, observando o estabelecido na Constituição Federal, nos preceitos do direito internacional e nos compromissos firmados pelo País. Nesse sentido, dissuadir não implica que, em caso de crise ou conflito, o País tenha que se limitar estritamente à realização de ações de caráter militar. No contexto de um plano mais amplo de defesa, e a fim de repelir uma eventual agressão, será empregado o Poder Nacional necessário, com vistas à decisão do conflito no prazo mais curto possível e com um mínimo de danos à integridade e aos interesses nacionais, impondo condições favoráveis ao restabelecimento da paz.

A Defesa Nacional, portanto, contribui com a Segurança Nacional e atua em consonância com a política brasileira, ao preparar o País para o emprego do Poder Nacional, especialmente a sua Expressão Militar, garantindo a capacidade de dissuasão, visando à preservação da soberania, da integridade territorial e dos interesses nacionais, no País ou no exterior, conforme vão se esgotando as possibilidades de negociações e, consequentemente, de soluções pacíficas.

O Brasil, por sua tradição de defensor do diálogo e da convivência harmoniosa entre os povos, continuará a ser convidado a dar sua contribuição para a paz mundial. Em consequência, deve estar preparado para atender às possíveis demandas de participação em Operações de Paz, sob a égide da Organização das Nações Unidas (ONU) ou de organismos multilaterais. Essas participações, observadas as circunstâncias do momento, deverão seguir os princípios e as prioridades da política externa e de defesa do Brasil. Dessa forma, o País deve ser capaz de projetar poder, objetivando ampliar a sua influência no concerto mundial; reafirmar seu compromisso com a defesa da paz e a cooperação entre os povos; e desempenhar responsabilidades crescentes em ações humanitárias e em missões de paz, de acordo com os interesses nacionais.

No gerenciamento de crises internacionais de natureza político-estratégica, o Estado brasileiro poderá ser demandado a empregar todas as expressões do Poder Nacional, de diferentes formas, ressalvando o repúdio a qualquer intervenção na soberania dos Estados. Excepcionalmente, em conflitos, de forma coerente com sua história e os cenários vislumbrados, observados os dispositivos constitucionais e legais, bem como os interesses do País e os princípios básicos da política

externa e do ordenamento jurídico internacional, o Brasil poderá participar de arranjos de defesa coletiva e de operações internacionais, visando contribuir para a estabilidade mundial.

A integração regional contribui para a defesa do Brasil, fomenta a confiança e transparência entre as Forças Armadas dos países da região, e pode contribuir para o desenvolvimento das bases industriais de defesa dos países de maneira colaborativa, de modo a proporcionar um desenvolvimento mútuo das capacidades tecnológicas.

O fortalecimento da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS) contribuirá para a consolidação do Brasil como ator regional relevante, aumentando sua influência no entorno estratégico e minimizando a possibilidade de interferência militar de potências extra regionais no Atlântico Sul.

O Atlântico Sul é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil. A proteção dos recursos naturais existentes nas águas, no leito e no subsolo marinho sob jurisdição brasileira é uma prioridade do País. A dissuasão deve ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais. A exploração e exploração da Amazônia Azul® e a utilização das linhas de comunicação marítimas do Atlântico Sul continuarão a ser vitais para o desenvolvimento do Brasil, exigindo a intensificação das capacidades de prover Segurança Marítima. Para o incremento dessa segurança, é importante a ampliação de um ambiente de cooperação com países lindeiros do Atlântico Sul, principalmente por meio de suas Marinhas.

O Ministério da Defesa, demais ministérios envolvidos e as Forças Armadas deverão incrementar o apoio necessário à participação brasileira nos processos de decisão sobre o destino da Região Antártica, defendendo a exploração daquele continente para fins de pesquisa científica, com a preservação do meio ambiente e sua manutenção como patrimônio da humanidade.

A Amazônia, assim como o Atlântico Sul, também é uma área de interesse geoestratégico para o Brasil. A proteção da biodiversidade, dos recursos minerais, hídricos, além do potencial energético, no território brasileiro é prioridade para o País. A dissuasão deve ser a primeira postura estratégica a ser considerada para a defesa dos interesses nacionais naquela região. A exploração e o desenvolvimento socioeconômico da Amazônia, de forma sustentável, continuarão a ser vitais para a integração nacional, exigindo o incremento das capacidades de prover segurança e soberania, intensificando a presença militar e a efetiva ação do Estado, evitando que entidades exógenas influenciem as comunidades locais. Para a ampliação dessa segurança, é imprescindível o fortalecimento da cooperação e da integração com os demais países amazônicos.

O País deve dispor de meios capazes de exercer vigilância, controle e defesa: das águas jurisdicionais brasileiras; do seu território; e do seu espaço aéreo, aí incluídas as áreas continental e marítima. Deve, ainda, manter a segurança das linhas de comunicação marítimas e das linhas de navegação aérea, especialmente

no Atlântico Sul, buscando mantê-lo como zona de paz e cooperação.

A atuação do Estado brasileiro com relação à defesa tem como fundamento a obrigação de garantir nível adequado de segurança do País, tanto em tempo de paz, quanto em situação de conflito. Em consonância com a busca da paz e da segurança internacionais, o País é signatário do Tratado de Não-Proliferação de Armas Nucleares e apoia as iniciativas para a eliminação total dessas armas por parte dos países que as possuem, ressalvando o desenvolvimento e o uso dessa tecnologia para fins pacíficos. Apoia, também, iniciativas para a eliminação de outras armas de destruição em massa.

No caso de agressão externa, o País empregará o Poder Nacional, com ênfase na sua expressão militar, na defesa dos seus interesses. Nesse contexto, torna-se importante desenvolver a capacidade de mobilização e a manutenção de Forças Armadas modernas, integradas e balanceadas, operando de forma conjunta e adequadamente desdobradas no território nacional, em condições de pronto emprego, bem como ampliar a infraestrutura nacional de apoio a essas ações.

O País deverá buscar o constante aperfeiçoamento da estrutura de comando, controle e monitoramento e dos sistemas de inteligência dos órgãos envolvidos na Defesa Nacional. Dessa forma, é prioritário assegurar a continuidade e a previsibilidade na alocação de recursos orça-

mentários e financeiros para o Setor de Defesa.

O Brasil deve estar em condições de ampliar rapidamente seus recursos humanos e meios materiais disponíveis em prol da Defesa Nacional. Nesse sentido, os investimentos em capacitação são pressupostos essenciais para a obtenção de recursos humanos qualificados. Já o Serviço Militar Obrigatório é a garantia de participação dos cidadãos como instrumento da mobilização para afirmar a unidade nacional e contribuir para o desenvolvimento da mentalidade de defesa no seio da sociedade brasileira.

Os setores governamental e industrial e o meio acadêmico, voltados para a ciência, tecnologia e inovação (CT&I), devem ser priorizados e integrados de modo a contribuir para assegurar que o atendimento às necessidades de produtos de defesa seja apoiado em tecnologias críticas sob domínio nacional. Tais tecnologias são obtidas mediante estímulo e fomento ao setor industrial e ao meio acadêmico, de forma sinérgica. A capacitação da Base Industrial de Defesa (BID), incluído o domínio de tecnologias de uso dual, é fundamental para alcançar o abastecimento de produtos de defesa visando à autonomia tecnológica do País. As oportunidades de evolução tecnológica da BID estarão diretamente relacionadas ao incremento da interação com instituições da área de CT&I e da absorção de conhecimentos dos países com reconhecido desenvolvimento tecnológico.

3. FUNDAMENTOS

3.1 PODER NACIONAL

O Poder Nacional apresenta-se como a conjugação interdependente de vontades e meios, voltada para o alcance de determinada finalidade. De vontades, por ser este um elemento imprescindível à sua manifestação, tornando-o um fenômeno essencialmente humano, individual ou coletivo; de meios, por refletir as possibilidades e limitações das pessoas que o constituem e dos recursos de que dispõe.

A Estratégia Nacional de Defesa resume-se em preparar e aplicar o Poder Nacional, considerando os meios, os óbices e os fins a atingir, para conquistar e manter os objetivos da Política Nacional de Defesa. Nesse sentido, o preparo do Poder Nacional consiste de um conjunto de atividades executadas com o objetivo de fortalecê-lo, seja pela manutenção ou aperfeiçoamento do poder existente, seja por meio da transforma-

ção do potencial em poder. A eficiência de tal preparo depende de políticas e estratégias que propiciem as condições necessárias ao processo de desenvolvimento do País.

No contexto da Defesa Nacional, é necessário que a Nação esteja preparada para evoluir, rapidamente, da situação de paz ou de crise para a situação de conflito armado. O País deverá, portanto, estar habilitado a aumentar celeremente os meios humanos e materiais das Forças Armadas, que é o conceito de Elasticidade, um dos pressupostos da Mobilização Nacional.

Em face da análise dos atuais cenários, nacional e internacional, torna-se essencial adaptar a configuração das expressões do Poder Nacional às novas circunstâncias e, por conseguinte, buscar estruturar os meios de defesa em torno de capacidades.

3.2 CAPACIDADES NACIONAIS DE DEFESA (CND)

São consideradas **CND** aquelas compostas por diferentes parcelas das expressões do Poder Nacional. Elas são implementadas por intermédio da participação coordenada e sinérgica de órgãos governamentais e, quando pertinente, de entes privados orientados para a defesa e para a

segurança em seu sentido mais amplo.

Assim, destacam-se dentre as Capacidades Nacionais de Defesa: Proteção, Pronta-resposta, Dissuasão, Coordenação e Controle, Gestão da Informação, Logística, Mobilidade Estratégica, Mobilização e Desenvolvimento Tecnológico de Defesa.

A **Capacidade de Proteção** do território e da população brasileira exprime o mais relevante objetivo nacional, o de garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial. Assim, importa dotar a Nação da capacidade de resposta em situações excepcionais, preservando-se o funcionamento normal das funções vitais do Estado.

Reforçar a Capacidade de Proteção requer a adequação e estruturação dos sistemas de vigilância nas áreas de interesse e de controle sobre o território nacional, as Águas Jurisdicionais Brasileiras, o espaço aéreo sobrejacente e espaço exterior, o espaço cibernético e outras áreas de interesse. Como exemplos de suas estruturas te-

mos o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), o Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil (SINPDEC) e o Sistema de Proteção de Amazônia (SIPAM).

A Capacidade de Proteção, além de voltar-se para o território nacional, deverá considerar os interesses brasileiros no exterior, com o propósito de assegurar a observância dos direitos individuais ou coletivos, privados ou públicos, e o cumprimento de acordos internacionais, de modo a zelar também pelo patrimônio, pelos ativos econômicos e pelos recursos nacionais existentes fora do Brasil, de acordo com o arcabouço jurídico internacional.



Intimamente relacionada à Capacidade de Proteção está a **Capacidade de Pronta-resposta**, que inclui diversos elementos do Poder Nacional. Visa prevenir o agravamento de uma situação de crise ou encerrar, de forma célere, uma contenda já deflagrada, evitando o engajamento do País em um conflito armado prolongado.

A **Capacidade de Dissuasão**, por sua vez, configura-se como fator essencial para a Segurança Nacional, na medida em que tem como

propósito desestimular possíveis agressões. Sustenta-se nas condições que possui a Nação de congregar e aplicar sua Capacidade de Proteção e de Pronta-resposta, no caso de eventuais ações hostis contra a soberania e os legítimos interesses do Brasil. A capacidade de dissuasão, que consiste não só na disponibilidade e prontidão de meios militares adequados, como também da capacitação do seu pessoal, é uma ferramenta da diplomacia.



A Capacidade de Coordenação e Controle tem como objetivo permitir, em quaisquer circunstâncias, a coordenação entre os diversos órgãos governamentais e tem como fundamento o domí-

nio e a integridade do tráfego de informações.

A Capacidade de Gestão da Informação visa garantir a obtenção, a produção e a difusão dos conhecimentos necessários ao processo de-

cisório e a coordenação e controle dos meios de que dispõe a Nação, proporcionando o acesso à Inteligência aos tomadores de decisão, em todos os níveis. Essa capacidade proporciona condições para a ação preventiva do poder público e contribui para a eficácia dos meios operativos das Forças Armadas.

A **Capacidade Logística para a Defesa Nacional** baseia-se na Logística Militar e suas ações sistematizadas (logística militar e empresarial), criando o envolvimento direto e indireto dos vários setores nacionais capacitados nas sete funções logísticas (Engenharia, Manutenção, Recursos Humanos, Salvamento, Saúde, Suprimentos e Transporte), que, de forma harmônica, é coordenado pelo Sistema Logístico de Defesa (SisLogD), mantendo as logísticas militares, específicas de cada Força Singular, com a

interoperabilidade necessária ao atendimento do interesse da Defesa Nacional.

Por sua vez, a **Capacidade de Mobilidade Estratégica** refere-se à condição de que dispõe a infraestrutura logística de transporte do País, de capacidade multimodal e de meios de transporte, que permitam às Forças Armadas deslocar-se, rapidamente, para a área de emprego, no território nacional ou no exterior, quando assim impuser a defesa dos interesses nacionais.

Tal condição requer, entre outros aspectos, que o Brasil disponha de estrutura de transportes adequada e que privilegie a interação e a integração dos diversos modais, de sorte que possam atuar de forma complementar.

A **Capacidade de Mobilização** no nível nacional complementa a logística nacional, com o propósito de capacitar o Poder Nacional a realizar

ações estratégicas, no campo da Defesa Nacional, para fazer frente a uma situação de crise político-estratégica e, no nível militar, complementa a logística militar com o propósito de preparar a expressão militar para a passagem da estrutura de paz para a estrutura de guerra, para fazer frente a uma situação de emergência decorrente da iminência de concretização ou efetivação de uma hipótese de emprego das Forças Armadas. Tem como seu principal alicerce o Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB), criado pela Lei nº 11.631/2007, o qual possui como órgão central o Ministério da Defesa e estrutura-se sob a forma de direções setoriais que responderão pelas necessidades da Mobilização Nacional nas áreas política, econômica, social, psicológica, de segurança e inteligência, de defesa civil, científico-tecnológica e militar, por intermédio de sub-sistemas na administração federal, dentre eles o Sistema de Mobilização Militar (SISMOMIL).

A Expressão Militar do Poder Nacional está in-

timamente associada ao grau de independência tecnológica e logística do País, à capacidade de Mobilização Nacional e à capacidade do pronto emprego dos recursos e serviços colocados à sua disposição.

A mobilização deverá considerar todas as capacidades de que dispõe o País (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano), devendo ser dada especial atenção ao preparo dessas capacidades, visando ao seu emprego de forma célere, eficiente e eficaz, considerando que o “fator tempo” é crítico para os resultados pretendidos.

A **Capacidade de Desenvolvimento Tecnológico de Defesa** proporciona o desenvolvimento e/ou modernização de Produtos de Defesa (PRODE) e Sistemas de Defesa (SD), por intermédio de ações integradas empreendidas pelo Estado, indústria e meio acadêmico, de forma sinérgica, buscando a atualização e a independência tecnológica.





3.3 BASE INDUSTRIAL DE DEFESA (BID)

O Setor de Defesa deverá estimular, no seu âmbito de atuação, o desenvolvimento das potencialidades industriais do País, de sorte a incrementar o Poder Nacional.

Assim, a defesa e o desenvolvimento do País são naturalmente interdependentes, na medida em que este se configura como fator preponderante para dotar os meios, humanos e de infraestrutura, de que a Nação necessita para suportar um eventual emprego da expressão militar. Ao mesmo tempo, é imperioso que o aparato de defesa esteja de acordo com as mais avançadas práticas e tecnologias, o que requer a condição de desenvolvimento científico e tecnológico nacional no estado da arte.

Nesse contexto, a defesa do Brasil exige o permanente fortalecimento de sua BID, formada pelo conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que realizem ou conduzam, no País, pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produtos de defesa.

Em relação aos aspectos comerciais, estes devem estar subordinados aos imperativos estratégicos, com o propósito de permitir o atendimento dos Objetivos Nacionais de Defesa. Assim, importa que a rede de desenvolvimento, produção e comercialização esteja submetida a regimes legal, regulatório e tributário especiais, de forma a proporcionar maior nível de segurança às em-

presas nacionais contra os riscos do imediatismo mercantil e da falta de regularidade nas demandas estatais por produtos de defesa, sem prejudicar a competição no mercado e o desenvolvimento de novas tecnologias. Também deverá ser levada em conta a competitividade da BID, visando a incrementos na exportação de bens, serviços e tecnologias militares e as suas possíveis adaptações para emprego no segmento civil.

Tais regimes deverão proporcionar à BID condições de aumentar sua competitividade, em especial com relação ao mercado externo, de forma a incrementar sua escala de produção e, dessa forma, promover maior regularidade às demandas de produtos, quer sejam exclusivamente de defesa, quer sejam de aplicação dual.

A contrapartida para tais regimes especiais deve ser a observância pela BID de requisitos estabelecidos pelo Estado, de acordo com os pertinentes instrumentos legais, de sorte que tal condição não configure privilégios, mas prerrogativas decorrentes de seu comprometimento com o preparo do Poder Nacional.

Fomentar a BID é incentivar o crescimento econômico do país, na medida em que gera empregos diretos e indiretos e desenvolve produtos que também serão úteis ao setor civil. Assim, investir em defesa significa garantir a soberania, promover o desenvolvimento científico e tecnológico e estimular o crescimento do País.

Considerando o contexto da globalização nas

áreas comercial e industrial, a busca por parcerias estratégicas com outros países deve ser uma prioridade, que demanda ação coordenada de diversos órgãos governamentais e de entes privados, com o propósito de alcançar e consolidar a capacidade de desenvolver e fabricar produtos de defesa, minimizando-se a dependência da importação de componentes críticos, de produtos e de serviços, incentivando a aquisição e a transferência de tecnologias, mantendo a soberania nacional sobre a autoridade de direitos e patentes dos bens e serviços.

Tais parcerias deverão ter como premissa o fortalecimento das capacitações autônomas nacionais. A Estratégia considera, portanto, que parte substancial do desenvolvimento, da produção e da manutenção seja realizada no Brasil.

O componente estatal da BID deverá, em princípio, projetar e produzir o que o setor privado não pode fazê-lo de forma rentável no curto e no médio prazos. Dessa forma, o Estado buscará atuar no teto tecnológico, em estreito vínculo com os centros avançados de pesquisa das Forças Armadas e das instituições acadêmicas brasileiras.

A busca por novos mercados é um dos maiores desafios para a Base Industrial de Defesa e fator relevante para o seu desenvolvimento e sustentação. Nesse escopo, a atuação do Estado constitui importante agente facilitador, na medida em que a política externa praticada pelo Brasil, bem como o suporte estatal a financiamentos de programas, projetos de pesquisa, desenvolvimento, produção, aquisições e comercialização de produtos

de defesa nacionais tendem a proporcionar maior confiança aos potenciais compradores.

O Estado deve utilizar seu poder de compra para garantir condições mínimas de sustentabilidade e de aprimoramento das capacitações da BID, de tal sorte que a cadeia de produção seja relativamente independente da política de exportação e de comercialização de produtos duais.

No que se refere às competências tecnológicas nacionais no campo da defesa, o seu aprimoramento ocorre em função, tanto do desenvolvimento da infraestrutura de ciência e tecnologia, quanto da formação de recursos humanos. Daí a importância de se implementar uma política de formação em ciências básica e aplicada, privilegiando-se a aproximação da produção científica com as atividades relativas ao desenvolvimento tecnológico da BID.

Resguardados os interesses de segurança do Estado quanto ao acesso a informações, devem ser estimuladas iniciativas conjuntas entre organizações de pesquisa das Forças Armadas, instituições acadêmicas nacionais e empresas privadas brasileiras.

Nesse contexto, o Setor de Defesa deverá realizar o acompanhamento de pesquisas avançadas em tecnologias de defesa nos institutos das Forças Armadas ou em outras organizações a elas subordinadas ou associadas, visando, sobretudo, à atuação sinérgica de tais iniciativas. Busca-se, com isso, uma integração que evite duplicidade de esforços, que compartilhe quadros e ideias e que racionalize o uso dos recur-

sos, assim como privilegie a construção de elos entre pesquisa e produção, sem que se perca contato com os avanços em ciências básicas.

Para atingir tal condição, é necessário que os projetos de pesquisa sejam, prioritariamente, realizados de forma conjunta pelas instituições de tecnologia avançada das três Forças Singulares. Projetos de interesse comum a mais de uma Força devem ter seus esforços integrados, definindo-se, para cada um deles, um polo integrador. Esses projetos poderão ser organizados com personalidade própria, seja como empresas de propósitos específicos, seja sob outras formas jurídicas, e deverão ser selecionados e avaliados não somente pelo seu potencial de emprego imediato,

mas também por sua fecundidade tecnológica, ou seja, sua utilidade como fonte de inspiração e de capacitação para iniciativas análogas.

Ademais, tais projetos deverão considerar as desejadas communalidade e interoperabilidade dos equipamentos das Forças Armadas, resguardando-se, no entanto, as peculiaridades de cada Força. Igualmente, a Política de Obtenção de Produtos de Defesa deverá observar esse critério, visando racionalizar o emprego de recursos orçamentários e garantir, nas decisões de obtenção, a prevalência do compromisso com o desenvolvimento das capacitações tecnológicas nacionais em produtos de defesa.

3.4 RECURSOS HUMANOS

No que se refere aos recursos humanos, deverá ser mantida uma reserva qualificada e em condições de ser convocada para atuar em prol da defesa da Pátria, quando necessário. Nesse contexto, deverá ser mantido o caráter obrigatório do Serviço Militar, por ser uma das condições para que se possa mobilizar a população brasileira em defesa da soberania nacional, além de servir como instrumento de integração, de coesão e de afirmação da unidade nacional, independentemente de classes sociais, uma vez que gera oportunidades de aprimoramento pessoal e profissional e incentiva o exercício da cidadania.

De modo a estimular o surgimento de especialistas civis na área de Defesa, deverá ser incrementado o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos dessa área, por meio de aulas, palestras, seminários, cursos e atividades correlatas, além de trabalhos de forma conjunta em projetos de desenvolvimento e de interesse do setor de defesa, como também na criação de uma carreira de especialistas nessa área.

O Serviço Militar Obrigatório deverá ser empregado de acordo com critérios estabelecidos no âmbito das Forças Singulares, em função das características e necessidades funcionais e profissionais de cada uma delas. Entretanto, deverá ser

observado seu caráter educativo, social e profissionalizante, de modo a entregar à sociedade cidadãos comprometidos com o País e mais bem preparados para o mercado de trabalho, e militares qualificados e motivados para bem servir à Pátria.

A composição dos efetivos deverá, pois, estar em consonância com a política de emprego racional dos recursos humanos, sendo imperativo

buscar-se o equilíbrio entre o ingresso do militar de carreira e o do militar temporário, visando equilibrar a necessidade de formação de reservas e o atendimento das necessidades funcionais de cada Força. A carreira militar, dado o seu caráter universal, exprime o conjunto da sociedade brasileira, e deverá, portanto, manter seu acesso facultado a todas as classes sociais.

3.5 AÇÕES DE DIPLOMACIA

As capacidades nacionais configuram suporte para as ações, tanto para a diplomacia, quanto para a expressão militar. Portanto, o desenvolvimento do País, condição essencial para a geração do Poder Nacional em toda a sua plenitude, constitui peça fundamental para a efetiva dissuasão contra eventuais ameaças à Defesa e à Segurança Nacionais.

A atividade diplomática estimula o conhecimento recíproco entre nações e permite a conciliação de eventuais diferenças de percepções. Portanto, o diálogo e a cooperação com outros países são fundamentais para o êxito da Estratégia Nacional de Defesa, por serem poderosos instrumentos de prevenção e de resolução de conflitos.

Em um ambiente internacional cada vez mais complexo e de uma crescente interdependência entre as nações em diversos domínios, a diplomacia ganha cada vez maior importância no encaminhamento das grandes questões globais. No caso do Brasil, a atividade diplomática orienta-se pelos

princípios estabelecidos no Artigo 4º da Constituição Federal: independência nacional; prevalência dos direitos humanos; autodeterminação dos povos; não intervenção; igualdade entre os Estados; defesa da paz; solução pacífica dos conflitos; repúdio ao terrorismo e ao racismo; cooperação entre os povos para o progresso da humanidade; e concessão de asilo político.

No contexto da política externa do Brasil, e sob a perspectiva da Defesa Nacional, as ações diplomáticas, apoiadas na Capacidade de Dissuasão, antecedem ao emprego da força na solução de contenciosos que se materializa na expressão militar do Poder Nacional. Essa diplomacia visa atuar por intermédio da observância dos princípios estabelecidos no Artigo 4º da Carta Magna, sobretudo no que se refere à solução pacífica das controvérsias.

Apesar de as ações diplomáticas se diferenciarem das empregadas pela Defesa, ambas possuem o mesmo objetivo em sua essência.

3.6 SETOR DE DEFESA

O Setor de Defesa, componente do Sistema de Defesa Nacional, constituído pelo Ministério da Defesa e integrado pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira é responsável pelo preparo e pelo emprego da expressão militar do Poder Nacional.

Em tempos de paz ou de crise, o Setor de Defesa atua de maneira a contribuir para as ações de diplomacia empreendidas pelo País, por outro lado, em caso de conflito armado, é o setor do Estado brasileiro que aplica a força em sua plenitude.

Desse modo, para respaldar a diplomacia nos tempos de paz e para estar preparada para a defesa dos interesses do Brasil nos tempos de conflitos, a Expressão Militar do Poder Nacional deverá contar com o apoio do Estado para: a regularidade e continuidade na alocação dos recursos orçamentários de defesa, buscando-se o patamar compatível com a média adotada por países com adequado desenvolvimento do Setor de Defesa; substituir os equipamentos obsoletos das Forças Armadas; minorar o elevado grau de dependência em relação a produtos de defesa estrangeiros; incrementar os programas de financiamento para as empresas nacionais fornecedoras de produtos de defesa, impulsionando-as nos mercados interno e externo.

A Constituição Federal conceitua as Forças Armadas como instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na disciplina, sob a autoridade suprema

do Presidente da República, as quais se destinam à defesa da Pátria, à garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem.

Para cumprir sua destinação constitucional, as Forças Armadas devem conceber suas estruturas organizacionais e operacionais em torno de capacidades, em consonância com a estruturação dos meios de defesa do País, de acordo com as características de cada Força Singular.

Das Capacidades Nacionais de Defesa, decorrem as Capacidades Militares de Defesa, das quais deverão dispor as Forças Armadas para viabilizar o seu eventual emprego. Tais capacidades deverão ser integradas e consolidadas, de modo a permitir o planejamento, a estruturação e a definição de processos e de responsabilidades, voltadas ao preparo e ao emprego.

Em face das peculiaridades dos conflitos armados modernos, deve-se considerar, primordialmente, o emprego conjunto das Forças, racionalizando-se meios de toda ordem e incrementando-se as capacidades de cada uma delas, por intermédio do uso sinérgico de suas características e potencialidades, sem desconsiderar, contudo, a possibilidade dos seus empregos de modo singular.

Necessário é, pois, desenvolver as atividades de monitoramento e controle do espaço aéreo, do território, das águas jurisdicionais brasileiras e de outras áreas de interesse, bem como a capacidade de pronta-resposta a qualquer ameaça ou

agressão. Tais atividades demandam que, cada vez mais, as Forças possam operar em rede, incrementando-se o intercâmbio de informações, o que, dadas as dimensões das áreas consideradas, exigirá a aptidão de se chegar, oportunamente, à região de interesse, de acordo com a capacidade de mobilidade estratégica.

Adicionalmente às atribuições constitucionais, as três Forças deverão ter condições de atuar, de forma singular ou conjunta, em operações internacionais, quer de caráter expedicionário, de operações de paz ou de ajuda humanitária, para

atender a compromissos assumidos pelo País ou para salvaguardar os interesses brasileiros no exterior e, dessa forma, contribuir com os objetivos da política externa exercida pelo Brasil.

As Capacidades Militares de Defesa deverão ser levantadas em conjunto e consolidadas, integradas e priorizadas pelo Ministério da Defesa. A essas capacidades somam-se as capacidades militares das Forças Singulares, para atender às suas atribuições subsidiárias e às especificidades de cada uma delas.

3.6.1 Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa

Os conjuntos de Capacidades Militares de Defesa serão sistematizados e dimensionados na Política e na Estratégia Militares de Defesa e, por fim, refletidos no Plano de Articulação e Equipamentos de Defesa (PAED), o qual contemplará, além da articulação do Setor de Defesa no território nacional, o delineamento dos equipamentos necessários ao cumprimento das atribuições das Forças Armadas. Tal processo favorece

o incremento da interoperabilidade entre elas e da capacidade de defesa, permitindo o atendimento às necessidades específicas das Forças e contribuindo para a racionalização das atividades de planejamento estratégico.

Por sua vez, a execução dos projetos visando à obtenção de ambos os conjuntos de capacidades será, em princípio, de responsabilidade de cada Força Singular.

3.6.2 Marinha do Brasil

A Marinha do Brasil tem como missão preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em lei; e para o apoio à política externa.

O Poder Naval deve dispor de meios capazes de detectar, identificar e neutralizar ações que representem ameaça nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). A intensificação das ocorrências de atos ilícitos no mar (como exemplo, a pirataria, tráfico de drogas e de pessoas, pesca ilegal, crimes ambientais, dentre outros) demanda

dam a presença estatal nos termos do direito internacional com os quais o Brasil tenha se comprometido. Para tal, o Poder Naval deverá também ser capaz de manter a segurança nas linhas de comunicação marítimas onde houver interesses nacionais.

O cumprimento desse conjunto de atribuições será efetuado por meio das tarefas básicas do Poder Naval: controle de área marítima; negação do uso do mar; projeção de poder sobre terra; e contribuição para a dissuasão. O monitoramento do mar, inclusive a partir do espaço, deverá integrar o repertório de práticas e capacitações operacionais.

O Poder Naval deve explorar suas características intrínsecas de mobilidade, de permanência, de versatilidade e de flexibilidade.

A mobilidade representa a capacidade de deslocar-se prontamente e a grandes distâncias, mantendo elevado nível de prontidão, ou seja, em condições de emprego imediato.

A permanência indica a capacidade de operar, continuamente, com independência e por longos períodos, em áreas distantes e de grandes dimensões.

A versatilidade permite alterar a postura militar, mantendo a aptidão para executar uma ampla gama de tarefas. Isto inclui os diferentes níveis de prontidão exigidos pelos vários cenários, as capacidades de operar, ofensiva ou defensivamente, contra alvos nos ambientes aéreo, submarino, superfície, terrestre, cibernético e eletromagnético, além de poderem par-

ticipar de operações singulares ou conjuntas, bem como multinacionais.

A flexibilidade significa a capacidade de organizar grupamentos operativos de diferentes valores, em função da missão, possibilitando a graduação no seu emprego.

A exploração destas características navais, favorecidas pela liberdade de navegação, pela disponibilidade de pontos de apoio logístico fixo estrategicamente posicionados e pela incorporação de apoio logístico móvel às forças em operação, proporciona ao Poder Nacional empregar o Poder Naval em um largo espectro de atividades, desde o apoio às ações de Diplomacia até as Operações de Guerra.

As capacidades para controlar áreas marítimas, negar o uso do mar e projetar o Poder Naval terão por foco incrementar a segurança e a habilitação para defender as infraestruturas críticas marítimas, os arquipélagos e as ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras ou onde houver interesses nacionais, assim como responder prontamente a qualquer ameaça às vias marítimas de comércio.

Duas áreas do litoral merecem atenção especial, do ponto de vista da Defesa: a faixa que vai de Santos a Vitória e a área em torno da foz do rio Amazonas. Dessa forma, a Marinha dará continuidade à instalação de sua base de submarinos e aos estudos para estabelecer, nas proximidades da foz do rio Amazonas, um complexo naval de uso múltiplo.

A Marinha estruturar-se-á, por etapas, como



uma Força balanceada entre os componentes de superfície, submarino, anfíbio e aéreo, dotada das características intrínsecas do Poder Naval (mobilidade, permanência, versatilidade e flexibilidade). Isso permitirá atingir os objetivos descritos na Política Naval.

A Força Naval de superfície contará tanto com navios de grande porte, capazes de operar e de permanecer por longo tempo em alto mar, quanto com navios de menor porte, dedicados a patrulhar o litoral e os principais rios brasileiros. Deverá contar também com navios de apoio logístico móvel, necessários ao provimento da mobilidade da Força Naval em áreas de interesse. Dentre os navios de grande porte, deverá ser dispensada especial atenção à obtenção daqueles de propósitos múltiplos e também de navios aeródromos. Contribuirá para a operação da Força Naval, a capacidade da Força Aérea de operar em conjunto com a Aviação Naval, para garantir o controle do espaço aéreo na área de interesse e no grau desejado.

Para assegurar a tarefa de negociação do uso do mar, o Brasil contará com Força Naval submarina de envergadura, composta de submarinos de propulsão nuclear e de propulsão convencional. A Marinha diligenciará para que o Brasil ganhe autonomia nas tecnologias inerentes à operação de submarinos e de seus sistemas de armas, e que lhes possibilitem atuar em rede com as outras forças navais, terrestres e aéreas. A Força deverá buscar o domínio das tecnologias de operação de sistemas remotamente operados e/ou autônomos para emprego naval (aéreos, de superfície e submarinos).

Para assegurar sua capacidade de projeção de poder, a Marinha do Brasil possuirá, ainda, meios de Fuzileiros Navais, em permanente condição de pronto emprego para atuar em operações de guerra naval, em atividades de emprego de magnitude e permanência limitadas. A existência de tais meios é também essencial para a defesa dos arquipélagos e das ilhas oceânicas em águas jurisdicionais brasileiras, além de instalações navais e portuárias, e para a participação em operações internacionais de paz, em operações humanitárias e em apoio à política externa em qualquer região que configure cenário estratégico de interesse. Nas vias fluviais, serão fundamentais para assegurar o controle das margens durante as Operações Ribeirinhas. O Corpo de Fuzileiros Navais, força de caráter anfíbio e expedicionário por excelência, constitui-se em parcela do Conjugado Anfíbio da Marinha do Brasil.

A Marinha deverá contar, também, com navios e embarcações de transporte e de patrulha oceânicas, litorâneas e fluviais, concebidas de acordo com os mesmos requisitos de versatilidade funcional que orientarão a construção das belonaves de alto mar. A Força deverá adensar sua presença nas vias navegáveis, principalmente, nas duas grandes bacias fluviais, a do rio Amazonas e a do sistema Paraguai-Paraná. Para tal, deverá empregar meios adequados a este ambiente operacional, como os navios-patrulha e navios-transporte, dotados de meios aéreos necessários.

3.6.3 Exército Brasileiro

O Exército Brasileiro tem como missão contribuir para a garantia da soberania nacional, dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, salvaguardando os interesses nacionais e cooperando com o desenvolvimento nacional e o bem-estar social. Para isso, a Força Terrestre deverá, entre outras capacidades, ter condições de neutralizar concentrações de forças hostis junto à fronteira terrestre e contribuir para a defesa do litoral e para a defesa antiaérea no território nacional.

Concebe o cumprimento de sua destinação constitucional por meio da manutenção da Força em adequado estado de prontidão, estruturada e preparada para o cumprimento de missões operacionais terrestres, conjuntas e interagências. Tal estado de prontidão decorre do contínuo processo de transformação, na busca de novas capacidades, sob a orientação das características doutrinárias de flexibilidade, adaptabilidade, modularidade, elasticidade e sustentabilidade.

A flexibilidade, característica decorrente de estruturas com mínima rigidez preestabelecida, faculta um número maior de opções para reorganizar os elementos de combate em estruturas temporárias, com o adequado suporte logístico, desde as frações elementares até os Grandes Comandos.

A adaptabilidade, por seu turno, possibilita um rápido ajuste às mudanças nas condicionantes que determinam a seleção e a forma como os meios serão empregados, em qualquer faixa

do espectro do conflito, nas situações de guerra e não guerra.

A modularidade confere a um elemento de combate a condição de, a partir de uma estrutura básica mínima, receber módulos que ampliem seu poder de combate ou lhe agreguem capacidades, viabilizando a adoção de estruturas adaptáveis para cada situação de emprego. A modularidade está diretamente relacionada ao conceito de elasticidade.

A elasticidade, por sua vez, é a característica que, dispondo uma força de adequadas estruturas de comando e controle e de logística, lhe permite variar o poder de combate pelo acréscimo ou supressão de estruturas, com oportunidade, ou por intermédio da mobilização de meios adicionais, quando for o caso.

A sustentabilidade permite a uma força durar na ação, pelo prazo que se fizer necessário, mantendo suas capacidades operativas e resistentes às oscilações do combate.

O processo de transformação do Exército, no entanto, não será orientado somente por essas características, mas deverá buscar a compatibilização com a estratégia da presença, sobretudo na Amazônia.

A capacidade de se fazer presente se dará pela mobilidade de seus meios, em especial de suas brigadas leves, mecanizadas e blindadas, apoiada na capacidade nacional de Mobilidade Estratégica, com prioridade inicial para o emprego dos meios



das Forças coirmãs. Assim, o Exército, partindo de um dispositivo de expectativa e em conjunto com as demais Forças Singulares, deve ter capacidade de concentrar as forças necessárias para garantir a superioridade decisiva no combate, mantendo a inviolabilidade do território nacional.

Decorrente da estratégia da presença, o Exército atuará de forma episódica e pontual em operações de Garantia da Lei e da Ordem e colaborará com os órgãos de Segurança Pública nas ações contra ilícitos transnacionais perpetrados na faixa de fronteira. Participará, ademais, da proteção integrada de Estruturas Críticas e da execução de obras de engenharia em todo o território nacional, em proveito do desenvolvimento do País.

O Exército deverá, também, ter a capacidade de projeção de poder, constituindo uma Força Expedicionária, quer para operações de paz, de ajuda humanitária ou demais operações, para atender compromissos assumidos sob a égide de organismos internacionais ou para salvaguardar interesses brasileiros no exterior.

3.6.4 Força Aérea Brasileira

Decorrente de sua destinação constitucional, a Força Aérea Brasileira tem como missão manter a soberania no espaço aéreo e integrar o território nacional com vistas à defesa da Pátria. Coopera, subsidiariamente, com setores relacionados ao desenvolvimento nacional e à Defesa Civil na forma determinada pelo Presidente da República.

Papel fundamental exercem os projetos estratégicos, uma vez que agem como indutores do processo de transformação em curso no Exército Brasileiro. Sua continuidade constitui a forma mais adequada de permitir a necessária evolução tecnológica e doutrinária da Força Terrestre, mantendo-a em patamares de relevância operacional, compatíveis com o grau de dissuasão desejado, ou para seu emprego efetivo nas missões atribuídas pelo Estado.

Dos sistemas indutores da transformação, alguns colaboram diretamente para a capacidade de dissuasão, em conjunto com as demais Forças Singulares. O Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteira – SISFRON, o Sistema de Mísseis e Foguetes, o Sistema de Defesa Antiaérea, o Sistema de Defesa Cibernética e a Mecanização do Exército atuam por meio do incremento da mobilidade, da atividade de monitoramento e controle das fronteiras e da capacidade de atuar na negociação de acesso indesejado a áreas ou a sistemas estratégicos de interesse da Defesa Nacional.

A arquitetura operacional para manter a soberania no espaço aéreo deverá estar orientada em torno das Capacidades Militares da Força Aérea Brasileira, observando-se a doutrina e fundamentada nos princípios próprios para o emprego do Poder Aeroespacial.

As Capacidades Militares de projeção estratégica de poder, superioridade nos ambientes

aéreos e espaciais, comando e controle, superioridade nas informações, sustentação logística, proteção da força e interoperabilidade deverão estar associadas às intrínsecas características da Força Aérea: alcance, flexibilidade e versatilidade, mobilidade, penetração, pronta-resposta e velocidade.

A eficiência operacional das Capacidades Militares do Poder Aeroespacial está intrinsecamente relacionada ao binômio ciência-tecnologia, de sorte que a Força Aérea buscará o domínio científico-tecnológico que lhe possibilite responder aos desafios impostos pelas características da guerra moderna.

Nesse contexto, tornam-se imperiosas a criação e a ampliação de polos tecnológicos integradores, com o objetivo de conquistar a autosuficiência em projetos de desenvolvimento e na fabricação de sistemas de Comando, Controle, Comunicação, Computação e Inteligência (C4I), com vistas a eliminar, progressivamente, a dependência externa.

O Setor Espacial do interesse da Defesa, sob a coordenação da Força Aérea Brasileira em conjunto com a Agência Espacial Brasileira, proverá a estrutura aeroespacial para as operações das Forças Armadas e, simultaneamente, benefícios para a sociedade brasileira nas áreas de comunicação, meteorologia, observação da terra, navegação e monitoramento do espaço.

Considerando que a Força Aérea se configura como uma organização altamente tecnológica, imprescindível se faz utilizar-se das capacidades de proteção dos Sistemas de Comando e Controle e das Estruturas Críticas do País, principalmente daquelas que envolvam o espaço ciber-

nético. Deve, portanto, manter em elevado grau o nível de segurança e de defesa dos seus sistemas computacionais.

Importa considerar o caráter dual das atribuições cometidas à Força Aérea: a defesa aeroespacial e o controle de espaço aéreo. Em decorrência de acordos internacionais, compete à Força Aérea o controle do espaço aéreo e o serviço de busca e resgate no espaço aéreo sobjacente ao território nacional e à área oceânica sob responsabilidade do Brasil, realizado em conjunto com a Marinha do Brasil.

Nesse contexto, são dois os componentes-chave para o exercício da soberania do espaço aéreo nacional: o Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA) e o Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB). Ambos configuram elementos interdependentes e complementares no cumprimento da missão constitucional da Força Aérea. Enquanto o SISDABRA é responsável pelas ações de defesa propriamente ditas, compete ao SISCEAB o controle do espaço aéreo e o exercício das atividades de Proteção ao Voo. A atuação sinérgica e integrada desses sistemas permite utilizar, de forma eficiente e racional, as sucessivas e complementares camadas de vigilância do espaço aéreo, simultaneamente a um adequado controle do espaço aéreo.

A Força Aérea Brasileira será mantida como um relevante pilar no contexto da Defesa Nacional, pois que, por sua capacidade operacional, contribui significativamente para o fortalecimento do Poder Aeroespacial. Cumprirá papel imprescindível à realização de quaisquer missões no ambiente de operações singulares, conjuntas ou combinadas.



3.6.5 Setores estratégicos

Três setores tecnológicos são essenciais para a Defesa Nacional: o nuclear, o cibernético e o espacial. Portanto, são considerados estratégicos e devem ser fortalecidos. Como decorrência de sua própria natureza, transcendem à divisão entre desenvolvimento e defesa e entre o civil e o militar. Importa, nesse contexto, a capacitação do País como um todo, bem como conferir ao Poder Nacional condições de adaptar-se às circunstâncias e de servir-se do potencial de emprego que abrigam.

Esses setores estratégicos apresentam elevada complexidade, de forma que, ao mesmo tempo em que demandam liderança centralizada,

requerem estreita coordenação e integração de diversos atores e áreas do conhecimento. Dessa forma, atribui-se à Marinha a responsabilidade pelo Setor Nuclear, ao Exército pelo Setor Cibernético e à Força Aérea pelo Setor Espacial.

No Setor Nuclear, o Brasil é um dos países mais atuantes na causa da não proliferação de armas atômicas. Sem renunciar ao domínio da tecnologia nuclear, optou por empregá-la para fins pacíficos, decisão consubstanciada no texto constitucional e referendada pela adesão do País ao Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares (TNP).

No **Setor Nuclear** busca-se:

- a) aprimorar o desenvolvimento da tecnologia nuclear para fins pacíficos;
- b) concluir, no que diz respeito ao programa do submarino com propulsão nuclear, a completa nacionalização e o desenvolvimento em escala industrial do ciclo do combustível nuclear, inclusive a conversão e seu enriquecimento, e da tecnologia de construção de reatores nucleares;
- c) aprimorar as tecnologias e capacitações nacionais com vistas a qualificar o País a projetar e construir reatores de pesquisa, reatores de teste e termelétricas nucleares, ainda que desenvolvidas por meio de parcerias com outros países ou com empresas estrangeiras, com o propósito de garantir a segurança energética, por meio, inclusive, da diversificação da matriz energética nacional;
- d) aumentar a capacidade de usar a energia nuclear em amplo espectro de atividades de uso pacífico, inclusive por meio de parcerias;
- e) incrementar a capacidade de prover a defesa nuclear; e
- f) incrementar a capacidade de prover as defesas química e radiológica derivadas da atividade nuclear.



No **Setor Cibernético**, as capacitações destinar-se-ão ao mais amplo espectro de emprego dual. Incluirão, como parte prioritária, as tecnologias de comunicações entre as unidades das Forças Armadas, de modo a assegurar sua interoperabilidade e a capacidade de atuar de forma integrada, com segurança.

Essa condição implica aprimorar a Segurança da Informação e das Comunicações e a Segurança Cibernética, em todas as instâncias do Estado, com ênfase na proteção das Estruturas Críticas. Será necessário, portanto, concluir a estrutura do Sistema Militar de Defesa Cibernética com seu marco legal, suas normas afins, bem como desenvolver o seu preparo e o emprego, em todos os níveis.



Exército Brasileiro/Divulgação

Dessa forma, busca-se fomentar a pesquisa, o desenvolvimento e a inovação, com foco nas tecnologias que permitam o planejamento e a execução das atividades Cibernéticas no âmbito do Setor de Defesa e que contribuam com a Segurança Cibernética no âmbito nacional, envolvendo a comunidade acadêmica doméstica e internacional.

Para tanto, deverá ser fortalecida a atuação colaborativa entre o Setor de Defesa e a comunidade acadêmica nacional, os setores público e privado e a Base Industrial de Defesa. Adicionalmente, é importante que sejam intensificadas as parcerias estratégicas e o intercâmbio com as Forças Armadas de outros países.

No **Setor Espacial**, a Força Aérea, em conjunto com a Agência Espacial Brasileira, por intermédio de todo o complexo científico-tecnológico e da interação com a Base Industrial de Defesa, tem as seguintes atribuições:

- a) desenvolver soluções para veículos lançadores de satélites e tecnologias associadas que permitam fazer uso de plataformas espaciais com finalidades de comunicações, observação da terra, vigilância, meteorologia e navegação;
- b) incrementar as competências associadas ao projeto, à fabricação e à integração de plataformas espaciais (satélites), buscando o atendimento das demandas da Defesa e dos demais órgãos governamentais;
- c) buscar soluções inovadoras para as telecomunicações entre os segmentos espacial e terrestre; e

d) promover a cooperação internacional nas áreas de concepção, de projeto, de desenvolvimento e de operação de sistemas espaciais, com vistas a acelerar a aquisição de conhecimento científico e tecnológico.

Os esforços no setor espacial buscarão garantir o acesso a dados e viabilizar economicamente o desenvolvimento de tecnologias críticas de interesse do País, bem como estabelecer condições favoráveis ao intercâmbio de pessoal, instrumentação e dados, assegurando, também, a participação brasileira em programas científicos internacionais. Além disso, deverão propiciar o seu uso em aplicações para a sociedade nas áreas de comunicações, meteorologia, observação da terra, navegação e monitoramento do espaço, bem como a exploração comercial de serviços e produtos associados às atividades espaciais.



Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC)

4. ESTRATÉGIAS E AÇÕES ESTRATÉGICAS DE DEFESA

Com base nas considerações constantes do presente marco normativo, o Brasil orienta e prioriza suas iniciativas na área de defesa no seu nível mais amplo, segundo as Estratégias de Defesa (ED), diretamente alinhadas aos Objetivos Nacionais de Defesa estabelecidos na Política Nacional de Defesa.

Complementarmente, a cada Estratégia de

Defesa são incorporadas Ações Estratégicas de Defesa (AED), que visam orientar as medidas que deverão ser implementadas no sentido da consecução dos Objetivos Nacionais de Defesa.

Uma ED pode contribuir para mais de um Objetivo Nacional de Defesa, o mesmo ocorrendo com as AED em relação às Estratégias. Nesse caso, podem ser de naturezas idênticas ou distintas.

OND I - GARANTIR A SOBERANIA, O PATRIMÔNIO NACIONAL E A INTEGRIDADE TERRITORIAL

ED-1 Fortalecimento do Poder Nacional

Significa incrementar todo tipo de meios de que dispõe a Nação (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano), assim como aperfeiçoar os procedimentos de emprego dos recursos utilizados na aplicação das expressões do Poder Nacional, com ênfase na expressão militar.

AED-1 Desenvolver os setores estratégicos de defesa (nuclear, cibernético e espacial).

AED-2 Contribuir para o incremento do nível de segurança das Estruturas Críticas de sistemas de captação, tratamento

e distribuição de água; geração e distribuição de energia elétrica; transporte; produção e distribuição de combustíveis; e comunicações, entre outros.

AED-3 Aprimorar o Sistema Nacional de Mobilização.

AED-4 Coordenar com os diversos órgãos setoriais da Administração Pública o atendimento dos requisitos de infraestruturas de interesse da defesa.

AED-5 Fortalecer o Sistema Brasileiro de Inteligência.

AED-6 Aprimorar a coordenação e cooperação do Setor de Defesa, internamente e no nível interministerial.

ED-2 Fortalecimento da capacidade de dissuasão

Essa Estratégia significa desenvolver, aprimorar e consolidar os fatores que conferem ao País condições para desestimular qualquer ação hostil contra sua soberania, seus interesses, anseios e aspirações.

AED-8 Dotar o País de Forças Armadas modernas, bem equipadas, adestradas e em estado de permanente prontidão, capazes de desencorajar ameaças e agressões.

AED-9 Demonstrar a capacidade de se contrapor à concentração de forças hostis nas proximidades das fronteiras, dos limites das

ED-3 Regularidade orçamentária

Visa possibilitar ao Setor de Defesa melhores condições de planejar o emprego dos recursos orçamentários, e, dessa forma, racionalizar o seu uso, tornando os gastos em defesa mais eficientes. Adicionalmente, busca compatibilizar o orçamento de defesa à envergadura do País no cenário mundial.

AED-13 Buscar a regularidade e a previsibilidade orçamentária para o Setor de Defesa.

AED-7 Aprimorar as atividades de Geoinformação, Cartografia, Meteorologia e de Aerolevantamento em apoio à defesa e à Segurança Nacional.

águas jurisdicionais brasileiras e do espaço aéreo nacional.

AED-10 Desenvolver as capacidades de monitorar e controlar o espaço aéreo, o espaço cibernético, o território, as águas jurisdicionais brasileiras e outras áreas de interesse.

AED-11 Incrementar as capacidades de defender e de explorar o espaço cibernético.

AED-12 Incrementar a capacidade de Mobilização Nacional.

AED-14 Buscar a destinação de recursos orçamentários e financeiros capazes de atender as necessidades de articulação e equipamento para as Forças Armadas, por meio da Lei Orçamentária Anual, no patamar de 2% do PIB.

ED-4 Incremento da presença do Estado em todas as regiões do País

Significa o compromisso do poder público no sentido de se fazer presente, inclusive nas áreas menos favorecidas do País, para atender necessidades básicas da população, promovendo a integração e a cidadania e consolidando a identidade nacional.

AED-15 Aperfeiçoar o Serviço Militar Obrigatório.

OND II - ASSEGURAR A CAPACIDADE DE DEFESA PARA O CUMPRIMENTO DAS MISSÕES CONSTITUCIONAIS DAS FORÇAS ARMADAS

ED-1 Fortalecimento do Poder Nacional

Significa incrementar todo tipo de meios de que dispõe a Nação (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano), assim como aperfeiçoar os procedimentos de emprego dos recursos utilizados na aplicação das expressões do Poder Nacional, com ênfase na expressão militar.

AED-13 Buscar a regularidade e a previsibilidade orçamentária para o Setor de Defesa.

ED-3 Regularidade orçamentária

Visa possibilitar ao Setor de Defesa melhores condições de planejar o emprego dos recursos orçamentários, e, dessa forma, racionalizar o seu uso, tornando os gastos em defesa mais eficientes. Adicionalmente, busca compatibilizar o orçamento de defesa à envergadura do País no cenário mundial.

AED-16 Intensificar a presença de diversos setores governamentais nas áreas estratégicas de baixa densidade demográfica.

AED-17 Intensificar a contribuição de diversos setores governamentais para a proteção, o desenvolvimento e a maior integração da região Amazônica com as demais regiões do País.

AED-14 Buscar a destinação de recursos orçamentários e financeiros capazes de atender as necessidades de articulação e

equipamento para as Forças Armadas, por meio da Lei Orçamentária Anual, no patamar de 2% do PIB.

ED-5 Dimensionamento do Setor de Defesa

Refere-se à estrutura, operacional e administrativa, do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, com vistas à sua capacitação para o cumprimento das correspondentes missões constitucionais, precípuas e subsidiárias. Considera os aspectos físicos, que compreendem a distribuição das organizações e unidades pelo território nacional e a dotação dos equipamentos que aparelham as Forças Armadas.

AED-18 Estruturar as Forças Armadas em torno de capacidades.

AED-19 Aprimorar a integração logística entre as Forças Armadas em benefício e garantia da interoperabilidade.

AED-20 Dotar as Forças Armadas de recursos adequados a uma pronta resposta, materializada por meio da disponibilidade de seus meios e de itens de suprimento necessários ao cumprimento de sua missão constitucional.

AED-21 Articular as três Forças Singulares, com ênfase na interoperabilidade.

AED-22 Incrementar as capacidades das Forças Armadas para emprego conjunto.

AED-23 Dar prosseguimento aos projetos estratégicos das Forças Armadas.

AED-24 Incrementar as capacidades das Forças Armadas para atuar em operações interagências.

AED-25 Incrementar as capacidades das Forças Armadas para contribuir na prevenção e no enfrentamento às redes criminosas transnacionais.

AED-26 Incrementar as capacidades das Forças Armadas em sua autodefesa e para contribuir com os órgãos de Proteção e Defesa Civil, na prevenção, mitigação, preparação, resposta e recuperação, em eventos adversos de natureza biológica, química, radiológica ou nuclear.

AED-27 Dotar as Forças Armadas de equipamentos que privilegiem o conceito de letalidade seletiva, estimulando o desenvolvimento e a fabricação nacionais.

ED-6 Capacitação e dotação de recursos humanos

Trata da composição dos efetivos do Ministério da Defesa e das Forças Armadas, segundo as mais modernas práticas de Gestão de Recursos Humanos, visando à maior eficiência de seu emprego e à racionalização do pessoal do Setor de Defesa, militar e civil. Considera o equilíbrio na utilização de militares de carreira e recursos humanos alternativos (quadros temporários, profissionais terceirizados e contratação de serviços).

Adicionalmente, leva em conta o adequado preparo dos efetivos, mantidos em elevado estado motivacional e de comprometimento com os objetivos de suas correspondentes organizações.

AED-28 Adequar a composição dos efetivos do Setor de Defesa, com base em uma política de racionalização dos recursos humanos.

AED-29 Manter os efetivos adequadamente preparados.

AED-30 Buscar a criação da carreira civil de defesa.

AED-31 Valorizar a profissão militar e a carreira civil de defesa.

AED-32 Garantir o Sistema de Proteção Social dos Militares das Forças Armadas.

AED-33 Consolidar o Instituto de Doutrina de Operações Conjuntas (IDOC) da Escola Superior de Guerra como padronizador do ensino da doutrina e incentivador da pesquisa sobre operações conjuntas.

AED-35 Preparar e manter reservas em condições de expandir a capacidade de combate das Forças Armadas.

AED-36 Catalogar as capacidades de infraestruturas necessárias por meio da mobilização de pessoal, material, serviços e instalações, para complementar a logística nacional.

OND III - PROMOVER A AUTONOMIA TECNOLÓGICA E PRODUTIVA NA ÁREA DE DEFESA

ED-1 FORTALECIMENTO DO PODER NACIONAL

Significa incrementar todo tipo de meios de que dispõe a Nação (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano), assim como aperfeiçoar os procedimentos de emprego dos recursos utilizados na aplicação das expressões do Poder Nacional, com ênfase na expressão militar.

AED-37 Aperfeiçoar o gerenciamento e a capacitação técnica das instalações industriais pertencentes ou vinculadas às Forças Armadas.

AED-38 Fomentar a criação de núcleos de mobilização nos órgãos responsáveis pelos subsistemas de mobilização.

ED-7 Desenvolvimento da capacidade de mobilização nacional

Trata-se do pregar das infraestruturas instaladas, do capital humano e do desenvolvimento e aproveitamento dos potenciais de que dispõe o País para um eventual emprego da expressão militar do Poder Nacional, quer em ações de defesa, quer em ações subsidiárias interagências ou não.

AED-3 Aprimorar o Sistema Nacional de Mobilização.

AED-4 Coordenar com os diversos órgãos

setoriais da Administração Pública o atendimento dos requisitos de infraestrutura de interesse da defesa.

AED-15 Aperfeiçoar o Serviço Militar Obrigatório.

AED-34 Fortalecer o sentimento coletivo, o patriotismo e a adesão da sociedade brasileira aos esforços de Defesa do país.

AED-13 Buscar a regularidade e a previsibilidade orçamentária para o Setor de Defesa.

ED-8 PROMOÇÃO DA SUSTENTABILIDADE DA CADEIA PRODUTIVA DA BASE INDUSTRIAL DE DEFESA

Trata de proporcionar condições de estabilidade às atividades de financiamento, pesquisa, desenvolvimento, produção e venda de produtos de defesa brasileiros e de dar condições de sustentabilidade à cadeia produtiva, ainda que submetida a regimes legal, regulatório e tributário especiais.

AED-13 Buscar a regularidade e a previsibilidade orçamentária para o Setor de Defesa.

AED-14 Buscar a destinação de recursos orçamentários e financeiros capazes de atender as necessidades de articulação e equipamento para as Forças Armadas, por

meio da Lei Orçamentária Anual, no patamar de 2% do PIB.

AED-39 Estimular projetos de interesse da defesa que empreguem produtos e tecnologias duais.

AED-40 Aprimorar os regimes legal, regulatório e tributário especiais para a Base Industrial de Defesa.

AED-41 Estabelecer um mecanismo legal de financiamento plurianual que garanta o atendimento do Plano de Articulação e de Equipamento de Defesa (PAED) e contribua para o fomento da Base Industrial de Defesa.

AED-42 Privilegiar aquisições governamentais conjuntas de interesse da defesa.

AED-43 Aprimorar os mecanismos de financiamento para a Base Industrial de Defesa.

ED- 9 FORTALECIMENTO DA ÁREA DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE DEFESA

Visa ao desenvolvimento e à solidez da área de CT&I em assuntos de defesa, promovendo a absorção, por parte da cadeia produtiva, de conhecimentos indispensáveis à redução gradativa da dependência de tecnologia externa.

AED-49 Promover o desenvolvimento de tecnologias críticas para a defesa.

AED-44 Estender as prerrogativas da Base Industrial de Defesa para os produtos ou sistemas destinados à segurança pública.

AED-45 Promover as exportações da Base Industrial de Defesa.

AED-46 Promover o aumento de conteúdo local nos produtos da Base Industrial de Defesa.

AED-47 Estimular a obtenção de compensação comercial, industrial e tecnológica nas aquisições do exterior.

AED-48 Promover a coordenação dos processos de certificação de produtos, serviços e Sistemas de Defesa (PRODE/SD), concernentes à Base Industrial de Defesa.

AED-53 Promover o desenvolvimento de sistemas espaciais.

AED-54 Estimular o estabelecimento de parcerias e intercâmbios na área de pesquisa de tecnologias de interesse da defesa.

AED-55 Utilizar encomendas tecnológicas para promover o aumento do conteúdo tecnológico nacional dos produtos de defesa.

AED-56 Promover a formação em ciências básica e aplicada, privilegiando-se a

OND IV - PRESERVAR A COESÃO E A UNIDADE NACIONAIS

ED-4 INCREMENTO DA PRESENÇA DO ESTADO EM TODAS AS REGIÕES DO PAÍS

Significa o compromisso do poder público no sentido de se fazer presente, inclusive nas áreas menos favorecidas do País, para atender necessidades básicas da população, promovendo a integração e a cidadania e consolidando a identidade nacional.

AED-15 Aperfeiçoar o Serviço Militar Obrigatório.

ED-10 ADOÇÃO DE MEDIDAS EDUCATIVAS E DESPORTIVAS

Trata-se da adoção de medidas educativas e desportivas, no sentido da construção de uma cultura que valorize a cidadania, o patriotismo e o civismo.

AED-58 Contribuir para a ampliação de

aproximação da produção científica com as atividades relativas ao desenvolvimento de análises estratégicas, ao desenvolvimento tecnológico da Base Industrial de Defesa e ao aprimoramento dos instrumentos de gestão e aperfeiçoamento de doutrinas operacionais.

AED-57 Promover a integração do Setor de Defesa nas áreas de metrologia, normalização e de certificação de produtos, serviços e Sistemas de Defesa (PRODE/SD), concorrentes à Base Industrial de Defesa.

AED-16 Intensificar a presença de diversos setores governamentais nas áreas estratégicas de baixa densidade demográfica.

AED-17 Intensificar a contribuição de diversos setores governamentais para a proteção, o desenvolvimento e a maior integração da região Amazônica com as demais regiões do País.

programas educacionais e desportivos, que visem à promoção da cidadania e do sentimento de patriotismo.

AED-59 Intensificar as ações de comunicação social voltadas para a identidade nacional.

ED-11 CONTRIBUIÇÃO PARA A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS

A presente estratégia refere-se às atribuições subsidiárias das Forças Armadas, em cooperação com as diversas agências e instituições públicas nas instâncias dos três Poderes, empregadas na manutenção do bem-estar da população e na conservação do nível de segurança no seu sentido amplo.

AED-60 Capacitar as Forças Armadas para cooperar com os órgãos públicos.

OND V - SALVAGUARDAR AS PESSOAS, OS BENS, OS RECURSOS E OS INTERESSES NACIONAIS, SITUADOS NO EXTERIOR

ED-2 FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE DISSUAÇÃO

Esta Estratégia significa desenvolver, aprimorar e consolidar os fatores que conferem ao País condições para desestimular qualquer ação hostil contra sua soberania, seus interesses, anseios e aspirações.

AED-62 Desenvolver capacidades para preservar nacionais em situação de risco e resguardar bens, recursos e interesses brasileiros, no exterior, inclusive linhas de comunicação marítimas.

AED-63 Incrementar a capacidade expedicionária, com foco na presteza e na permanência.

AED-61 Promover a interação e a cooperação entre os diversos órgãos da Administração Pública responsáveis pelas correspondentes áreas de segurança nas instâncias dos três Poderes, aprimorando os processos de coordenação afins.

ED-12 EMPREGO DE AÇÕES DIPLOMÁTICAS RELACIONADAS À DEFESA

Refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao fortalecimento da confiança, ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação.

Considera, adicionalmente, o relacionamento do Setor de Defesa com demais órgãos

estatais e não estatais e com a sociedade de outros países.

AED-67 Incrementar o relacionamento com o Setor de Defesa de outros países.

AED-68 Incrementar as ações de presença naval em apoio às ações de diplomacia.

OND VII - CONTRIBUIR PARA A ESTABILIDADE REGIONAL E PARA A PAZ E A SEGURANÇA INTERNACIONAIS

ED-16 PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação.

AED-79 Intensificar as medidas de fomento da confiança mútua e da segurança internacionais.

AED-80 Intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países.

AED-81 Intensificar a realização de operações internacionais, unilateralmente ou em arranjos multilaterais, e de iniciativas de cooperação em áreas de interesse de defesa.

AED-82 Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais.

AED-83 Incrementar a participação brasileira nas decisões sobre o destino da região Antártica.

ED-11 CONTRIBUIÇÃO PARA A ATUAÇÃO DOS ÓRGÃOS FEDERAIS, ESTADUAIS E MUNICIPAIS

A presente estratégia refere-se às atribuições subsidiárias das Forças Armadas, em cooperação com as diversas agências e instituições públicas nas instâncias dos três Poderes, empênhadas na manutenção do bem-estar da população e na conservação do nível de segurança no seu sentido amplo.

AED-60 Capacitar as Forças Armadas para cooperar com os órgãos públicos.

OND V - SALVAGUARDAR AS PESSOAS, OS BENS, OS RECURSOS E OS INTERESSES NACIONAIS, SITUADOS NO EXTERIOR

ED-2 FORTALECIMENTO DA CAPACIDADE DE DISSUAÇÃO

Esta Estratégia significa desenvolver, aprimorar e consolidar os fatores que conferem ao País condições para desestimular qualquer ação hostil contra sua soberania, seus interesses, anseios e aspirações.

AED-62 Desenvolver capacidades para preservar nacionais em situação de risco e resguardar bens, recursos e interesses brasileiros, no exterior, inclusive linhas de comunicação marítimas.

AED-63 Incrementar a capacidade expedicionária, com foco na presteza e na permanência.

AED-61 Promover a interação e a cooperação entre os diversos órgãos da Administração Pública responsáveis pelas correspondentes áreas de segurança nas instâncias dos três Poderes, aprimorando os processos de coordenação afins.

ED-12 EMPREGO DE AÇÕES DIPLOMÁTICAS RELACIONADAS À DEFESA

Refere-se às atividades mantidas entre estatais e não estatais e com a sociedade de outros países.

AED-67 Incrementar o relacionamento com o Setor de Defesa de outros países.

AED-68 Incrementar as ações de presença naval em apoio às ações de diplomacia.

Considera, adicionalmente, o relacionamento do Setor de Defesa com demais órgãos

OND VI - AMPLIAR O ENVOLVIMENTO DA SOCIEDADE BRASILEIRA NOS ASSUNTOS DE DEFESA NACIONAL

ED-13 PROMOÇÃO DA TEMÁTICA DE DEFESA NA EDUCAÇÃO

Refere-se às ações que têm por objetivo estimular a discussão sobre Defesa Nacional nas atividades educacionais do País, nos diversos níveis, promovendo maior conscientização sobre a importância do tema.

AED-72 Apoiar as iniciativas no sentido de reconhecer o tema defesa como subárea de conhecimento junto às agências de fomento de pós-graduação.

AED-73 Consolidar a Escola Superior de Guerra como uma instituição nacional acadêmica, nos campos do ensino, da pesquisa e da formação de recursos humanos sobre pensamento de defesa, bem como o Instituto Pandiá Calógeras como instituição de estudios de Defesa, dedicada à promoção da participação acadêmica e social.

AED-64 Incrementar a participação das Forças Armadas em exercícios operacionais com outros países.

AED-65 Promover o adestramento, a atualização tecnológica dos meios materiais e doutrinária dos recursos humanos, para a participação das Forças Armadas em operações internacionais.

AED-66 Desenvolver capacidades de manter a segurança das linhas de comunicação marítimas onde houver interesses nacionais.

AED-69 Buscar a inserção da temática de defesa no sistema de educação nacional.

AED-70 Realizar, promover e incentivar atividades de ensino relacionadas aos temas de Defesa Nacional.

AED-71 Contribuir para a ampliação de programas de apoio à pesquisa científica e tecnológica relacionados aos temas de Defesa Nacional.

ED-14 EMPREGO DA COMUNICAÇÃO SOCIAL

Trata das ações com vistas à interação do Setor de Defesa com a sociedade, possibilitando aos cidadãos brasileiros tomar conhecimento das atividades desempenhadas pelo Ministério da Defesa e pelas Forças Armadas, promovendo uma imagem fidedigna, real e legítima dessas organizações.

OND VII - CONTRIBUIR PARA A ESTABILIDADE REGIONAL E PARA A PAZ E A SEGURANÇA INTERNACIONAIS

ED-15 PROMOÇÃO DA INTEGRAÇÃO REGIONAL

Trata-se das ações que visam à consolidação de uma mentalidade própria de defesa no âmbito da América do Sul, buscando-se incrementar o nível de comprometimento dos países da Região nos esforços conjuntos para solução de problemas comuns nesse tema.

AED-76 Estimular o desenvolvimento de uma identidade sul-americana de defesa.

ED-16 PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação.

AED-79 Intensificar as medidas de fomento da confiança mútua e da segurança internacionais.

AED-74 Desenvolver o planejamento de atividades de promoção institucional.

AED-75 Promover a visibilidade às ações do Setor de Defesa como fator de esclarecimento de tomadores de decisão e da opinião pública sobre os assuntos de defesa.

AED-77 Intensificar as parcerias estratégicas, a cooperação e o intercâmbio militar com as Forças Armadas dos países sul-americanos.

AED-78 Incrementar a participação brasileira em organismos e fóruns multilaterais de defesa regional.

AED-80 Intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países.

AED-81 Intensificar a realização de operações internacionais, unilateralmente ou em arranjos multilaterais, e de iniciativas de cooperação em áreas de interesse de defesa.

AED-82 Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais.

AED-83 Incrementar a participação brasileira nas decisões sobre o destino da região Antártica.

ED-17 ATUAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Trata da atuação do Brasil em foros e organizações internacionais e da participação das Forças Armadas e de contingentes policiais em missões humanitárias e de operações de paz sob o mandato de organismos multilaterais.

AED-82 Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais.

OND VIII - INCREMENTAR A PROJEÇÃO DO BRASIL NO CONCERTO DAS NAÇÕES E SUA INSERÇÃO EM PROCESSOS DECISÓRIOS INTERNACIONAIS

ED-1 FORTALECIMENTO DO PODER NACIONAL

Significa incrementar todo tipo de meios de que dispõe a Nação (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano), assim como aperfeiçoar os procedimentos de emprego dos recursos utilizados na aplicação das expressões do Poder Nacional, com ênfase na expressão militar.

AED-1 Desenvolver os setores estratégicos de defesa (nuclear, cibernético e espacial).

AED-2 Contribuir para o incremento do nível de segurança das Estruturas Críticas de

sistemas de captação, tratamento e distribuição de água; geração e distribuição de energia elétrica; transporte; produção e distribuição de combustíveis; e comunicações, entre outros.

AED-3 Aprimorar o Sistema Nacional de Mobilização.

AED-63 Incrementar a capacidade expedicionária, com foco na presteza e na permanência.

ED-17 ATUAÇÃO EM ORGANISMOS INTERNACIONAIS

Trata da atuação do Brasil em foros e organizações internacionais e da participação das Forças Armadas e de contingentes policiais em missões humanitárias e de operações de paz sob o mandato de organismos multilaterais.

AED-82 Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais.

22OND VIII - INCREMENTAR A PROJEÇÃO DO BRASIL NO CONCERTO DAS NAÇÕES E SUA INSERÇÃO EM PROCESSOS DECISÓRIOS INTERNACIONAIS

ED-1 FORTALECIMENTO DO PODER NACIONAL

Significa incrementar todo tipo de meios de que dispõe a Nação (infraestruturas, instaladas e potenciais, e capital humano), assim como aperfeiçoar os procedimentos de emprego dos recursos utilizados na aplicação das expressões do Poder Nacional, com ênfase na expressão militar.

AED-1 Desenvolver os setores estratégicos de defesa (nuclear, cibernético e espacial).

AED-2 Contribuir para o incremento do nível de segurança das Estruturas Críticas de

AED-84 Desenvolver capacidades das Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob mandato de organismos multilaterais.

AED-85 Aperfeiçoar o adestramento de civis e militares para participação em operações internacionais.

ED-16 PROMOÇÃO DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL

Refere-se às atividades mantidas entre o Setor de Defesa brasileiro e os congêneres estrangeiros, visando ao estreitamento dos laços de amizade, ao conhecimento mútuo e ao desenvolvimento de um ambiente de camaradagem e cooperação.

AED-79 Intensificar as medidas de fomento da confiança mútua e da segurança internacionais.

AED-80 Intensificar a realização de intercâmbios e acordos na área de defesa com outros países.

AED-81 Intensificar a realização de operações internacionais, unilateralmente ou em arranjos plurilaterais, e de iniciativas de cooperação em áreas de interesse de defesa.

AED-82 Intensificar a atuação em foros multilaterais e em mecanismos inter-regionais.

AED-83 Incrementar a participação brasileira nas decisões sobre o destino da região Antártica.

ED-18 ATUAÇÃO COM BASE NO MULTILATERALISMO

sistemas de captação, tratamento e distribuição de água; geração e distribuição de energia elétrica; transporte; produção e distribuição de combustíveis; e comunicações, entre outros.

AED-3 Aprimorar o Sistema Nacional de Mobilização.

AED-63 Incrementar a capacidade expedicionária, com foco na presteza e na permanência.

Refere-se à atuação do Setor de Defesa em consonância com o posicionamento político do Brasil, no sentido de defender o princípio do multilateralismo nas relações internacionais, nas operações internacionais e nas ações de cooperação com outros países e organismos estrangeiros, de modo a ampliar a participação dos países na discussão de temas de interesse global, conferindo às decisões maior legitimidade.

AED-84 Desenvolver capacidades das Forças Armadas para desempenharem responsabilidades crescentes em operações internacionais, sob mandato de organismos multilaterais.

AED-86 Intensificar a atuação do Setor de Defesa em organismos internacionais.

GLOSSÁRIO

ADAPTABILIDADE - Característica que possibilita um rápido ajuste às mudanças nas condições que determinam a seleção e a forma como os meios serão empregados, em qualquer faixa do espectro do conflito, nas situações de guerra e não guerra.

AGÊNCIA - Organização, instituição ou entidade, fundamentada em instrumentos legais e/ou normativos que tem competências específicas, podendo ser governamental ou não, militar ou civil, pública ou privada, nacional ou internacional.

AMAZÔNIA AZUL® - É a região que comprehende a superfície do mar, águas sobrjacentes ao leito do mar, solo e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira. Ela deve ser interpretada sob quatro vertentes: econômica, científica, ambiental e de soberania.

ATLÂNTICO SUL - é a região delimitada geo-estrategicamente ao Norte pelo paralelo 16N; ao Sul pelo Continente Antártico; a Leste pelo litoral africano e a Oeste pela América do Sul.

BASE INDUSTRIAL DE DEFESA (BID) - órgãos e entidades da administração pública direta e indireta e pessoas jurídicas de direito

privado que realizem ou conduzam pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção ou desativação de Produto de Defesa - PRODE ou Sistema de Defesa - SD, no País.

CAPACIDADE DE COORDENAÇÃO E CONTROLE - capacidade que tem como objetivo permitir, em quaisquer circunstâncias, a coordenação entre os diversos órgãos governamentais e tem como fundamento o domínio e a integridade do tráfego de informações.

CAPACIDADE DE DEFESA - Capacidade de que o País dispõe para gerar efeito dissuasório e respaldar a preservação dos interesses nacionais, compatível com sua estatura político-estratégica e com as atribuições de defesa do território, das águas jurisdicionais, da plataforma continental e do espaço aéreo brasileiros.

CAPACIDADE DE DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DE DEFESA - é capacidade de proporcionar desenvolvimento e/ou modernização de Produtos de Defesa (PRODE) e Sistemas de Defesa (SD), por intermédio de ações integradas empreendidas pelo Estado, indústria e meio acadêmico, de forma sinérgica, buscando a atualização e a interdependência tecnológica.

CAPACIDADE DE DISSUASÃO - configura-se como fator essencial para a Segurança Nacional, na medida em que tem como propósito desestimular possíveis agressões. Sustenta-se nas condições que possui a Nação de congregar e aplicar sua Capacidade de Proteção e de Pronta-resposta, no caso de eventuais ações hostis contra a soberania e os legítimos interesses do Brasil.

CAPACIDADE DE GESTÃO DA INFORMAÇÃO - capacidade que visa garantir a obtenção, a produção e a difusão dos conhecimentos necessários à coordenação e ao controle dos meios de que dispõe a Nação, proporcionando o acesso à Inteligência aos tomadores de decisão e aos responsáveis pelas áreas de Segurança Pública e de Defesa Nacional, em todos os escalões. O Sistema Brasileiro de Inteligência – SISBIN é a sua estrutura principal.

CAPACIDADE DE MOBILIDADE ESTRATÉGICA - é a condição de que dispõe a infraestrutura logística de transporte do País, com capacidade multimodal, e aos meios de transporte, de permitir às Forças Armadas deslocar-se, rapidamente, para a área de emprego, no território nacional ou no exterior, quando assim impuser a defesa dos interesses nacionais.

CAPACIDADE DE MOBILIZAÇÃO - é a capacidade que tem como objetivo incrementar a eficiácia do emprego da expressão militar que está

intimamente associada ao grau de independência tecnológica e logística do País, da capacidade de Mobilização Nacional e da capacidade do pronto emprego dos recursos e serviços colocados à sua disposição.

CAPACIDADE DE PRONTA-RESPOSTA - é a capacidade de empregar, em prazo oportuno, meios das expressões do Poder Nacional, em resposta à ameaça aos interesses nacionais.

CAPACIDADE DE PROTEÇÃO - exprime o mais relevante objetivo nacional, o de garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial. Assim, importa dotar a Nação da capacidade de resposta em situações excepcionais, preservando-se o funcionamento normal das funções vitais do Estado.

CAPACIDADE LOGÍSTICA - para a Defesa Nacional, baseia-se na Logística Militar e suas ações sistematizadas (logística militar e empresarial), criando o envolvimento direto e indireto dos vários setores nacionais capacitados nas sete funções logísticas (Engenharia, Manutenção, Recursos Humanos, Salvamento, Saúde, Suprimentos e Transporte).

CAPACIDADES NACIONAIS DE DEFESA - são aquelas compostas por diferentes parcelas das expressões do Poder Nacional. São implementadas por intermédio da participação coordenada e sinérgica de órgãos governamentais

e, quando pertinente, de entes privados orientados para a defesa e para a segurança em seu sentido mais amplo.

COMUNALIDADE - significa, num processo de padronização, um nível em que as partes do conjunto utilizam a mesma doutrina, os mesmos procedimentos e os mesmos equipamentos.

CONFLITO ARMADO - Recurso utilizado por grupos politicamente organizados que empregam a violência armada para solucionar controvérsias ou impor sua vontade a outrem. Pode estar condicionado ou não aos preceitos das normas internacionais. Nesse sentido, diferencia-se do conceito de guerra apenas na perspectiva jurídica, segundo a qual a guerra entre Estados, de acordo com leis internacionais, condiciona-se a determinados requisitos.

CONTROLE DE ÁREA MARÍTIMA - Controle que visa garantir certo grau de utilização, ainda que temporário, de áreas marítimas limitadas, estacionárias ou móveis, exercido na intensidade adequada à execução de atividades específicas.

DEFESA NACIONAL – é o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado, com ênfase na expressão militar, para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

DISSUASÃO - Atitude estratégica que, por intermédio de meios de qualquer natureza, inclusive militares, tem por finalidade desaconselhar ou desviar adversários, reais ou potenciais, de possíveis ou presumíveis propósitos bélicos. O mesmo que DETERRÊNCIA.

ELASTICIDADE - Característica que, dispondo uma força de adequadas estruturas de comando e controle e de logística, lhe permite variar o poder de combate pelo acréscimo ou supressão de estruturas, com oportunidade, ou por intermédio da mobilização de meios adicionais, quando for o caso.

ENTORNO ESTRATÉGICO - Área de interesse prioritário para o Brasil, que inclui a América do Sul, o Atlântico Sul, os países da costa ocidental africana e a Antártica.

FLEXIBILIDADE - 1 Característica de que deve dispor uma força militar, de modo a organizar-se para o cumprimento de uma missão específica, para atender tanto às diferentes fases de um plano ou ordem de operações, quanto de se adaptar às variações de situação que se possam apresentar, no desenrolar do combate ou missão recebida. 2 Capacidade de organizar grupamentos operativos de diferentes valores, em função da missão. 3 Capacidade de se adaptar, rapidamente, às variações da situação, utilizando unidades aéreas para a realização de uma gama variada de tipos de missões, com o

emprego, em cada caso, de táticas e armamentos adequados à operação a ser realizada. 4 Característica decorrente de estruturas com mínima rigidez preestabelecida, facilita um número maior de opções para reorganizar os elementos de combate em estruturas temporárias, com o adequado suporte logístico, desde as frações elementares até os Grandes Comandos.

INTEROPERABILIDADE - Capacidade de forças militares nacionais ou aliadas operarem em conjunto, efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução, sendo, ainda, a capacidade dos sistemas, unidades ou forças intercambiarem serviços ou informações ou aceitá-los de outros sistemas, unidades ou forças e, também, de empregar esses serviços ou informações, sem o comprometimento de suas funcionalidades.

MODULARIDADE - Divisão de um sistema em componentes, denominados módulos, que são nomeados separadamente, possuem características internas comuns e podem ser operados de forma independente em relação aos demais.

NEGAÇÃO DO USO DO MAR AO INIMIGO - Tarefa básica do Poder Naval que consiste em dificultar o estabelecimento do controle de área marítima pelo inimigo, ou a exploração deste controle por meio da destruição ou

neutralização de suas forças navais, do ataque às suas linhas de comunicação marítimas e aos pontos de apoio.

OPERAÇÃO COMBINADA - Operação empregada por elementos ponderáveis de Forças Armadas Multinacionais, sob a responsabilidade de um comando único.

OPERAÇÃO CONJUNTA - Operação que envolve o emprego coordenado de elementos de mais de uma Força Armada, mediante a constituição de um Comando Conjunto.

OPERAÇÕES EM REDE - A operação em rede é uma concepção que remete às Forças Armadas a necessidade de operarem no contexto da era da informação. Ela propicia condições para a interoperabilidade das Forças, contribuindo para a construção, a manutenção e a difusão da consciência situacional no espaço de batalha e o aprimoramento do Ciclo de Comando e Controle. Caracteriza-se pelo estabelecimento de um ambiente de compartilhamento da consciência situacional, de modo a contribuir para a obtenção da Superioridade de Informação e da iniciativa, mesmo que os meios empregados estejam dispersos geograficamente.

OPERAÇÕES INTERAGÊNCIAS - Operação que envolve as Forças Armadas e agências com a finalidade de conciliar interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos

convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e menores custos.

OPERAÇÃO SINGULAR - Operação desenvolvida por apenas uma das Forças Armadas.

PODER NACIONAL - É a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, o qual se manifesta em cinco expressões: a política, a econômica, a psicosocial, a militar e a científico-tecnológica

PROJEÇÃO DE PODER NAVAL - Significa a transposição da influência do Poder Naval sobre áreas de interesse, sejam elas terrestres ou marítimas, abrangendo um amplo espectro de atividades, que incluem, desde a presença de forças até a realização de operações navais.

PROJEÇÃO DE PODER SOBRE TERRA - Quando referenciada ao Poder Naval, indica uma de suas tarefas básicas, que abrange um amplo espectro de atividades, que podem incluir: o bombardeio naval; o bombardeio aeronaval; e as operações anfíbias. Nessa tarefa, também, estão enquadrados os ataques a terra com mísseis, a partir de unidades navais e aeronavais. Pode ter um ou mais dos seguintes propósitos: reduzir o poder inimigo, pela destruição ou neutralização de objetivos importantes; conquistar área estratégica para a conduta da

guerra naval ou aérea, ou para propiciar o início de uma campanha terrestre; negar ao inimigo o uso de uma área capturada; apoiar operações em terra; e salvaguardar a vida humana ou resgatar pessoas e materiais de interesse.

SEGURANÇA NACIONAL - É a condição que permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, a despeito de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.

SISTEMA DE LOGÍSTICA DE DEFESA (SisLogD) - É um sistema conceitual, atuando como um agente catalizador de disponibilização de informações gerenciais de interesse da Logística de Defesa, seja no âmbito dos órgãos da Administração Central do Ministério da Defesa, seja no âmbito das Forças Armadas. O SisLogD irá proporcionar um apoio logístico adequado e contínuo à Expressão Militar do Poder Nacional, em situação de paz ou de guerra.

SUSTENTABILIDADE - Característica que permite a uma força durar na ação, pelo prazo que se fizer necessário, mantendo suas capacidades operativas e resistentes às oscilações do combate.



LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

BRASIL 2020

SUMÁRIO

O AMBIENTE ESTRATÉGICO DO SÉCULO XXI

13

CONTEXTUALIZAÇÃO DO AMBIENTE ESTRATÉGICO	15
Aspectos conjunturais e estruturais que poderão afetar a Defesa Nacional	15
A Defesa e o Sistema Internacional	16
A Defesa e os Sistemas Regionais	16
Atlântico Sul	17

REGIMES E TRATADOS INTERNACIONAIS COM REFLEXOS PARA A DEFESA	17
Regimes internacionais de desarmamento e não proliferação de armas nucleares	18
Regimes de controles de exportação de bens sensíveis	19
Não Proliferação Nuclear	19

REGIMES INTERNACIONAIS DO MAR, ANTÁRTICA E ESPAÇO EXTERIOR	20
Espaço Marítimo	20
Continente Antártico	22
Espaço exterior	22
Regimes internacionais sobre meio ambiente	23
Espaço Cibernético	23

O ESTADO BRASILEIRO E A DEFESA NACIONAL

25

PRINCÍPIOS BÁSICOS DO ESTADO	27
------------------------------	----

TERRITÓRIO	28
------------	----

POPULAÇÃO E CULTURA	31
---------------------	----

DEFESA NACIONAL	33
-----------------	----

A Política e a Estratégia Nacionais de Defesa	33
---	----

A Política Nacional de Defesa (PND)	34	Meios Aeronavais da Esquadra	57
A Estratégia Nacional de Defesa (END)	35	Os Distritos Navais	57
Políticas externa e de defesa	36	Meios navais distritais	58
A DEFESA E O INSTRUMENTO MILITAR	39	O Corpo de Fuzileiros Navais (CFN)	59
O MINISTÉRIO DA DEFESA	41	Organização	61
O Ministério da Defesa e o Preparo e Emprego das Forças Armadas	43	A Diretoria Geral de Navegação (DGN)	62
Estrutura organizacional do Ministério da Defesa	44	Capacidades	63
Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)	44	Educação – principais escolas	64
Chefia de Operações Conjuntas (CHOC)	44	Escola Naval (EN)	64
Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE)	45	Colégio Naval	65
Chefia de Logística (CHELOG)	45	Escola de Guerra Naval (EGN)	65
Escola Superior de Guerra (ESG)	45	Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW)	65
Setores estratégicos para a Defesa	46	Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga (CIANB)	66
O Setor Nuclear	46	Escola de Saúde da Marinha (ESM)	66
O Setor Cibernético	46	Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE-MB)	66
O Setor Espacial	47	Centro de Coordenação de Estudos em São Paulo (CCEMSP)	67
Sistemas de monitoramento e controle	49	Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA)	67
Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)	49	Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC)	67
Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)	49	Instituições científicas e tecnológicas	68
Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)	50	Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP)	68
Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA)	50	Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha (DDNM)	68
Mobilização nacional	51	Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro (CTMRJ)	68
Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB)	51	Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM)	69
Serviço Militar	52	Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM)	69
Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE)	52	Centro de Análise de Sistemas Navais (CASNAV)	69
MARINHA DO BRASIL	52	Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM)	69
Missão da Marinha do Brasil	53	Intercâmbio e cooperação com outros países	70
Organização e meios operativos	54	Exercícios militares com outros países (2016/2019)	70
O Comando de Operações Navais (ComOpNav)	56	Mulheres na Marinha	72
EXÉRCITO BRASILEIRO	73		
Missão do Exército Brasileiro	74		
Organização e meios operativos	75		

Força Terrestre	76	Instituto Tecnológico de Aeronáutica (ITA)	94
Estrutura da Força Terrestre	77	Escola de Especialistas de Aeronáutica (EEAR)	95
Educação – principais escolas	79	Escola Preparatória de Cadetes do Ar (EPCAR)	95
Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)	79	Instituições científicas e tecnológicas	95
Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEX)	80	Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE)	95
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)	80	Instituto de Estudos Avançados (IEAv)	95
Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)	80	Instituto Pesquisa e Ensaios em Voo (IPEV)	96
Instituto Militar de Engenharia (IME)	80	Instituto de Aplicações Operacionais (IAOp)	96
Escola de Saúde do Exército (EsSEEx)	81	Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)	96
Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEX)	81	Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI)	97
Escola de Sargentos das Armas (ESA)	81	Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA)	97
Escola de Sargentos de Logística (EsSLog)	82	Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA)	97
Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA)	82	Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI)	98
Instituições científicas e tecnológicas	83	Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)	98
Centro Tecnológico do Exército (CTEx)	83	Intercâmbio e cooperação com outros países	98
Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx)	83	Exercícios militares com outros países (2016/2019)	99
Centro de Avaliações do Exército	83	Mulheres na Força Aérea	100
Diretoria do Serviço Geográfico (DSG)	84		
Agência de Gestão e Inovação Tecnológica (AGITEC)	84	EXEMPLOS DE EMPREGO DO INSTRUMENTO MILITAR	101
Intercâmbio e cooperação com outros países.	85	A participação do Brasil nas grandes guerras mundiais	101
Exercícios militares com outros países (2016/2019)	85	I Guerra Mundial	101
Mulheres no Exército	86	II Guerra Mundial	102
FORÇA AÉREA BRASILEIRA	87	A participação do Brasil em operações de paz	105
Missão da Força Aérea	88	Operações de Coordenação com Agências	107
Organização	89		
Comando de Preparo (COMPREP)	91	DEFESA E A SOCIEDADE	109
Educação – principais escolas	92		
Academia da Força Aérea (AFA)	92	ATRIBUIÇÕES SUBSIDIÁRIAS	110
Universidade da Força Aérea (UNIFA)	93	Marinha do Brasil e suas ações	111
Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica (ECEMAR)	94	Controle e Provimento da Segurança Marítima	111
Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (EAOAR)	94	Busca e Salvamento	112
Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica (CIAAR)	94	Assistência hospitalar na Amazônia	112

Exército Brasileiro e suas ações	113	CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO	135
Segurança na Faixa de Fronteira	113	1. Administração Central do MD	136
Apoio à sociedade e contribuição com o desenvolvimento nacional	114	2. Marinha do Brasil	137
Força Aérea Brasileira e suas ações	115	3. Exército Brasileiro	142
Controle Integrado do Espaço Aéreo Brasileiro	115	4. Força Aérea Brasileira	145
Evacuações Aeromédicas	116		
Busca e Salvamento	116		
Transporte de Órgãos	116		
		ECONOMIA DA DEFESA	149
PROGRAMAS SOCIAIS COORDENADOS PELO MINISTÉRIO DA DEFESA	118	ORÇAMENTO DA DEFESA	150
Projeto Soldado Cidadão	118	O processo orçamentário	150
Programa Calha Norte (PCN)	119	Princípios para o orçamento da Defesa	151
Programa Forças no Esporte (PROFESP)	119	Classificação das informações orçamentárias do Livro Branco	151
Projeto João do Pulo (PJP)	120	A execução do orçamento de Defesa	154
Programa de Incorporação de Atletas de Alto Rendimento (PAAR)	121	A execução das despesas financeiras	155
Projeto Rondon	123	A execução das despesas primárias	157
A Defesa e a Academia	124	A execução das despesas primárias no Comando da Marinha	159
Programa de Apoio ao Ensino e à Pesquisa Científica e Tecnológica em Defesa Nacional (Pró-Defesa)	125	A execução das despesas primárias no Comando do Exército	160
Congresso Acadêmico sobre Defesa Nacional (CADN)	125	A execução das despesas primárias no Comando do Aeronáutica	161
Curso de Extensão em Defesa Nacional (CEDN)	125	Despesas obrigatórias	162
Concursos de Monografias e de Dissertações e Teses sobre Defesa Nacional	126	A evolução das despesas obrigatórias da Administração Central	164
Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR)	126	A evolução das despesas obrigatórias do Comando da Marinha	165
A DEFESA E OS DIREITOS HUMANOS	128	A evolução das despesas obrigatórias do Comando do Exército	166
		A evolução das despesas obrigatórias do Comando da Aeronáutica	167
		Despesas discricionárias	169
		Evolução das despesas discricionárias da Administração Central	170
A TRANSFORMAÇÃO DA DEFESA	131	Evolução das despesas discricionárias do Comando da Marinha	171
PLANO DE ARTICULAÇÃO E DE EQUIPAMENTO DE DEFESA (PAED)	133	Evolução das despesas discricionárias do Comando do Exército	172
BASE INDUSTRIAL DE DEFESA (BID)	133	Evolução das despesas discricionárias do Comando da Aeronáutica	173
		DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS EM DEFESA	174
		Âmbito internacional	174

ANEXOS**177**

PESSOAL	178
Quantitativos de Militares em 2019	178
Quantitativos de Militares em 2019 por Localização	179
Quantitativos de Militares em 2019 em Missões de Paz	180
Quantitativos de Adidos Militares no Exterior em 2019	181
Quantitativos de Servidores Civis no Ministério da Defesa em 2019	181
ORÇAMENTO DA DEFESA	182
Dotações Orçamentárias (Valores constantes – R\$ bilhões de 2019)	182
Despesa Empenhada por Comando Militar (Valores Constantes – R\$ bilhões de 2019)	183
Despesa Empenhada por Grupo de Natureza da Despesa (Valores constantes – R\$ bilhões de 2019)	183
Despesa Empenhada por Comando Militar (Valores Constantes – R\$ milhões de 2019)	184
Despesa Empenhada Dívida Interna e Externa (Valores Constantes – R\$ milhões de 2019)	184
Despesa Empenhada - Custeio por Comando Militar (Valores Constantes – R\$ milhões de 2019)	185
Despesa Empenhada com Investimentos por Comando Militar (Valores Constantes – R\$ milhões de 2019)	185

GLOSSÁRIO**187**

LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

O AMBIENTE ESTRATÉGICO DO SÉCULO XXI

CAPÍTULO 1

O sistema internacional contemporâneo, marcado pelo esgotamento da ordem que caracterizou o imediato pós-Guerra Fria, tem-se distinguido pelo acelerado processo de reestruturação das relações de poder entre Estados. A coexistência de potências tradicionais e potências emergentes traz novos desafios no plano da Defesa.

A recomposição do sistema com base na coexistência de várias potências não é, por si só, suficiente para garantir que prevaleçam relações não conflituosas entre Estados e que predominem soluções negociadas de controvérsias, com o emprego preponderante de instrumentos diplomáticos, econômicos e/ou jurídicos.

A Defesa e a Diplomacia são importantes vetores para a preservação e o fortalecimento da Soberania Nacional, o que exige coordenação estreita entre as políticas externa e de defesa, na medida em que esta oferece salvaguardas imprescindíveis para a atuação do Brasil no cenário internacional.

O Brasil deve dedicar contínua atenção à sua defesa, buscando mantê-la em nível adequado à sua estatura político-estratégica. A Defesa Nacional, além de ser importante vetor para a preservação da Soberania Nacional, também possibilita a manutenção da integridade territorial, a consecução dos objetivos nacionais, a proteção ao povo e a garantia de não ingerência externa no território nacional e em suas águas jurisdicionais, inclusive no espaço aéreo sobrejacente, no leito dos rios e no subsolo marinho. Por isso, faz-se necessário investimentos na construção e na manutenção de capacidades nacionais de

defesa que propiciem adequada efetividade à Defesa Nacional. Nesse sentido, impõe-se que as Forças Armadas estejam adequadamente preparadas e mantidas em permanente estado de prontidão para serem empregadas para cumprir sua destinação constitucional.

Novos temas – ou novas formas de abordar temas tradicionais – passaram a influir no ambiente internacional do século XXI. As implicações para a Defesa Nacional advindas do problema mundial das drogas e do tráfico internacional de armas, da necessidade de proteção da biodiversidade, da eventualidade de ocorrência de ataques cibernéticos, das possíveis tensões decorrentes da crescente escassez de recursos, das pandemias, dos ilícitos transnacionais, do terrorismo internacional, da pirataria entre outros, explicitam a crescente transversalidade dos temas ligados à Defesa Nacional, que ultrapassam a visão tradicional de ameaças potenciais ou manifestas focadas somente em possíveis tensões ou crises entre Estados.

Um cenário internacional caracterizado por incertezas tem influência direta tanto na definição da política externa brasileira, quanto em sua política de defesa. O fenômeno da globalização ampliou o acesso a avanços tecnológicos, favoreceu movimentos de pessoas, abriu oportunidades econômicas e comerciais e facilitou a disseminação de ameaças de naturezas diversas. Crises econômico-financeiras, sociais, energéticas e ambientais podem, também, trazer reflexos para a paz e a segurança internacional.

No âmbito do entorno regional, existe uma clara

oportunidade de aprimoramento da cooperação no campo da defesa, por meio de instrumentos que promovam o desenvolvimento de um nível

adequado de segurança regional na América do Sul, baseado na cooperação entre os países.

CONTEXTUALIZAÇÃO DO AMBIENTE ESTRATÉGICO

Na composição dos polos de poder internacionais contemporâneos, coexistem estruturas recentes e tradicionais de governança global, em que novos fóruns de concertação política passam a ter importância similar à de outros que se consolidaram segundo uma lógica bipolar e excluente ao longo do século XX.

Na multipolaridade, que se estrutura na atualidade, é natural que dinâmicas de conflito e cooperação coexistam na relação entre os Estados. Entretanto, caso haja o predomínio do

conflito sobre a cooperação, haverá um ambiente estratégico de enfraquecimento de mecanismos de coordenação multilateral. Por outro lado, a prevalência da cooperação sobre o conflito favorecerá o fortalecimento dos fóruns multilaterais.

Nessa nova distribuição mundial de poder, o Brasil deve contribuir para fortalecer uma multipolaridade de caráter cooperativo, condizente com sua histórica e tradicional postura de defesa da integridade normativa do sistema internacional.

ASPECTOS CONJUNTURAIS E ESTRUTURAIS QUE PODERÃO AFETAR A DEFESA NACIONAL

Os níveis médios de crescimento econômico mundial devem se manter, nos próximos anos, semelhantes aos verificados em períodos recentes. Países que tiverem um crescimento maior que a média mundial tendem a ampliar sua influência global. O acréscimo de atores globais, com maiores excedentes de poder e recursos, pode aumentar a incidência de conflitos que afetem a paz e a segurança internacionais.

A facilidade de comunicações, principalmente a utilização das redes sociais, permite promover maior mobilização em defesa de causas como meio ambiente, catástrofes humanitárias, direitos humanos, entre outras. Esses mesmos meios, contudo, podem ser utilizados para a manipulação de situações, por agentes estatais ou não estatais, no sentido de potencializar conflitos.

O terrorismo internacional continua ativo em escala mundial e deve permanecer assim nos próximos anos, fazendo com que os Estados Unidos da América e a Organização do Tratado do Atlântico Norte atuem de forma determinada

e decisiva contra grupos terroristas e países que os apoiam, de forma direta ou indireta, o que pode deslocar redes terroristas para territórios onde eles ainda não estão presentes.

A DEFESA E O SISTEMA INTERNACIONAL

O Brasil trabalha para que os fóruns de concertação multilaterais, em especial os que integram as Nações Unidas, tornem-se mais representativos da realidade mundial do século XXI. A eficácia e a legitimidade das decisões e das políticas adotadas pela ONU serão tanto maiores quanto maior for sua capacidade de expressar interesses dos países que a compõem. O pleito do País com relação à reforma abrangente do Conselho de Segurança das Nações Unidas, em particular, responde a esse projeto inclusivo que motiva, há décadas, a política externa brasileira.

Uma expressão evidente da crescente

importância do Brasil na área de paz e segurança internacional tem sido a participação em operações de paz. Tais operações são um dos principais instrumentos à disposição da comunidade internacional para lidar com ameaças de conflito, bem como evitar que países em situações de pós-conflito vejam ressurgir a violência armada. Ao lado de fundos, agências e programas da ONU, missões de paz são importante face dessa Organização, uma vez que representam a principal forma de ação militar legal e legítima da comunidade internacional para garantir a segurança coletiva.

A DEFESA E OS SISTEMAS REGIONAIS

A integração sul-americana permanece como objetivo estratégico das políticas externa e de defesa brasileiras, pois o País reconhece, no adensamento das relações políticas, sociais e econômicas entre os países sul-americanos, um elemento fundamental para o desenvolvimento socioeconômico e para a preservação da paz na região.

A região sul-americana tem apresentado baixa incidência de tensões ou crises entre Estados. É

também uma das regiões do planeta livre de armas de destruição em massa. A postura conciliatória do Brasil, que convive em paz com seus vizinhos há mais de um século, tem contribuído historicamente para a estabilização da região. Esse legado deve ser valorizado e preservado. Manter a estabilidade e a prosperidade do entorno brasileiro reforça a segurança do País e tem efeitos positivos sobre todos os países da América do Sul.

A Defesa atua com destaque na estrutura da Organização dos Estados Americanos (OEA), em função de sua participação efetiva na Junta Interamericana de Defesa (JID), além de participar ativamente em atividades de caráter humanitário, como na atuação e na preparação de desminagens, em antigas zonas de conflito no continente.

É importante destacar que existem outros

fóruns em nível regional e sub-regional, como os encontros de Chefes de Estados-Maiores e de Comandantes de Forças Armadas; a Comissão de Segurança Hemisférica; a Conferência de Ministros de Defesa das Américas; a Conferência dos Exércitos Americanos; a Conferência Naval Interamericana; e o Sistema de Cooperação entre as Forças Aéreas Americanas.

ATLÂNTICO SUL

O Brasil tem especial interesse na paz e segurança do Atlântico Sul. Esse oceano possui áreas estratégicas relevantes e de vital importância para o comércio mundial e nacional. Por isso, dedica especial atenção à construção de um ambiente cooperativo no Atlântico Sul, sob a égide da Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS).

O aumento de incidentes de pirataria e roubo no Golfo da Guiné, por exemplo, evidencia a importância de fortalecimento da ZOPACAS, com vistas a contribuir para o desenvolvimento das capacidades dos Estados costeiros daquele Golfo de prover a segurança marítima e a estabilidade na região. A cooperação mantida no âmbito da ZOPACAS estende-se a temas ambientais e de sustentabilidade.

REGIMES E TRATADOS INTERNACIONAIS COM REFLEXOS PARA A DEFESA

O Brasil tem sólida tradição de resolução pacífica de controvérsias e compromisso com o Direito Internacional. A primeira Constituição republicana brasileira (1891) proibiu a guerra de conquista e, desde sua estreia em fórum global, na Segunda Conferência de Paz de Haia (1907), o País preconiza a igualdade jurídica entre os Estados, recusando tratados e acordos discriminatórios.

Os contenciosos territoriais do País foram solucionados por negociações diplomáticas e arbitragens internacionais, que consolidaram as fronteiras com os países limítrofes. Desse

modo, o Brasil antecipou-se a princípios que motivaram a criação da Liga das Nações (1919) e da Organização das Nações Unidas (1945).

REGIMES INTERNACIONAIS DE DESARMAMENTO E NÃO PROLIFERAÇÃO DE ARMAS NUCLEARES

O Brasil, à luz dos princípios constitucionais que regem suas relações internacionais, pauta-se pela participação proativa nas negociações que envolvem temas de desarmamento e não proliferação. A partir das inquestionáveis necessidades de segurança ditadas pelo cenário político-estratégico de defesa, entende que medidas realistas e críveis de redução ou eliminação de armamentos e que a verificação transparente desses processos pode vir a ser adotados multilateralmente, propiciando ambiente de confiança mútua entre Estados soberanos.

O Brasil é um dos signatários originais da Convenção para a Proibição de Armas Químicas e sua Destrução (CPAQ), que proíbe o desenvolvimento, produção, aquisição, armazenagem, retenção, transferência e uso desse tipo de armamento.

O País é parte da Convenção para a Proibição de Armas Biológicas e Toxínicas e sua Destrução (CPAB), que proíbe o desenvolvimento, produção e estocagem dessas armas. Desde o início

dos anos 1990, o Brasil tem participado, com pessoal, das campanhas de desminagem do Programa de Ação Integral contra Minas Antipessoal nas Américas e na África, com expressivos resultados em termos de números de minas desativadas e áreas varridas. O País é parte, ainda, na Convenção sobre a Proibição do Uso, Armazenamento, Produção e Transferência de Minas Antipessoal e sobre sua Destrução (Convenção de Ottawa). Além disso, o Brasil tem atuado no favorecimento das discussões relacionadas com a prevenção da corrida armamentista no espaço sideral, defendendo a adoção de um instrumento internacional juridicamente relevante nessa matéria.

No que se refere ao armamento convencional, o Brasil é parte da Convenção sobre Proibições ou Restrições ao Emprego de Certas Armas Convencionais que Podem Ser Consideradas Excessivamente Lesivas ou Geradoras de Efeitos Indiscriminados (CCAC).

REGIMES DE CONTROLES DE EXPORTAÇÃO DE BENS SENSÍVEIS

À parte de todos os tratados relativos à não proliferação de armas de destruição em massa, o Brasil é membro de regimes informais de controles de exportações nas áreas nuclear (Grupo de Supridores Nucleares – NSG) e missilística (Regime de Controle de Tecnologia de Mísseis – MTCR). Esses regimes elaboram diretrizes e negociam listas de bens e tecnologias cujas exportações devem ser controladas pelos Estados membros, uma vez que podem ser usados em programas de desenvolvimento e fabricação de armas de destruição em massa, inclusive seus vetores (mísseis).

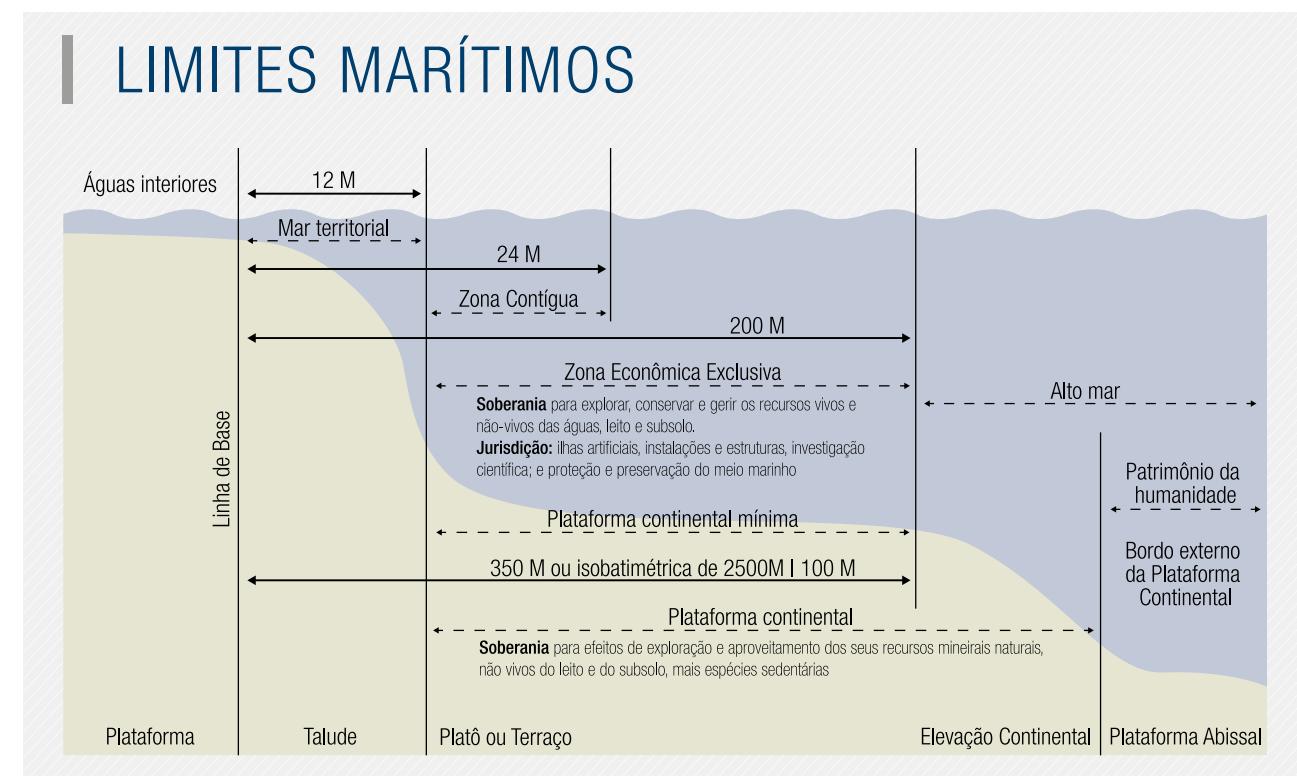
NÃO PROLIFERAÇÃO NUCLEAR

O Brasil entende que segurança, paz e desenvolvimento são dimensões indissociáveis das questões da não proliferação de armas de destruição em massa e de desarmamento. Trata-se de um campo marcado por forte estratificação, ilustrado pela diferenciação feita pelo Tratado de Não Proliferação Nuclear (TNP) entre Estados que possuem armas nucleares e Estados que não as possuem. A posse de armas de destruição em massa (nucleares, sobretudo) e de seus veículos lançadores (mísseis de longo alcance), bem como a participação em alianças que se baseiam na possibilidade de emprego – ainda que em última instância – de tais armas, continua a ser fator crucial nas relações internacionais, com implicações diretas para a defesa e a segurança internacional.

Além do TNP, o Brasil é parte do Tratado de Tlatelolco, que criou, na América Latina e no Caribe, a primeira zona livre de armas nucleares em uma região densamente povoada do mundo. A atuação internacional do Brasil nessa área busca reforçar a independência nacional e garantir que normas internacionais contra a proliferação de armas de destruição em massa não sejam incompatíveis com a capacitação tecnológica autônoma, inclusive em setores estratégicos, como o nuclear.

O País possui credenciais consolidadas na área de não proliferação. A Constituição Federal veda a utilização da energia nuclear para fins

REGIMES INTERNACIONAIS DO MAR, ANTÁRTICA E ESPAÇO EXTERIOR



ESPAÇO MARÍTIMO

A Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM), cujas resoluções foram ratificadas pelo Brasil, estabeleceu importantes conceitos para a regulação dos limites no mar, quais sejam: um mar territorial (MT), onde o Estado exerce soberania plena; uma zona contígua (ZC), dentro da qual o Estado costeiro pode tomar medidas de fiscalização aduaneira, fiscais, de imigração, sanitária e reprimir infrações às leis e aos regulamentos cometidas no território

ou no mar territorial; e uma zona econômica exclusiva (ZEE), na qual o Estado costeiro tem direitos de soberania para fins de exploração e aproveitamento, conservação e gestão dos recursos naturais.

À luz da CNUDM, as Águas Jurisdicionais Brasileiras compreendem as águas interiores e os espaços marítimos, nos quais o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não-vivos. Esses espaços marítimos compreendem a faixa de 200 milhas marítimas contadas a partir das linhas de base, acrescida das águas sobrjacentes à extensão da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas, onde ela ocorrer.

A ZEE brasileira compreende uma área oceânica aproximada de 3,6 milhões de km², que, somada aos 2,1 milhões de km² de plataforma continental (PC) situados além das 200 milhas náuticas e reivindicados junto à Comissão de Limites da Plataforma Continental (CLPC) da ONU, perfaz um total aproximado de 5,7 milhões de km². Essa extensa área oceânica delimita o que se denomina "Amazônia Azul".

O Brasil apresentou, em 2004, à CLPC, uma submissão que solicitou a extensão de 965.000 km² de sua plataforma continental. Em 2007, a CLPC acatou 81% do pleito apresentado pelo Brasil para extensão de sua plataforma e emitiu recomendações para as demais áreas. No entanto, o governo brasileiro apresentou uma

nova Submissão Revista do Limite Exterior da Plataforma Continental Brasileira, além das 200 milhas, contrapondo-se àquelas recomendações.

Em 2019, a CLPC tornou pública a recomendação que legitimou ao Brasil incorporar 170.000 km² de área de Plataforma Continental, referentes à Região Sul, além da Zona Econômica Exclusiva. As Submissões Revistas Parciais das Margens Equatorial e Oriental/Meridional continuam sob análise da CLPC.



CONTINENTE ANTÁRTICO

O Sistema do Tratado da Antártida, criado em 1959, com a assinatura do referido Tratado, regula toda a área ao sul do paralelo 60° Sul. O Sistema logrou construir o regime jurídico na região antártica, assegurou a proteção ambiental, a liberdade científica daquela área e congelou, por 50 anos, as disputas territoriais históricas naquele continente. O Tratado da Antártida, adotado no ápice da Guerra Fria, baniu testes nucleares e operações militares na região, transformando a Antártica na primeira área desmilitarizada no planeta.

Decorrente de motivações científicas e político-estratégicas, o Brasil aderiu ao Tratado em 1975. Em 1982, iniciaram-se as ações que deram origem ao Programa Antártico Brasileiro (PROANTAR), com a atribuição à Comissão

Interministerial para os Recursos do Mar (CIRM) do encargo de elaborar o projeto para a implantação do Programa, além da criação da Comissão Nacional para Assuntos Antárticos (CONANTAR). A primeira Operação Antártica foi realizada no verão de 1982/1983, permitindo, já em 1983, a inclusão do Brasil no grupo de Membros Consultivos do Tratado da Antártica, hoje com 29 países, assegurando a participação brasileira nos processos decisórios relativos ao futuro daquele continente.

A Marinha dispõe de meios navais capazes de realizar reconhecimento hidrográfico, oceanográfico e meteorológico na Antártica, além de operar a Estação Antártica Comandante Ferraz (EACF), contando com o apoio da Força Aérea Brasileira (FAB).

ESPAÇO EXTERIOR

O Brasil pauta sua política externa na área espacial pelo respeito aos princípios internacionais relacionados à utilização do espaço exterior, em especial: i) utilização do espaço em benefício e no interesse de toda a humanidade; ii) direito à liberdade de exploração do espaço exterior, em condição de igualdade

para todos os países; iii) manutenção da paz e da segurança internacionais; e iv) respeito ao Direito Internacional e à Carta das Nações Unidas.

O setor espacial é considerado, juntamente com o cibernético e o nuclear, estratégico para a Defesa Nacional, conforme estabelecido na Estratégia Nacional de Defesa (END).

REGIMES INTERNACIONAIS SOBRE MEIO AMBIENTE

A temática ambiental tem progressivamente assumido maior importância para o Brasil. A proteção dos recursos naturais ganhou destaque na formulação da Estratégia Nacional de Defesa, principalmente no que se refere à região Amazônica. A contrapartida ao direito de exploração soberana é o compromisso de cada Estado de não causar danos ao meio ambiente em razão de atividades realizadas sob sua jurisdição ou sob seu controle.

ESPAÇO CIBERNÉTICO

Entre os novos temas que apresentam implicações para a proteção da Soberania Nacional está a defesa cibernética. A possibilidade do surgimento de “guerras cibernéticas” no século XXI representa desafio importante para a Defesa Nacional e para a segurança internacional.

A possibilidade de o País sofrer um ataque

cibernético de origens das mais diversas e de difícil identificação, que poderão causar danos consideráveis a estruturas estratégicas ou mesmo a outros setores de importâncias vitais para a nação brasileira, faz com que a Defesa Cibernética passe a ter importância fundamental para a Defesa Nacional.



LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

O ESTADO BRASILEIRO E A DEFESA NACIONAL

CAPÍTULO 2

O Brasil é um país de dimensões continentais. Em seu território e em suas águas jurisdicionais, abriga uma grande quantidade de recursos naturais, uma biodiversidade sem par, além de possuir destacada posição mundial na produção de alimentos. É grande produtor de energia renovável e não renovável, de proteína animal e vegetal. Possui extensas reservas de água potável, enorme biodiversidade e vastos

recursos minerais, combinados a um parque industrial que está entre os maiores e mais diversificados do mundo. As descobertas do pré-sal vêm se somar a esse potencial e estão levando o País a um novo patamar de reservas e produção de petróleo e gás natural, bem como à consolidação de sua capacidade tecnológica de lidar sustentavelmente com riquezas disponíveis em sua vasta área marítima.

Possui uma população de aproximadamente 210 milhões de habitantes, que se constitui no seu maior patrimônio. Nos últimos anos, tem alcançado níveis cada vez mais expressivos de desenvolvimento social, buscando a eliminação da pobreza, o aumento da escolaridade e da expectativa de vida e a redução das desigualdades sociais.

Por sua importância no contexto mundial e pelo seu patrimônio, o País não pode deixar de atribuir a devida atenção a sua defesa e de estar preparado para fazer frente a ameaças externas, potenciais ou manifestas, a fim de assegurar a defesa do Território Nacional, da Soberania Nacional e dos interesses nacionais.

PRINCÍPIOS BÁSICOS DO ESTADO

O Brasil é uma República Federativa que adota o presidencialismo como sistema de governo. A divisão de Poderes – Executivo, Legislativo e Judiciário – é, no ordenamento jurídico brasileiro, um princípio fundamental, baseando-se na independência e na harmonia dos três Poderes.

A Federação brasileira é formada pela união indissolúvel dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios. Essas entidades federativas possuem autonomia política, nos termos da Constituição Federal, podendo elaborar leis, eleger governantes e gerir os seus próprios recursos.

O País firma-se em fundamentos constitucionais, dentre os quais destaca-se a Soberania Nacional, entendida como a manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminação e de convivência com as demais Nações em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em assuntos internos, nem participação em atos dessa natureza em relação a outras Nações.

Na esfera internacional, o Brasil atua conforme os princípios elencados no art. 4º da Constituição

Federal, dentre os quais destacam-se como de maior interesse para a Defesa Nacional: independência nacional, prevalência dos direitos humanos, autodeterminação dos povos, não intervenção, igualdade entre os Estados, defesa da paz, solução pacífica dos conflitos, repúdio ao terrorismo internacional e ao racismo e a cooperação entre os povos para o progresso da humanidade.

A política externa brasileira considera o diálogo e a cooperação internacionais instrumentos essenciais para a superação de obstáculos e para a aproximação e o fortalecimento da confiança entre os Estados. Em termos geopolíticos, o Brasil prioriza o entorno estratégico, constituído pela América do Sul, Atlântico Sul, costa ocidental da África e Antártica.

Em função de tradicionais relações, a América do Norte e a Europa também constituem áreas de interesse. Fruto dos laços históricos e culturais, os países de língua portuguesa merecem especial atenção no campo da cooperação de Defesa. Igualmente, a proximidade do mar do Caribe e da América Central demanda atenção crescente a essas regiões.

MAPA POLÍTICO DO BRASIL - REGIÕES



TERRITÓRIO

Localizado na América do Sul, o território brasileiro possui cerca de 8,5 milhões de km² de área terrestre e 4,5 milhões de km² de águas jurisdicionais.

O País faz fronteira com 9 países sul-americanos e um território ultramarino da França, o que representa uma linha com 16.866 km de extensão. Conforme o art. 20 da Constituição Federal, a porção de 150 km, contados a partir da linha de fronteira, é designada como faixa de

fronteira, considerada fundamental para a defesa nacional e representa 27% do território nacional.

A natural vocação marítima brasileira é respaldada pelo seu extenso litoral, com cerca de 7,4 mil km, suas hidrovias, pela magnitude do seu comércio marítimo e pela incontestável importância estratégica e econômica do Atlântico Sul, que incorpora elevado potencial de recursos vivos e não vivos, como as maiores reservas de petróleo e gás natural do Brasil.

AQUÍFEROS ALTER DO CHÃO E GUARANI

Em um planeta ameaçado pela escassez crescente de recursos naturais, os Aquíferos Alter do Chão e Guarani estão entre as maiores reservas subterrâneas de água doce do mundo. O Aquífero Alter do Chão, localizado sob a maior bacia hidrográfica do mundo (rio Amazonas), se estende sob solo brasileiro, com um volume potencial estimado em 86 mil km³. O Aquífero Guarani encontra-se, em cerca de 70% de sua totalidade, no território brasileiro (840 mil km²), com um reservatório de água subterrânea de capacidade estimada em 45 mil km³.

MAPA DA AMÉRICA DO SUL



TERRITÓRIO NACIONAL



O Território Nacional é composto por cinco grandes regiões, com características próprias: Norte, Nordeste, Centro-Oeste, Sudeste e Sul.

A região Norte equivale a mais de 45% do Território Nacional e se caracteriza, entre outros elementos, por possuir baixa densidade populacional e extensa faixa de fronteira. A Amazônia, com mais 4 milhões de km², representa um dos focos de maior interesse para a defesa. A Pan-Amazônia, equivalente à totalidade da Amazônia na América do Sul, corresponde em números aproximados, 40% da área continental sul-americana e detém 20% da disponibilidade mundial de água doce. A maior parcela de extensão amazônica pertence ao território brasileiro (cerca de 70%), abriga reservas minerais de toda ordem e a maior biodiversidade do planeta.

O Nordeste é a segunda região geográfica mais densamente povoada, impactada pelo fenômeno da seca e com sua população concentrada ao longo do litoral, onde estão localizados os principais centros urbanos. O Centro-Oeste, área de expansão da fronteira agrícola, também apresenta uma reduzida densidade populacional.

O Sudeste é a região mais densamente povoada, urbanizada e desenvolvida do País, englobando os maiores centros populacionais. A região Sul é a de menor extensão territorial. Faz fronteira com os países platinos e apresenta elevados índices de urbanização e densidade demográfica.

Em relação à faixa de fronteira, a constatação de um crescimento populacional significativo e o adensamento de núcleos urbanos ao longo dessa área justificam a prioridade atribuída ao desenvolvimento sustentável, à integração nacional e à cooperação com os países fronteiriços, no que tange à segurança e ao

combate aos ilícitos transnacionais.

Em todas as regiões geográficas, com predominância para as regiões Sudeste e Sul, estão localizadas estruturas de valor estratégico para o País, nos setores de energia, telecomunicações, transportes e logística, constituindo-se em importantes focos para a defesa.

A malha hidroviária brasileira constitui fator vital para a integração nacional. O País abriga 12 grandes bacias hidrográficas. Destacam-se quatro principais: ao norte, a Amazônica; no centro, as do Araguaia-Tocantins e do São Francisco; e, ao sul, as sub-bacias do Paraná, Paraguai e Uruguai, que compõem a bacia do Prata. Há grande potencial para ações articuladas que facilitem o transporte intermodal, como fator de ocupação do interior e de integração nacional, com reflexos diretos para a integração da América do Sul.

O Brasil tem forte vinculação com o mar, o que o leva a exercer uma natural influência sobre o Atlântico Sul. A forte dependência do tráfego marítimo para as atividades de comércio exterior constitui relevante desafio para a defesa.

A região do Atlântico Sul sobre a qual o Brasil exerce soberania e jurisdição nos assuntos afetos à exploração e ao controle das águas jurisdicionais e plataforma continental possui uma área equivalente à da Amazônia brasileira, por isso chamada de "Amazônia Azul". Sob essa região, estão abrigadas as reservas de petróleo e gás em águas profundas e ultraprofundas, tão importantes para o desenvolvimento do País. Daí a necessidade de intensificar medidas de acompanhamento, monitoramento e controle do tráfego marítimo, assim como dos incidentes na área de vigilância marítima sob a responsabilidade do Brasil.

MAPA DE BACIAS HIDROGRÁFICAS



POPULAÇÃO E CULTURA

A sociedade brasileira é resultado do encontro de populações de origens geográficas e étnicas diversificadas. Desde o início da colonização, indivíduos de origem ameríndia, europeia e africana misturaram-se, resultando em uma população miscigenada. No final do século XIX e início do século XX, o Brasil recebeu novos fluxos migratórios das mais diversas origens, principalmente europeias, médio-orientais e orientais, aumentando a miscigenação e produzindo grandes marcas na cultura brasileira. Os ciclos econômicos constituíram polos de atração de migrantes para diferentes regiões. O incremento populacional na região Norte do Brasil, por exemplo, foi impulsionado pela extração da borracha no final do século XIX. Posteriormente, o processo de industrialização firmou a região Sudeste como principal destino dos deslocamentos populacionais. O censo

Durante o século XX, ocorreram intensos deslocamentos populacionais. O censo

intensidade da migração para as metrópoles do Sudeste diminuiu, em função, sobretudo, da descentralização da atividade industrial. Hoje, se constata o surgimento de polos de desenvolvimento e de ofertas de emprego em diversas regiões.

Paralelamente a esses fluxos migratórios “espontâneos”, o Estado promoveu ações de incentivo à ocupação de áreas pouco povoadas, com vistas à sua integração ao Território Nacional. A chamada “Marcha para o Oeste”, por exemplo, foi um movimento criado pelo primeiro período de governo do Presidente Getúlio Vargas (1930-1945) para motivar a ocupação da região Centro-Oeste. Posteriormente, a mudança da capital do

País para Brasília constituiu-se em um marco de ocupação territorial.

A miscigenação, as heranças lusitana, indígena e africana e a interação harmônica de diferentes culturas foram responsáveis por uma identidade própria e original. A língua oficial brasileira, o português, é um dos principais fundamentos da identidade nacional e um vetor de transmissão da cultura e das tradições. A música, as artes, a literatura e o esporte são elementos que também colaboraram para o processo de formação da identidade nacional. Esses elementos abarcam características, dizeres e saberes locais, contribuindo para o desenvolvimento de uma riqueza cultural.



DEFESA NACIONAL

A POLÍTICA E A ESTRATÉGIA NACIONAIS DE DEFESA

Uma das mais importantes atribuições fundamentais apresentados no art. 3º da Constituição Federal.

O Brasil exerce completa e exclusiva soberania¹ sobre seu território, seu mar territorial e o espaço aéreo sobrejacente, não aceitando qualquer forma de ingerência externa em suas decisões. O Estado brasileiro trabalha em prol de ações que fortaleçam a aproximação e a confiança entre os países, uma vez que a valorização e a exploração dessa perspectiva representam uma contribuição à prevenção de contenciosos capazes de potencializar ameaças à segurança nacional.



PND e END | Ministério da Defesa/Divulgação

¹ A soberania é o primeiro fundamento citado no art. 1º da Constituição Federal brasileira. A soberania é inalienável, indivisível e imprescritível. Deve ser exercida pela vontade geral e ser preservada em nome das futuras gerações e da prosperidade do País. Trata-se de uma ordem suprema, que não deve se submeter a outra ordem.

A POLÍTICA NACIONAL DE DEFESA (PND)

A PND é o documento condicionante de mais alto nível para o planejamento de ações destinadas à defesa do País. Voltada prioritariamente para ameaças externas, estabelece objetivos para o preparo e o emprego de todas as expressões do Poder Nacional, em prol da Defesa Nacional.

A Defesa Nacional é o conjunto de atitudes, medidas e ações do Estado para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas".

O Brasil concebe sua Defesa Nacional, segundo pressupostos básicos, dentre os quais podem ser destacados:

a. preparar as Forças Armadas, mantendo-as em permanente estado de prontidão para serem empregadas, a fim de cumprir a sua destinação constitucional e de prover a adequada capacidade de dissuasão;

b. buscar a regularidade orçamentária-financeira para o Setor de Defesa;

c. buscar a manutenção do Atlântico Sul como zona de paz e cooperação;

d. promover a proteção da Amazônia Brasileira;

e. privilegiar a cooperação no âmbito internacional;

f. atuar sob a égide de organismos internacionais, conforme os compromissos assumidos em convenções, tratados e

acordos internacionais e sempre respeitando os princípios constitucionais;

g. participar de organismos internacionais;

h. participar de operações internacionais, visando contribuir para a estabilidade mundial e o bem-estar dos povos;

i. defender a exploração da Antártica somente para fins de pesquisa científica;

j. apoiar as iniciativas para a eliminação total de armas químicas, biológicas, radiológicas e nucleares;

k. repudiar qualquer intervenção na soberania dos Estados e defender que qualquer ação nesse sentido seja realizada de acordo com os ditames do ordenamento jurídico internacional; e

l. estimular o fundamental envolvimento de todos os segmentos da sociedade brasileira nos assuntos de defesa, para o desenvolvimento de uma cultura participativa e colaborativa de todos os cidadãos.

Em decorrência da análise dos ambientes internacional e nacional e suas projeções, bem como da Concepção política, são estabelecidos os Objetivos Nacionais de Defesa (OND), os quais devem ser interpretados como as condições a serem alcançadas e mantidas permanentemente pela nação brasileira no âmbito da Defesa. São eles:

■ OND 1 – Garantir a soberania, o patrimônio

nacional e a integridade territorial;

■ OND 2 – Assegurar a capacidade de defesa, para o cumprimento das missões constitucionais das Forças Armadas;

■ OND 3 – Promover a autonomia tecnológica e produtiva na área de defesa;

■ OND 4 – Preservar a coesão e unidade nacionais;

■ OND 5 – Salvaguardar as pessoas, os bens,

os recursos e os interesses nacionais situados no exterior;

■ OND 6 – Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional;

■ OND 7 – Contribuir para a estabilidade regional e para a paz e a segurança internacionais;

■ OND 8 – Incrementar a projeção do Brasil no concerto das nações e sua inserção em processos decisórios internacionais.

A ESTRATÉGIA NACIONAL DE DEFESA (END)

A END orienta os segmentos do Estado brasileiro quanto às medidas que devem ser implementadas para que esses objetivos sejam alcançados. É, portanto, o vínculo entre o posicionamento do País nas questões de Defesa e as ações necessárias para efetivamente dotar o estado da capacidade para atender seus interesses.

Fundamentada na PND, a END define, de forma clara e objetiva, as estratégias que deverão nortear a sociedade brasileira nas ações de defesa da Pátria. Trata das bases sobre as quais deve estar estruturada a defesa do País, assim como indica as articulações que deverão ser conduzidas, no âmbito de todas as instâncias dos três Poderes e a interação entre os diversos escalões condutores dessas ações com os segmentos não governamentais do País.

Apresenta, ainda, as capacidades nacionais de defesa² adequadas para garantir a efetividade da defesa nacional, tanto em tempo de paz ou de conflito.



Chegada do PHM "Atlântico" | Revista Força Aérea/Alexandre Durão

² A END lista, como exemplos de Capacidades de Defesa: Proteção, Pronta-resposta, Dissuasão, Coordenação e Controle, Gestão da Informação, Capacidade Logística, Mobilidade Estratégica, Mobilização e Desenvolvimento Tecnológico de Defesa; em seu dimensionamento conjunto, permitem gerar efeito dissuasório frente a ameaças e preservar os interesses nacionais do País, em um horizonte temporal determinado.

POLÍTICAS EXTERNA E DE DEFESA

As políticas externa e de defesa são complementares e indissociáveis. A manutenção da estabilidade regional e a construção de um ambiente internacional mais cooperativo, de grande interesse para o Brasil, serão favorecidas pela ação conjunta dos Ministérios da Defesa (MD) e das Relações Exteriores (MRE).

A participação articulada de militares e diplomatas em fóruns multilaterais incrementa a capacidade de as políticas externa e de defesa defenderem, no exterior, os interesses brasileiros. Essa atuação conjugada deve visar à diversificação de parcerias estratégicas, a cooperação e o intercâmbio militar com as Forças Armadas de nações amigas, de maneira a fortalecer as relações entre países.

Dotado de uma efetiva defesa, principalmente de uma adequada capacidade de dissuasão, o Brasil terá condições de inibir possíveis agressões a seu território e a sua população e de defender seus interesses. Ao mesmo tempo, a crescente cooperação com as nações sul-americanas em temas de defesa concorrerá para evitar possíveis tensões ou crises entre os Estados da região e contribuirá para a manutenção de um ambiente pacífico no entorno estratégico brasileiro. Pela dissuasão e pela cooperação, o Brasil fortalecerá, assim, a estreita vinculação entre sua política de defesa e sua política externa.

Diante desses desafios, fica potencializada a importância da implementação da Política Nacional de Defesa (PND) e da Estratégia Nacional de Defesa (END), por meio da realização de ações coordenadas entre diferentes órgãos governamentais.



LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

A DEFESA E O INSTRUMENTO MILITAR

CAPÍTULO 3

Os Estados, não raramente, podem se encontrar em situações de choque de interesses com outros Estados Nacionais, caracterizando um conflito. Primordialmente, as soluções dos conflitos devem ocorrer por via política, diplomática ou jurídica. Contudo, a falha ou retardo na solução, pode escalar o conflito para uma situação de crise internacional, que se for caracterizada como uma crise político-estratégica, que envolva, por exemplo algum tipo de ameaça à Soberania Nacional ou à integridade do patrimônio nacional, pode atingir níveis de confrontação.

Por vezes, as etapas descritas podem estar superpostas ou progredirem de modo mais acelerado. Em caso de evolução para uma situação de conflito, ou mesmo antes, caberá ao Estado Brasileiro, em conformidade com o estabelecido

no artigo 21 da Constituição, assegurar a defesa do País, que empregará, assim, o Poder Nacional, para a defesa do Território Nacional, da Soberania e dos interesses nacionais.

O instrumento militar com que o Brasil conta para sua defesa é constituído pelas Forças Armadas, compostas pela Marinha do Brasil, pelo Exército Brasileiro e pela Força Aérea Brasileira, instituições que devem ter capacidade de contribuir, efetivamente, para o esforço nacional de defesa, mantendo-se modernas, compatíveis com a estatura político-estratégica do País e permanente prontas para serem empregadas. O Ministério da Defesa e as três Forças Singulares compõe o denominado **Setor de Defesa**.

poderes constitucionais e da lei e da ordem. São subordinadas ao Ministro de Estado da Defesa que exerce a direção superior das Forças. Cada uma dispõe de um Comandante, indicado pelo Ministro de Estado da Defesa e nomeado pelo Presidente da República, o qual, no âmbito de suas atribuições exerce a direção e a gestão da respectiva Força.

A legislação brasileira ainda estabelece que cabe às Forças Armadas realizar atribuições subsidiárias para cooperar com o desenvolvimento nacional, a defesa civil e outras finalidades específicas. A contribuição para o desenvolvimento nacional ocorre não apenas por intermédio de ações diretas, mas no fomento à pesquisa e ao desenvolvimento de tecnologias variadas, quer em suas próprias instituições científicas, tecnológica e de

inovação (ICT), quer em conjugação com a Base Industrial de Defesa (BID) instalada no País, de relevante participação no Produto Interno Bruto (PIB) nacional, pelo alto valor agregado de seus produtos. A cooperação com a defesa civil acontece quando da ocorrência de desastres em que o apoio das Forças Armadas aos órgãos especializados nessas operações, torna-se fundamental para o adequado e necessário auxílio à população em situações emergenciais.

Cabe, ainda, às Forças Armadas, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar contra delitos na faixa de fronteira terrestre, no espaço aéreo, no mar e nas águas interiores e em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, conforme as atribuições específicas da Marinha, do Exército e da Força Aérea.

MISSÃO DO SETOR DE DEFESA

Preparar as Forças Armadas, mantendo-as em permanente estado de prontidão para serem empregadas na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais, na garantia da lei e da ordem; no cumprimento das atribuições subsidiárias; e em apoio à política externa; a fim de contribuir com o esforço nacional de defesa".

As Forças Armadas, conforme estabelecido no artigo 142 da Constituição Federal, são instituições nacionais permanentes e regulares, organizadas com base na hierarquia e na

disciplina, dispondo de estruturas próprias, sob a autoridade suprema do Presidente da República, que é o Comandante Supremo, e destinam-se à defesa da pátria, à garantia dos

O MINISTÉRIO DA DEFESA

O Ministério da Defesa (MD) foi criado em 10 de junho de 1999, em substituição ao Estado-Maior das Forças Armadas e aos Ministérios Militares. Os antigos Ministérios das Forças foram transformados em Comandos da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, que são comandados por Oficiais-Generais nos postos de maior hierarquia na carreira militar: Almirante

de Esquadra, General de Exército e Tenente-Brigadeiro do Ar, respectivamente.

O Ministério da Defesa e as Forças Armadas exercem competência sobre uma diversificada gama de assuntos, alguns de grande sensibilidade e complexidade para a nação brasileira. São suas áreas de competência:

- Política Nacional de Defesa (PND), Estratégia Nacional de Defesa (END) e Livro Branco de Defesa Nacional (LBDN);
- políticas e estratégias setoriais de defesa e militares;
- preparo e emprego das Forças Armadas;
- projetos especiais de interesse da defesa nacional;
- inteligência de defesa;
- operações militares das Forças Armadas;
- relacionamento internacional de defesa;
- orçamento de defesa;
- legislação de defesa;
- mobilização nacional e logística de defesa;
- ensino militar e estudos de defesa;
- ciência, tecnologia e inovação de defesa;
- proteção social dos militares das Forças Armadas;
- investimento, financiamento, fomento e promoção da base industrial de defesa;

- compra, contratação, desenvolvimento, inteligência comercial, importação e exportação de produtos de defesa;
- atuação das Forças Armadas, quando couber: na garantia da lei e da ordem, na garantia de votação e de apuração eleitoral, na cooperação com o desenvolvimento nacional e a defesa civil e no combate a delitos transfronteiriços e ambientais;
- serviço militar;
- saúde e assistências social e religiosa nas Forças Armadas;
- desporto militar;
- constituição, organização e efetivo das Forças Armadas;
- política marítima nacional;
- segurança da navegação aquaviária, salvaguarda da vida humana no mar e prevenção da poluição hídrica;
- patrimônio imobiliário administrado pelas Forças Armadas;
- regulamentação das atividades relacionadas a produtos controlados de interesse da defesa nacional;

- política militar aeronáutica e atuação na política aeroespacial nacional;
- segurança da navegação aérea;
- infraestrutura aeroespacial; e
- Sistema de Proteção da Amazônia.

O MD também é um ator político responsável por fomentar a cooperação com os demais setores governamentais que tenham relação com a defesa do País, alinhando projetos de defesa com os programas desenvolvidos por outras áreas do governo, principalmente ligados ao desenvolvimento nacional e à diplomacia.

O MINISTÉRIO DA DEFESA E O PREPARO E EMPREGO DAS FORÇAS ARMADAS

A Lei Complementar nº 97, de 9 de junho de 1999, estabelece que cabe aos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica o preparo de seus órgãos operativos e de apoio, obedecidas as políticas estabelecidas pelo Ministro de Estado da Defesa.

Entende-se por preparo as atividades de planejamento, organização e articulação, instrução e adestramento, desenvolvimento de doutrina, pesquisas científicas, inteligência e estruturação das Forças Armadas, de sua logística e mobilização nacional.

O emprego das Forças Armadas na defesa da Pátria, na garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem, e na participação em operações de paz é de responsabilidade do Presidente da República, que determinará ao Ministro de Estado da Defesa a ativação de órgãos operacionais.

O Presidente da República, na condição de Comandante Supremo das Forças Armadas, é assessorado pelo Conselho Militar de Defesa no que concerne ao emprego dos meios militares. No que tange aos demais assuntos pertinentes à área militar, pelo Ministro da Defesa.

O Conselho Militar de Defesa (CMiD) é composto pelos Comandantes da Marinha, do Exército, da Aeronáutica e pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Quando assessorando o Presidente da República, no que concerne ao emprego de meios militares, é presidido pelo Ministro da Defesa.

Compete ainda ao Conselho, como parte da Estrutura Militar de Defesa, o assessoramento ao Presidente da República no que tange ao emprego de meios militares e o assessoramento ao Ministro da Defesa, nas competências previstas no inciso III, do art. 3º, do Decreto nº 7.276 de 25 de agosto de 2010.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO MINISTÉRIO DA DEFESA

A missão principal do Setor de Defesa de permitisse a sua atuação efetiva nesse processo. preparar as Forças Armadas, mantendo-as em Assim, destaca-se, no âmbito da administração condições de serem empregadas, ensejaram central do MD, para esse fim, o Estado-Maior uma estrutura ao Ministério da Defesa (MD) que Conjunto das Forças Armadas (EMCFA).

Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas (EMCFA)

Compete ao EMCFA elaborar o planejamento do emprego conjunto das Forças Armadas e assessorar o Ministro de Estado da Defesa no planejamento das operações e exercícios de adestramento conjuntos, na atuação de forças brasileiras em operações de paz e em outras atribuições que lhe forem estabelecidas.

O EMCFA exerce papel fundamental na execução da Estratégia Nacional de Defesa, pois é o responsável por coordenar programas de interoperabilidade com a finalidade de otimizar os meios militares na defesa do País, na segurança de fronteiras e em operações humanitárias e de resgate.

O cargo de Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas é privativo de Oficial-General do último posto, da ativa ou da reserva, indicado pelo Ministro da Defesa e nomeado pelo Presidente da República. Sob sua

coordenação, o EMCFA dispõe de um comitê integrado pelos Chefes de Estados-Maiores das Forças Singulares.

O Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas está estruturado em três Chefias, cujos titulares são Oficiais-Generais do último posto, da ativa.



Chefia de Operações Conjuntas (CHOC)

Tem como competência o planejamento e dimensionamento dos meios de defesa conjuntos, acompanhamento das operações e exercícios conjuntos das Forças Armadas. Envolve o

conjunto das Forças Armadas. Acompanha o emprego dos Comandos Operacionais conjuntos ou singulares, propõe diretrizes, planeja, coordena e acompanha a atuação das Forças Armadas em

Chefia de Assuntos Estratégicos (CAE)

Tem como competência acompanhar as conjunturas político-estratégica relacionadas à Defesa Nacional. Participa de representações em organismos no Brasil e no exterior. Essa Chefia tem estreito contato com o Ministério das Relações Exteriores; com a Representação

Brasileira na Junta Interamericana de Defesa (RBJID); com os Conselheiros Militares em Nova York e Genebra; e com as Aditâncias de Defesa do Brasil no Exterior. Assessora, ainda, o Ministro da Defesa nas propostas de cooperação com outros países.

Chefia de Logística (CHELOG)

Tem como competência promover o processo de integração e a interoperabilidade logística entre as três Forças Armadas, coordenando o planejamento, a execução e o acompanhamento

de programas e projetos voltados à integração logística, à mobilização militar e nacional, às operações conjuntas, ao Plano de Articulação e de Equipamento de Defesa (PAED).

ESCOLA SUPERIOR DE GUERRA (ESG)

Integrante da Estrutura do Ministério da Defesa, a ESG atua na esfera de altos estudos e pesquisas na área do desenvolvimento e defesa nacionais. Qualificada como uma Instituição Científica, Tecnológica e de Inovação, tem a finalidade de desenvolver e consolidar os conhecimentos necessários para o exercício das funções de assessoramento e direção, e para o planejamento da segurança nacional no âmbito governamental, transmitindo a civis e militares um conhecimento

amplo sobre os problemas brasileiros.

Além de suas atividades acadêmicas, a ESG conta com o apoio e contribuição da Associação de Diplomados da Escola Superior de Guerra (ADESG) para difundir, em âmbito nacional, o pensamento e a produção de conhecimento da Escola. Com atuação em mais de 100 municípios brasileiros, a ADESG é parceira relevante no desafio de levar o debate sobre defesa para os demais setores da sociedade brasileira.

SETORES ESTRATÉGICOS PARA A DEFESA

A Estratégia Nacional de Defesa elencou três setores como estratégicos: **o nuclear**, **o cibernético** e **o espacial**. A Diretriz Ministerial do MD nº 14/2009 determinou que o setor nuclear ficasse sob a coordenação da Marinha, o cibernético com o Exército e o setor espacial com a Força Aérea. Nos três setores, a prioridade é elevar a capacitação científica e tecnológica do País e preparar recursos humanos.

O Setor Nuclear

O Brasil encontra-se entre os principais países que dominam a tecnologia nuclear, destacando-se as aplicações em geração de energia e nas áreas médica e industrial. Detém conhecimento de todo o processo de produção do combustível e possui jazidas de urânio em quantidade suficiente para suas próprias necessidades.

Seu principal objetivo é a consolidação e a autonomia tecnológica da indústria nuclear como um segmento de ponta, essencial ao desenvolvimento. O uso da tecnologia nuclear no Brasil é voltado, exclusivamente, para aplicações pacíficas. Ressalta-se, ainda, que o parque industrial nuclear brasileiro é qualificado como referência internacional, sobretudo com relação à área de segurança e proteção das instalações, assim como no controle de rejeitos.

A Marinha, desde 1979, contribui para o Programa Nuclear Brasileiro, tendo alcançado total domínio sobre o ciclo de combustível

nuclear, e, atualmente, fornece centrífugas de processamento de combustível para as Indústrias Nucleares do Brasil (INB). Parte essencial do Programa Nuclear da Marinha é a construção do reator para o submarino convencional brasileiro de propulsão nuclear, o qual elevará, consideravelmente, a capacidade de defesa do Brasil no Atlântico Sul.

É importante enfatizar que somente a propulsão do submarino será nuclear, o que é expressamente permitido pelo acordo assinado com a Agência Internacional de Energia Atômica (AIEA). Todos os seus armamentos serão convencionais, em razão do compromisso constitucional do Brasil com o uso pacífico desta energia, reafirmado em instrumentos internacionais, como o TNP; regionais, como o

Tratado de Tlatelolco; e bilaterais, como o Brasil-Argentina – ABACC.

O Setor Cibernético

O Setor Cibernético acolhe as áreas de coordenação do Exército, significativos avanços operacional e de ciência e tecnologia. Sob a têm se concretizado na capacitação de pessoal

especializado e no desenvolvimento de soluções de elevado nível tecnológico.

A proteção do espaço cibernético abrange um grande número de áreas, como capacitação, inteligência, pesquisa científica, doutrina, preparo e emprego operacional e gestão de pessoal. Compreende, também, a proteção de seus próprios ativos e a capacidade de atuação em rede.

O Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber), organização militar conjunta, na estrutura organizacional do Comando do Exército, ativada em 2016, vem somar esforços com outras organizações governamentais e tem como principais atribuições: planejar,

O Setor Espacial

O objetivo principal do Programa Espacial Brasileiro (PEB) é o desenvolvimento e a consequente utilização das tecnologias espaciais para a solução de problemas nacionais, com benefícios tangíveis para a sociedade brasileira. Os projetos espaciais promovem o desenvolvimento científico e tecnológico das instituições voltadas para pesquisa e desenvolvimento (Instituição Científica e Tecnológica – ICT) e das indústrias do setor aeroespacial, fortalecendo assim, o poder aeroespacial, a pesquisa científica, a inovação, as operações nacionais de lançamentos e os serviços tecnológicos em sistemas aeronáuticos, espaciais e de defesa. A conquista da capacidade de desenvolvimento de

orientar, supervisionar e controlar as atividades operacional, de inteligência, doutrinária, de ciência e tecnologia, bem como de capacitação no Setor Cibernético de Defesa.

Os órgãos subordinados ao ComDCiber são o Centro de Defesa Cibernética (CDCiber) e a Escola Nacional de Defesa Cibernética (ENaDCiber). O primeiro tem por finalidade a execução das atividades operacional e de inteligência no âmbito do Sistema Militar de Defesa Cibernética, enquanto a Escola em tela tem por missão fomentar e disseminar as capacitações necessárias à Defesa Cibernética no âmbito da Defesa Nacional.

tecnologias de alto valor agregado se reflete no desenvolvimento econômico do país e assume atualmente um papel estratégico que, por sua vez, contribui na ampliação do papel do Brasil na geopolítica das nações internacionalmente mais influentes.

Entre os principais programas e projetos no âmbito do Programa Espacial Brasileiro, ressaltam-se os seguintes:

- Veículo Lançador de Satélites Brasileiro (VLS-1): projeto de um veículo brasileiro, em desenvolvimento pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), da Força Aérea Brasileira;

- Veículo Lançador de Microssatélite (VLM-1):

projeto de um veículo lançador brasileiro, em desenvolvimento pelo Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), da Força Aérea Brasileira, capaz de entregar cargas úteis especiais ou microssatélites (até 150 kg) em órbitas equatoriais e polares ou de reentrada.

O VLS e o VLM são os principais projetos espaciais e requerem, portanto, maior investimento financeiro e recursos humanos altamente capacitados.

- Satélite Geoestacionário de Defesa e Comunicações (SGDC): projeto conjunto do Ministério da Defesa e do Ministério da Ciência, Tecnologia e Inovações e Comunicações. Os objetivos: prover cobertura de internet para 100% do território brasileiro; prover meios seguros e soberanos para Comunicações Estratégicas e de Defesa; e adquirir tecnologias espaciais críticas por meio de programas de transferência e de absorção de tecnologia.

O Instituto de Aeronáutica e Espaço (IAE), subordinado ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), do Comando da Aeronáutica, desenvolve atividades espaciais no segmento de acesso ao espaço.

Os Centros de Lançamento de Alcântara (CLA) e da Barreira do Inferno (CLBI), localizados nos estados do Maranhão e Rio Grande do Norte, respectivamente, são organizações do Comando

da Aeronáutica, subordinadas ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA). Atuam em missões de lançamento e rastreio de engenhos aeroespaciais, assim como na coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, incluindo testes e experimentos científicos de interesse da Aeronáutica relacionados à Política Nacional de Desenvolvimento Aeroespacial.

O Programa Estratégico de Sistemas Espaciais (PESE) é um planejamento essencialmente voltado à implantação de infraestrutura fundamental para a Estratégia Nacional de Defesa, e a sua justificativa se dá essencialmente pelas capacidades militares estratégicas únicas que o programa traz. Entretanto, dado seu caráter dual, essa infraestrutura deverá ser também intensamente utilizada em aplicações civis, trazendo vários benefícios significativos ao governo e a toda a sociedade, mesmo em tempo de paz.

No âmbito da Defesa, o programa proverá a infraestrutura espacial necessária ao funcionamento de diversos projetos estratégicos, como os Sistemas de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz), de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON), de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA), de Proteção da Amazônia (SIPAM), entre outros. Essa infraestrutura também

deverá ser intensamente utilizada em suporte a ações de polícia e fiscalização dos mais variados ilícitos, contribuindo fortemente para a redução da violência e ilícitos no País.

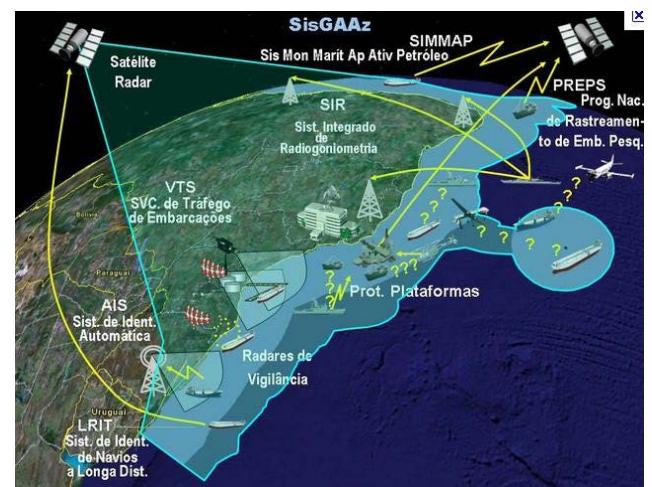
SISTEMAS DE MONITORAMENTO E CONTROLE

Sistema de Gerenciamento da Amazônia Azul (SisGAAz)

O SisGAAz foi projetado para ser o principal sistema de comando e controle da Marinha. Prevê a gestão das atividades ligadas ao mar que envolvem vigilância, monitoramento, prevenção da poluição, recursos naturais, entre outras, relacionados ao conceito. Tudo relacionado ao conceito internacional de segurança marítima e para a proteção do litoral brasileiro.

O Sistema visa a efetiva compreensão de tudo que está associado com o meio marinho que pode causar impacto na defesa, na economia e no meio ambiente nas Águas Jurisdicionais Brasileiras (AJB). A ampliação dessa consciência confere profundidade a essa defesa ao possibilitar o monitoramento e o

controle das ameaças o mais breve e distante possível. Essa antecipação, conjugada com a mobilidade e presença do Poder Naval brasileiro, possibilitará a defesa das AJB.



Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras (SISFRON)

O SISFRON permitirá ao Exército manter as fronteiras monitoradas e responder, prontamente, a qualquer ameaça ou agressão, especialmente na região Amazônica.

A perspectiva é de interligar o SISFRON aos sistemas congêneres das demais Forças, do Ministério da Defesa e de outros órgãos federais, evoluindo para um sistema integrado de monitoramento, com visão de emprego em ambiente interagências, o que contribuirá para iniciativas unificadas que propiciem o desenvolvimento sustentável das regiões

fronteiriças e o combate a ilícitos transfronteiriços.



Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB)

O SISCEAB tem a missão de prover a segurança e a fluidez do tráfego aéreo, conforme estabelecem as normas nacionais e os acordos e tratados internacionais de que o Brasil é signatário. Seu órgão central é o Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA), a quem cabe planejar, normatizar e gerenciar o SISCEAB e realizar o controle do espaço aéreo e para a prestação dos Serviços de Navegação Aérea (ANS), tais como: Informações de Voo (AIS), Gerenciamento de Tráfego Aéreo (ATM), Busca e Salvamento (SAR), Comunicação, Navegação e Vigilância (CNS), além das atividades relacionadas à Meteorologia Aeronáutica, Cartografia Aeronáutica, Telecomunicações Aeronáuticas e Inspeção em Voo.

O Sistema, que possui responsabilidade sobre uma área total de 22 milhões de km², é

dividido em cinco grandes áreas de controle que são gerenciadas por quatro Centros Integrados de Defesa Aérea e Controle de Tráfego Aéreo (CINDACTA), sediados nas cidades de Brasília (DF), Curitiba (PR), Recife (PE) e Manaus (AM), além do Serviço Regional de Proteção ao Voo (SRPV), situado em São Paulo (SP).



Sistema de Defesa Aeroespacial Brasileiro (SISDABRA)

O SISDABRA tem como órgão central o Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE), que é um Comando Operacional Conjunto, sendo, em tempo de paz, diretamente subordinado ao Comandante da Aeronáutica e, quando em situação de conflito, ao Comandante Supremo.

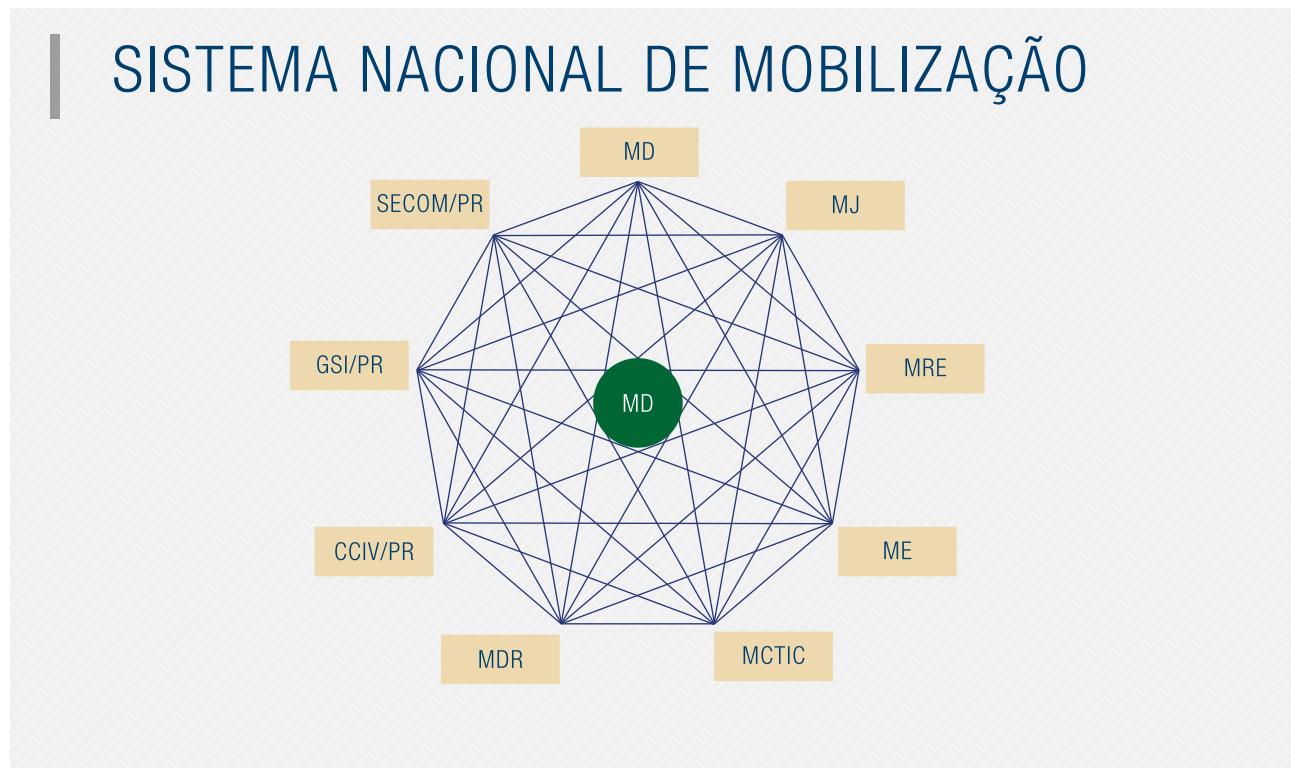
Sua missão é realizar a defesa aeroespacial do território nacional contra todas as formas

de ameaça, a fim de assegurar o exercício da soberania no Espaço Aéreo Brasileiro; empregar os meios sob seu controle operacional, incluídos os necessários para o estabelecimento dos procedimentos a serem seguidos com relação às aeronaves hostis ou suspeitas de tráfego de substâncias entorpecentes e drogas afins; e planejar, coordenar, supervisionar, controlar e executar o emprego do poder aeroespacial.

MOBILIZAÇÃO NACIONAL

A Mobilização Nacional proporciona a expansão do poder de combate das Forças Armadas com o aumento dos recursos humanos, materiais e de serviços, complementando a Logística Militar.

Sistema Nacional de Mobilização (SINAMOB)



O SINAMOB consiste no conjunto de Distrito Federal e dos Municípios, possibilitando órgãos que atuam de modo ordenado e integrado, a fim de planejar e realizar todas as fases da Mobilização e Desmobilização Nacionais, devendo assegurar a integração das capacidades dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, no âmbito da União, dos Estados, do

a orientação e a coordenação com o máximo de eficiência, estimulando o fluxo de informações entre os órgãos integrantes. O Ministério da Defesa (MD), como Órgão Central, tem por finalidade orientar, supervisionar e conduzir as atividades do Sistema.

Serviço Militar

O Serviço Militar é elemento essencial para a mobilização do povo brasileiro em defesa da soberania nacional. No Brasil, é de caráter obrigatório para os cidadãos do sexo masculino, sendo-lhes facultada a possibilidade de permanência no serviço ativo, por até oito anos.

No Brasil, cerca de 1,85 milhão de jovens do sexo masculino, anualmente, atingem a faixa etária destinada à prestação do serviço militar e, aproximadamente, 90 mil ingressam nas Forças Armadas.

SISTEMA DE INTELIGÊNCIA DE DEFESA (SINDE)

O Ministério da Defesa integra o Sistema Brasileiro de Inteligência (SISBIN), devendo subsidiar a Agência Brasileira de Inteligência (ABIN) com dados e conhecimentos específicos relacionados à área de defesa.

Nesse sentido, em 2002, foi instituído, no âmbito do Ministério da Defesa e das Forças Singulares, o Sistema de Inteligência de Defesa (SINDE), com o objetivo de integrar as ações de planejamento e execução da atividade de inteligência de defesa.

emancipação política atuava, sob o comando do Chefe de Divisão Rodrigo de Lamare, no apoio aos contingentes que promoveriam a Independência na Bahia.

Para combater as concentrações de tropas portuguesas, que eram mais fortes nas capitâncias da Bahia, Maranhão, Grão-Pará e Cisplatina, e rechaçar qualquer tentativa de recolonização por parte da antiga metrópole, foi necessário o preparo de uma Esquadra capaz de obter o domínio do mar, interceptar a vinda de reforços portugueses, bloquear as posições inimigas e manter as linhas de comunicação marítimas do novo Império, garantindo a unidade nacional. A ação ágil dos navios da Marinha do Brasil, a grande distância de suas bases de abastecimento e do centro do poder político, colaborou para que o projeto de Independência alcançasse todas as regiões da então Colônia, impedindo a desagregação política verificada nas possessões espanholas nas Américas.

de defesa da soberania em diversos episódios, inclusive em duas guerras mundiais.

No século XXI, a complexidade geopolítica do País e a importância do mar para o desenvolvimento do Brasil conduzem a múltiplos cenários para a atuação da Força Naval. Tais cenários, somados às imensas extensões marítimas, trazem grandes desafios ao cumprimento da missão da Marinha do Brasil.



Os interesses marítimos do Brasil são históricos e amplos. O mar foi a via de descobrimento, colonização, comércio, invasões estrangeiras e consolidação da Independência, além de arena

MISSÃO DA MARINHA DO BRASIL

Preparar e empregar o Poder Naval, a fim de contribuir para a defesa da Pátria; para a garantia dos poderes constitucionais e, por iniciativa de qualquer destes, da lei e da ordem; para o cumprimento das atribuições subsidiárias previstas em Lei; e para o apoio à Política Externa.

MARINHA DO BRASIL

A origem da Marinha do Brasil remonta a 28 de julho de 1736, quando, por alvará de D. João V, rei de Portugal, foi criada a Secretaria de Estado dos Negócios da Marinha e Domínios Ultramarinos, órgão diretamente subordinado ao monarca e responsável pela administração dos recursos humanos e materiais necessários à plena operacionalidade de uma Marinha de Guerra.

Em 1821, antes de seu retorno a Portugal, D. João VI indicou o chefe de esquadra, Manoel Antônio Farinha, como Secretário de Estado da Repartição da Marinha no então Reino do Brasil. Mesmo antes da declaração de Independência, em 7 de setembro do ano seguinte, uma força naval, identificada com o processo de

Para executar suas tarefas, a Marinha prepara seus órgãos operativos e de apoio, em conformidade com as políticas estabelecidas pelo Ministério da Defesa.

A Marinha tem como atribuições subsidiárias particulares:

- orientar e controlar a Marinha Mercante e suas atividades correlatas, no que interessa à Defesa Nacional;
- prover a segurança da navegação aquaviária;
- contribuir para a formulação e condução de
- políticas nacionais que digam respeito ao mar;
- implementar e fiscalizar o cumprimento de leis e regulamentos, no mar e nas águas interiores, em coordenação com outros órgãos do Poder Executivo, federal ou estadual quando se fizer necessária, em razão de competências específicas; e
- cooperar com os órgãos federais na repressão aos delitos de repercussão nacional ou internacional, quanto ao uso do mar, das águas interiores e das áreas portuárias, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução.

AUTORIDADE MARÍTIMA

ORGANIZAÇÃO E MEIOS OPERATIVOS

O Comando da Marinha tem a seguinte estrutura organizacional:

- a) Um Órgão de Direção-Geral, o Estado-Maior da Armada (EMA).
- b) Um Órgão de Assessoramento Superior, o Almirantado.
- c) Seis Órgãos de Assistência Direta e

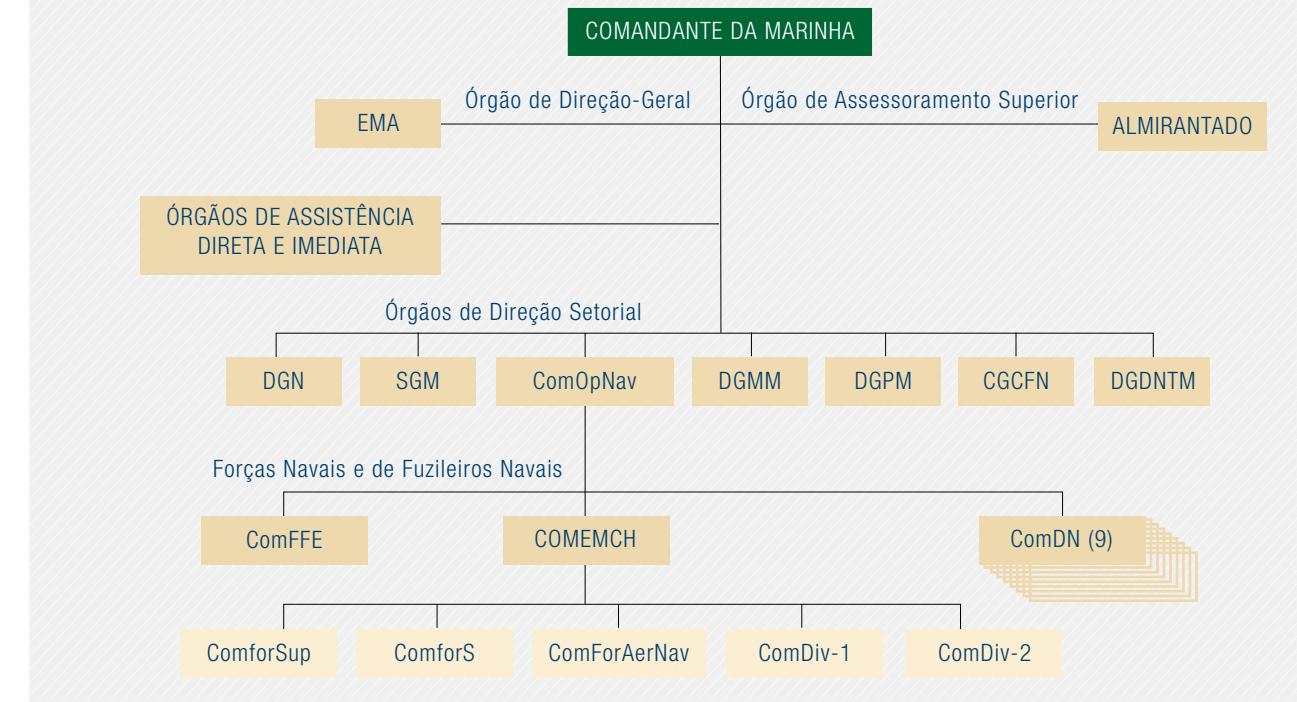
O comandante da Marinha é investido, por Lei, como “Autoridade Marítima”. As atribuições da Autoridade Marítima estão relacionadas a assuntos afetos ao Poder Marítimo.

Imediata ao Comandante da Marinha:

- Gabinete do Comandante da Marinha (GCM);
- Centro de Inteligência da Marinha (CIM);
- Centro de Controle Interno da Marinha (CCIMAR);

- Procuradoria Especial da Marinha (PEM);
- Secretaria da Comissão Interministerial para os Recursos do Mar (SECIRM); e
- Centro de Comunicação Social da Marinha (CCSM).
- d) Sete Órgãos de Direção Setorial:
 - Comando de Operações Navais (ComOpNav);
 - Diretoria-Geral de Navegação (DGN);
- Secretaria-Geral da Marinha (SGM);
- Diretoria-Geral do Material da Marinha (DGMM);
- Diretoria-Geral do Pessoal da Marinha (DGPM);
- Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais (CGCFN); e
- Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnologia da Marinha (DGDNTM).

ORGANOGRAMA DA MARINHA



O COMANDO DE OPERAÇÕES NAVAIS (COMOPNAV)

O ComOpNav é responsável pelo aprestamento e emprego das Forças Navais, Aeronavais e de Fuzileiros Navais em operações e ações de Guerra Naval para a Defesa da Pátria, nas atividades de Emprego Limitado da Força, bem como Operações Humanitárias, Ações Cívico-Sociais e Apoio à Política Externa, no grau adequado às necessidades apresentadas. Ele compreende o Comando-em-Chefe da Esquadra (ComemCh), os Comandos dos Distritos Navais (ComDN), o Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra, o Centro Integrado de Segurança Marítima e o Centro de Guerra Eletrônica da Marinha.

O ComemCh é o núcleo do Poder Naval brasileiro, tendo como propósito a manutenção dos comandos subordinados no mais elevado grau de aprestamento para as operações navais e ações de guerra naval. Cabe ao Comando-em-Chefe da Esquadra:

- planejar operações navais e aeronavais;
- supervisionar, no nível da Esquadra, o emprego dos comandos subordinados;
- supervisionar as atividades administrativas relativas às organizações militares (OM);
- submeter aos escalões superiores as normas relativas ao emprego, organização

e manutenção dos comandos e estabelecimentos subordinados; e

- supervisionar, no âmbito da Esquadra, o emprego dos recursos necessários ao aprestamento dos comandos e órgãos subordinados.

Administrativamente, a Esquadra é subdividida em forças, as quais são organizadas de acordo com o ambiente operacional em que suas unidades atuam. São elas:

- Comando da Força de Superfície (ComForSup);
- Comando da Força de Submarinos (ComForS);
- Comando da Força Aeronaval (ComForAerNav).

Para apoio ao ComemCh na organização, execução e avaliação de operações navais delegadas à Esquadra, existem ainda duas OM subordinadas: o Comando da Primeira Divisão da Esquadra (ComDiv-1) e o Comando da Segunda Divisão da Esquadra (ComDiv-2).

A Esquadra, sediada na ilha de Mocanguê, Niterói (RJ), é apoiada pelas seguintes bases e centros:

■ Base Naval do Rio de Janeiro (BNRJ), para apoiar os navios;

■ Base Almirante Castro e Silva (BACS), para apoiar os submarinos;

■ Centro de Adestramento Almirante Marques de Leão (CAAML), responsável pela formação e aprimoramento profissional dos militares que guarnecem os meios operativos, com ênfase no desempenho de operações navais e controle de avarias;

■ Centro de Apoio a Sistemas Operativos

(CASOP), destinado a garantir o aprestamento dos sistemas de combate dos meios navais;

■ Centro de Instrução Adestramento Almirante Átila Monteiro Aché, responsável pela formação e aprimoramento profissional relacionados às atividades de Submarinos, Mergulho, Mergulho de Combate e Medicina hiperbárica;

■ Centro de Manutenção de Embarcações Miúdas (CMEM); e

■ Unidade Médica da Esquadra (UMEsq).

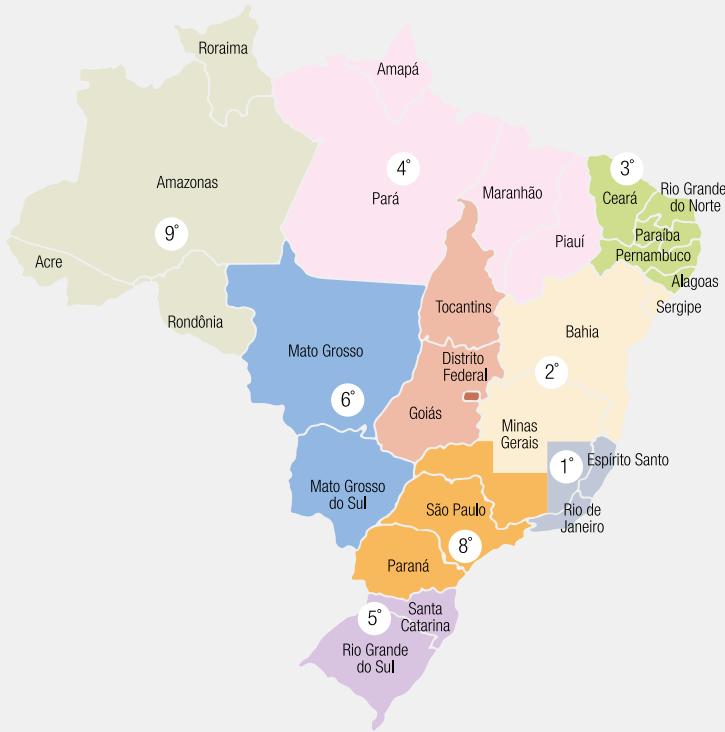
MEIOS AERONAVAIOS DA ESQUADRA

O Comando da Força Aeronaval, sediado em São Pedro da Aldeia (RJ), tem subordinadas, entre outras organizações militares, uma base aérea naval, cinco esquadrões de helicópteros e um esquadrão de aviões de interceptação e ataque.

OS DISTRITOS NAVAIS

Os Comandos de Distritos Navais (ComDN) têm como propósito contribuir para o cumprimento das tarefas de responsabilidade da Marinha, nas suas respectivas áreas de jurisdição. São, ao todo, nove ComDN, sediados nas cidades do Rio de Janeiro (RJ), Salvador (BA), Natal (RN), Belém (PA), Rio Grande (RS), Ladário (MS), Brasília (DF), São Paulo (SP) e Manaus (AM).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS GRANDES COMANDOS E PRINCIPAIS ORGANIZAÇÕES



MEIOS NAVAIS DISTRITAIS

Os Comandos de Distritos Navais possuem meios navais operativos, os quais estão distribuídos nas suas jurisdições.



Navios Patrulha Distritais | Marinha do Brasil/Divulgação

O CORPO DE FUZILEIROS NAVAIS (CFN)

A Brigada Real da Marinha foi a origem do Corpo de Fuzileiros Navais do Brasil. Criada em Portugal, em 28 de agosto de 1797, por Alvará da rainha D. Maria I, chegou ao Rio de Janeiro em 1808, acompanhando a família real portuguesa que transmigrava para o Brasil.

O batismo de fogo dos fuzileiros navais ocorreu na expedição à Guiana Francesa (1808/1809), com a tomada de Caiena. Em 1809, D. João Rodrigues Sá e Menezes, Conde de Anadia, então ministro da Marinha, determinou que a Brigada Real da Marinha ocupasse a Fortaleza de São José, na ilha das Cobras, onde até hoje o Comando-Geral do Corpo de Fuzileiros Navais tem seu Quartel-General.

Após o retorno do rei D. João VI para Portugal, um Batalhão da Brigada Real da Marinha permaneceu no Rio de Janeiro. Desde então, os soldados-marinheiros estiveram presentes em todos os episódios importantes da História do Brasil, seja nas lutas pela consolidação da Independência, seja nas campanhas do Prata ou em outros conflitos, nos quais o País se empenhou.

Ao longo dos anos, o CFN recebeu diversas denominações: Batalhão de Artilharia da Marinha do Rio de Janeiro, Corpo de Artilharia da Marinha, Batalhão Naval, Corpo de Infantaria da Marinha, Regimento Naval e, finalmente, desde 1932, Corpo de Fuzileiros Navais. Na década de 1950, o CFN estruturou-se para emprego operativo como Força de Desembarque, passando a constituir parcela da Marinha destinada às ações e operações terrestres necessárias a uma campanha naval.

O CFN é uma tropa profissional e voluntária, que confere ao Poder Naval a capacidade de projeção de poder sobre terra e amplia sua capacidade de controlar áreas marítimas e de negar o uso do mar. Essa Força Naval estratégica, de caráter anfíbio e expedicionário, amplia suas possibilidades para atuar em qualquer região que configure um cenário estratégico de interesse. O CFN é essencial para a defesa das instalações navais e portuárias, bem como dos arquipélagos e ilhas oceânicas nas águas jurisdicionais brasileiras, e para assegurar o controle das margens das vias fluviais durante as operações ribeirinhas.



Operação Felino | Marinha do Brasil/Divulgação

Organização

O CFN está inserido na organização da Marinha, por intermédio do Comando-Geral do CFN (CGCFN) e de seu componente operativo, o Comando da Força de Fuzileiros da Esquadra (ComFFE), este último subordinado ao Comando de Operações Navais.

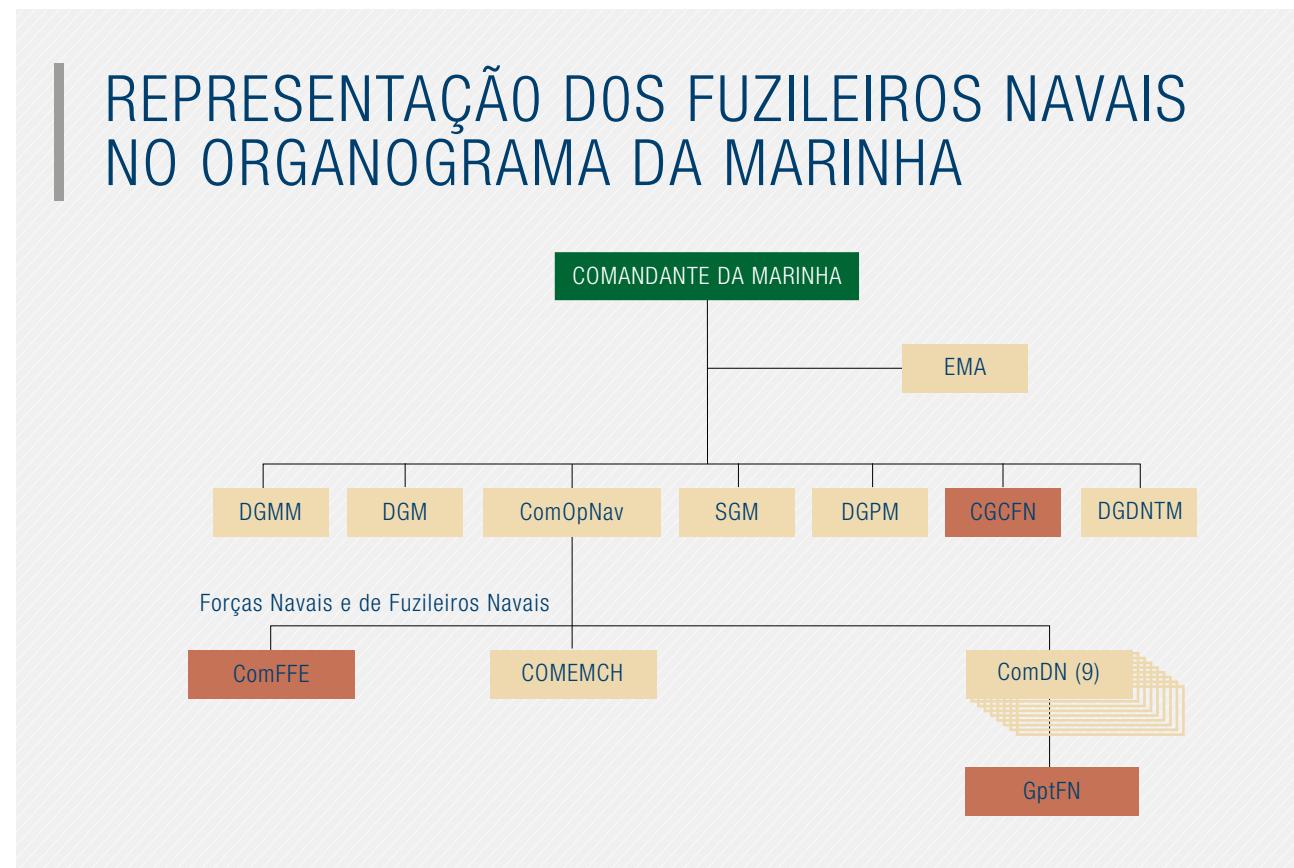
A Força de Fuzileiros da Esquadra (FFE) é uma Força organizada, treinada e equipada para executar Operações Anfíbias, Operações Ribeirinhas, de Paz, Humanitárias e de Apoio a Órgãos Governamentais. Está estruturada da seguinte maneira:

- a. **Divisão Anfíbia** – três Batalhões de Infantaria, um de Artilharia, um de Blindados, um de Controle Aerotático e Defesa Antiaérea e um de Comando e Controle, além de uma Base de Fuzileiros Navais para apoio;
- b. **Tropa de Reforço** – um Batalhão Logístico, um de Engenharia e um de Viaturas Anfíbias, uma Companhia de Polícia e uma de apoio ao Desembarque, além de uma Base de Fuzileiros Navais para apoio;
- c. **Tropa de Desembarque** – comando operativo, permanentemente ativado, que confere agilidade ao ComFFE no emprego de seus Grupamentos Operativos de Fuzileiros Navais (GptOpFuzNav).
- d. **Batalhão de Operações Especiais de Fuzileiros Navais** – unidade de operações especiais, utilizada, preferencialmente, em ambientes marítimos ou fluviais; e
- e. **Base de Fuzileiros Navais do Rio Meriti** – unidade de apoio que provê o pessoal e material para a realização do comando, controle e administração necessária.



Marinha do Brasil/1 SG - OR - Laurentino

REPRESENTAÇÃO DOS FUZILEIROS NAVAIS NO ORGANOGRAMA DA MARINHA



A DIRETORIA GERAL DE NAVEGAÇÃO (DGN)

A Diretoria-Geral de Navegação tem como propósito contribuir para o preparo e aplicação do Poder Naval e do Poder Marítimo, no tocante às atividades relacionadas a assuntos marítimos, segurança da navegação, salvaguarda da vida humana, hidrografia, oceanografia e meteorologia. Estão subordinadas à DGN as seguintes diretorias especializadas: Diretoria de Portos e Costas (DPC) e Diretoria de Hidrografia e Navegação (DHN).

A Diretoria de Portos e Costas tem o propósito de contribuir para orientação e controle da Marinha Mercante, e atividades correlatas, no tocante à Defesa Nacional, contribuindo para a segurança do tráfego aquaviário; a prevenção da poluição

por parte de embarcações, plataformas e suas estações de apoio; a formulação e execução das políticas nacionais que digam respeito ao mar; a implementação e a fiscalização do cumprimento de leis e regulamentos no mar e águas interiores.

A Diretoria de Hidrografia e Navegação tem o propósito de apoiar a aplicação do Poder Naval, por meio de atividades relacionadas com hidrografia, oceanografia, cartografia, meteorologia, navegação e sinalização náutica; garantir a qualidade das atividades de segurança da navegação na área marítima de interesse do Brasil e nas vias navegáveis interiores; e contribuir para projetos nacionais de pesquisa em águas jurisdicionais brasileiras e para os resultantes de

compromissos internacionais.

Cabem à Diretoria de Portos e Costas e à Diretoria de Hidrografia e Navegação a elaboração e aprovação das Normas da Autoridade Marítima

afetas às suas competências, contribuindo, assim, para o cumprimento das tarefas atribuídas à Autoridade Marítima.



Navio de Pesquisa Hidroceanográfico Vital de Oliveira | Marinha do Brasil/Divulgação

CAPACIDADES

A Marinha conta, atualmente, com um efetivo de cerca de 80 mil militares. Planeja reduzi-lo para 69 mil, gradualmente, até 2030, de forma a se adequar a um cenário prospectivo nacional mais próximo à realidade. Porém, atenta às Ações Estratégicas da Estratégia Nacional de Defesa, com prioridade ao atendimento do Plano de Articulação e de Equipamento da Defesa (PAED), em especial, aos programas Nuclear da Marinha (PNM), de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) e de Construção das Corvetas Classe Tamandaré. Em qualquer situação, a Marinha deverá ser capaz de cumprir as quatro tarefas básicas do Poder Naval: negar o uso do mar ao

inimigo, controlar áreas marítimas, projetar poder sobre terra e contribuir para a dissuasão.

A Força Naval com diferentes tipos de navios, disposta de sua ala aérea embarcada e capitaneada por um navio-aeródromo, possui as características de mobilidade, permanência, flexibilidade e versatilidade que a habilitam a cumprir um amplo espectro de missões, desde as humanitárias e de paz, até as típicas de manobra de crise ou conflito.

Para o cumprimento de sua missão de cooperar com a defesa da soberania, da integridade territorial e dos interesses marítimos do País, a Força precisa dispor de submarinos, cuja excepcional mobilidade garanta a defesa avançada da fronteira marítima mais distante.

A Força Naval de superfície contará tanto com navios de médio e grande portes, capazes

de operar e de permanecer por longo tempo em alto-mar, como com navios de porte menor, dedicados a patrulhar o litoral e os principais rios navegáveis brasileiros.

Para assegurar a prontidão e salvaguardar a soberania e os interesses brasileiros, tanto no País quanto no exterior, a Marinha manterá forças em condições de emprego imediato (Força de Emprego Rápido) em operações e ações de guerra naval, no período de paz, ou em situação de crise e conflito.

A Marinha, empregando seus meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais, tem condições de realizar operações de evacuação de não combatentes, operações de paz, ações humanitárias e projetando uma tropa anfíbia, independentemente do grau de hostilidade e do tipo de missão a ser cumprida.

EDUCAÇÃO – PRINCIPAIS ESCOLAS

Escola Naval (EN)

A Escola Naval foi criada em 1782, em Lisboa, Portugal, por Carta Régia da rainha D. Maria I, sob a denominação Academia Real de Guardas-Marinha. No Brasil, foi instalada, primeiramente, no Mosteiro de São Bento, e lá permaneceu até 1832. A partir de então, sofreu inúmeras mudanças de instalações, tendo funcionado, inclusive, a bordo de navios. Finalmente, em 1938, veio fixar-se na ilha de Villegagnon, na cidade do Rio de Janeiro.

Seu curso de nível superior tem duração de cinco anos e forma oficiais de Marinha para os postos iniciais das carreiras dos Corpos da Armada (CA), de Fuzileiros Navais (CFN) e de Intendentes da Marinha (CIM). Ao término do quarto ano, o Aspirante é declarado Guarda-Marinha (GM) e, ao término do quinto ano, conclui a graduação em bacharel em ciências navais.



Escola Naval | Marinha do Brasil/Divulgação

Colégio Naval

Em fevereiro de 1949, foi criado o atual ingresso é realizado mediante concurso público Colégio Naval, instituição de ensino que tem e, no período que passa no Colégio, recebe os como propósito preparar jovens para constituir ensinamentos do ensino médio, acrescidos de o Corpo de Aspirantes da Escola Naval. O instrução militar-naval especializada.

Escola de Guerra Naval (EGN)

Criada em 1914, situada na cidade do Rio de Janeiro, a EGN é uma instituição de altos estudos militares que tem o propósito de contribuir com a capacitação dos oficiais para desempenho de comissões operativas e de caráter administrativo; prepará-los para funções de estado-maior; e aperfeiçoá-los para o exercício de cargos de comando, chefia e direção nos altos escalões da Marinha. Para tal, ela tem a tarefa de ministrar, atualizar, uniformizar e ampliar os conhecimentos dos oficiais e realizar pesquisa científica de interesse

da Marinha nas áreas de Defesa Nacional, Poder Marítimo, Guerra Naval e Administração.

Na EGN, são ministrados os cursos de Estado-Maior para Oficiais Intermediários e os de altos estudos militares (Curso de Estado-Maior para Oficiais Superiores – CEMOS, Curso Superior – CSUP e Curso de Política e Estratégia Marítimas – CPEM) todos com duração aproximada de um ano.



Escola de Guerra Naval (EGN)/Divulgação

Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW)

Criado em 1945, o CIAW está situado na Ilha das Enxadas, Rio de Janeiro. É um centro de formação para os oficiais do Corpo de Engenheiros da Marinha (CEM), do Corpo de Saúde da Marinha (CSM), do Corpo Auxiliar da Marinha (CAM) e dos Quadros Complementares (QC) dos Corpos da Armada, Fuzileiros Navais e Intendentes.

Também são ali realizados os cursos de Aperfeiçoamento (em armamento, comunicações, eletrônica e máquinas, como pós-graduação), de Aperfeiçoamento Avançado e de Formação de Oficiais do Serviço Militar Obrigatório e Voluntário, além de cursos expeditos e especiais.

Centro de Instrução e Adestramento Almirante Newton Braga (CIANB)

Criado em 2013, o CIANB está situado no Complexo Naval de Abastecimento, em Olaria, Rio de Janeiro. No Centro, são ministrados os Cursos de Aperfeiçoamento de Intendência para Oficiais (CAIO) e de Aperfeiçoamento Avançado (C-ApA) em áreas de conhecimento de Administração.

Escola de Saúde da Marinha (ESM)

A Escola de Saúde da Marinha tem o propósito de contribuir para a eficácia do Sistema de Saúde da Marinha (SSM), no tocante à conclusão das atividades de capacitação em saúde e destina-se a formação de pessoal de níveis médio e superior, bem como à execução de cursos de extensão, expeditos e especiais na área de saúde.

Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE-MB)

O Centro de Estudos Político-Estratégicos (CEPE-MB), com a participação dos alunos do Programa de Pós-Graduação em Estudos Marítimos (PPGEM), instalado na Escola de Guerra Naval (EGN), tem o objetivo de fomentar a pesquisa científica, estudos estratégicos de interesse da MB e o intercâmbio com o meio acadêmico. Nesse sentido, suas atividades são realizadas, normalmente, em conjunto com a Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação da EGN (EGN-SPP), o que permite que as audiências dos eventos acadêmicos contem

Centro de Coordenação de Estudos em São Paulo (CCEMSP)

A Marinha, há vários anos, vem formando seus engenheiros militares por meio de parceria com a Universidade de São Paulo (USP) e, para tal,

mantém um Centro de Coordenação de Estudos (CCEMSP) no campus da USP.

Centro de Instrução Almirante Alexandrino (CIAA)

O CIAA tem sua origem no Quartel de Marinheiros (QM), criado em 1836, na cidade do Rio de Janeiro. É responsável pela formação e aprimoramento das praças, ministrando cursos de formação, especialização, aperfeiçoamento, aperfeiçoamento avançado, qualificação técnica especial, expeditos, especiais e formação de praças do Serviço Militar Obrigatório e Voluntário. Nesse Centro, são formados cabos especializados e sargentos nas seguintes áreas: artífices (metalurgia e mecânica), armamento, administração, carpintaria, comunicações, eletricidade e eletrônica, máquinas, mecatrônica, telemática, entre outras.

Centro de Instrução Almirante Sylvio de Camargo (CIASC)

O CIASC tem sua origem no Centro de Instrução do Corpo de Fuzileiros Navais (CICFN), criado em 1955. Localizado no Rio de Janeiro, tem o encargo de formar e aprimorar oficiais e praças do Corpo de Fuzileiros Navais. Nesse Centro, são ministrados cursos de especialização

para cabos, de formação e aperfeiçoamento anfíbia, expedicionária e de aperfeiçoamento de sargentos, e de aperfeiçoamento em guerra avançado para oficiais.

INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

O Sistema de Ciência, Tecnologia e Inovação da Marinha (SCTM) tem como órgão central executivo a Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM), que exerce o planejamento, a orientação, a coordenação e o controle das atividades

Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP)

O CTMSP, com sedes em São Paulo e Iperó (SP), foi criado em 1986, com o propósito de contribuir para obtenção de sistemas, equipamentos, componentes, materiais e técnicas, nas áreas de

nucleares, científicas, tecnológicas e de inovação da Marinha. O SCTM conta com doze Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação – ICT, diretamente subordinadas ou tecnicamente vinculadas à DGDNTM, além da própria, a saber:

Diretoria de Desenvolvimento Nuclear da Marinha (DDNM)

A DDNM, com sede na cidade de São Paulo, teve sua origem no Centro Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP), em 2017, instalado nas dependências da Universidade de São Paulo, na cidade de São Paulo. Foi criada com o propósito de

desenvolver e aperfeiçoar instalações, sistemas, equipamentos, componentes, instrumentos, materiais, processos de fabricação, montagem e manutenção nas áreas de geração de energia nuclear e tecnologias associadas.

Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro (CTMRJ)

O Centro Tecnológico da Marinha no Rio de Janeiro (CTMRJ), ativado em 2017, possui o propósito de unificar a Gestão Administrativa e de Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I) das suas OM subordinadas CASNAV, IEAPM e IPqM;

atender as demandas tecnológicas oriundas dos ODS, zelar pelos projetos de natureza não nuclear da MB, assessorar os diversos níveis de direção da Força e prestar orientação técnica nas áreas de conhecimento que lhe competem.

Instituto de Estudos do Mar Almirante Paulo Moreira (IEAPM)

Criado em 1985, situado na cidade de Arraial do Cabo (RJ), o IEAPM tem como missão planejar e executar atividades científicas, tecnológicas e de inovação nas áreas de oceanografia, meteorologia, biotecnologia, geologia e geofísica marinhas, acústica submarina, sensoriamento remoto, instrumentação oceanográfica e engenharias costeira e oceânica, a fim de contribuir para a obtenção de modelos, métodos, sistemas, equipamentos, materiais e técnicas que permitam o melhor conhecimento e a eficaz utilização do meio ambiente marinho, no interesse da Marinha.

Instituto de Pesquisas da Marinha (IPqM)

Fundado em 1959, no Rio de Janeiro, o Instituto tem por missão o desenvolvimento de tecnologias necessárias à Marinha, concentrando suas atividades de pesquisa e desenvolvimento em sistemas de armas, sensores, guerra eletrônica, guerra acústica, sistemas digitais e tecnologia de materiais.

Centro de Análise de Sistemas Navais (CASNAV)

Criado em 1975, o CASNAV tem como missão prover soluções integradas, de caráter técnico e multidisciplinar, para atender as demandas de alto nível da Administração Naval, dentro das áreas de sua competência, quais sejam: Pesquisa Operacional, Engenharia de Sistemas Estratégicos, Operativos e Administrativos, Modelagem, Simulação, Segurança em Sistemas e Criptografia.

Diretoria-Geral de Desenvolvimento Nuclear e Tecnológico da Marinha (DGDNTM)

A DGDNTM, com sede na cidade do Rio de Janeiro, além de exercer o papel de órgão central executivo do SCTM, também é reconhecida como ICT, contribuindo diretamente para: o preparo das Marinhas do Amanhã e do Futuro; a aplicação do Poder Naval, em atividades relacionadas à ciência, tecnologia e inovação; o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB); e o Programa Nuclear da Marinha (PNM). Cabe destacar, ainda, que a DGDNTM dispõe do Núcleo de Inovação Tecnológica – NIT, setor responsável pela gestão das diretrizes de inovação, da propriedade intelectual e da inteligência tecnológica da Marinha, sendo, inclusive, compartilhado pelas outras ICT da Marinha.

INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO COM OUTROS PAÍSES

A Marinha mantém uma série de atividades e aprimorar o adestramento. A seguir, serão de intercâmbio e de cooperação com outras apresentadas as mais relevantes nações, a fim de estreitar relações de amizade

EXERCÍCIOS MILITARES COM OUTROS PAÍSES (2016/2019)

Operação/ Exercício	País sede	Países participantes
ASPIRANTEX	Argentina e Uruguai	Brasil, Uruguai e Argentina
	Exercício multinacional, visa aprimorar o adestramento de meios e estreitar os laços de amizade	
BRACOLPER	Colômbia e Peru	Brasil, Colômbia e Peru
	Exercício multinacional que visa estreitar laços de amizade com os países visitados.	
CARIBEX	Países da América Central	Brasil, Guiana, Porto Rico, Antígua e Barbuda, Martinica e Suriname
	Exercício multinacional que visa o adestramento e visitas de representação a portos estrangeiros	
PLATINA	Paraguai	Brasil e Paraguai
	Exercício binacional que visa o adestramento e ao estreitamento dos laços de amizade	
ACRUX	Argentina e Paraguai	Brasil, Argentina e Paraguai.
	Exercício multinacional que visa realizar operação combinada e estreitar laços de amizade	
DIPLOMEX	Argentina	Brasil, Uruguai e Argentina
	Exercício multinacional que visa estreitar laços de amizade e intercâmbio de atividades de sinalização náutica	
UNITAS LIX FASE I e II	Argentina	Brasil, EUA, Argentina e Uruguai
	Exercício multinacional que visa o adestramento e ao estreitamento de laços de amizade	

UNITAS LIX FASE I e II	Argentina	Brasil, EUA, Argentina e Uruguai
	Exercício multinacional que visa o adestramento e ao estreitamento de laços de amizade	
FRATERNO	Argentina	Brasil e Argentina
	Exercício multinacional que visa a ação de presença, além de estreitar laços de amizade	
ATLANTIS	Uruguai	Brasil e Uruguai
	Exercício binacional que visa aprimorar o adestramento de meios e estreitar os laços de amizade	
ATLASUR / IBSAMAR/MAPUTO	África do Sul	Brasil, Índia, África do Sul e Moçambique
	Exercício multinacional que visa a ação de presença, além de estreitar laços de amizade	
FESTA NACIONAL FRANCESA	Guiana Francesa	Brasil e França
	Exercício binacional que visa a ação de presença, além de estreitar laços de amizade	
UNITAS LANT	Brasil	Brasil, EUA, Argentina, Chile e Uruguai
	Exercício multinacional que visa o adestramento e o estreitamento de laços de amizade	
PANAMAX	EUA	Brasil, EUA e países latino-americanos
	Exercício conduzido pelo Comando Sul dos Estados Unidos da América (USSOUTHCOM), que tem como objetivo principal a realização do planejamento combinado e conjunto, visando à constituição de uma Força Multinacional para atuação sob autorização do Conselho de Segurança das Nações Unidas	
FELINO	Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe	Brasil, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor Leste
	Exercício multinacional visando a organizar e exercitar uma força-tarefa conjunta combinada (FTCC) da CPLP e testar os procedimentos de C2 em tempo de paz em situação de crise	
EXERCÍCIO DE COOPERAÇÃO EM CASOS DE DESASTRES	Argentina	Brasil e Argentina
	É um exercício multinacional de ação simples cujo enfoque principal é a integração das Forças Aéreas nos processos de planejamento, coordenação, comando e controle de operações aéreas em situações de desastres naturais, ajuda humanitária e Busca e Resgate.	

MULHERES NA MARINHA

As mulheres começaram a ocupar quadros na Marinha a partir de 1980, quando o ingresso na Força foi regulamentado por lei. Como oficiais e praças, atuam em diversas áreas, tais como medicina, odontologia, apoio à saúde (enfermagem, psicologia, nutrição, fisioterapia e farmácia), engenharia, arquitetura, construção civil, pedagogia, contabilidade, administração, direito, história, comunicação social, música, museologia, biblioteconomia, informática, economia, serviço social, segurança do tráfego aquaviário, educação física, oceanografia e meteorologia, dentre outras de necessidade da Marinha.

Em 25 de novembro de 2012, a Capitão de Mar e Guerra Dalva Maria Carvalho Mendes,

do quadro de médicos do Corpo de Saúde da Marinha, foi a primeira brasileira a ser promovida ao generalato (Contra-Almirante).

Como parte do contínuo processo de atualização e aprimoramento da administração do seu pessoal, a Força Naval admitiu, em 2014, a primeira turma de Aspirantes femininas da Escola Naval (EN).

Em abril de 2018, a Capitão de Corveta Rosângela dos Santos Farias, pertencente ao Quadro Técnico da Marinha do Brasil, com formação em Pedagogia, foi a primeira mulher a assumir a chefia do destacamento do Posto Oceânico da Ilha da Trindade (POIT).



Mulheres na Marinha | Marinha do Brasil/Divulgação

EXÉRCITO BRASILEIRO

A origem do Exército Brasileiro (EB) remonta ao período colonial, nos primórdios da formação da nacionalidade, durante a luta contra invasores holandeses. A primeira Batalha dos Guararapes, ocorrida em 19 de abril de 1648, foi o evento histórico considerado gênese do Exército. Nessa ocasião, as forças que lutaram contra os invasores foram formadas genuinamente por brasileiros (brancos, negros e ameríndios).

Já em 1822, o Exército cooperou para a conquista da independência, apoiando o Imperador D. Pedro I na luta que consolidou a emancipação política do País.

Ainda durante o período imperial, o Exército lutou nos conflitos platinos e contribuiu para a garantia da integridade do território brasileiro. Liderado pelo marechal Deodoro da Fonseca, o EB foi peça fundamental para a instauração do regime republicano em 1889.

Assim, o Exército exerceu e permanece exercendo papel de relevância para a manutenção da unidade e integridade nacionais. Sua evolução histórica se confunde com a do próprio País. Está presente em todo o território nacional.

A complexidade geopolítica do País acarreta múltiplos cenários para a atuação da Força Terrestre, cuja missão é condicionada pelas

dimensões continentais de um território caracterizado pela variedade de ambientes geográficos e por extensa faixa de fronteira com dez países.



MISSÃO DO EXÉRCITO BRASILEIRO

Preparar a Força Terrestre, seu braço operacional, para cumprir sua destinação constitucional da defesa da Pátria e da garantia dos poderes constitucionais, da lei e da ordem. Além disso, como atribuição subsidiária geral, deve cooperar com o desenvolvimento nacional e com a Defesa Civil. Deve, ainda, apoiar a política externa do País e participar de operações internacionais.

Cabe ao Exército, também, como atribuições subsidiárias particulares:

- contribuir para a formulação e condução de políticas nacionais que digam respeito ao Poder Militar Terrestre;
- cooperar com órgãos públicos federais, estaduais, e municipais e, excepcionalmente, com empresas privadas, na execução de obras e serviços de engenharia, sendo os recursos advindos do órgão solicitante; e
- cooperar com órgãos federais, quando se fizer necessário, na repressão aos delitos de repercussão nacional e internacional, no território nacional, na forma de apoio logístico, de inteligência, de comunicações e de instrução.

Cabe, ainda, ao Exército, preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, por meio de ações preventivas e repressivas, na faixa de fronteira terrestre, contra delitos transfronteiriços e ambientais, isoladamente ou em coordenação com outras Forças Armadas ou órgãos do Poder Executivo, executando, dentre outras, as ações de:

- patrulhamento;
- revista de pessoas, de veículos terrestres, de embarcações e de aeronaves; e
- prisões em flagrante delito.

ORGANIZAÇÃO E MEIOS OPERATIVOS

O Comando do Exército tem a seguinte estrutura organizacional:

a) Um Órgão de Direção-Geral, o Estado-Maior do Exército (EME).

b) Quatro Órgãos de Assessoramento Superior:

■ Alto Comando do Exército (ACE);

■ Conselho Superior de Economia e Finanças (CONSEF);

■ Conselho Superior de Tecnologia da Informação (CONTIEx); e

■ Conselho Superior de Racionalização e Transformação (CONSURT).

c) Seis Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante do Exército:

■ Gabinete do Comandante do Exército (Gab Cmt Ex);

■ Secretaria-Geral do Exército (SGEx);

■ Centro de Inteligência do Exército (CIE);

■ Centro de Comunicação Social do Exército (CComSEx);

■ Centro de Controle Interno do Exército (CCIE); e

■ Consultoria Jurídica Adjunta do Comando do Exército (CJACEx).

d) Um Órgão de Direção Operacional:

■ Comando de Operações Terrestres (COTER)

e) Seis Órgãos de Direção Setorial:

■ Comando Logístico (COLOG);

■ Departamento de Engenharia e Construção (DEC);

■ Departamento-Geral do Pessoal (DGP);

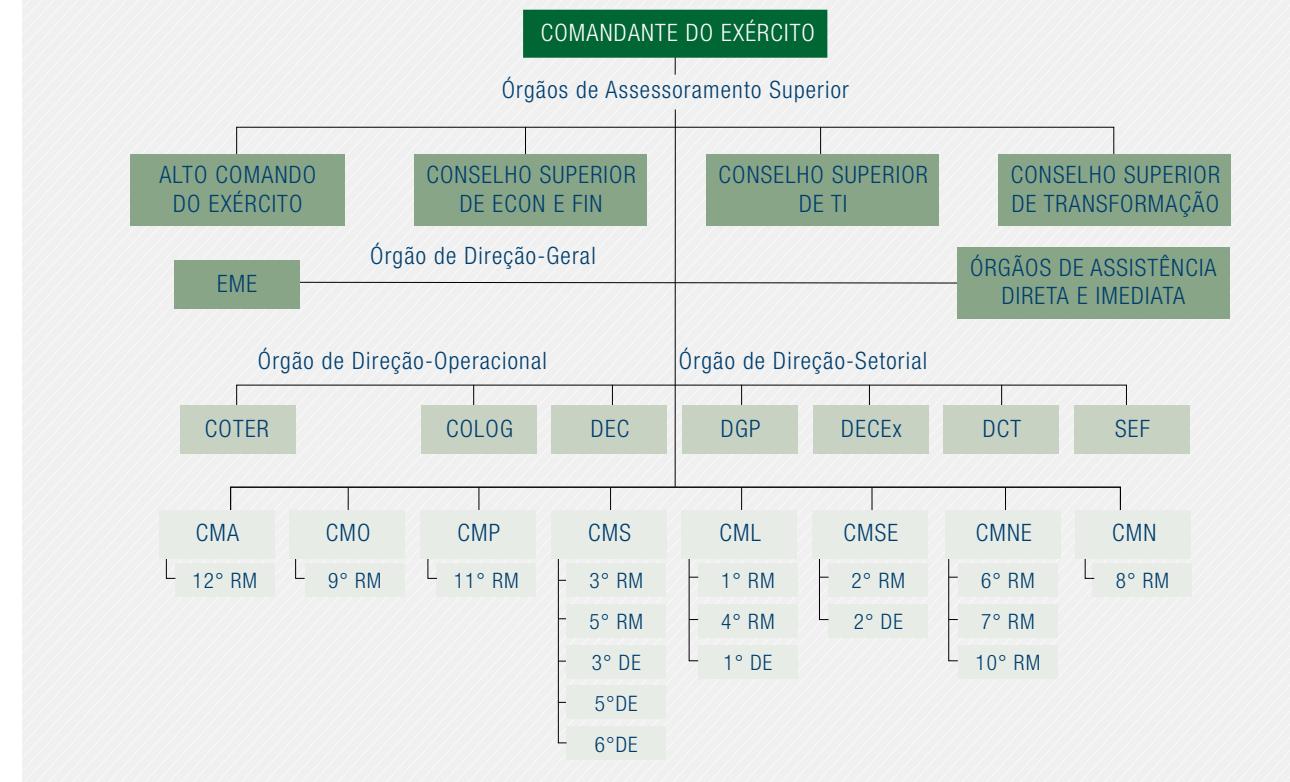
■ Departamento de Educação e Cultura do Exército (DECEEx);

■ Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT); e

■ Secretaria de Economia e Finanças (SEF).

O Exército conta com 670 organizações militares distribuídas por todo o território nacional. Possui, ainda, 219 Tiros de Guerra em todas as regiões do País. O efetivo aproximado é de 220 mil militares.

ORGANOGRAMA DO EXÉRCITO

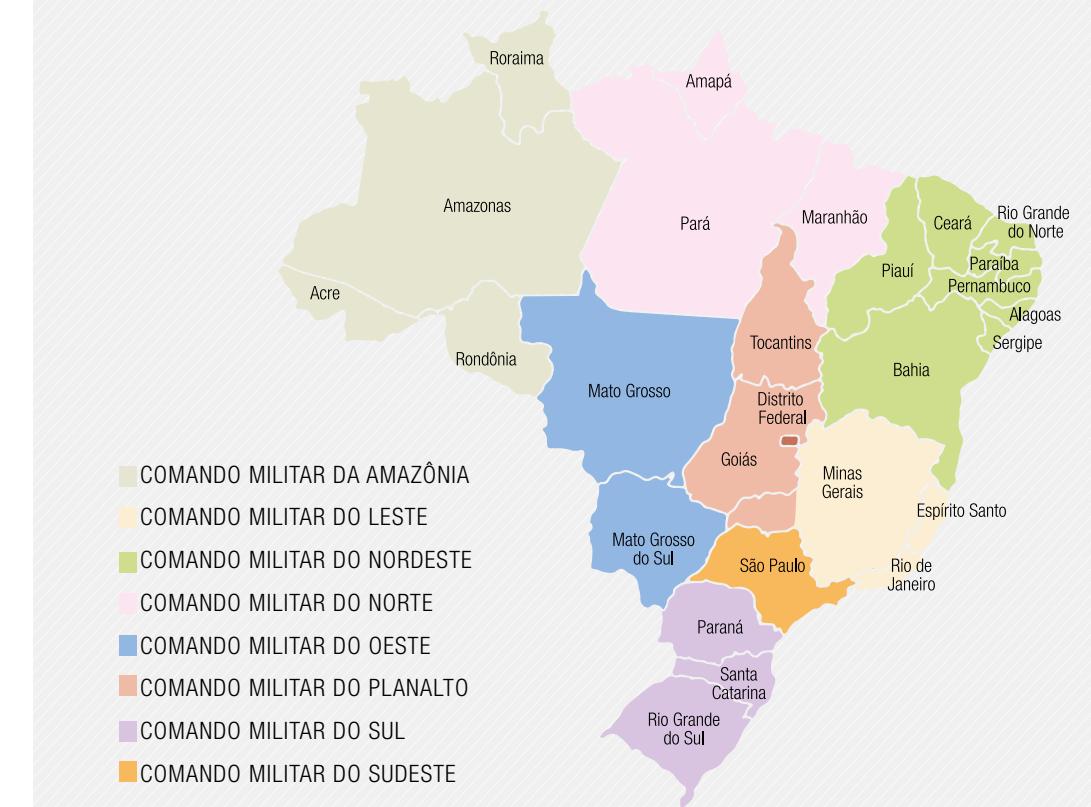


FORÇA TERRESTRE

A Força Terrestre propriamente dita é composta por oito Comandos Militares de Área:

- Comando Militar da Amazônia (CMA);
- Comando Militar do Leste (CML);
- Comando Militar do Nordeste (CMSE);
- Comando Militar do Oeste (CMO);
- Comando Militar do Planalto (CMP);
- Comando Militar do Norte (CMNE);
- Comando Militar do Sul (CMS);
- Comando Militar do Sudeste (CMN).

DISTRIBUIÇÃO GEOGRÁFICA DOS COMANDOS MILITARES DE ÁREA



ESTRUTURA DA FORÇA TERRESTRE

Os Comandos Militares de Área (C Mil A) enquadram grandes comandos operacionais – as Divisões de Exército (DE) – e grandes comandos logísticos, administrativos e territoriais – as Regiões Militares (RM). A Força Terrestre conta com cinco Divisões de Exército e doze Regiões Militares. Os Comandos Militares do Sul e do Leste possuem artilharias divisionárias (duas no CMS e uma no CML) e os da Amazônia, do Nordeste, do Oeste e do Sul possuem, cada, um grupamento de engenharia. As brigadas são comandos de armas combinadas que podem ser enquadradas pelas Divisões de Exército ou serem diretamente subordinadas aos Comandos Militares de Área. O Exército possui 26 brigadas, sendo uma de Artilharia Antiaérea. Os principais tipos de brigada são:

■ **brigadas leves:** Brigada de Infantaria de Selva, Brigada de Infantaria de Fronteira, Brigada de Infantaria Motorizada, Brigada de Infantaria Leve e Brigada de Infantaria Paraquedista.

■ **brigadas médias:** Brigadas de Infantaria Mecanizada e de Cavalaria Mecanizada.

■ **brigadas pesadas:** Brigada de Cavalaria Blindada e Brigada de Infantaria Blindada.

Existem, ainda, cinco comandos de emprego específico:

- Comando de Aviação do Exército (CAvEx);
- Comando de Operações Especiais (COOpEsp);
- Comando de Comunicações e Guerra Eletrônica do Exército (CComGEx);
- Comando de Artilharia do Exército (CmdoArtEx); e
- Comando de Defesa Cibernética (ComDCiber).

EDUCAÇÃO – PRINCIPAIS ESCOLAS

Academia Militar das Agulhas Negras (AMAN)

A AMAN tem sua origem em 1792, com a criação, no Rio de Janeiro, da Real Academia de Artilharia, Fortificação e Desenho – primeira escola militar das Américas. Durante o século XIX, teve as denominações de Academia Real Militar, Imperial Academia Militar e Academia Militar da Corte. De 1906 a 1910, funcionou em Porto Alegre, na Escola de Guerra, e, em 1913, na Escola Militar do Realengo (RJ). Somente em 1º de janeiro de 1944, foi instalada em sua sede definitiva, em Resende (RJ), denominando-se

Escola Militar de Resende. Em 1951, passou a se chamar Academia Militar das Agulhas Negras.

A AMAN é o estabelecimento de ensino superior que forma oficiais combatentes de carreira do Exército. No curso de formação, são realizadas atividades que se fundamentam no desenvolvimento de atributos necessários à profissão militar. Sendo um curso de cinco anos de duração, o primeiro é realizado na Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCE) e os quatro restantes na AMAN.

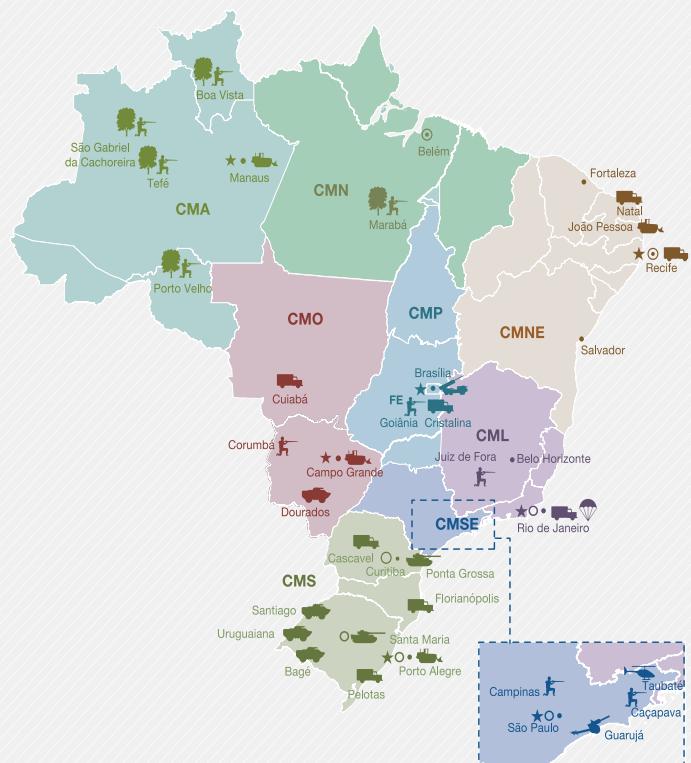
O grande idealizador da AMAN foi o Marechal José Pessôa Cavalcanti de Albuquerque, que escolheu o local da nova sede, elaborou o proje-

to que a tornaria realidade e resgatou o título de “cadete”, tendo adotado, também, os uniformes históricos e criado o Espadim de Caxias.



AMAN – Resende (RJ) | Exército Brasileiro/Divulgação

ARTICULAÇÃO DA FORÇA TERRESTRE



Escola Preparatória de Cadetes do Exército (EsPCEx)

Localizada na cidade de Campinas, a EsPCEx é responsável por selecionar e preparar jovens brasileiros para o ingresso na Academia Militar das Agulhas Negras. Após a conclusão do curso, que tem duração de um ano, o egresso é encaminhado à AMAN na condição de cadete.

Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO)

Localizada no Rio de Janeiro e fundada em 8 de abril de 1920, a Escola tem por missão aperfeiçoar capitães, capacitando-os para o comando e chefia de unidades e habilitando-os para o exercício de funções de estado-maior não privativas do Quadro de Estado-Maior da Ativa (QEMA) do Exército.

Escola de Comando e Estado-Maior do Exército (ECEME)

Criada em 1905, situada no Rio de Janeiro, a ECEME é um estabelecimento de ensino cuja missão é preparar oficiais superiores para o exercício de funções de estado-maior, comando, chefia, direção e assessoramento aos mais elevados níveis decisórios. Coopera com os órgãos de direção-geral e setorial no desenvolvimento da doutrina para o prefeito e emprego da Força.

A ECEME contribui para a construção de uma mentalidade de defesa e doutrina, juntamente com as escolas coirmãs da Marinha (EGN), da Força Aérea Brasileira (ECEMAR), Escola Nível Superior (CAPES).

Instituto Militar de Engenharia (IME)

Localizado na cidade do Rio de Janeiro, o IME é oriundo da fusão, em 1959, da Escola Técnica do Exército com o Instituto Militar de Tecnologia.

O IME tem por missão formar oficiais para o Quadro de Engenheiros Militares (QEM) do

Superior de Guerra (ESG) e com universidades civis. Anualmente, recebe oficiais das nações amigas para seus cursos, principalmente oficiais da América do Sul.

A ECEME conta com o Instituto Meira Mattos (IMM) que desenvolve e dissemina a pesquisa científica, a pós-graduação e os Estudos de Defesa, criando oportunidades de pós-graduação stricto sensu para militares e civis. Atualmente, o IMM possui o curso de Mestrado, Doutorado e Pós-Doutorado em Ciências Militares, todos aprovados pela Coordenação de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

Exército. Oferece os seguintes cursos: Curso de Graduação, destinado exclusivamente a oficiais oriundos da AMAN; Curso de Formação e Graduação, destinado a jovens civis egressos do ensino médio; e Curso de Formação, destinado a

engenheiros já formados que desejem ingressar na Força. Ministra, ainda, Cursos de Mestrado, nas áreas de Ciência dos Materiais, Química, Sistemas e Computação e nas Engenharias Cartográfica, de Defesa, Elétrica, Mecânica, Nuclear e de Transportes, e Doutorado nas áreas de Ciência dos Materiais, Engenharia de Defesa e Química, para civis e militares.

Escola de Saúde do Exército (EsSEx)

A Escola de Saúde do Exército foi criada em 1910, com a denominação de Escola de Aplicação Médica Militar. Localizada na cidade do Rio de Janeiro (RJ), a EsSEx é um estabelecimento de ensino de formação de grau superior, da linha de ensino militar de saúde. Tem como missão: formar oficiais médicos, dentistas e farmacêuticos para o serviço ativo do Exército; coordenar os cursos de pós-graduação destes oficiais; contribuir para o desenvolvimento da doutrina militar na área de saúde; realizar pesquisas na área de sua competência, inclusive em cooperação com instituições congêneres; ministrar estágios sobre assuntos peculiares à EsSEx.

Escola de Formação Complementar do Exército (EsFCEEx)

A EsFCEEx foi criada em 5 de abril de 1988, com o nome de Escola de Administração do Exército (EsAEx). Sediada na cidade de Salvador (BA), a EsAEx iniciou suas atividades com cursos ministrados a oficiais e graduados de carreira do Exército.

Em 2 de outubro de 1989, a Lei nº 7.831 criou o Quadro Complementar de Oficiais, atendendo às mudanças exigidas pelo processo de modernização da Instituição. Coube, então, à EsAEx a missão de formar os oficiais desse novo quadro.

Em 8 de novembro de 2010, a Portaria nº 1.080 transformou a Escola de Administração do Exército em Escola de Formação Complementar do

Exército, modificando sua missão e organização. Desde então, passou a formar, também, oficiais do Quadro Complementar, relacionadas às áreas de: enfermagem, psicologia, fonoaudiologia, fisioterapia, assistência social, terapia ocupacional e nutrição, além dos capelões.

No ano de 2018, a EsFCEEx passou a ministrar o Curso de Gestão e Assessoramento de Estado-Maior (CGAEM), ora realizado na ECEME. Seu objetivo é atualizar e ampliar a capacitação profissional dos oficiais superiores do Exército Brasileiro para o exercício de funções de chefia e de assessoramento de Estado-Maior.

Escola de Sargentos das Armas (ESA)

A Escola de Sargentos das Armas foi criada em virtude da necessidade de uma maior profissionalização nos corpos de tropa. Sua origem remonta à Escola de Sargentos de 1894

quando, à época, ocupava as instalações da antiga Escola Militar do Realengo, no Rio de Janeiro (RJ). Em 1949, foi transferida para a cidade de Três Corações (MG), formando a primeira turma de Sargentos em 1950.

A ESA é o estabelecimento de ensino militar responsável pela formação dos sargentos combatentes das armas de Infantaria, Cavalaria, Artilharia, Engenharia e Comunicações. O curso, cuja duração é de dois anos, passou a ser nível superior

tecnólogo, a partir do ano de 2019. Esta modificação curricular visa desenvolver nos graduados do Exército competências (conhecimento, habilidades e atitudes) que os permitam analisar as complexas situações do campo de batalha moderno e os desafios impostos pelo combate. Assim, este novo perfil profissiográfico, de nível superior, capacita o Sargento do século XXI a lidar com os rápidos avanços da doutrina militar e das tecnologias agregadas aos produtos de defesa.

Escola de Sargentos de Logística (EsSLog)

Localizada na cidade do Rio de Janeiro, foi criada em 2010 por transformação da Escola de Material Bélico. É o estabelecimento de ensino militar responsável pela formação dos sargentos de Intendência, Material Bélico Manutenção de Viatura Automóvel, Material Bélico Manutenção de Armamento, Material Bélico Mecânico Operador, Manutenção de Comunicações, Saúde, Topografia e Música; pelo aperfeiçoamento dos sargentos de Intendência, Material Bélico Manutenção de

Viatura Automóvel, Material Bélico Manutenção de Armamento, Material Bélico Mecânico Operador, Manutenção de Comunicações, Saúde, Topografia e Música; pela especialização dos subtenentes e sargentos de Música; e pela especialização de oficiais e sargentos de Saúde do Exército Brasileiro. Todas as atividades curriculares são desenvolvidas com a finalidade de capacitar o aluno ao exercício das funções a serem desempenhadas nos corpos de tropa.

Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas (EASA)

A Escola de Aperfeiçoamento de Sargentos das Armas – EASA, Estabelecimento de Ensino Militar Bélico, sediado em Cruz Alta (RS), sendo subordinado, atualmente, à Diretoria de Educação Técnica Militar. Possui a missão de Aperfeiçoar Sargentos das Armas e Habilitar Adjuntos de Comando do Exército Brasileiro, sendo reconhecido como uma Instituição de Ensino de referência, voltado para o desenvolvimento da

dimensão humana e da formação continuada dos graduados do Exército Brasileiro.

A EASA é um Estabelecimento de Ensino vetor de inovações nas áreas Doutrinária, Administrativa e Pedagógica, sendo um polo educacional relevante para os Comandantes de Pequenas Frações e para os Adjuntos de Comando do Exército Brasileiro.

INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

Centro Tecnológico do Exército (CTEx)

Criado em 1979 e localizado no Rio de Janeiro (RJ), o CTEx é uma Organização Militar Subordinada ao Departamento de Ciência e Tecnologia (DCT), cuja missão precípua é a pesquisa e o desenvolvimento de produtos de defesa de interesse da Força Terrestre. O Centro desenvolve suas atividades nas seguintes áreas de atuação: Armamento e Munição, Mísseis e

Foguetes, Veículos Militares (Blindados e Não Blindados), Sistemas Remotamente Pilotados, Materiais Avançados (Compósitos, de Carbono e Energéticos), Tecnologia da Informação e Comunicações (Radares, Rádios Militares e Optrônicos), Simuladores Virtuais e Defesa Química, Biológica, Radiológica e Nuclear.

Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx)

O Centro de Capacitação Física do Exército (CCFEx) é o órgão de apoio técnico-normativo do Departamento de Educação e Cultura do Exército, que tem como missão síntese coordenar, controlar, supervisionar e promover as atividades de ensino, pesquisa e desporto, nas áreas da Capacitação Física e da Equitação, a fim de atender às necessidades do Exército Brasileiro, por meio de suas Organizações Militares Diretamente Subordinadas:

- Comissão de Desportos do Exército (CDE);

Centro de Avaliações do Exército (CAEx)

O atual CAEx é proveniente da fusão, em 2005, do Campo de Provas da Marombaia (CPrM), com o antigo Centro de Avaliações do Exército (CAEx). O CAEx é uma Organização

- Escola de Educação Física do Exército (EsEFEx);

- Escola de Equitação do Exército (EsEqEx);

- Instituto de Pesquisa da Capacitação Física do Exército (IPCFEx); e

- Bateria de Comando e Serviço da Fortaleza de São João.

Militar Subordinada ao Departamento de Ciência e Tecnologia e tem como missão o planejamento, coordenação, controle e execução da Avaliação Técnica e Operacional de Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM), Avaliação Técnica de Produto Controlado pelo Exército (PCE), Exame

de Valor Balístico de Munição e a Colaboração Técnica, que tem o objetivo de apoiar as OM de pesquisa e desenvolvimento do Exército e as empresas da Base Industrial de Defesa em projetos de desenvolvimento de novos produtos.

Diretoria do Serviço Geográfico (DSG)

A DSG é responsável pela confecção de mais de 50% (cinquenta por cento) de todas as cartas topográficas existentes do mapeamento sistemático terrestre do território nacional, tendo sido a responsável pela introdução no País de diversas técnicas de produção cartográfica ao longo dos mais de 100 anos de sua existência.

Atualmente, utiliza as mais modernas tecnologias existentes, aliando a capacidade de seus recursos humanos (Engenheiros Cartógrafos

e Topógrafos) na produção da Geoinformação necessária à Defesa e ao desenvolvimento econômico e social do Brasil.

A DSG disponibiliza no Geoportal do Exército (<http://www.geoportal.eb.mil.br/portal/>) seus principais produtos para visualização e download, incluindo cartas topográficas, especificações técnicas da cartografia nacional, imagens orbitais e modelos de elevação.

Agência de Gestão e Inovação Tecnológica (AGITEC)

Realiza atividades relacionadas às áreas de prospecção tecnológica e gestão do conhecimento científico-tecnológico, além de ser responsável pela gestão da propriedade intelectual em apoio ao Núcleo de Inovação Tecnológica do Exército Brasileiro. Contribui para criar um ambiente favorável ao desenvolvimento de novos sistemas de Defesa, bem como para

aumentar as capacidades científico-tecnológicas do País e da Força Terrestre.

Faz parte também das atribuições da Agência difundir e promover a cultura de inovação visando uma maior participação da sociedade brasileira em assuntos de Ciência, Tecnologia e Inovação de interesse da Força Terrestre, momente no desenvolvimento de tecnologias duais.

INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO COM OUTROS PAÍSES

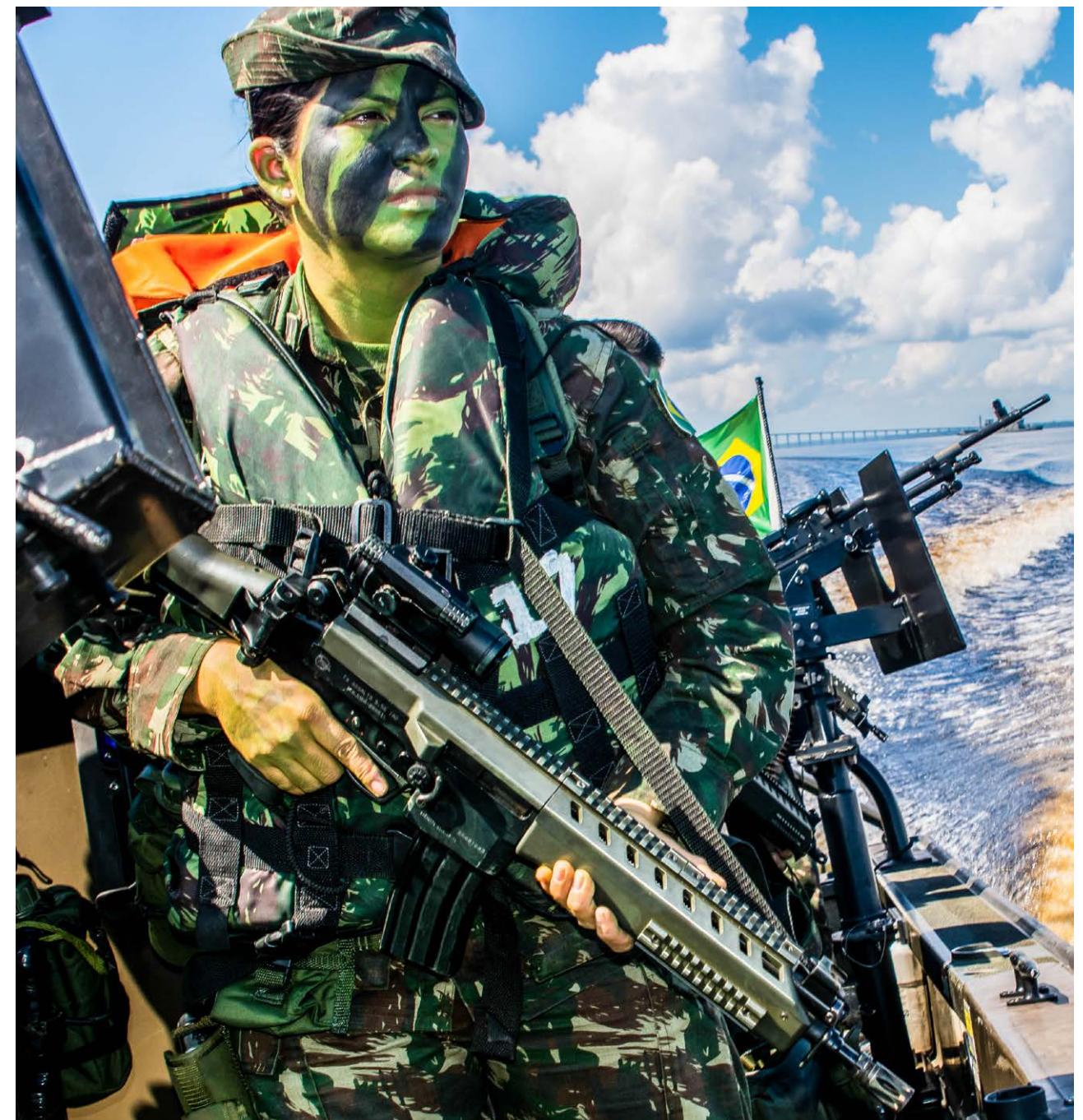
O Exército vem orientando o esforço das relações internacionais no campo da Defesa nos níveis de capacitação, cooperação e integração, de acordo com os interesses do Brasil em cada área temática de defesa. Destacam-se a crescente cooperação com os países da América do Sul e da África, e, mais notadamente, a Cooperação Militar Brasileira no Paraguai (CMBP), desde 1942, quando inicialmente era denominada Missão Militar Brasileira de Instrução no Paraguai (MMBIP).

EXERCÍCIOS MILITARES COM OUTROS PAÍSES (2016/2019)		
Operação/ Exercício	País sede	Países participantes
FELINO – 2018	São Tomé e Príncipe	Brasil, Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Portugal e Timor Leste.
PANAMAX – 2017 E 2018	Estados Unidos	Brasil e Estados Unidos
OPERAÇÃO VIKING – 2018	Brasil	Brasil, Suécia e Estados Unidos.
AMAZONLOG – 2017	Brasil	Brasil, Suécia, Estados Unidos, França, Japão, China, Rússia, Argentina, Peru e Colômbia.
GUARANI – Exercício Trienal (2017 a 2019)	Brasil	Brasil e Argentina
PARANÁ – Exercício Bienal (2018 e 2019)	Brasil	Brasil e Paraguai
ARANDU – Exercício Trienal (2018 a 2020)	Brasil	Brasil e Argentina

MULHERES NO EXÉRCITO

Em 1943, durante a Segunda Guerra Mundial, hospitalares e seis especialistas em transporte aéreo. As mulheres ingressaram oficialmente no Exército Brasileiro. Foram enviadas 73 enfermeiras, 67 delas

Em 1992, a Escola de Administração do Exército, em Salvador (BA), matriculou a primeira



Exército Brasileiro/Divulgação

turma de formação com 49 mulheres aprovadas em concurso público.

O Instituto Militar de Engenharia, em 1997, matriculou a primeira turma com 10 alunas para o Quadro de Engenheiros Militares (QEM). Ainda em 1997, a Escola de Saúde do Exército (EsSEx) matriculou e formou a primeira turma de oficiais do Quadro de Saúde do Exército.

Em 2001, o Exército passou a aceitar a inscrição de mulheres para participar do concurso público para o preenchimento de vagas no Curso de Sargentos de Saúde, na Escola de Saúde do Exército (EsSEx). A partir de 2010, o curso passou a ser realizado na Escola de Sargentos de Logística (EsSLog).

Em 2013, no Centro de Instrução de Aviação do Exército, ingressaram as primeiras mulheres técnicas temporárias para os cargos de sargento de aviação manutenção e aviação apoio.

Em 2014, o Exército passou a aceitar, também, a inscrição de mulheres para participar do concurso público para o preenchimento de vagas no Concurso de Música. Em 2015, foram admitidas mulheres para cargos de cabos especialistas.

Em 2017, foram matriculadas, na AMAN, as primeiras cadetes, que, em 2021, serão declaradas as primeiras oficiais combatentes de carreira do Exército Brasileiro.

FORÇA AÉREA BRASILEIRA

A Força Aérea Brasileira (FAB) teve suas origens nas aviações da Marinha do Brasil e do Exército Brasileiro. Em 1916, a Marinha fundou a Escola de Aviação Naval, na ilha das Enxadas, na cidade do Rio de Janeiro. Em 1919, o Exército criou a Escola de Aviação Militar, sediada no Campo dos Afonsos, na mesma cidade.

Em 1932, do Campo dos Afonsos, partiu o primeiro voo do Correio Aéreo Militar (CAM), ainda sob os auspícios da Aviação Militar, serviço que deu lugar ao atual Correio Aéreo Nacional (CAN), de enorme importância para a integração nacional.

Em 1941, durante a Segunda Guerra Mundial, foi criado o Ministério da Aeronáutica, nascido

da união dos meios aéreos e recursos humanos do Exército, da Marinha e do Departamento de Aviação Civil. Seu braço armado foi denominado, inicialmente, Forças Aéreas Nacionais e, em junho do mesmo ano, passou a chamar-se Força Aérea Brasileira.

A Força Aérea teve seu batismo de fogo durante a Segunda Guerra Mundial. Participou da campanha do Atlântico Sul, em combate à ameaça submarina do Eixo, e combateu nos céus da Itália, ao lado das Forças Aliadas com o 1º Grupo de Aviação de Caça e a 1º Esquadrilha de Ligação e Observação.

Com a criação do Ministério da Defesa, em

1999, o Ministério da Aeronáutica foi transformado no Comando da Aeronáutica (COMAER).

Os desafios a serem enfrentados pela Força Aérea Brasileira são proporcionais aos 22 milhões de km² de sua área de atuação. Com a extensão continental do espaço aéreo a ser controlado, defendido e vigiado, aliada à complexidade do cenário internacional atual, criam-se múltiplos desafios para a Força, que deverá ser capaz de responder às demandas com meios modernos e eficientes.



MISSÃO DA FORÇA AÉREA

Manter a soberania no espaço aéreo e integrar o território nacional, com vistas à defesa da pátria.

A Força Aérea atua para impedir o uso do espaço aéreo brasileiro e do espaço exterior para a prática de atos hostis ou contrários aos interesses nacionais. Para isto, deve dispor de capacidade efetiva de vigilância, de controle e de defesa do espaço aéreo, sobre os pontos e áreas sensíveis do território nacional, com recursos de detecção, interceptação e destruição.

Da mesma forma, contribuindo com o desenvolvimento da Nação, participa da integração do seu território. Para tanto, disponibiliza, sempre que possível, os seus meios operacionais e logísticos para levar, a todos os pontos do País, a presença do Estado, em apoio a órgãos públicos federais, estaduais

ou municipais, bem como em atendimento a políticas públicas e sociais.

São, ainda, atribuições subsidiárias particulares da Força Aérea:

- prover a segurança da navegação aérea;
- estabelecer, equipar e operar a infraestrutura aeroespacial, aeronáutica e aeroportuária sob sua responsabilidade;
- operar o Correio Aéreo Nacional;
- cooperar com os órgãos federais na repressão aos delitos que envolvam o uso

do espaço aéreo e de áreas aeroportuárias, na forma de apoio logístico, inteligência, comunicações e instrução; e

- preservadas as competências exclusivas das polícias judiciárias, atuar, de maneira

ORGANIZAÇÃO

A Força Aérea Brasileira tem a seguinte estrutura organizacional:

- a) Um Órgão de Direção-Geral:
 - Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER).
- b) Dois Órgãos de Assessoramento Superior:
 - Alto Comando da Aeronáutica; e
 - Conselho Superior de Economia e Finanças.
- c) Nove Órgãos de Assistência Direta e Imediata ao Comandante:
 - Gabinete do Comandante da Aeronáutica (GABAER);
 - Centro de Inteligência da Aeronáutica (CIAER);
 - Centro de Comunicação Social da Aeronáutica (CECOMSAER);
- d) Sete Órgãos de Direção Setorial:
 - Comando de Preparo (COMPREP);
 - Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE);

contínua e permanente, por meio das ações de controle do espaço aéreo brasileiro, contra todos os tipos de tráfego aéreo ilícito, com ênfase nos relacionados ao tráfico de drogas, armas, munições e passageiros ilegais.

■ Centro de Investigação e Prevenção de Acidentes Aeronáuticos (CENIPA);

■ Assessoria Parlamentar do Comandante da Aeronáutica (ASPAER);

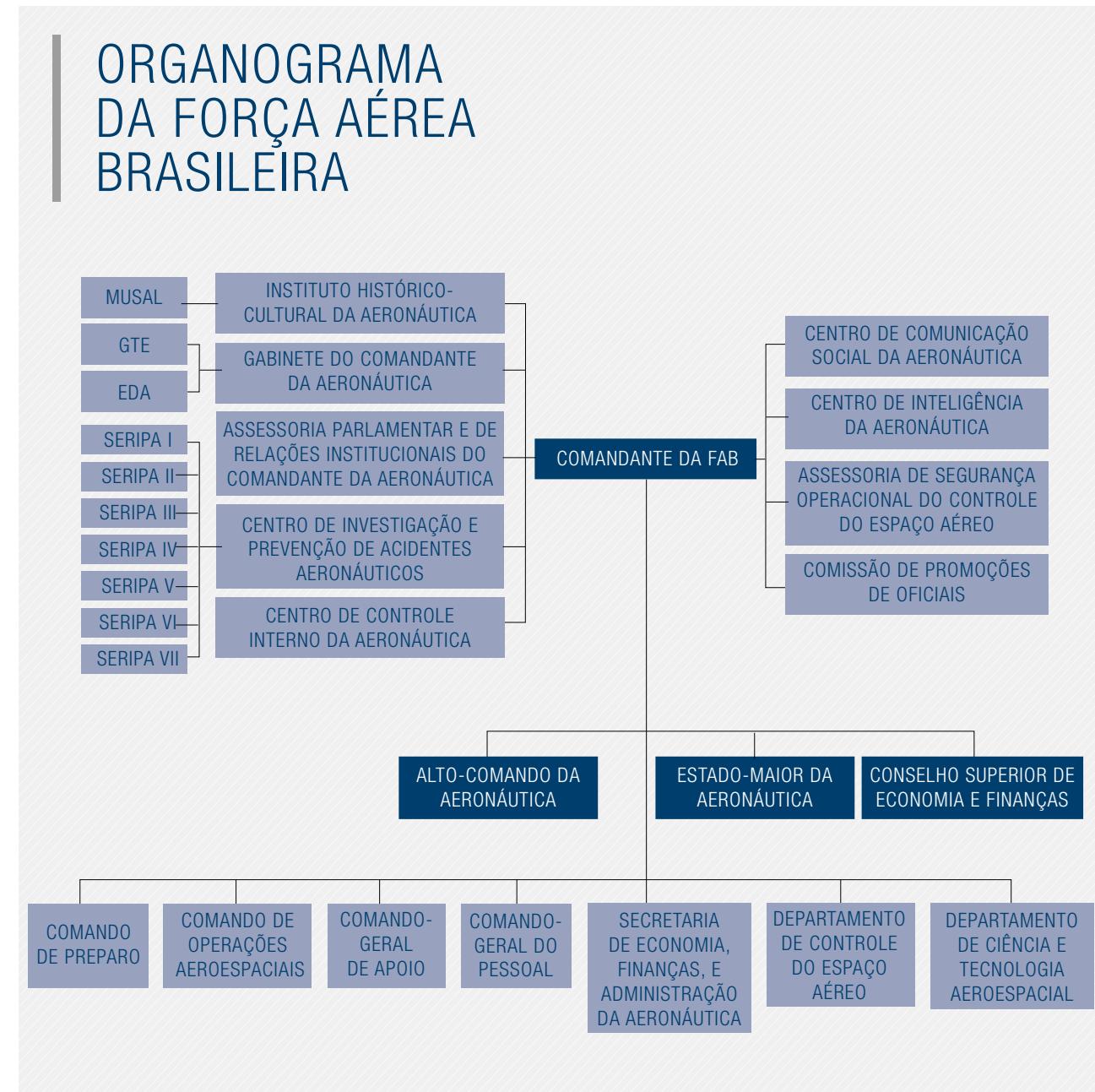
■ Instituto Histórico-Cultural da Aeronáutica (INCAER);

■ Centro de Controle Interno da Aeronáutica;

■ Comissão de Promoções de Oficiais da Aeronáutica (CPO); e

■ Assessoria de Segurança Operacional do Controle do Espaço Aéreo (ASOCEA).

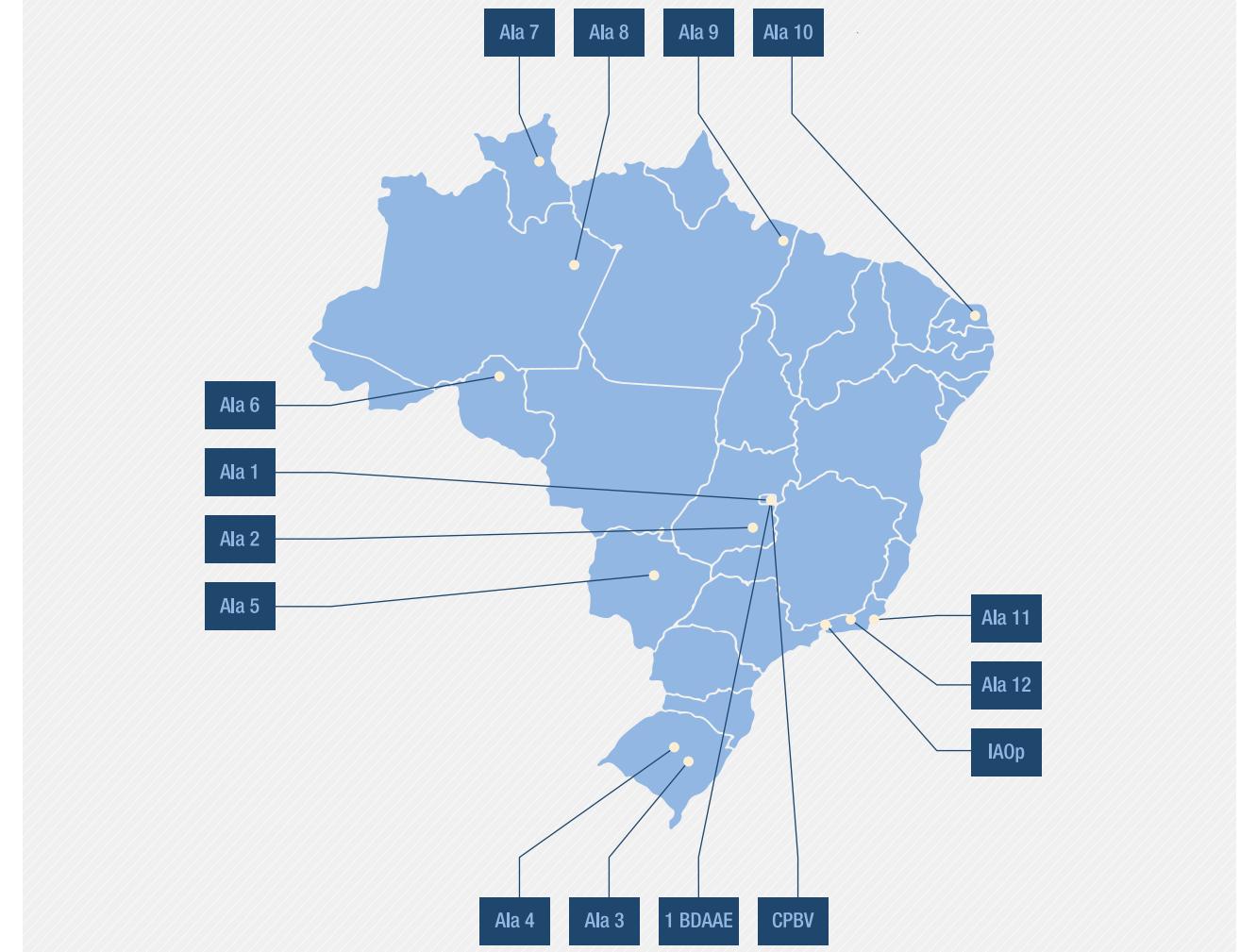
- Comando de Apoio (COMGAP);
- Comando Geral do Pessoal (COMGEP);
- Secretaria de Economia e Finanças e Administração da Aeronáutica (SEFA);
- Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA); e
- Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).



COMANDO DE PREPARO (COMPREP)

Compete ao COMPREP realizar a governança dos processos relacionados ao preparo dos meios de Força Aérea sob sua responsabilidade, dos seus projetos setoriais e dos projetos estratégicos do COMAER, em sua área de atuação. Subordinam-se ao COMPREP doze Alas, a 1^a Brigada de Defesa Antiaérea (1BDAAE), o Instituto de Aplicações Operacionais (IAOp) e o Campo de Provas Brigadeiro Velloso (CPBV).

ALAS SUBORDINADAS AO COMPREP



As Alas são Organizações Militares (OM) que têm por finalidade executar o preparo e o emprego das Unidades Militares subordinadas, conforme diretrizes, planos e ordens dos Comandos Superiores. São numeradas de 1 a 12, tendo suas sedes nas cidades de Brasília, Anápolis, Canoas, Santa Maria, Campo Grande, Porto Velho, Boa Vista, Manaus, Belém, Parnamirim e duas no Rio de Janeiro, respectivamente.

A 1BDAAE é uma OM que tem por finalidade executar o preparo e o emprego das Unidades de Defesa Antiaérea (UDAAE). A Brigada está

localizada na cidade de Brasília.

O IAOp é uma OM que tem por finalidade conduzir as atividades de Aplicações Operacionais e gerar conhecimento operacional. Tem sede na cidade de São José dos Campos.

O CPBV é uma OM que possui a incumbência de prover o apoio administrativo e operacional necessários à execução de ensaios, testes, experimentos e treinamentos táticos de interesse do COMAER. Tem sua sede na cidade de Brasília e possui uma área de exercício situada na Serra do Cachimbo, Estado do Pará.

EDUCAÇÃO – PRINCIPAIS ESCOLAS

Academia da Força Aérea (AFA)

A AFA é a instituição sucessora da antiga Escola de Aeronáutica, originalmente sediada no Campo dos Afonsos, que, desde a criação do Ministério da Aeronáutica em 1941, vem formando oficiais aviadores e intendentes para a Força Aérea. Em 1971, foi transferida para a cidade de Pirassununga – SP.

Atualmente, responsável pela qualificação de cadetes do Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAV), do Curso de Formação de Oficiais Intendentes (CFOINT) e do Curso de Formação de Oficiais de Infantaria da Aeronáutica (CFOINF).

Esta formação de nível superior tem duração

de quatro anos e prepara para os postos iniciais da carreira dentro dos respectivos quadros.

Ao término do último ano, os cadetes são declarados Aspirantes-a-Oficial, e recebem, respectivamente, os certificados de bacharéis em Ciências Aeronáuticas com habilitação em Aviação Militar (CFOAV), em Ciências da Logística com habilitação em Intendência da Aeronáutica (CFOINT), e em Ciências Militares com habilitação em Infantaria da Aeronáutica (CFOINF), além de ser conferida a todos eles a graduação de Bacharel em Administração com ênfase em Administração Pública.



Agência Força Aérea/Cb V. Santos

Universidade da Força Aérea (UNIFA)

Criada em 1983 e com sede no Rio de Janeiro, necessários às funções de Oficiais Superiores a UNIFA tem a finalidade de planejar, orientar, e Oficiais-Generais. Oferece, ainda, cursos de coordenar e controlar os cursos destinados ao mestrado, doutorado e especialização, além de aperfeiçoamento e aos altos estudos militares estágios diversos.

[Escola de Comando e Estado-Maior da Aeronáutica \(ECEMAR\)](#)

A ECEMAR, subordinada à UNIFA, foi criada em 1947, no Rio e Janeiro, e é a Organização Militar de ensino superior do Comando da Aeronáutica que tem por finalidade ministrar cursos de altos estudos militares para Oficiais da Força Aérea Brasileira e Oficiais de Nações Amigas. Tem, ainda, o encargo de atualizar o conhecimento dos discentes nos assuntos referentes a poder aeroespacial, guerra aérea e alta administração da Força, por meio do Estágio de Política e Estratégia Aeroespaciais (EPEA) e do Curso de Comando e Estado-Maior (CCEM).

[Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica \(EAOAR\)](#)

Criada em 1953, em Guarulhos (SP), e posteriormente transferida para o Rio de Janeiro, a EAOAR tem por missão principal aperfeiçoar oficiais subalternos e intermediários, visando ao desenvolvimento de competências específicas para o desempenho de funções administrativas, de assessoramento e operacionais, por meio do Curso de Aperfeiçoamento de Oficiais da Aeronáutica (CAP). A Escola também é subordinada à UNIFA.

[Centro de Instrução e Adaptação da Aeronáutica \(CIAAR\)](#)

Criado em 1983, nas antigas instalações do Centro de Instrução de Graduados da Aeronáutica (CIGAR), em Belo Horizonte, está sediado, atualmente, em Lagoa Santa (MG). O CIAAR é responsável pela formação e adaptação de civis e militares para o oficialato da Força Aérea Brasileira, nos quadros de carreira e convocados. Dentre os cursos e estágios ministrados, estão os cursos de carreira para Oficiais, Médicos, Dentistas, Farmacêuticos, Engenheiros e Especialistas.

[Instituto Tecnológico de Aeronáutica \(ITA\)](#)

Criado em 1950, o ITA, sediado em São José dos Campos (SP), é um instituto de formação universitária especializada, com cursos de graduação e programas de pós-graduação no campo do saber aeronáutico e aeroespacial. Tem por finalidade promover, por meio de educação, ensino, pesquisa e extensão, o progresso das ciências e tecnologias nestas áreas. Esse instituto é um dos elementos essenciais para o desenvolvimento do complexo científico-tecnológico localizado no Vale do Paraíba, SP. Ele está subordinado ao Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA).

[Escola de Especialistas de Aeronáutica \(EEAR\)](#)

Criada em 1941, está sediada em Guaratinguetá, Estado de São Paulo. Tem por finalidade formar e aperfeiçoar os sargentos do Comando da Aeronáutica em 28 especialidades, sendo, atualmente, o maior complexo de ensino técnico da América Latina.

[Escola Preparatória de Cadetes do Ar \(EPCAR\)](#)

Sediada em Barbacena (MG), foi criada em 28 de março de 1949, primeiramente como Curso Preparatório de Cadetes do Ar, sendo denominada Escola em 21 de maio de 1950. Sua criação procurava atender às necessidades emergentes da Força Aérea Brasileira: preparar os futuros Oficiais Aviadores, intelectual e militarmente, com vistas à integração à Escola de Aeronáutica, atual Academia da Força Aérea (AFA).

A EPCAR possui Alunos matriculados nos três anos do Ensino Médio, mantendo sua missão institucional de preparar o futuro Cadete Aviador da Força Aérea Brasileira, por meio do Curso Preparatório de Cadetes do Ar (CPCAR).

INSTITUIÇÕES CIENTÍFICAS E TECNOLÓGICAS

[Instituto de Aeronáutica e Espaço \(IAE\)](#)

O IAE surgiu da fusão, em 1991, do Instituto de Pesquisas e Desenvolvimento (IPD) e do pregresso Instituto de Atividades Espaciais (IAE), com a missão de desenvolver soluções científico-tecnológicas para fortalecer o Poder Aeroespacial Brasileiro, por meio da Pesquisa, Desenvolvimento, Inovação, Operações de Lançamento e Serviços Tecnológicos em sistemas aeronáuticos, espaciais e de defesa.

[Instituto de Estudos Avançados \(IEAv\)](#)

O Instituto de Estudos Avançados foi criado em 1982, com a emancipação funcional do Laboratório de Estudos Avançados que, por sua vez, teve origem no desmembramento da Divisão de Estudos Avançados do IAE ocorrida em 1981. O IEAv passou a atuar como organização militar do Comando da Aeronáutica subordinado ao então Comando-Geral de

Tecnologia Aeroespacial, hoje denominado Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA), com a finalidade de ampliar o conhecimento científico e o domínio de tecnologias estratégicas para fortalecer o Poder Aeroespacial Brasileiro.

Instituto Pesquisa e Ensaios em Voo (IPEV)

O Instituto de Pesquisas e Ensaios em Voo foi criado em 2011, com a finalidade de realizar ensaios em voo, pesquisa aplicada e formação de pessoal especializado, com excelência, rigor científico e segurança, a fim de fortalecer o poder aeroespacial brasileiro. Atua na formação de pessoal especializado em ensaios em voo e na prestação de serviços na área de ensaios em voo, instrumentação de aeronaves e telemetria de dados para apoio à pesquisa, ao desenvolvimento e à certificação de produtos aeronáuticos.

Instituto de Aplicações Operacionais (IAOp)

O Instituto de Aplicações Operacionais é subordinado a COMPREP e foi criado em 2016. Por meio da pesquisa e desenvolvimento em prol da área operacional, bem como do planejamento e condução de Avaliações Operacionais dos equipamentos e sistemas operacionais da FAB e a respectiva atualização de doutrina de emprego, sua finalidade é conduzir as atividades de Aplicações Operacionais e gerar conhecimento operacional, visando ao aprimoramento do preparo e emprego da Força Aérea Brasileira.

Centro de Lançamento de Alcântara (CLA)

Em 1983, foi ativado o Núcleo do Centro de Lançamento de Alcântara – NUCLA, com finalidade de proporcionar o apoio logístico e de infraestrutura local para lançamentos de veículos maiores do que aqueles que o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI) poderia suportar. O CLA tem a finalidade de: executar as atividades de lançamento e rastreio de engenhos aeroespaciais e de coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, executar testes, experimentos, pesquisa básica ou aplicada, além de outras atividades de desenvolvimento tecnológico de interesse do COMAER relacionadas com a Política Nacional de Desenvolvimento das Atividades Espaciais (PNDAE).

Centro de Lançamento da Barreira do Inferno (CLBI)

Em 1964, foi criado o Grupo de Trabalho de Estudos e Projetos Especiais, subordinado ao EMAER, com a finalidade de preparar equipes especializadas em lançamento de foguetes, de estabelecer programas de sondagens meteorológicas e ionosféricas em cooperação com organizações estrangeiras, de incentivar a indústria privada brasileira a galgar os degraus da tecnologia espacial, e de escolher o local no Brasil e nele construir um campo de lançamento de foguetes. Fruto desse Grupo, o Centro de Lançamento da Barreira do Inferno, foi criado em Natal (RN) em 1965, com a finalidade de executar e prestar apoio às atividades de lançamento e rastreio de engenhos aeroespaciais e de coleta e processamento de dados de suas cargas úteis, e de realizar os testes, experimentos, pesquisa básica ou aplicada e outras atividades de desenvolvimento tecnológico de interesse da Aeronáutica, relacionados com a Concepção Estratégica da FAB para Pesquisa e Desenvolvimento e com a PNDAE.

Instituto de Controle do Espaço Aéreo (ICEA)

Para dar início à implantação de um Sistema de Proteção ao Voo no Brasil, foi criado, em 1960, o Curso de Preparação de Oficiais de Proteção ao Voo (CPOPV) nas instalações do ITA. Nos idos de 1966, o curso já estava sendo ministrado em instalações próprias, que vieram a compor, em 1978, o Instituto de Proteção ao Voo, com a responsabilidade de realizar estudos e projetos, paralelamente às atividades principais de ensino. A partir de 2004, o IPV passou a ser reconhecido como Instituto de Controle do Espaço Aéreo – ICEA. Sua finalidade principal é capacitar recursos humanos e realizar pesquisas e desenvolvimentos no âmbito do Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB).

Instituto de Logística da Aeronáutica (ILA)

Em 1988, foi criado o Núcleo do Instituto de Logística da Aeronáutica, subordinado ao COMGAP, a partir de uma concepção idealizada em 1984, para execução de atividades de ensino e treinamento relativas à área de logística do material aeroespacial. Sua finalidade é desenvolver as capacidades técnicas e gerenciais dos profissionais da FAB, por intermédio das atividades de ensino e pesquisa relacionadas com a área de apoio logístico.

Instituto de Fomento e Coordenação Industrial (IFI)

Em 1967, foi criado o pré-núcleo do Instituto de Fomento e Coordenação Industrial, a fim de preencher a lacuna da Produção existente entre o ITA e o IPD, que respondiam pelo Ensino e pela Pesquisa, respectivamente, segundo o trinômio do Professor Richard H. Smith, do *Massachusetts Institute of Technology (MIT)*, conselheiro técnico que trabalhou na concepção do Comando Geral de Pesquisa e Desenvolvimento, hoje DCTA. A

ativação do IFI se deu em 1971, com a finalidade de contribuir para a garantia do desempenho, da segurança e da disponibilidade de produtos e sistemas aeroespaciais de interesse da FAB, prestando serviços nas áreas de Normalização, Metrologia, Certificação, Transferência de Tecnologia e Coordenação Industrial, fomentando, assim, o complexo científico-tecnológico aeroespacial brasileiro.

Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial (DCTA)

O Departamento de Ciência e Tecnologia Aeroespacial, que tem suas origens em 1969, é o órgão de direção setorial ao qual compete planejar, gerenciar, realizar e controlar as atividades relacionadas com a ciência, tecnologia e inovação, no âmbito da FAB. Subordinam-se ao DCTA onze organizações militares e, administrativamente, outras quatro,

reunindo um contingente da ordem de 5.500 militares e servidores civis, dentre engenheiros, pesquisadores e técnicos nas mais diversas áreas. Sua finalidade principal é desenvolver soluções científico-tecnológicas no campo do Poder Aeroespacial, a fim de contribuir para a manutenção da soberania do espaço aéreo e a integração nacional.

INTERCÂMBIO E COOPERAÇÃO COM OUTROS PAÍSES

A Força Aérea mantém uma série de atividades de intercâmbio e de cooperação com outras Nações, especialmente com os países da América do Sul. Cabe ressaltar a Missão Técnica Aeronáutica Brasileira (MTAB) no Paraguai estabelecida em

1982, com o objetivo de prover assessoramento técnico, operacional e administrativo à Força Aérea daquele país. A seguir, serão apresentadas as áreas mais relevantes.

EXERCÍCIOS MILITARES COM OUTROS PAÍSES (2016/2019)		
Operação/ Exercício	País sede	Países participantes
COOPERACIÓN	Chile	Brasil, Chile, Argentina, Canadá, Estados Unidos, Peru e Uruguai
		Exercício multilateral de integração e ação simples, que envolve as Forças Aéreas integrantes do SICOFAA, em processos de planejamento, execução e controle de operações em situações de desastres naturais e ajuda humanitária.
FELINO	Brasil	Brasil, Portugal, Angola, Cabo Verde, Moçambique, Guiné-Bissau, Guiné Equatorial, São Tomé e Príncipe e Timor Leste.
		Exercício multilateral de integração e ação simples, que envolve as Forças Aéreas integrantes do SICOFAA, em processos de planejamento, execução e controle de operações em Exercício de Força Tarefa Conjunta Combinada (FTCC), no âmbito da CPLP, para atingir, manter e otimizar a capacidade de intervenção em missões de apoio à paz e/ou ajuda humanitária, aos níveis operacionais e táticos, sob a égide da ONU.
AMAZONAS	Brasil	Brasil, Colômbia e Peru
		Exercício de treinamento entre Forças Aéreas e Ações Cívico-Sociais.
PANAMAX	Panamá	Brasil, EUA, Chile, Colômbia, México, Paraguai e Peru
		Exercício multinacional focado na segurança do canal do Panamá e na Região ao redor
EATT	Portugal	Brasil e Portugal
		Exercício de treinamento para aviação de transporte.
BRAPOR	Portugal	Brasil e Portugal
		Exercício de missões de Busca e Salvamento, Patrulha Marítima, Antissubmarino e Reconhecimento Aéreo para a Aviação de Patrulha.
MAPLE FLAG	Canadá	Brasil, Canadá, EUA, França, Austrália, Bélgica, Arábia Saudita, Peru e Qatar
		Exercício multinacional, de ocorrência anual, organizado pelas Forças Armadas do Canadá, com a finalidade de planejar e treinar operações conjuntas e combinadas, em um cenário de guerra convencional.
MOBILITY GUARDIAN	EUA	Brasil, EUA, Austrália, Bélgica, Canadá, França, Nova Zelândia, Paquistão, Coreia do Sul e Reino Unido
		Exercício baseia-se em uma resposta contingencial com operações de mobilidade subsequentes em um ambiente semi-permissivo / contestado em resposta a um desastre natural em uma região conturbada do mundo.
REAL THAW	Portugal	Brasil e Portugal
		Exercício de treinamento para interoperabilidade entre Forças

ANGEL DE LOS ANDES	Colômbia	Brasil e Colômbia
Exercício de coordenação, comando e controle e execução de operações de busca e salvamento e <i>personnel recovery</i> .		
CRUZEX	Brasil	Brasil, Canadá, Chile, EUA, França, Peru, Portugal e Uruguai
Exercício multinacional, de ocorrência bianual, no Brasil, organizado pela Força Aérea Brasileira, com a finalidade de planejar e treinar operações combinadas, bem como promover a cooperação militar entre as nações participantes.		
GREEN FLAG	EUA	Brasil, EUA, Canadá, França, Alemanha e Reino Unido
Exercício de integração de forças ar-terra em cenários de guerra não convencional.		
LION EFFORT	Suécia	Brasil, Suécia, Hungria, República Checa, Tailândia e África do Sul
Exercício Conjunto entre os países operadores da aeronave Gripen.		
PEGASUS	Argentina	Brasil, Argentina, Uruguai, Chile, Peru e Colômbia
Exercício multilateral para planejamento, execução e controle de operações em situações de desastres naturais e ajuda humanitária.		
RED FLAG RESCUE	EUA	Brasil, EUA, Austrália e Reino Unido
Exercício multinacional focado no treinamento de missões de resgate em combate e apoio aéreo aproximado.		



Instrução de voo na AFA | Agência Força Aérea/Sgt. Johnson

MULHERES NA FORÇA AÉREA

A Força Aérea criou o Corpo Feminino da Reserva da Aeronáutica (CFRA) em 1981, absorvendo, no ano seguinte, sua 1ª turma, no Campo dos Afonsos, no Rio de Janeiro. Ingressaram na Força Aérea, naquela ocasião, 150 mulheres – psicólogas, enfermeiras, analistas de sistemas, assistentes sociais, fonoaudiólogas, nutricionistas e biblioteconomistas –, selecionadas de norte a sul do País. As mulheres, portanto, já fazem parte da vida administrativa da Força Aérea há três décadas.

Na Academia da Força Aérea, onde são formados os militares que podem alcançar

as mais altas patentes no âmbito da Força, a entrada de mulheres iniciou-se em 1996, no Curso de Formação de Oficiais Intendentes. Em 2006, a Força Aérea formou a primeira turma de aviadoras militares brasileiras.

Nos quadros de aviadores, intendentes, saúde e engenheiros aeronáuticos, as mulheres na Força Aérea podem ascender ao posto de oficial-general (Brigadeiro), concorrendo, para tal, em condições idênticas aos oficiais do sexo masculino. A Força Aérea Brasileira conta, hoje, em seus quadros, com cerca de doze mil mulheres.

EXEMPLOS DE EMPREGO DO INSTRUMENTO MILITAR

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL NAS GRANDES GUERRAS MUNDIAIS

I Guerra Mundial

A participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial foi motivada por uma série de ataques a navios mercantes brasileiros no Atlântico Norte. No mês de abril de 1917, foi afundado o Navio Mercante “Paraná” nas proximidades do canal da Mancha, o que motivou o governo brasileiro a romper relações diplomáticas com a Alemanha. Durante os meses que se seguiram,

outros três navios mercantes brasileiros também foram afundados por submarinos alemães, o que determinou o reconhecimento do estado de guerra com o Império alemão a 26 de outubro de 1917. O Presidente Wenceslau Brás firmou aliança com os países da Tríplice Entente e, mesmo sem uma capacidade bélica expressiva, o Brasil os apoiou logisticamente com o envio de suprimentos agrícolas e matérias-primas.

Em cumprimento aos compromissos assumidos na Conferência Interaliada, o governo brasileiro enviou uma Missão Médica Militar composta de médicos civis e militares, para atuar em hospital militar montado na capital francesa, Paris. Um contingente de aviadores da Marinha e do Exército se integraram às Forças Aéreas aliadas e, também, parte da Esquadra foi mobilizada para a guerra antissubmarina. Para cumprir as atribuições da Marinha, foi determinada a organização de uma força-tarefa chamada de "Divisão Naval em Operações de Guerra" (DNOG), constituída por navios retirados

das divisões que formavam a esquadra brasileira. Passaram a fazer parte da DNOG: os cruzadores "Rio Grande do Sul" e "Bahia", os contratorpedeiros "Piauí", "Rio Grande do Norte", "Paraíba" e "Santa Catarina", o navio de suprimento "Belmonte" e o rebocador "Laurindo Pitta". O contingente naval total era de cerca de 1,5 mil homens. A divisão foi incumbida de patrulhar a área compreendida

pelo triângulo marítimo, cujos vértices eram a cidade de Dakar, na costa africana, a ilha de São Vicente, no arquipélago de Cabo Verde, e Gibraltar, na entrada do Mediterrâneo.

Durante a permanência no Teatro de Operações, a tripulação da DNOG foi exposta ao vírus da Gripe Espanhola, trazido por navios europeus à costa ocidental africana. Mesmo sofrendo centenas de baixas pela epidemia, com 156 vítimas fatais, a DNOG não deixou de cumprir sua missão até o armistício, em 11 de novembro de 1918.

navios e aeronaves da Marinha dos Estados Unidos da América, na Campanha do Atlântico.

A proteção fornecida à navegação mercante Aliada no Atlântico Sul permitiu o fluxo comercial constante de commodities para as indústrias norte-americanas, contribuindo para o esforço de guerra, e a manutenção do abastecimento da

economia nacional, dependente da via marítima para o comércio regional e da importação de combustível. A Marinha participou, também, de operações conjuntas e combinadas, incluindo patrulhamento aeronaval e ações de defesa portuária para evitar ataques por parte do Eixo em solo brasileiro.



Torpedeamento do Navio Mercante "Buarque"- 1942



Navio de Guerra da Marinha enfrentando um Submarino

II Guerra Mundial

A participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial teve forte motivação nos sucessivos ataques a navios mercantes brasileiros por submarinos do Eixo que levaram ao falecimento de 982 tripulantes e passageiros entre março de 1941 e outubro de 1943. Respondendo à pressão popular pela morte de 607 pessoas em seis torpedeamentos de navios dedicados às linhas de cabotagem entre 15 e 19 de agosto

de 1942, o Brasil declarou guerra ao Eixo no fim do mesmo mês. A participação do País, nesse conflito, foi mais expressiva do que a ocorrida na Primeira Guerra.

À Marinha coube o controle das linhas de navegação entre o Caribe e América do Sul, atuando na escolta de comboios de navios mercantes e no patrulhamento contra submarinos e navios de guerra do Eixo em conjunto com

O Exército enviou cerca de 25 mil homens para lutar na Europa contra o Eixo. A Força Expedicionária Brasileira (FEB) integrou o Quinto Exército Americano (Fifth US Army). Após pesadas perdas, a primeira operação bem-sucedida da FEB foi o ataque à posição fortificada de Monte Castelo, que estava ocupada e guarnecida por uma divisão inimiga altamente qualificada.

Em prosseguimento ao sucesso obtido, a

FEB desempenhou suas missões subsequentes com resultados igualmente expressivos. A primeira força oponente a se render na Itália o fez aos integrantes da FEB, os famosos "Cobra Fumando". Durante a campanha da Itália, na Segunda Guerra, a FEB fez mais de 20 mil prisioneiros.

A Força Aérea foi criada no decorrer da Segunda Guerra, em 1941. Em 1942, iniciou seu engajamento na Patrulha Aérea Marítima das

águas brasileiras. Em 1943, foi criado o 1º Grupo de Aviação de Caça. Nesse mesmo ano, ocorreu o afundamento de um submarino do Eixo, por um avião da Força Aérea, no litoral do Rio de Janeiro.

O 1º Grupo de Aviação de Caça atuou na Itália a partir de 1944 e integrou o 350º Grupo de Caça dos EUA (*Fighter Group*), realizando mais 2 mil missões e destacando-se como uma das três unidades aéreas estrangeiras a serem agraciadas com uma distinção daquele País (*Presidential Unit Citation*).



Representação do soldado brasileiro na Segunda Guerra



Representação de aeronave da FAB na Segunda Guerra

Cabe mencionar, também, a participação, na Itália, da 1ª Esquadrilha de Ligação e Observação, que atuou junto à Artilharia Divisionária, ambas unidades da Força Expedicionária Brasileira. Nessa atuação conjunta, as tripulações das aeronaves eram compostas por pilotos da Força Aérea e por observadores aéreos do Exército, que tinham por tarefa a regulagem de tiro de artilharia.



Símbolo da FEB "A cobra fumando"



Símbolo da participação do Brasil na Segunda Guerra

A PARTICIPAÇÃO DO BRASIL EM OPERAÇÕES DE PAZ

Desde 1947, o País participa de missões de paz da ONU, tendo já contribuído com mais de 58 mil militares e policiais. Integrou operações na África (Angola, Congo, Etiópia, Costa do Marfim, Libéria, Moçambique, República Centro-Africana, República Democrática do Congo, Saara Ocidental, Síria, Senegal, Sudão, Sudão do Sul e Uganda/Ruanda), no Caribe e nas Américas Central e do Sul (Costa Rica, El Salvador, Equador, Guatemala, Haiti, Honduras, Nicarágua e Peru), na Ásia (Camboja, Ásia e Timor-Leste), na Oceania (Nova Guiné) e na Europa e Oriente Médio (Grécia, Faixa de Gaza, Chipre, Croácia, Iraque, Líbano, Sérvia, Bósnia-Herzegovina, Kosovo, Eslavônia Oriental, Macedônia e Montenegro).

O Brasil cedeu tropas e/ou meios militares em Suez (UNEF-I), Congo (ONUC), República Dominicana (FIP/OEA), Angola (UNAVEM-III), Moçambique (ONUMOZ), Timor-Leste (UNTAET/UNMISSET), Haiti (MINUSTAH) e, mais recentemente, no Líbano (UNIFIL).

A participação do Brasil na Missão de Estabilização das Nações Unidas no Haiti (MINUSTAH), encerrada em setembro de 2017, com a participação de aproximadamente 36.500 militares, demonstrou a importância que o País atribuiu à estabilização no Haiti, ao fortalecimento do multilateralismo, à integração da América Latina e à solidariedade como princípio de ação internacional.

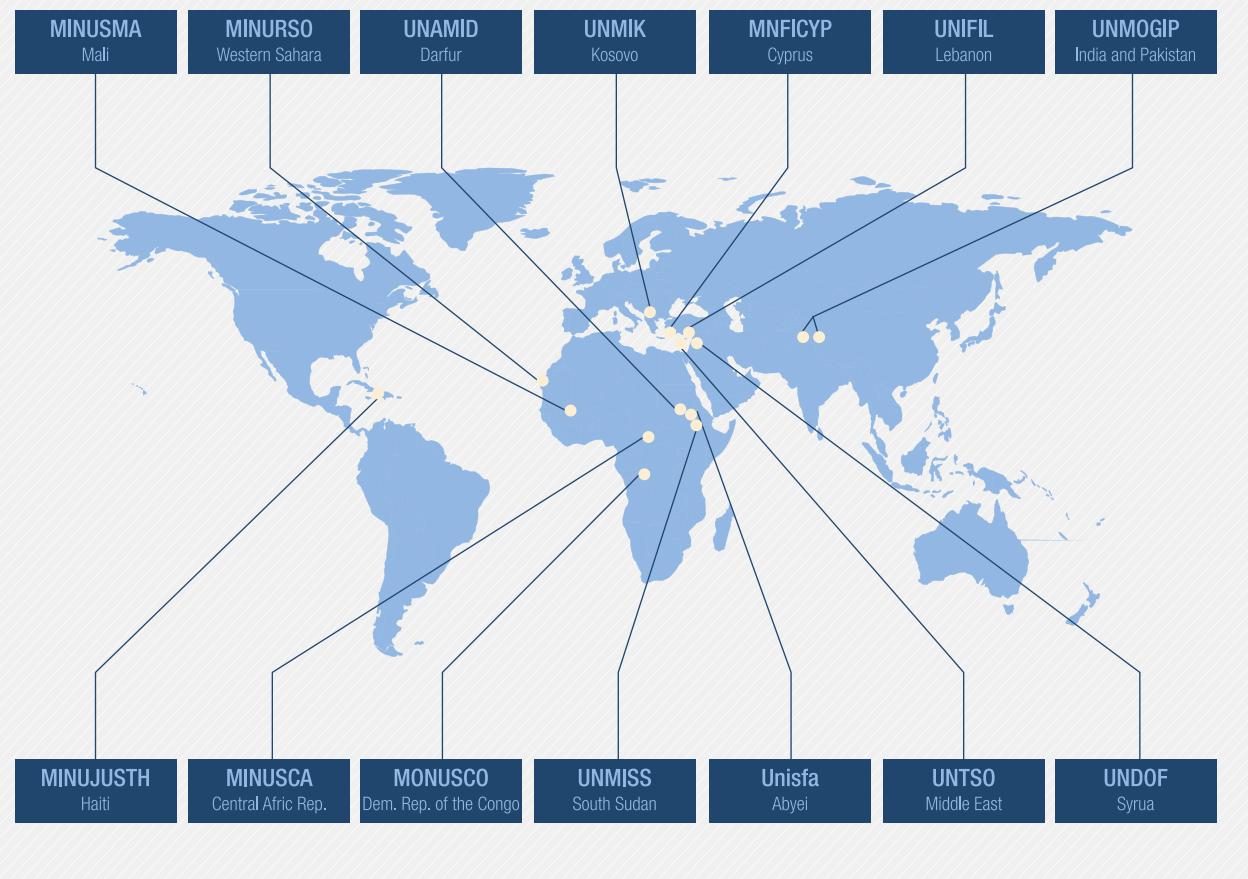
O excelente desempenho dos militares brasileiros foi reconhecido pelo povo haitiano e por autoridades internacionais, devido à peculiar forma de atuação, reflexo dos treinamentos recebidos antes da missão e da própria formação profissional adquirida nas Forças.

A missão de paz também possibilitou às Forças participantes a oportunidade de aprimorar os seus sistemas operacionais e logísticos, bem como de manter o intercâmbio com tropas de outros países.

Outra participação brasileira com tropa em missões de paz é a presença do Brasil na Força Interina das Nações Unidas no Líbano (UNIFIL). A UNIFIL foi criada em 1978, com o propósito de manter a estabilidade na região, durante a retirada das tropas israelenses do território libanês.

A Força-Tarefa Marítima (FTM) da UNIFIL foi estabelecida em 2006, sendo a primeira Força-Tarefa Naval a integrar uma Missão de Manutenção de Paz da ONU, tendo como missão impedir a entrada de armas ilegais no Líbano, assim como treinar os militares da Marinha Libanesa. O comando da FTM da UNIFIL, a partir de fevereiro de 2011, passou a ser exercido por um Almirante brasileiro e, desde novembro de 2011, um navio da Marinha do Brasil (Fragata ou Corveta) tem sido incorporado à FTM-UNIFIL, exercendo a função de nau-capitânia. O revezamento desse meio naval ocorre semestralmente.

OPERAÇÕES DE PAZ DA ONU CÓM PARTICIPAÇÃO BRASILEIRA



A partir de 2014, também em sistema de rodízio semestral, sete militares do Exército Brasileiro foram integrados ao Estado-Maior da Brigada do Setor Leste (Espanha), caracterizando a primeira missão terrestre brasileira no âmbito da UNIFIL.

O Brasil conta, ainda, com a participação

de um Oficial General como Comandante do Componente Militar (Force Commander) na Missão Multidimensional Integrada das Nações Unidas para a Estabilização na República Democrática do Congo (MONUSCO), desde maio de 2018.

OPERAÇÕES DE COORDENAÇÃO COM AGÊNCIAS

As Operações Ágata são exemplo recente de emprego de tropa federal em prol da segurança, de acordo com o previsto na legislação. Essa atividade, conduzida na faixa de fronteira em parceria com outros Ministérios e Agências Governamentais, é uma operação conjunta das Forças Armadas brasileiras destinada a combater delitos transfronteiriços e ambientais. É também uma operação interagências por ser efetivada em coordenação com outros órgãos federais e estaduais. A operação foi elaborada dentro da concepção do Plano Estratégico de Fronteiras e do Programa de Proteção Integrada de Fronteiras, cujos principais objetivos são a neutralização do crime organizado, a redução dos índices de criminalidade, a cooperação com os países fronteiriços e o apoio à população na faixa de fronteira.

As Forças Armadas também atuaram, com suporte logístico, em áreas de terras indígenas, em reforço aos Órgãos de Segurança Pública, haja vista os problemas de ordem social da área, que imprimem risco à soberania e coesão nacionais.



Ações Subsidiárias | Exército Brasileiro/ Divulgação

LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

DEFESA E A SOCIEDADE

CAPÍTULO 4

O Setor de Defesa possui como missão principal o preparo das Forças Armadas para emprego em sua destinação constitucional de defesa da Pátria e de garantia dos poderes constitucionais e da lei e da ordem, contudo, a Lei Complementar nº 97/1999 estabelece que as Forças Armadas devem realizar atribuições subsidiárias, a fim de cooperar com o desenvolvimento nacional e a defesa civil e, também, conferiu outras atribuições particulares, como colaborar com a segurança pública e a segurança na faixa de fronteira, por meio de medidas preventivas e repressivas, em coordenação com outros órgãos governamentais.

Por outro lado, existe também a compreensão, no âmbito do Setor de Defesa, de sua

responsabilidade social, da necessidade de ampliar a interação com a sociedade brasileira em um País que ainda possui uma população com carências em áreas básicas. Por isso, são desenvolvidos projetos e ações que têm objetivos voltados para essas finalidades.

O Setor de Defesa também está consciente da necessidade de aumentar a percepção da sociedade brasileira sobre a importância dos assuntos referentes à Defesa Nacional. Para isso, desenvolve projetos em parceria com outros órgãos governamentais ou da sociedade civil, a fim de gerar uma adequada cultura de defesa no âmbito da sociedade brasileira.

- controle territorial, principalmente na faixa de fronteira;
- controle integrado do espaço aéreo brasileiro; e
- controle e proteção ambiental.



Agência Força Aérea/Divulgação

MARINHA DO BRASIL (MB) E SUAS AÇÕES

A Autoridade Marítima Brasileira (AMB), exercida pelo Comandante da Marinha (CM), possui competência para o trato dos assuntos que cabem à MB como atribuições subsidiárias, que são aquelas conferidas por norma legal e

Controle e Provimento da Segurança Marítima

Na MB, cabem à Diretoria de Portos e Costas e à Diretoria de Hidrografia e Navegação a elaboração e aprovação das Normas da Autoridade Marítima afetas às suas competências, contribuindo, assim, para o cumprimento das tarefas atribuídas à AMB.

A Diretoria de Portos e Costas tem o propósito de contribuir para a orientação e o controle da Marinha Mercante e das atividades correlatas, cooperando para a segurança do tráfego aquaviário; a prevenção da poluição por parte de embarcações, plataformas e suas estações de apoio; a formulação e execução de políticas nacionais que digam respeito ao mar; a implementação e a fiscalização do

cumprimento de leis e regulamentos no mar e águas interiores; e a habilitação e a qualificação de pessoal para a Marinha Mercante.



Marinha do Brasil/Divulgação

ATRIBUIÇÕES SUBSIDIÁRIAS

As Forças participam e atuam diretamente junto a diversos segmentos da sociedade, como no emprego da engenharia do Exército na construção de estradas, ferrovias, pontes e açudes; na evacuação aeromédica em regiões longínquas, realizada pela Força Aérea Brasileira (FAB); e no apoio de saúde prestado pelos navios-hospitais da Marinha. Cita-se, ainda, o apoio humanitário em ocorrências de sinistros e calamidades, como queda de aeronaves, afundamento de embarcações, enchentes, deslizamentos ou secas prolongadas.

A Defesa mantém estreita cooperação com a Justiça Eleitoral. Por solicitação do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), é prestado apoio logístico

para a realização de eleições. As unidades militares das Forças Armadas, presentes em todas as regiões do País, relacionam-se profundamente com as comunidades nas quais se integram. Os militares participam da vida da população, quer pelo envolvimento em eventos comunitários, por meio de ações cívico-sociais, quer por campanhas de saúde pública e apoio em casos de calamidade.

Além das atribuições subsidiárias gerais, a LC nº 97/1999 prevê o emprego das Forças Armadas nas seguintes atribuições subsidiárias particulares:

- controle e provimento da segurança marítima;

A Diretoria de Hidrografia e Navegação realiza atividades relacionadas com hidrografia, oceanografia, cartografia, meteorologia, navegação e sinalização náutica; garante a qualidade das atividades de segurança da navegação na área marítima de interesse do Brasil e nas vias navegáveis interiores; e contribui para projetos nacionais de pesquisa em águas jurisdicionais brasileiras e para os decorrentes de compromissos internacionais.

Busca e Salvamento

A MB implantou, organizou e opera o Serviço de Busca e Salvamento Marítimo. Este serviço visa atender a emergências relativas à salvaguarda da vida humana no mar, que possam atingir os navegantes no mar e nas vias navegáveis interiores.

necessário; meios adequados para atender às emergências SAR; e a organização de um Sistema de Informações de Navios. Quando necessário, é efetuada a coordenação com o Sistema de Busca e Salvamento Aeronáutico.



Marinha do Brasil/Divulgação

Assistência hospitalar na Amazônia

As viagens que os Navios de Assistência Hospitalar (NAsH) da MB realizam pela Amazônia, atendendo à população nas localidades ribeirinhas mais carentes daquela região, são chamadas de Operações de Assistência Hospitalar à População Ribeirinha, ou simplesmente ASSSHOP. As regiões a serem visitadas são denominadas Polos de Saúde.

As ASSSHOP são realizadas nas localidades ribeirinhas mais carentes de atendimento de saúde dos Polos visitados. Esta carência é resultante da distância dos centros urbanos da região; da inexistência de serviços de saúde, públicos ou privados; e da falta de infraestrutura de saneamento básico (água potável e esgoto tratado). Estas condições

adversas resultam em uma situação precária de saúde da população ribeirinha.

Os NAsH, e antes deles as Corvetas que a MB

possui na região há mais de quarenta anos, são conhecidos pelas populações ribeirinhas como os “Navios da Esperança”.



Marinha do Brasil/Divulgação

EXÉRCITO BRASILEIRO E SUAS AÇÕES

Segurança na Faixa de Fronteira

Nas áreas de fronteira terrestre, o Exército atua, em coordenação com as outras Forças Armadas e órgãos governamentais, na

criação do SISFRON – Sistema Integrado de Monitoramento de Fronteiras.

prevê a implementação de um conjunto integrado de recursos tecnológicos – como sistemas de vigilância e monitoramento, tecnologia da informação, guerra eletrônica e inteligência. Além de ampliar a capacidade de monitoramento, mobilidade e presença na faixa de fronteira, o SISFRON contribuirá para a maior integração regional, entre órgãos de governo e também com países vizinhos.

Para fortalecer a capacidade de ação dos militares brasileiros ao longo dos 16.886 km de fronteira terrestre do País, o Exército investiu na

Apoio à sociedade e contribuição com o desenvolvimento nacional

O Exército realiza atividades de caráter temporário, episódico ou programado de assistência e auxílio a comunidades carentes de diversas regiões do País, nos diversos níveis de comando, com o aproveitamento dos recursos humanos, materiais e técnicos disponíveis, para resolver problemas imediatos e prementes. Realiza, também, com a Engenharia, trabalhos de construção de estradas e ferrovias, açudes e outros que colaborem com o desenvolvimento nacional. A Instituição atua também no apoio às atividades de defesa civil, participando de ações de socorro e assistência a vítimas de desastres naturais.



Exército Brasileiro/Divulgação

FORÇA AÉREA BRASILEIRA E SUAS AÇÕES

Controle Integrado do Espaço Aéreo Brasileiro

O espaço aéreo sob responsabilidade do País estende-se além de suas fronteiras. Ultrapassa a área sobre seu território e alcança uma significativa parte do Oceano Atlântico, perfazendo um total de 22 milhões de km², sobre terra e mar, acordados em tratados internacionais. No Brasil, o controle aéreo assume proporções gigantescas, o que o torna uma atribuição estratégica e de Segurança Nacional, confiada por força da lei à Força Aérea Brasileira.

O Departamento de Controle do Espaço Aéreo (DECEA) é a organização do Comando da Aeronáutica responsável pelo controle desta área. Congrega recursos humanos, equipamentos, meios acessórios e infraestrutura com a missão de prover a segurança e a fluidez dos voos da região.

Desse modo, a evolução do fluxo de tráfego aéreo no espaço aéreo nacional é controlada, diariamente, por quatro grandes bases operacionais, subordinadas ao DECEA: os centros integrados de defesa aérea e controle de tráfego aéreo, também conhecidos como CINDACTA.



CINDACTA /Divulgação

Eles atuam sobre subdivisões de espaço aéreo denominadas regiões de informação de voo, *Flight Information Region (FIR)*. No Brasil, há cinco FIR, sobre as quais operam quatro CINDACTA:

- CINDACTA I (Brasília – DF) – Responsável pela FIR Brasília, que abrange a região central do Brasil;
- CINDACTA II (Curitiba – PR) – Responsável pela FIR Curitiba, que abrange o sul e parte do centro-sul brasileiro;
- CINDACTA III (Recife – PE) – Responsável pelas FIR Recife e Atlântico, que abrangem o Nordeste e área sobrejacente ao Atlântico; e
- CINDACTA IV (Manaus – AM) – Responsável pela FIR Manaus, que se estende sobre grande parte da região amazônica.

A um só tempo, os CINDACTA unem o controle do tráfego aéreo civil e as operações militares de defesa aérea, uma solução bem-sucedida de integração que vem sendo recomendada pela Organização de Aviação Civil Internacional (órgão da ONU regulador da atividade) aos demais países signatários, como modelo de economia de

meios e segurança operacional. Aos CINDACTA soma-se ainda o Serviço Regional de Proteção ao Voo de São Paulo (SRPV-SP), responsável pelo controle de tráfego de maior densidade de fluxo no País, ao longo dos terminais aéreos de São Paulo e Rio de Janeiro.

Evacuações Aeromédicas

A Força Aérea Brasileira (FAB) realiza, quando necessário, evacuações aeromédicas em apoio à população residente em locais de difícil acesso do Território Nacional, mantendo pessoal capacitado (médicos, enfermeiros e técnicos de enfermagem) em condições de realizar essa difícil operação em um país com dimensões continentais como o Brasil.



Agência Força Aérea/Sgt. Luiz

Busca e Salvamento

A FAB possui um esquadrão especialmente treinado para cumprir missões SAR: o Segundo Esquadrão do Décimo Grupo de Aviação – Pelicano (2º/10º GAV), localizado em Campo Grande (MS). Outros esquadrões também fazem missões de busca, desde que tenham suas tripulações com treinamento específico. Todas

as unidades de helicópteros também cumprem missões de resgate. O Pelicano opera aviões SC-105 Amazonas e helicópteros H-1H, mantendo sempre um avião e um helicóptero em alerta para decolagem em poucos minutos, equipados para atender a qualquer situação de emergência, seja na terra ou no mar.

Transporte de Órgãos

O Centro de Gerenciamento da Navegação Aérea (CGNA) realiza, há cerca de cinco anos, o trabalho de coordenação de voos e

facilitação de todas as etapas envolvidas no processo de transporte aéreo de órgãos a serem transplantados. Cabe ao CGNA a coordenação

da distribuição, por meio de transporte aéreo, de órgãos para transplante no Brasil. Para isso, a unidade conta com duas posições da Central Nacional de Transplantes (CNT) em seu Salão Operacional, 24 horas por dia.

Recebida a demanda, os profissionais alocados no CGNA iniciam a busca pelo voo adequado mais próximo, que serve ao percurso requerido. A regra é o aproveitamento de voos da aviação comercial. Quando o trecho não é atendido por linha aérea, entra em cena o Comando de Operações Aeroespaciais (COMAE) da FAB, que, acionado,

viabiliza uma aeronave militar.

Desde a regulação da remoção de órgãos para transplante e autorização do apoio prestado pela FAB nesse tipo de missão, em junho de 2016, os acionamentos, que ocorrem a qualquer hora do dia e da noite, se intensificaram.

Atualmente, os esquadrões de transporte aéreo contam com tripulações de plantão em Belém (PA), Recife (PE), Galeão (RJ), Guarulhos (SP), Canoas (RS), Brasília (DF) e Manaus (AM), mas nada impede que missões desse tipo também sejam realizadas por outros esquadrões da FAB.



Agência Força Aérea/ Sgt. Johnson

PROGRAMAS SOCIAIS COORDENADOS PELO MINISTÉRIO DA DEFESA

O Ministério da Defesa e as Forças Armadas brasileiras possuem longa tradição de realização de projetos e ações que contribuem com a promoção da cidadania. Neste sentido,

desenvolvem projetos que colaboram com as políticas públicas que visam melhorar o bem-estar da população carente e diminuir o déficit social brasileiro.

PROJETO SOLDADO CIDADÃO

O projeto se destina a qualificar social e profissionalmente recrutas que prestam o serviço militar³, complementando a formação cidadã e facilitando o ingresso no mercado de trabalho. A iniciativa existe desde 2004 e abrange todo o Território Nacional, já tendo beneficiado milhares de jovens. Os cursos, ministrados por instituições civis de reconhecida competência, incluem noções básicas de empreendedorismo, ética e cidadania. São oferecidos cursos de acordo com a demanda do mercado de trabalho regional, levando em conta a preferência do jovem. Priorizam-se, entre outras, as seguintes áreas de formação: telecomunicações, mecânica, alimentação, construção civil, artes gráficas,

confecção, têxtil, eletricidade, comércio, comunicação, transportes, informática e saúde.



Ministério da Defesa/Divulgação

³ O serviço militar, instituído pela primeira Constituição brasileira, em 1824, constitui-se em um espaço de integração entre todos os grupos sociais brasileiros e suas Forças Armadas. A Estratégia Nacional de Defesa procura valorizar o serviço militar, enfatizando seu caráter social e de promoção da cidadania. O serviço militar é aberto a qualquer cidadão, sem distinção de classe social, raça ou credo religioso.

PROGRAMA CALHA NORTE (PCN)

O PCN foi criado em 1985 pelo Governo Federal com o objetivo de contribuir para a manutenção da Soberania Nacional e a Integridade Territorial. Desde 1999, encontra-se sob a coordenação do Ministério da Defesa.

No desenvolvimento do Programa, são realizados repasses de recursos oriundos de emendas parlamentares. Assim, celebram-se convênios com estados e municípios da região abrangida, com o objetivo de contribuir com o desenvolvimento sustentável, levando infraestrutura básica, pavimentação de vias urbanas, energia elétrica, escolas, creches, postos de saúde, centros comunitários, quadras esportivas, entre outros, a uma população

residente em município caracterizado pelo baixo índice de desenvolvimento humano (IDH) e marcada pela dificuldade de acesso a bens e serviços e a ausência do poder público. O

Programa já investiu, desde a sua criação até os dias de hoje, aproximadamente, 3 bilhões de reais em favor do desenvolvimento regional.

O Calha Norte abrange quase 400 municípios, distribuídos em oito estados: Acre, Amapá, Amazonas, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul (faixa de fronteira), Pará, Rondônia e Roraima. Ao todo, são quase doze milhões de brasileiros beneficiados, incluindo 42% da população indígena – em uma área que corresponde a 45% do Território Nacional.

PROGRAMA FORÇAS NO ESPORTE (PROFESP)

O PROFESP é desenvolvido pelo Ministério da Defesa em parceria com outros ministérios e com o apoio das Forças Armadas. Tem como objetivo geral promover a integração social por meio da prática esportiva. Entre as atividades desenvolvidas pelo Programa, além do esporte educacional e do lazer, destacam-se: o reforço escolar, a prevenção de doenças e orientações educacionais de caráter geral. Os esforços se concentram em inclusão social, valorização da cidadania e atividades práticas de orientação profissionalizante facilitadoras para a futura inserção no mercado de trabalho.

Atualmente, são beneficiados aproximadamente 29 mil crianças, jovens e adolescentes entre 6 e 18 anos, em 90 municípios de 25 estados e do Distrito Federal, que frequentam as atividades no contra-turno do horário escolar. As Forças Armadas disponibilizam infraestrutura, serviço médico, odontológico e de assistência social, coordenadores, transporte e monitores das Organizações Militares da Marinha, do Exército e da Aeronáutica. A participação de outros Ministérios possibilita o fornecimento do material esportivo, uniformes, pagamento de professores e monitores e alimentação.



Crianças e jovens brasileiros integrantes do PROFESP | Tereza Sobreira

PROJETO JOÃO DO PULO (PJP)

O nome do Projeto presta homenagem a um dos maiores desportistas brasileiros, o João Carlos de Oliveira, conhecido como “João do Pulo”. Foi um militar e atleta, especializado em saltos, sendo ex-recordista mundial do salto triplo, medalhista

olímpico e tetracampeão panamericano no triplo e no salto em distância. Sua carreira foi encerrada, em virtude de um acidente automobilístico que ocasionou a perda de umas das pernas.

Sendo destinado inicialmente, a militares que adquiriram limitações físicas ao longo de suas carreiras, o “Projeto João do Pulo” está recebendo um novo foco de abrangência com a finalidade de promover a valorização pessoal, fortalecer a integração social, a cidadania e reduzir riscos sociais dos beneficiários, por meio do acesso à prática de atividades esportivas e físicas saudáveis e de atividades socialmente inclusivas, a serem desenvolvidas no âmbito da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, em suas Organizações Militares possuidoras de instalações adequadas a atividades paradesportivas.

A nova versão está direcionada ao atendimento de pessoas com deficiência (PcD), priorizando crianças, adolescentes e jovens, a partir dos seis anos de idade, em estado de vulnerabilidade social, e entrará em funcionamento por meio de seus Núcleos de Atividade Paradesportiva (NAP), implantados em 2019, no Rio de Janeiro (RJ), nas seguintes unidades: Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes, Centro de Capacitação Física do Exército, Comissão de Desportos da Aeronáutica, Colégio Militar do Rio de Janeiro e no Colégio Militar de Brasília.

PROGRAMA DE INCORPORAÇÃO DE ATLETAS DE ALTO RENDIMENTO (PAAR)

O PAAR, realizado pelo Ministério da Defesa em parceria com o Ministério da Cidadania, teve seu início em 2008, com o objetivo de fortalecer as equipes militares brasileiras nos eventos esportivos de alto nível, conduzidos pelo Conselho Internacional do Esporte Militar (CISM) e pela União Desportiva Militar Sul-Americana (UDMSA).

O alistamento é feito de forma voluntária e a seleção leva em conta os resultados dos atletas em competições nacionais e internacionais. Dessa forma, as medalhas já conquistadas na carreira transformam-se em pontuações no processo seletivo para preenchimento das vagas.

Os atletas têm à disposição todos os benefícios da carreira, como soldo, 13º salário, férias, direito à assistência médica, incluindo

nutricionista e fisioterapeuta, além de disporem de todas as instalações esportivas militares adequadas para treinamento nos centros da Marinha (Centro de Educação Física Almirante Adalberto Nunes – CEFAN), do Exército (Centro de Capacitação Física do Exército e Complexo Esportivo de Deodoro) e da Aeronáutica (Universidade da Força Aérea – UNIFA).

Nos Jogos Olímpicos Rio 2016, o Ministério da Defesa ultrapassou as metas estabelecidas, ao classificar 145 atletas militares para integrarem as seleções olímpicas e conquistar 13 medalhas, das 19 obtidas pelo Time Brasil. Os números foram superiores a Londres, em 2012.

À luz dos resultados obtidos naquela edição dos Jogos Olímpicos, o Ministério da Defesa trabalha visando aos Jogos Olímpicos no Japão.



O Programa de Alto Rendimento integra mais de 600 atletas | Ministério da Defesa/ Sgt Alexandre Manfrim



Atuações do Projeto Rondon Ministério da Defesa/Acervo Projeto Rondon

PROJETO RONDON

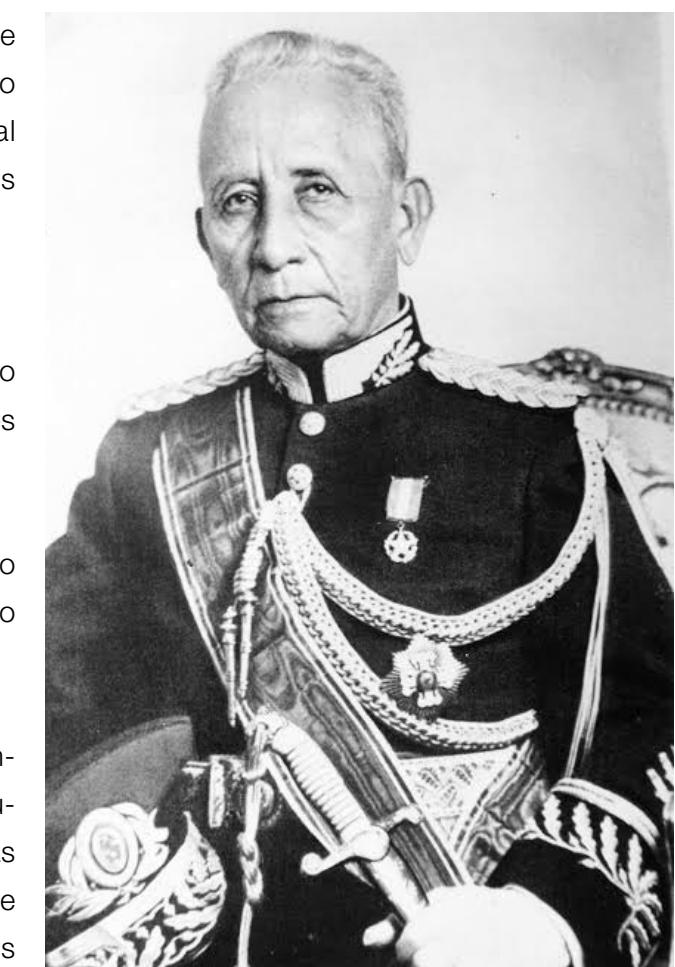
O Projeto Rondon é uma ação do Governo Federal, coordenado pelo Ministério da Defesa e conduzido em parceria com outros Ministérios, governos Estaduais e Municipais e Instituições de Ensino Superior (IES). As Forças Armadas prestam o fundamental apoio logístico às operações, bem como proporcionam condições adequadas de segurança a todos os participantes, viabilizando a execução das ações planejadas.

O nome do Projeto presta homenagem ao Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon (1865-1958), que foi um militar sertanista e engenheiro, famoso por sua exploração do Mato Grosso e da Bacia Amazônica Ocidental e por seu apoio vitalício às populações indígenas brasileiras.

O Projeto tem como objetivos:

- contribuir para o desenvolvimento e o fortalecimento da cidadania dos estudantes universitários;
- cooperar com o desenvolvimento sustentável dos municípios onde são realizadas as ações; e
- cooperar com o aperfeiçoamento do bem-estar social e qualidade de vida das populações locais, aproveitando competências e projetos desenvolvidos no ambiente escolar por estudantes universitários e seus docentes, chamados de “rondonistas”.

A primeira operação, chamada de Operação Piloto ou Operação Zero, foi realizada em julho de 1967 e contou com a participação de 30 alunos e 02 professores universitários da então Universidade do Estado da Guanabara, da Universidade Fluminense e da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Durante 28 dias, os rondonistas realizaram trabalhos de levantamento, pesquisa e assistência médica no Território de Rondônia.



Marechal Cândido Mariano da Silva Rondon



Atuações do Projeto Rondon
Ministério da Defesa/Acervo Projeto Rondon

Anualmente, em torno de mil universitários são deslocados para municípios de baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), por um período de 15 dias. A seleção das IES participantes ocorre por avaliação dos projetos apresentados, sendo escolhidos os que oferecerem maior efetividade e se adequem aos municípios alvos das ações.

As ações realizadas são voltadas, prioritariamente, para os agentes que serão multiplicadores e implementadores do

conhecimento adquirido, tais como funcionários das áreas de saúde, agricultura, saneamento básico, entre outros. Eles são os principais instrumentos que permitirão a continuidade do emprego das técnicas transmitidas pelos "rondonistas".

O Projeto já possibilitou que mais de 20.000 universitários participassem das ações em mais de 1.000 municípios brasileiros.

Mais informações sobre o Projeto Rondon poderão ser obtidas na página <https://projetorondon.defesa.gov.br/portal/>.

A DEFESA E A ACADEMIA

O Ministério da Defesa desenvolve programas, projetos e atividades que visam colaborar com o Objetivo Nacional de Defesa número 6 – OND 6 (“Ampliar o envolvimento da sociedade brasileira nos assuntos de Defesa Nacional”). O desenvolvimento dessas ações objetiva aumentar a percepção

da sociedade brasileira, principalmente o meio acadêmico, sobre a importância da Defesa Nacional para o País. Procura-se, assim, incrementar a realização de pesquisas, debates e eventos, a fim de gerar uma sólida cultura de Defesa no âmbito da sociedade brasileira

PROGRAMA DE APOIO AO ENSINO E À PESQUISA CIENTÍFICA E TECNOLÓGICA EM DEFESA NACIONAL (PRÓ-DEFESA)

Criado em 2005, a partir de um convênio assinado com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), o Pró-Defesa é uma iniciativa que busca fomentar a cooperação entre Instituições de Ensino Superior civis e militares, com vistas à implementação de projetos de pesquisas

CONGRESSO ACADÊMICO SOBRE DEFESA NACIONAL (CADN)

É uma atividade de cunho educacional que tem como público-alvo universitários de instituições de ensino civis. Ocorre em parceria com as principais escolas de formação de oficiais das Forças Armadas: Escola Naval, Academia Militar das Agulhas Negras e Academia da Força Aérea. Realizado anualmente, o Congresso Acadêmico tem o objetivo de estimular a reflexão e a discussão de assuntos relativos à Defesa Nacional, bem como a apresentação de trabalhos acadêmicos que tratam do tema. O evento é composto de palestras, grupos de estudo e debates, proporcionando uma interação profícua entre professores e estudantes de instituições civis e militares. Anualmente, o Ministério da Defesa publica, em edital, as condições para a habilitação das instituições de ensino superior interessadas em participar do encontro.

CURSO DE EXTENSÃO EM DEFESA NACIONAL (CEDN)

O CEDN é uma atividade que ocorre em parceria com Instituições de Ensino Superior (IES) de todo o País. O projeto visa o fomento da reflexão e dos estudos de Defesa Nacional, além da difusão de conhecimentos da área junto à sociedade. As aulas do curso são ministradas por especialistas indicados pelo Ministério da Defesa e por professores e palestrantes sugeridos pelas IES parceiras. A extensão totaliza 20 horas-aulas e são certificados os alunos que tiverem, pelo menos, 75% de presença. O curso é gratuito e destinado a alunos de graduação e pós-graduação, além de pessoas interessadas na temática da Defesa Nacional.

CONCURSOS DE MONOGRAFIAS E DE DISSERTAÇÕES E TESES SOBRE DEFESA NACIONAL

Por meio dos Concursos de Monografias e de Dissertações e Teses, o Ministério da Defesa busca estimular a produção de estudos de doutorado, aprovadas nas áreas de Ciências Humanas, Sociais Aplicadas e afins. Por meio civil. Os concursos premiam monografias de graduação, dissertações de mestrado e teses

PROGRAMA ANTÁRTICO BRASILEIRO (PROANTAR)

As atividades científicas do PROANTAR, criado em 1982, são propostas e desenvolvidas por estudiosos de universidades e instituições de pesquisa de diversas regiões do Brasil. De forma interdisciplinar e interinstitucional, os pesquisadores conduzem investigações nas áreas de ciências da terra, ciências da atmosfera, ciências da vida e, também, na área tecnológica. Os projetos comportam pesquisas sobre mudanças ambientais na Antártica e seus impactos globais, monitoramento ambiental e estudos complementares sobre a fauna e a flora locais, entre outras.



Navio Polar Almirante Maximiano e Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel | Marinha do Brasil/Divulgação

Ministério da Defesa/ Sgt Alexandre Manfrim

As pesquisas envolvem grande número de cientistas brasileiros, com especializações variadas e provenientes de diversas instituições de ensino e pesquisa, que desenvolvem suas atividades no continente Antártico, utilizando como base de apoio a Estação Antártica Comandante Ferraz – EACF e os navios da MB (Navio de Apoio Oceanográfico Ary Rongel e Navio Polar Almirante Maximiano). Estruturado em três vertentes: Ciência e Tecnologia, sob a responsabilidade do Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações; Ambiental, inerente ao Ministério do Meio Ambiente; e Logístico-Operacional, coordenada pela MB e com a orientação política do Ministério das Relações Exteriores.

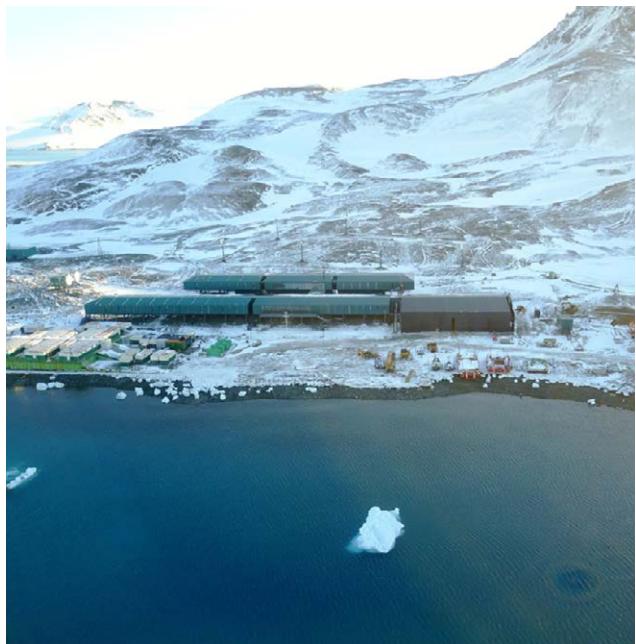
O PROANTAR vem apoiando projetos de pesquisa que visem contribuir significativamente para o desenvolvimento e a produção científica brasileira de qualidade, a geração

de conhecimento científico, tecnológico e em inovação relacionados à Antártica, bem como incentivar a cooperação internacional no âmbito do Programa.

A MB coordena todas as atividades logístico-operacionais necessárias à realização de pesquisas científicas brasileiras naquele continente, sendo responsável pela manutenção e operação da EACF, o treinamento e seleção de pessoal, a aquisição e controle de itens especiais de consumo e permanentes, bem como pela manutenção e operação dos Navios de Apoio Oceanográfico “Ary Rongel” e Polar “Almirante Maximiano”. Coordena, ainda, o apoio prestado pela Força Aérea Brasileira para o transporte de pessoal, equipamentos e mantimentos necessários para o desenvolvimento ininterrupto das atividades durante os períodos de verão e inverno antárticos.

As novas edificações da EACF, inauguradas em janeiro de 2020, contam com edificações distribuídas ao longo de uma área de aproximadamente 4.500 m², com capacidade para 64 ocupantes e dispondo de 17 laboratórios no estado da arte, além de um sistema de telecomunicações de alta qualidade.

Em 2019, a MB iniciou o processo de obtenção, por construção, de um Navio de Apoio Antártico (NApAnt), em substituição ao Navio de Apoio Oceanográfico (NApOc) “Ary Rongel”, o qual terá capacidade para operar no verão/outono, viabilizando a extensão do período de permanência na região antártica.



Estação Antártica Comandante Ferraz | Marinha do Brasil/Divulgação

A DEFESA E OS DIREITOS HUMANOS

A Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Constituição Federal são documentos que orientam o respeito aos Direitos Humanos nas diversas atividades desempenhadas pelas Forças Armadas.

O Ministério da Defesa emite diretriz que estabelece as regras de engajamento – procedimentos operacionais ou normas gerais de ação que orientam a conduta individual e coletiva da tropa empregada, inclusive em operações não convencionais. As regras de engajamento são elaboradas de acordo com cada missão em que as Forças Armadas venham a atuar, observando fielmente os preceitos legais vigentes no País, os quais constituirão fator limitativo de liberdade de ação durante a autodefesa e a legítima defesa.

O emprego constitucional das Forças Armadas em conflitos internacionais também está fundamentado no Direito Internacional dos Conflitos Armados (DICA)⁴.

A crescente participação das Forças Armadas em Operações de Paz⁵ e em operações de Garantia da Lei e da Ordem evidenciou a necessidade de aprimorar o estudo dos Direitos Humanos e do Direito Internacional dos Conflitos Armados nas diversas instituições de ensino da Marinha, do Exército e da Aeronáutica, sendo ministrado sob o título de “Ética Profissional Militar”.

⁴ Outros documentos legais que norteiam o emprego das forças armadas: direito de Genebra, direito de Haia, direito de Nova York e Estatuto dos Militares.

⁵ É importante ressaltar que o Centro Conjunto de Operações de Paz do Brasil já possui uma série de estágios que tratam da temática de Direitos Humanos. Ademais, a própria ONU distribuiu diretrizes para atuação em operações de Paz.





LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

A TRANSFORMAÇÃO DA DEFESA

CAPÍTULO 5

O Brasil, em virtude de sua importância no cenário mundial e pela necessidade de enfrentar desafios dos mais diversos no campo da Defesa Nacional, necessita possuir Forças Armadas compatíveis com a sua estatura político-estratégica.

Em consequência da necessidade de aprimorar o preparo das Forças Armadas e dotá-las de capacidades apropriadas ao cumprimento de sua destinação constitucional, verificou-se a adequabilidade de iniciar-se um processo de transformação, que propiciará a implementação de inovações condizentes com as necessidades operacionais e a racionalização das Forças. No âmbito do Setor de Defesa, transformar significa obter novas capacidades, e não apenas aperfeiçoar as existentes, o que estaria apenas no escopo do conceito de modernização.

Considerando a dinâmica do mundo atual e futuro, a constatação de que as capacidades militares possuem um ciclo de vida e que haverá, permanentemente, a necessidade de as Forças Armadas serem dotadas de novas capacidades, verifica-se que um processo de transformação possui uma característica de continuidade, ou seja, que estará sempre se desenvolvendo, a fim de manter as Forças Armadas atualizadas e em condições de serem empregadas

com efetividade. As mudanças demandam, prioritariamente, o desenvolvimento de novas doutrinas de emprego (combate, equipamento e organização), com o objetivo de manter as Forças Armadas aptas a atuar em ambiente operacional de alta complexidade.

Um processo de transformação, contudo, deve se desenvolver com grande amplitude e envolve as Forças Armadas como um todo. Apesar de as missões operacionais serem cumpridas pelos “braços armados” de cada Força, a transformação deve se desenvolver, também, em outros setores. Assim, além da introdução de inovação e a realização da racionalização ocorrer nas estruturas operacionais há a necessidade de as vertentes não operacionais também serem incluídas nesse processo.

Por outro lado, deve-se destacar que a efetividade de um processo de transformação também está ligada à capacidade de aquisição e aplicação de tecnologia de ponta nas fases de pesquisa e desenvolvimento de novos sistemas de armas e plataformas.

No caso do Brasil, a transformação da defesa, além de possibilitar maior capacitação de suas Forças Armadas, criará uma gama de oportunidades para o desenvolvimento econômico e social.

PLANO DE ARTICULAÇÃO E DE EQUIPAMENTO DE DEFESA (PAED)

O PAED consolida os projetos estratégicos das Forças Armadas que visam atender às demandas de articulação e de equipamento necessárias para o cumprimento de sua destinação constitucional, conforme preconizado na Estratégia Nacional de Defesa (END). Os projetos do PAED, tanto os de articulação no Território Nacional quanto os de equipamento das Forças Singulares, necessitam dispor, de forma continuada, de recursos financeiros específicos para serem viabilizados.

Para tanto, os montantes de custeio e de investimento desses projetos devem integrar a estrutura programática orçamentária dos sucessivos Planos Plurianuais da União (PPA).

Um dos projetos prioritários e comum às Forças Armadas denomina-se Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP). Entende-se por OCOP a obtenção de elevada disponibilidade e

confiabilidade dos equipamentos, sem ampliar a estrutura militar das Forças Singulares, abrangendo a recuperação dos meios existentes, sua revitalização e modernização e, até mesmo, sua substituição por obsolescência. O projeto OCOP inclui, ademais, a recuperação dos níveis estratégicos e operacionais dos suprimentos de subsistência, intendência, combustíveis e lubrificantes, munições e suprimentos críticos de peças e sobressalentes.

O PAED sofre constantes revisões, para possibilitar sua adequação à conjuntura nacional e para permitir que os projetos sejam reavaliados a partir de subsídios decorrentes do planejamento

baseado em capacidades, pelo qual busca-se identificar as capacidades conjuntas e singulares das Forças e elevar o grau de interoperabilidade.

BASE INDUSTRIAL DE DEFESA (BID)

A BID é o conjunto de organizações estatais e privadas, civis e militares, que realizam ou conduzem pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização ou manutenção de produto de defesa (PRODE) no País.

Uma indústria de defesa competitiva e consolidada gera empregos qualificados e incentiva o desenvolvimento tecnológico, com encadeamentos produtivos para outros setores da indústria.

O setor produtivo de defesa possui as seguintes características: necessidade de grande escala produtiva; altos dispêndios em pesquisa e desenvolvimento; longo prazo de maturação dos projetos; curto ciclo de vida de materiais; e existência de um mercado fortemente influenciado pelas compras governamentais e pelas exportações, com a presença de atores altamente competitivos.

A infraestrutura de ciência, tecnologia e inovação dedicada à produção e à disponibilização da tecnologia militar que caracteriza a BID, para as Forças Armadas, é muito mais ampla que a indústria de defesa. Seus componentes devem atuar de maneira concatenada e integrada às atividades de ensino e pesquisa básica, pesquisa aplicada, desenvolvimento e avaliação, projeto, fabricação, serviços e logística.

A Base Industrial de Defesa já representou, há três décadas, importante segmento econômico no País, com relevante contribuição para a balança comercial e a abertura de mercados de produtos inovadores e de elevada qualidade.

O comércio de produtos de defesa é restrito e altamente regulado. Vários países desenvolvem política tecnológica e industrial voltada para sua indústria de defesa, e as compras governamentais se pautam não apenas por questões técnicas e econômicas, mas também por interesses

geopolíticos. Esse aspecto gera cerceamento e restrição de transferências de vários produtos e tecnologias por parte dos países detentores para aqueles que não os possuem.

No tocante ao mercado interno, a BID tem conseguido atender de forma crescente às demandas das Forças Armadas brasileiras, o que tem mantido as importações desse tipo de produto em níveis reduzidos.

O fortalecimento da BID está em metas delineadas na Estratégia Nacional de Defesa. Além da finalidade de prover produtos, serviços e sistemas necessários às Forças Armadas, o setor funciona como indutor de inovações tecnológicas com aplicações civis, dado o caráter dual das tecnologias envolvidas.

A integração de programas e atividades entre o Ministério da Defesa e o Ministério da Ciência, Tecnologia, Inovações e Comunicações tem se intensificado nos últimos anos, com ações coordenadas de fomento a projetos prioritários que representam importantes inovações tecnológicas e que são indutoras de evolução da BID.

A articulação de esforços e iniciativas nos trabalhos das Instituições Científicas e Tecnológicas (ICT) militares e civis, academia e empresas resulta no fortalecimento de toda a Base Industrial de Defesa.

As Forças Armadas oferecem, em matéria de ciência, tecnologia e inovação, aportes valiosos para a elevação do nível de autonomia

tecnológica do País. As Forças mantêm centros de excelência, cuja produção, particularmente no que se refere à pesquisa aplicada, tem sido fundamental para as conquistas científicas e tecnológicas ocorridas no Brasil.

A Base Industrial de Defesa brasileira vem se fortalecendo com as iniciativas resultantes da legislação que trata das Empresas e Produtos de Defesa, com destaque para a Lei nº 12.598/2012, o Decreto nº 7.970/2013 e o Decreto nº 8.122/2013.

A perspectiva de expansão da demanda por produtos estratégicos de defesa oferece uma excelente oportunidade para o desenvolvimento e o fortalecimento da BID. Há, contudo, desafios para acompanhar a expansão da demanda e consolidar de forma competitiva a indústria nacional de defesa, tais como: aumentar os investimentos em pesquisa, desenvolvimento e inovação; expandir a participação nos mercados interno e externo; e fortalecer a cadeia de fornecedores no Brasil.

CIÊNCIA, TECNOLOGIA E INOVAÇÃO

Compartilhar ou cercear o conhecimento científico e tecnológico é uma decisão política que interfere diretamente nas negociações comerciais entre países, incluindo as negociações de produtos de defesa.

Para atender às orientações contidas na Estratégia Nacional de Defesa (END), o Ministério da Defesa, em coordenação com outros ministérios e com representações dos setores empresarial e acadêmico, desenvolve ações no sentido de integrar os sistemas de ciência e tecnologia existentes no Brasil.

A interação entre instituições de pesquisa civis e militares, universidades e empresas é fundamental para integrar os esforços na criação de polos de alta tecnologia em variadas áreas.

Os polos tecnológicos devem estar diretamente ligados a processos de planejamento que envolvam governo e sociedade, com destaque especial para os incentivos do Estado ao desenvolvimento tecnológico. O Polo Tecnológico de São José dos Campos, na área espacial, pode ser considerado um exemplo de sinergia no setor científico-tecnológico.

1. ADMINISTRAÇÃO CENTRAL DO MD

Sistema de Comunicações Militares por Satélite – SISCOMIS

Como principal instrumento de comunicações estratégicas para a interoperabilidade entre as Forças Armadas, o SISCOMIS contribui de forma decisiva para a coordenação e interoperabilidade nas operações conjuntas e interagências, em parceria com outros órgãos governamentais.

No âmbito do SISCOMIS encontra-se o projeto do Satélite Geoestacionário de Defesa

e Comunicações Estratégicas (SGDC), que permitirá a ampliação do Programa Nacional de Banda Larga (PNBL), além do uso da Banda X, exclusivamente militar, que servirá para aumentar as possibilidades de comunicações confiáveis e seguras do Sistema Militar de Comando e Controle – SISM².

Ampliação da Capacidade do Sistema de Proteção da Amazônia

A ampliação da capacidade tecnológica do Sistema de Proteção da Amazônia e o avanço na interoperabilidade de dados com as instituições federais, estaduais e municipais, tem como consequência o fortalecimento e a concretização da política de integração nacional para a Amazônia Brasileira.

A reativação dos trabalhos do Conselho Deliberativo do Sistema de Proteção da Amazônia – Consipam, sob a coordenação do Ministério da Defesa, confere maior sinergia nas ações de governo para região, bem como orienta o esforço conjunto para operacionalização do Sistema de Proteção da Amazônia – Sipam.

O Centro Gestor e Operacional do Sistema de Proteção da Amazônia – Censipam, a partir das diretrizes do Consipam e das capacidades tecnológicas disponíveis e interoperáveis, cumpre em melhores condições sua missão de

promover a proteção da Amazônia por meio da sinergia das ações de governo, da articulação, do planejamento, da integração de informações e da geração de conhecimento.

As áreas de domínio e atuação do Censipam são o monitoramento territorial, que trata da geração de conhecimento sobre o uso e ocupação do solo; o monitoramento ambiental, que gera conhecimento sobre as condições atmosféricas e hidrológicas; e a inteligência tecnológica, que gera dados, informações e conhecimentos aplicados ao apoio à repressão contra ilícitos nacionais e transnacionais.

Os conhecimentos citados são estruturados em banco de dados e trafegados por uma rede de telecomunicações satelital que disponibiliza, via internet, as informações de forma sistemática. Citam-se algumas dessas informações e serviços: boletins e previsões meteorológicas, boletins e

previsões hidrometeorológicas, cartas imagem, campos de pouso clandestinos, mineração ilegal, alertas de desmatamento com radar orbital, pesca ilegal, entre outros. mapas temáticos, imagens aéreas e orbitais,

Aquisição de Helicópteros (Projeto H-XBR)

O Projeto H-XBR, originado em uma decisão presidencial, é de responsabilidade do Ministério da Defesa e sob a coordenação do Comando da Aeronáutica, que tem por objeto a produção, a industrialização, o desenvolvimento e o fornecimento, inicialmente na França e depois no Brasil, de 50 helicópteros de médio porte para as

Forças Armadas, aproveitando as possibilidades decorrentes do acordo de cooperação celebrado entre o Brasil e a França, tendo por objetivo a implantação de uma linha de produção das aeronaves H225M, ancorada em um processo de transferência de tecnologias.

2. MARINHA DO BRASIL

A Marinha direciona suas atividades para ser uma Força moderna, aprestada e motivada, com alto grau de independência tecnológica, com meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais de dimensão compatível com a estatura político-estratégica do Brasil no cenário internacional.

Em decorrência da Estratégia Nacional de Defesa, a Marinha desenvolveu o Plano de Articulação e de Equipamento (PAEMB), alinhado, no nível do Ministério da Defesa, com o Plano de Articulação e de Equipamento de Defesa (PAED).

Tendo em vista o Atlântico Sul ser uma área de interesse geoestratégico para o Brasil, a proteção dos recursos naturais existentes nas águas, leito e subsolo marinho sob jurisdição brasileira deve ser uma prioridade do Poder Naval. No entanto, os interesses brasileiros não se limitam às Águas

Jurisdicionais Brasileiras, e se projetam para a parte leste do Atlântico Sul, ultrapassando os limites da nossa Zona Econômica Exclusiva e da Plataforma Continental. Na elaboração dos projetos de articulação, obtenção e modernização de meios e equipamentos da Marinha, foram consideradas as seguintes premissas:

- a. os setores nuclear, cibernético e espacial são decisivos para a Defesa Nacional;
- b. a tarefa de negar o uso do mar ao inimigo orienta a estratégia marítima de defesa do País;
- c. a reconfiguração dos meios da Força deve ser balanceada entre os componentes submarino, de superfície, aeronaval e anfíbio;

d. priorizar o controle das áreas marítimas na faixa que vai de Santos (SP) a Vitória (ES) e na área da foz do Rio Amazonas;

e. assegurar a capacidade de projeção de poder e ampliar a capacidade de controlar áreas marítimas e de negar o uso do mar, dispondo do Corpo de Fuzileiros Navais, uma Força Naval estratégica, de caráter anfíbio e expedicionário, que ampliará suas possibilidades para atuar, tempestiva e eficazmente, em qualquer região que configure um cenário estratégico de interesse;

f. desenvolver capacidade para salvaguardar as pessoas, os bens e os recursos brasileiros no exterior;

g. a Força será organizada em torno de capacidades, explorando suas características intrínsecas de mobilidade, de permanência, de versatilidade e de flexibilidade, de modo a responder, prontamente, a qualquer ameaça, contando com o monitoramento do mar a partir do espaço;

h. o Poder Naval deve ser empregado para levar a presença do Estado brasileiro às localidades mais remotas, como nas bacias fluviais das regiões Norte e Centro-Oeste;

i. deve ser ampliada a capacidade de atender a operações de manutenção da paz, ações humanitárias e compromissos internacionais de busca e salvamento;

j. o Brasil projetará e fabricará seus

submarinos convencionais de propulsão diesel-elétrica ou propulsão nuclear, além de meios de superfície, de fuzileiros navais e os aeronavais; e

k. a Marinha se organiza e se articula de maneira a facilitar a realização de operações conjuntas e singulares.

Foram criados projetos de interesse, a serem conduzidos em moldura temporal de curto e longo prazos, sendo listados a seguir, alguns considerados prioritários e estratégicos pela Força, sem obedecer a uma ordem de importância:

- dar continuidade ao Programa Nuclear da Marinha;

- revitalizar e reforçar os atuais meios da Marinha;

- incrementar a atual Força de Submarinos, com a incorporação de meios convencionais (S-BR) e de propulsão nuclear (SN-BR);

- estruturar as forças de superfície para ampliar a capacidade de controle de áreas marítimas com meios de cobertura, de contramedidas de minagem, de apoio logístico e de defesa;

- renovar a frota de superfície prioritariamente pela construção, no Brasil, de escoltas, navios de apoio logístico, navios patrulha de variadas classes e navios de propósitos múltiplos;

- recompor a Força Aeronaval com meios

aéreos que possuam capacidade de prover a defesa aeroespacial em profundidade;

- redimensionar o atual contingente do Corpo de Fuzileiros Navais para uma força de fuzileiros da esquadra, tipo brigada anfíbia;

- estruturar a Marinha com forças ribeirinhas para a bacia amazônica e para o Pantanal;

- assegurar os meios e a estrutura organizacional necessários ao atendimento das atribuições subsidiárias afetas à Autoridade Marítima, com a implantação do Programa Estratégico “Segurança da Navegação”, que prevê a criação e a elevação de categoria de capitania dos portos e suas delegacias e agências e a obtenção de embarcações dedicadas à fiscalização do tráfego aquaviário;

- incrementar a capacidade da Força para atender aos compromissos internacionais de busca e salvamento, de acordo com a Convenção Internacional Sobre Busca e Salvamento Marítimos (SAR) realizada na cidade de Hamburgo, em 1979, e internalizada pelo Decreto nº 85, de 11 de abril de 1991;

- dotar a Marinha de meios adequados à participação de operações de paz, em ações humanitárias e em apoio ao Sistema Nacional de Proteção e Defesa Civil;

- implantar o Sistema de Gerenciamento da “Amazônia Azul” (SisGAAz), para o monitoramento e vigilância das Águas

Jurisdicionais Brasileiras (AJB), com a finalidade de capacitar melhor a Força para o controle do tráfego marítimo de interesse no Atlântico Sul, garantindo a segurança das embarcações que realizam atividades de valor estratégico e incrementando as capacidades de busca e salvamento;

- modernizar os recursos de comunicações militares e implantar a integração de todos os subsistemas de comando, controle, inteligência, monitoramento e comunicações;

- incrementar a interoperabilidade do Sistema de Informações sobre o Tráfego Marítimo (SISTRAM) com outros sistemas internacionais de mesmo propósito;

- ampliar a capacidade de inteligência operacional voltada para o Poder Naval, incrementando o intercâmbio com agências nacionais e internacionais, abrangendo o conhecimento e acompanhamento das chamadas “novas ameaças”;

- obter, aprimorar, disseminar e reter o conhecimento relativo à concepção, construção, operação e manutenção dos meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais; e

- desenvolver o Sistema de Defesa Nuclear, Biológica, Química e Radiológica da Marinha do Brasil, incrementando a formação de massa crítica e a aquisição de equipamentos específicos, em sintonia com o estado da arte.

Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP)

Para a Marinha, o OCOP consiste na revitalização e modernização das suas estruturas operativas e logísticas, bem como de meios navais, aeronavais e de fuzileiros navais. Inclui, também, o recompletamento de munição convencional e de manutenção operativa.

Programa Nuclear da Marinha (PNM)

O PNM reflete o desenvolvimento do ciclo de combustível; a construção e validação do Laboratório de Geração de Energia Núcleo-Elétrica (LABGENE); a construção de um protótipo de reator tipo PWR⁶, base para o reator do primeiro Submarino de Propulsão Nuclear Brasileiro (SNBR); e o fortalecimento do Centro

Tecnológico da Marinha em São Paulo (CTMSP).

O PNM e o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) estão intimamente ligados. A exequibilidade do PROSUB depende do desenvolvimento do sistema de propulsão nuclear, foco do PNM.

Construção do Núcleo do Poder Naval

O Programa de Construção do Núcleo do Poder Naval é de caráter estratégico e inclui subprogramas e projetos relacionados à obtenção de meios, por aquisição ou construção, visando aumentar a capacidade operacional da Marinha para o cumprir suas missões. Uma das características deste Programa é seu potencial para o desenvolvimento dos setores afetos à Ciência, Tecnologia e Inovação (CT&I), mediante a transferência de tecnologia e a nacionalização de sistemas de defesa, bem como seu potencial para alavancar o desenvolvimento da indústria nacional e segmentos correlatos. Em seu escopo, destacam-se:

a) Programa de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB) – Consiste na construção de quatro novos submarinos

convencionais de propulsão diesel-elétrica e um submarino convencional de propulsão nuclear, além de um estaleiro e base de submarinos para construção e apoio a essas unidades.

b) Construção de quatro Corvetas Classe Tamandaré – Obtenção, por construção, de quatro navios-escoltas de alto desenvolvimento tecnológico, com deslocamento de aproximadamente 4.000 toneladas, com elevado índice de nacionalização, capazes de se oporem a múltiplas ameaças, estando aptos a proteger a extensa área marítima brasileira, realizar operações de busca e salvamento, assim como permitir o atendimento de compromissos internacionais firmados pelo Brasil.

c) Construção de Navios-Patrulha (PRONAPA)

– Construção no País de Navios-Patrulha Oceânicos, com dimensões próximas a 100 metros e 2.000 toneladas de deslocamento, e Navios Patrulhas menores com deslocamento médios de 500 toneladas, com o intuito de incorporar à MB navios modernos, destinados às atividades afetas à inspeção naval e fiscalização do Mar Territorial, Zona Contígua e Zona Econômica Exclusiva.

d) Obtenção do Navio Aeródromo (PRONAE)

– Aquisição de Navio-Aeródromo compatível com a capacidade logística da MB com maior índice de nacionalização possível, incluindo a compra de helicópteros e aviões

que irão operar a partir deste tipo de navio.

e) Obtenção de Aeronaves – Aquisição de helicópteros de multiemprego, aeronaves para o apoio logístico à Esquadra brasileira e aos Comandos dos Distritos Navais, helicópteros destinados à formação de novos pilotos da Marinha, aeronaves de emprego geral, bem como sistemas de aeronaves remotamente pilotadas.

f) Projeto Míssil Antinavio Superfície (MANSUP)

– Visa capacitar o Brasil na construção de mísseis de médio alcance, dotados de uma complexa tecnologia dominada por um conjunto restrito de países.



Submarino Riachuelo | Marinha do Brasil/Divulgação

⁶ Reator de Água Pressurizada – Pressurized Water Reactor (PWR).

3. EXÉRCITO BRASILEIRO

O Exército tem buscado modernizar seus equipamentos e armamentos, bem como a proficiência de seus integrantes. Para atender às demandas estratégicas, constatou-se a necessidade de que o Exército não apenas se adapte e modernize, mas adote o conceito de transformação.

O Exército iniciou um Processo de Transformação, que será contínuo e atualizado com base no Sistema de Planejamento Estratégico do Exército (SIPLEX).

O atual Processo de Transformação do Exército foi previsto para ser desenvolvido em 03 (três) fases:

- uma fase de preparação (até 2015, já realizada);
- uma fase de coexistência (de 2016 a 2022); e
- uma fase de consolidação (de 2023 a 2035).

Assim, a partir de 2022, o Processo de Transformação do Exército chegará a uma nova doutrina – com o emprego de produtos de Defesa tecnologicamente avançados e profissionais altamente capacitados e motivados. A materialização dessa nova doutrina será a Força Terrestre 2022 (FT 22), integrada ao Sistema Operacional Militar Terrestre (SISOMT) e representada por uma parcela da Força Terrestre

transformada, apta a cumprir missões de qualquer natureza. O módulo inicial da FT 22 será a Brigada Braço Forte (BBF), grande unidade integrada por tropas tecnológica e doutrinariamente avançadas, que servirá de modelo para a expansão da FT 22 até os níveis determinados pela missão da Força, em 2035, a FT 35.

Neste contexto, destaca-se que o planejamento interno do Exército Brasileiro está organizado em Articulação e Equipamento, com 18 projetos estratégicos, sendo 11 deles estruturantes e que contribuem para a geração das bases necessárias para a transformação da Força. Outros sete são considerados indutores e geradores das capacidades necessárias para o Processo de Transformação e encontram-se na governança do Escritório de Projetos do Exército (EPEx).

No âmbito externo, quando o EB faz o alinhamento do seu planejamento ao Plano de Articulação e de Equipamento de Defesa (PAED), do Ministério da Defesa, considera-se a existência de somente cinco macroprojetos, assim especificados:

a) Projeto Força Terrestre 2035 – envolve, atualmente, seis dos sete projetos considerados indutores e geradores das capacidades necessárias para o Processo de Transformação, os quais encontram-se na governança do Escritório de Projetos do Exército (EPEx). São eles: Sistema

Integrado de Monitoramento das Fronteiras (SISFRON), Sistema Integrado de Proteção da Sociedade (PROTEGER), Sistema de Mísseis e Foguetes ASTROS 2020, Defesa Antiaérea, Defesa Cibernética e o Programa Estratégico do Exército Guarani. O Projeto F Ter 2035 centralizará também outros projetos vinculados, como o Combatente Brasileiro 2020 (COBRA 2020).

b) Programa Estratégico do Exército Obtenção da Capacidade Operacional Plena (PrgEE OCOP) – foi concebido para atender às demandas operacionais do Sistema de Planejamento do Exército (SIPLEX), não contempladas em outros programas. Busca-se a manutenção e/ ou a obtenção de novas capacidades da Força Terrestre, por meio da substituição de Sistemas e Materiais de Emprego Militar (SMEM) defasados tecnologicamente ou em final de seu ciclo de vida, do aumento da interoperabilidade logística entre as Forças, da melhoria dos equipamentos individual e coletivo do combatente e da efetividade da sustentação logística dos meios militares terrestres. Destaca-se, ainda, como principal parte interessada no PrgEE OCOP a sociedade brasileira, cuja proteção constitui seu maior benefício, bem como a Base Industrial de Defesa (BID), impulsionando a indústria brasileira com geração de empregos especializados.

c) Projetos Estruturantes - projetos que contribuem para a geração das bases necessárias para a transformação do Exército, e atuam em atividades diversas como a dimensão humana, educação, doutrina, C&T, dentre outras. Esses projetos são de responsabilidade, de forma geral, do Órgão de Direção Operacional (ODOp) e dos Órgãos de Direção Setorial (ODS) do Exército Brasileiro e estão previstos no Plano Estratégico do Exército.

d) Projeto Sentinel da Pátria – é um portfólio de ações estruturantes, destinado à reorganização, adequação e aperfeiçoamento da estrutura da Força Terrestre em todo o Território Nacional. Inclui, basicamente, projetos relacionados à transferência, à transformação e à implantação de organizações militares, tendo como objetivo principal proporcionar melhores condições para o cumprimento das missões constitucionais do Exército Brasileiro, em especial a defesa da Pátria.

e) Projeto Amazônia Protegida – conjunto de ações estruturantes voltado especificamente para o fortalecimento da presença militar terrestre na Amazônia. Prevê a implantação progressiva de novos Pelotões Especiais de Fronteira, além da modernização dos existentes. Também estabelece ações para o fortalecimento da estrutura operacional e logística do Comando

Militar da Amazônia, Comando Militar do Norte e Comando Militar do Oeste. O projeto tem ligação com o **Programa Calha Norte**, coordenado pelo Ministério da Defesa.

Em decorrência da estratégia e programas anteriormente citados, foram selecionados programas prioritários com a finalidade de transformar a Força Terrestre, dotando suas brigadas com os meios de transporte, equipamentos, armamentos e suprimentos, de

modo a adequar as capacidades operativas à demanda e ao nível de modernização desejados. São eles: Obtenção da Capacidade Operacional Plena (OCOP), Sistema de Proteção Cibernética – Defesa Cibernética, Sistema Integrado de Monitoramento das Fronteiras Terrestres (SISFRON), Sistema Integrado de Proteção da Sociedade (PROTEGER), Nova Família de Veículos Blindados Sobre Rodas de Fabricação Nacional (Guarani), Sistema de Defesa Antiaérea e Sistema de Mísseis e Foguetes ASTROS 2020.

Obtenção da Capacidade Operacional Plena – OCOP

A OCOP consiste na revitalização e modernização dos equipamentos, com destaque para os meios de aviação de asa rotativa e a frota de blindados. Inclui, também, a aquisição de material para substituição daqueles que estão obsoletos. Ademais, prevê a elevação dos níveis

de munição convencional e a aquisição do novo fuzil IA2, desenvolvido e produzido no Brasil pela Indústria de Material Bélico do Brasil (IMBEL) e que atende aos requisitos operacionais conjuntos (ROC) das Forças Armadas, aprovados pelo Ministério da Defesa (MD).

Projeto Guarani

O Projeto Estratégico Guarani consiste na implantação da Nova Família de Blindados de Rodas (NFBR) do Exército Brasileiro, concebida para modernizar as Organizações Militares de Cavalaria e transformar as de Infantaria Motorizada em Mecanizada. Esses novos blindados incorporam as mais recentes tendências e evoluções tecnológicas observadas no mundo. O projeto contribui para a aquisição de novas

capacitações, fortalecendo a indústria brasileira com a obtenção de tecnologia de emprego dual, civil e militar.

Da NFBR derivam subfamílias de plataformas de reconhecimento, transporte de pessoal, morteiro, posto de comando, comunicações, central diretora de tiro, ambulância, anticarro, radar, observação avançada, dentre outras.

Sistema de Mísseis e Foguetes ASTROS 2020

O ASTROS 2020 é um sistema de defesa com meios de apoio de fogo com capacidade que visa atender a uma demanda específica em termos estratégicos do Exército Brasileiro e do País, consistindo em prover a Força Terrestre de até 300 km.



Exército Brasileiro/Divulgação

4. FORÇA AÉREA BRASILEIRA

A Força Aérea Brasileira (FAB) desencadeou uma série de ações que permitirão vencer os desafios do amanhã, contribuindo para o desenvolvimento do Poder Aéreo e Espacial Brasileiro, sempre com o foco na missão-síntese da FAB. Dessa forma, continuará com adequada adaptabilidade e agilidade, tanto no planejamento quanto na execução das suas atividades, adequando-se às prováveis limitações de recursos e às incertezas do

ambiente externo. Os principais objetivos da transformação são, portanto, garantir a perenidade e evolução da FAB; garantir um processo de melhoria contínua; e aumentar a

efetividade dos recursos empregados.

Para alcançar os objetivos propostos, ações serão desenvolvidas por meio de programas e projetos.

Obtenção da Capacidade Operacional Plena – OCOP

A gestão de projetos demanda um processo de constante avaliação de desempenho e seleção de alternativas para substituir, modernizar ou revitalizar aeronaves e seus sistemas, com vistas a fortalecer e manter a capacidade operacional da Força, observando-se critérios consagrados, como padrões internacionais de eficiência.

O OCOP contempla quatro subprojetos, os quais envolvem um reforço na manutenção e no suprimento de itens para manter disponíveis as aeronaves da frota, atividades de treinamento e adestramento dos pilotos, recomposição

do estoque de armamento e a atualização tecnológica dos vetores.

Esse projeto contempla um subprojeto nomeado “Modernização Futura de Aeronaves”, que prevê a modernização de vários modelos de aeronaves da frota da FAB, de acordo com as avaliações e os planos elaborados pelo Estado-Maior da Aeronáutica (EMAER). Visa também ampliar a integração com a indústria aeroespacial e de defesa brasileira, bem como contribuir para uma maior competitividade dos produtos oferecidos por esses setores nos mercados interno e externo.

Capacitação Operacional da FAB

O Projeto Capacitação Operacional tem por objetivos otimizar processos, sistemas e atividades operacionais, bem como realizar o periódico reaparelhamento da FAB. Faz-se imperativo que a Força Aérea Brasileira disponha de uma efetiva capacidade militar, credível e perceptível. Em seu escopo, dentre outros, destacam-se os subprojetos:

- F-X2 – aquisição, na Suécia, de uma primeira fase, de 36 caças multimissão para substituir os

Mirage 2000, desativados em 2013;

- KC-390 – aquisição, no Brasil, de aeronaves de transporte tático e reabastecimento em voo, incrementando as possibilidades de transporte nesta área de atuação; e
- Aeronave Remotamente Pilotada (ARP) – Inicialmente foram adquiridas cinco unidades para consolidação doutrinária de emprego na FAB.



KC 390 | Agência Força Aérea/Sgt. Batista



LIVRO BRANCO DE DEFESA NACIONAL

ECONOMIA DE DEFESA

CAPÍTULO 6

A paz e a estabilidade institucional de uma nação, quer seja no sistema internacional ou internamente, requerem a adoção de medidas nas áreas do desenvolvimento, diplomacia e Defesa Nacional. Essas três esferas colaboram de forma decisiva para o atingimento dos objetivos fundamentais da nação brasileira, exigindo uma atuação coordenada e integrada desses setores. Uma importante estratégia governamental situa-se no campo do investimento a ser realizado em cada uma dessas áreas, considerando os objetivos a serem atingidos pelo emprego do Poder Nacional e o atendimento às necessidades

prioritárias da sociedade brasileira. No que tange ao Setor de Defesa, sua efetividade também requer uma alocação orçamentária adequada e uma gestão eficiente.

Este capítulo apresentará demonstrativos orçamentários e as principais peculiaridades do orçamento brasileiro aplicado ao Setor de Defesa. Os dados históricos apresentados estão expressos em termos reais, ou seja, considerando a inflação no período, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), apurado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

ORÇAMENTO DA DEFESA

O PROCESSO ORÇAMENTÁRIO

O processo orçamentário da Defesa, como parte do processo orçamentário da União, é realizado em três grandes etapas, a seguir discriminadas:

- Plano Plurianual (PPA) - o Poder Executivo elabora projeto de lei que estabelece um PPA de quatro anos, no qual são inseridos programas, objetivos, indicadores e metas relacionados à Defesa. Compete ao Presidente da República enviar o Projeto de Lei do PPA ao Congresso Nacional, que, por sua vez, avalia a proposta e propõe alterações, aprova-o e o encaminha para sanção presidencial. Em 2019, elaborou-se o Plano para o período de 2020-2023,

aprovado pela Lei nº 13.971/2019, cuja proposta metodológica prima pela orientação por resultados e pela observação do realismo fiscal. Além de estar em consonância com o artigo 165 da Constituição Federal, o PPA também deve estar alinhado às diretrizes da Lei de Responsabilidade Fiscal (LRF), que fixa normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal.

- Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) - o Presidente da República encaminha ao Congresso Nacional, a cada ano, Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias (PLDO), que norteia a elaboração e a execução da Lei Orçamentária

Anual (LOA). Cabe também ao Congresso Nacional apreciar e aprovar esses Projetos e encaminhá-los para sanção presidencial.

- LOA - como última etapa, o Ministério da Defesa como os demais órgãos da União,

PRINCÍPIOS PARA O ORÇAMENTO DA DEFESA

A dotação orçamentária do Setor de Defesa deve observar três princípios:

- estabilidade – os recursos alocados para a Defesa não devem sofrer oscilações bruscas, para que os projetos de Defesa sejam mantidos ao longo do tempo;
- regularidade – o desembolso dos recursos
- previsibilidade – esse princípio confere segurança ao planejamento de médio e longo prazo garantindo que os projetos iniciados não sofram solução de continuidade, com consequentes danos ao erário.

CLASSIFICAÇÃO DAS INFORMAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS DO LIVRO BRANCO

Para fins da apresentação das informações orçamentárias do Livro Branco de Defesa, será utilizada a classificação das despesas

detalham as ações de seus respectivos programas no Projeto de Lei Orçamentária (PLOA), considerando o cenário de restrição orçamentária do País e as limitações impostas pelo Novo Regime Fiscal, instituído pela Emenda Constitucional nº 95/216.

deve ocorrer de forma programada e regular, possibilitando que os cronogramas sejam cumpridos conforme planejados; e

Despesas Financeiras

É o conjunto de despesas oriundas de operações financeiras do governo, tais como amortização de dívidas, pagamento de juros (juros passivos) e concessão de empréstimos.

Do ponto de vista orçamentário, as despesas financeiras se dividem em pagamento de juros e amortização da dívida.

Juros

As despesas com juros do Ministério da Defesa (MD) são aquelas relativas ao pagamento de juros, comissões e outros encargos de operações de crédito internas e externas contratadas.

Amortização da Dívida

As despesas com a amortização da dívida contratual do MD referem-se ao pagamento e/ou refinanciamento do principal e da atualização monetária ou cambial da dívida pública externa contratual.

Despesas Primárias

Também conhecidas como não financeiras, correspondem ao conjunto de gastos que possibilitam a oferta de serviços à sociedade, deduzidas as despesas financeiras (serviço da dívida externa e interna). Estão incluídos

nessas despesas os gastos com pessoal, custeio e investimento.

As despesas primárias podem ser classificadas como obrigatórias e discricionárias.

Despesas Obrigatórias

São aquelas cuja execução é determinada em lei, havendo para o ente público a obrigatoriedade de executá-las. São exemplos de despesas obrigatórias:

- pessoal e encargos sociais - considera-se despesa com pessoal o somatório dos gastos com servidores civis e militares ativos, inativos, reservistas, reformados e pensionistas, incluindo-se quaisquer

espécies remuneratórias e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

- benefícios vinculados à folha de pagamento de pessoal - são itens da folha de pagamento de pessoal, concedidos aos servidores militares e civis, tais como: assistência médica e odontológica aos

servidores civis, empregados, militares e seus dependentes; assistência pré-escolar aos dependentes de servidores civis e de empregados; auxílio-transporte de servidores, auxílio-alimentação, auxílio-funeral e natalidade de servidores civis; alimentação de militares em rancho, movimentação e fardamento de militares.

- Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) - conjunto de atividades e instalações – tais como auxílios

Despesas Discricionárias

São aquelas realizadas a partir da disponibilidade de recursos orçamentários, cujo montante o gestor tem algum grau de decisão quanto à sua alocação e execução. Se dividem em:

- custeio – despesas destinadas à manutenção de serviços públicos, bem como para atender obras de conservação e adaptação de bens imóveis, e transferências correntes, que são dotações orçamentárias aplicadas em despesas de outras entidades públicas ou privadas, não correspondendo em contrapartida direta em bens ou serviços.

à navegação aérea, radares de vigilância, centros de controle e torres de controle de aeródromo, estações de telecomunicações, recursos humanos, dentre outros, que tem como objetivo proporcionar regularidade, segurança e eficiência do fluxo de tráfego nos aeroportos e no espaço aéreo.

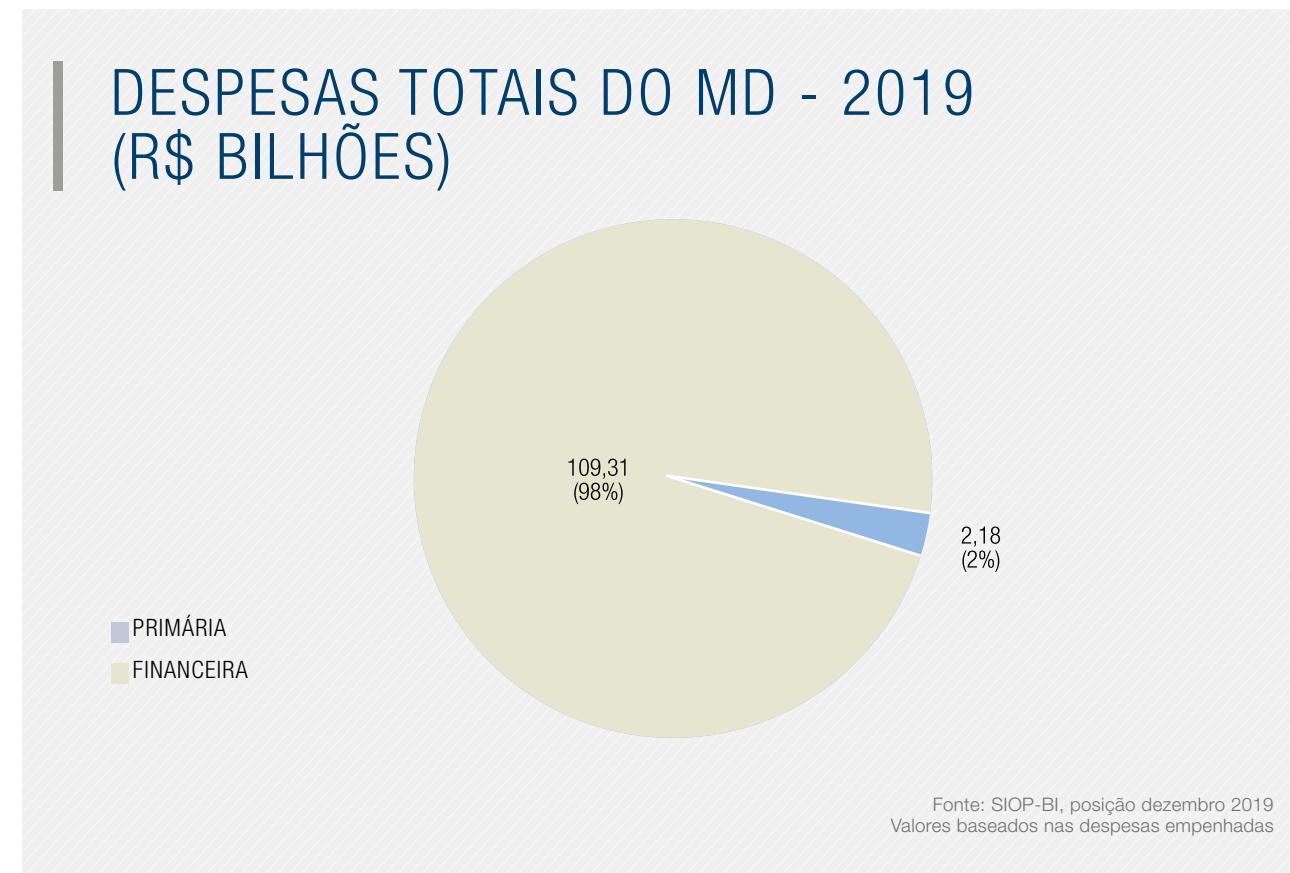
- sentenças judiciais - despesas resultantes de pagamento de precatórios; sentenças judiciais, transitadas em julgado; decisões judiciais em mandados de segurança e outras.

- investimento – despesas destinadas à aquisição de imóveis, de instalações, equipamentos, material permanente e softwares.

- inversão financeira – despesas destinadas à aquisição de imóveis ou bens de capital já em utilização; aquisição de títulos representativos do capital de empresas ou entidades de qualquer espécie, já constituídas, quando a operação não importe aumento do capital; e com a constituição ou aumento do capital de empresas, além de outras despesas classificáveis neste grupo.

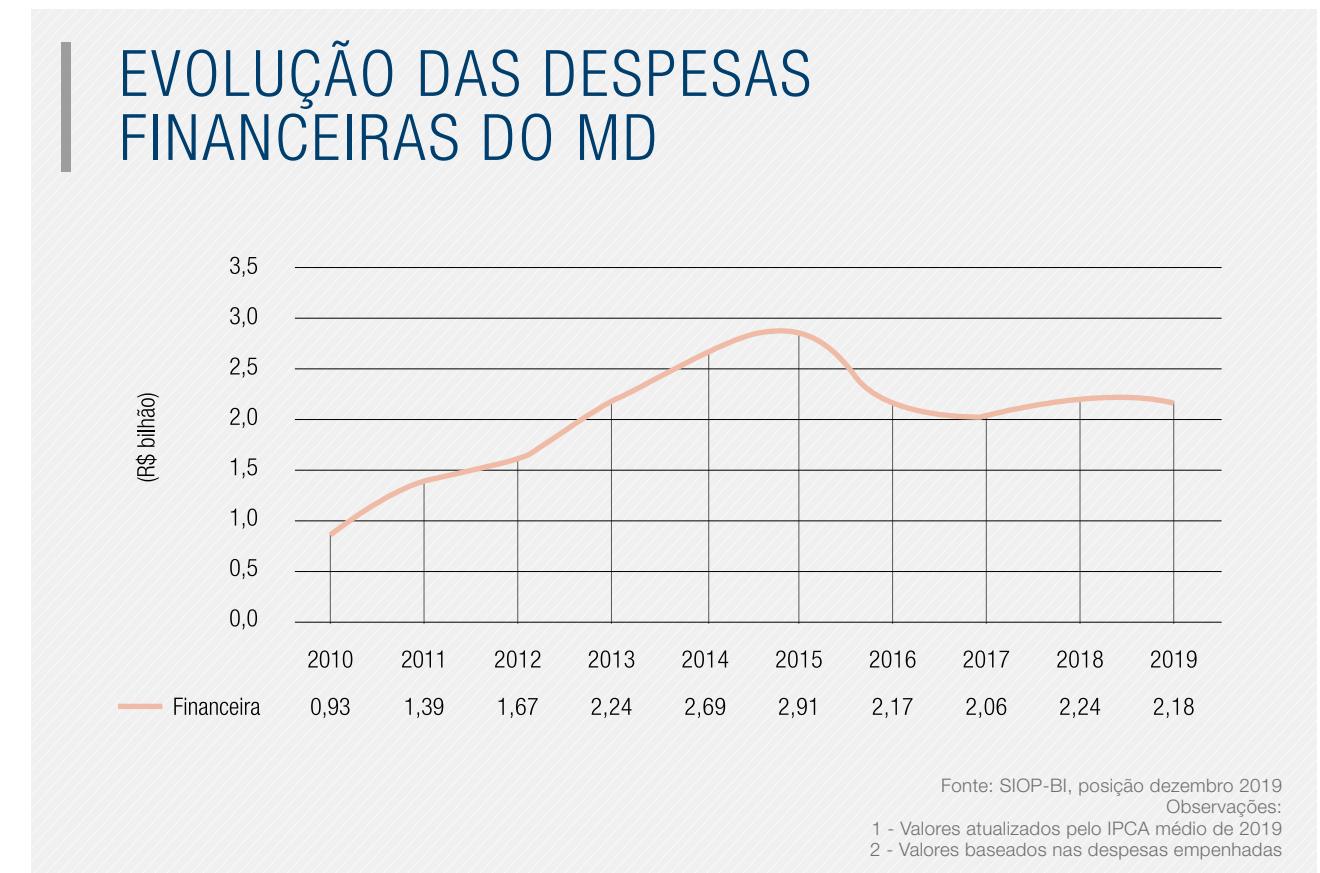
A EXECUÇÃO DO ORÇAMENTO DE DEFESA

Como pode ser observado no gráfico a seguir, totalizando a ordem de R\$ 111,49 bilhões, no ano de 2019, o total das despesas financeiras não incluídos as emendas parlamentares e os do Ministério da Defesa (MD) foram de R\$ 2,18 bilhões e as primárias foram R\$ 109,31 bilhões,



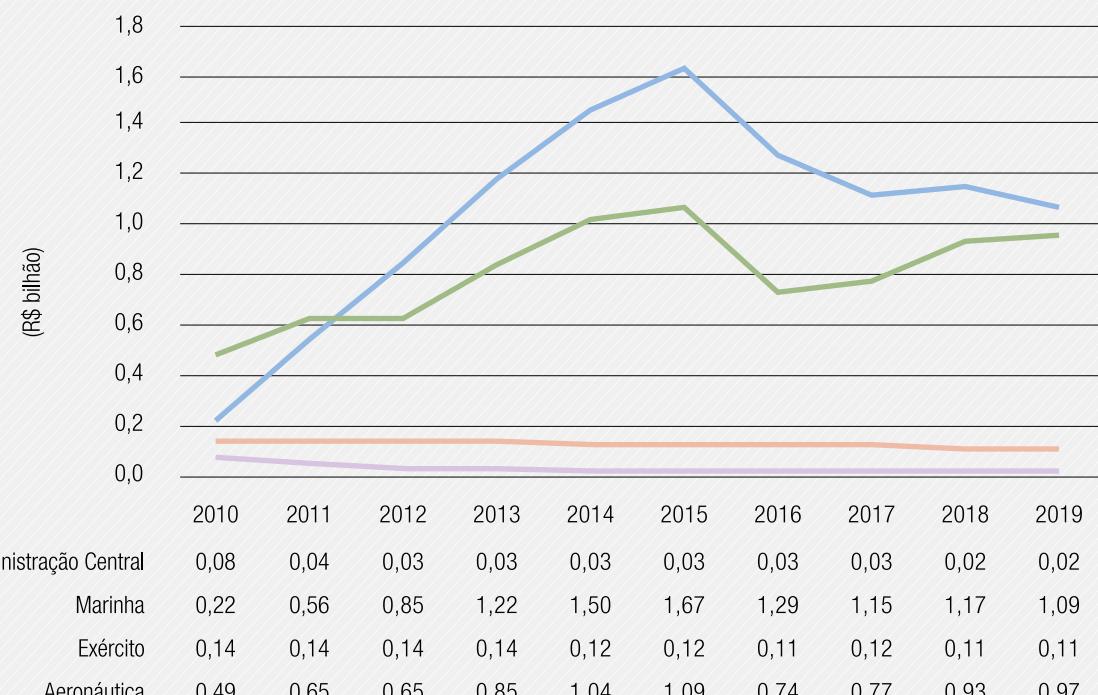
A EXECUÇÃO DAS DESPESAS FINANCEIRAS

Com relação às despesas financeiras, Setor de Defesa, incluindo-se a amortização, os representadas no gráfico a seguir, o maior juros e os demais encargos. A outra parcela se volume refere-se ao serviço da dívida relacionado ao financiamento de projetos estratégicos do Setor de Defesa, incluindo-se a amortização, os juros e os demais encargos. A outra parcela se refere à contribuição da União para o custeio de servidores civis do MD.



As despesas relativas ao serviço da dívida da Aeronáutica, no âmbito do Projeto de se referem aos contratos dos Comandos Aquisição de Caças (FX-2); e da Administração da Marinha, no caso do Programa de Central, referente ao Projeto de Aquisição de Desenvolvimento de Submarinos (PROSUB); Helicópteros H-X BR.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS FINANCEIRAS - VISÃO INSTITUCIONAL



O gráfico acima, apresenta a evolução das despesas financeiras da Administração Central e dos Comandos Militares no período de 2010 a 2019.

Ressalta-se que o maior percentual das despesas financeiras, tanto na Administração Central do MD quanto nos Comandos Militares, refere-se ao serviço

da dívida, relativo aos contratos de financiamento de projetos. Contudo, estão também inseridas no bojo dessas despesas o pagamento da contribuição da União, de suas autarquias e fundações para o custeio

do regime de previdência dos servidores públicos federais em exercício no MD e Forças Armadas.

A EXECUÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS

A seguir, apresentamos a evolução das despesas primárias obrigatórias e discricionárias do MD, incluídas as Forças Armadas, no período de 2010 a 2019.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS DO MD



Fonte: SIOP-BI, posição dezembro 2019

Observações:

1 - Valores atualizados pelo IPCA médio de 2019

2 - Valores baseados nas despesas empenhadas

3 - Valores não incluem os créditos extraordinários e as emendas individuais obrigatórias

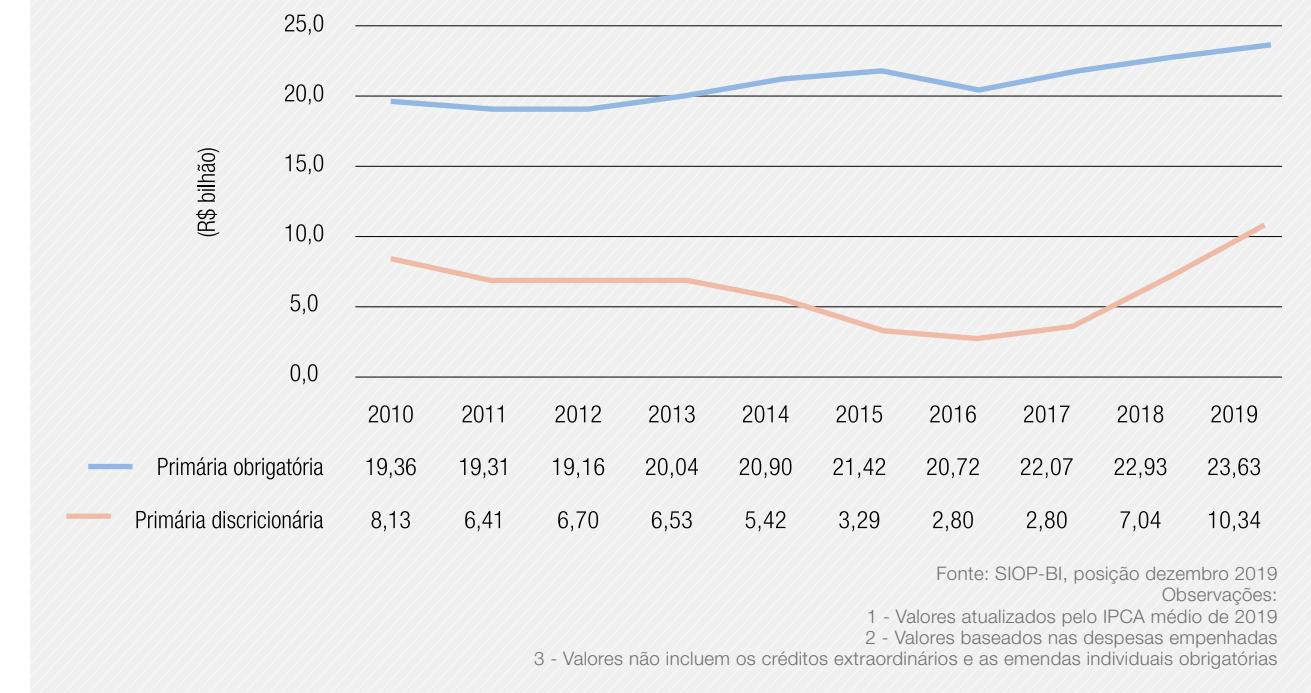
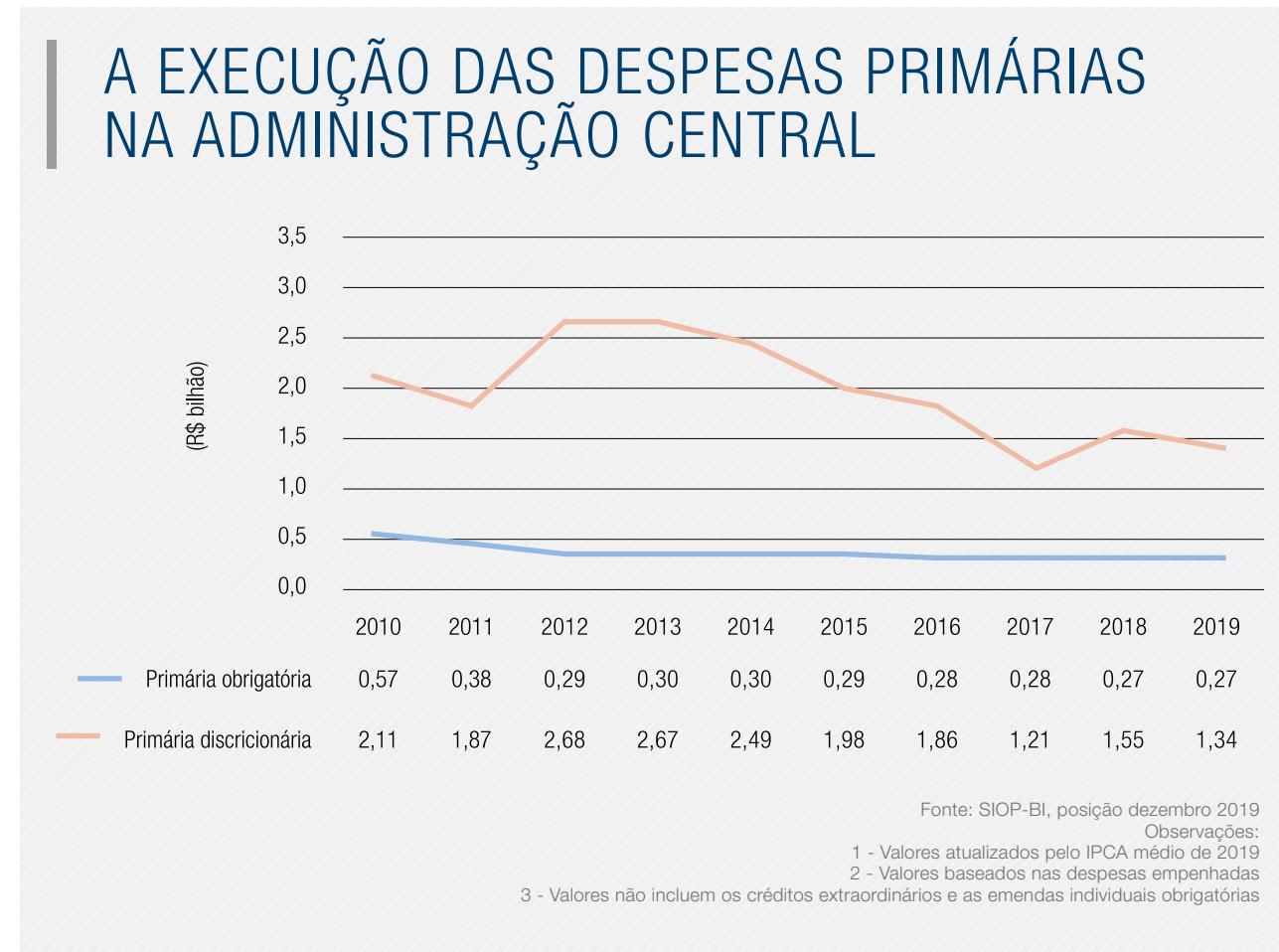
De forma geral, os Comandos Militares apresentam valores maiores nas despesas obrigatórias, incluídas nesse grupo as relativas ao pagamento de pessoal, o que pode ser justificado pelo efetivo de militares daquelas instituições.

Conforme demonstrado no gráfico anterior, as despesas primárias obrigatórias apresentaram gradual crescimento no período de 2013 a 2019, em decorrência de reajustes escalonados

promovidos no soldo militar, impactando, inclusive, outras despesas atreladas ao pagamento de pessoal.

As despesas primárias discricionárias tiveram menor valor em 2016, quando totalizaram R\$ 11,05 bilhões, em razão do agravamento da crise fiscal no Brasil nesse período, passando, então, a apresentar recuperação gradativa.

A EXECUÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS NO COMANDO DA MARINHA

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS
COMANDO DA MARINHA

Observa-se que na Administração Central do MD as despesas discricionárias predominam. Isto porque nesse rol estão as despesas do Projeto H-X BR, destinado à aquisição de helicópteros multiemprego para as Forças Armadas.

No rol das despesas obrigatórias da administração central do MD estão as de pessoal e benefícios sociais.

As despesas obrigatórias apresentaram tendência de crescimento ao longo da série, decorrente de reajustes salariais do período, enquanto as discricionárias tiveram uma redução considerável nos anos de 2015 e 2016, período que coincide com a crise fiscal do País.

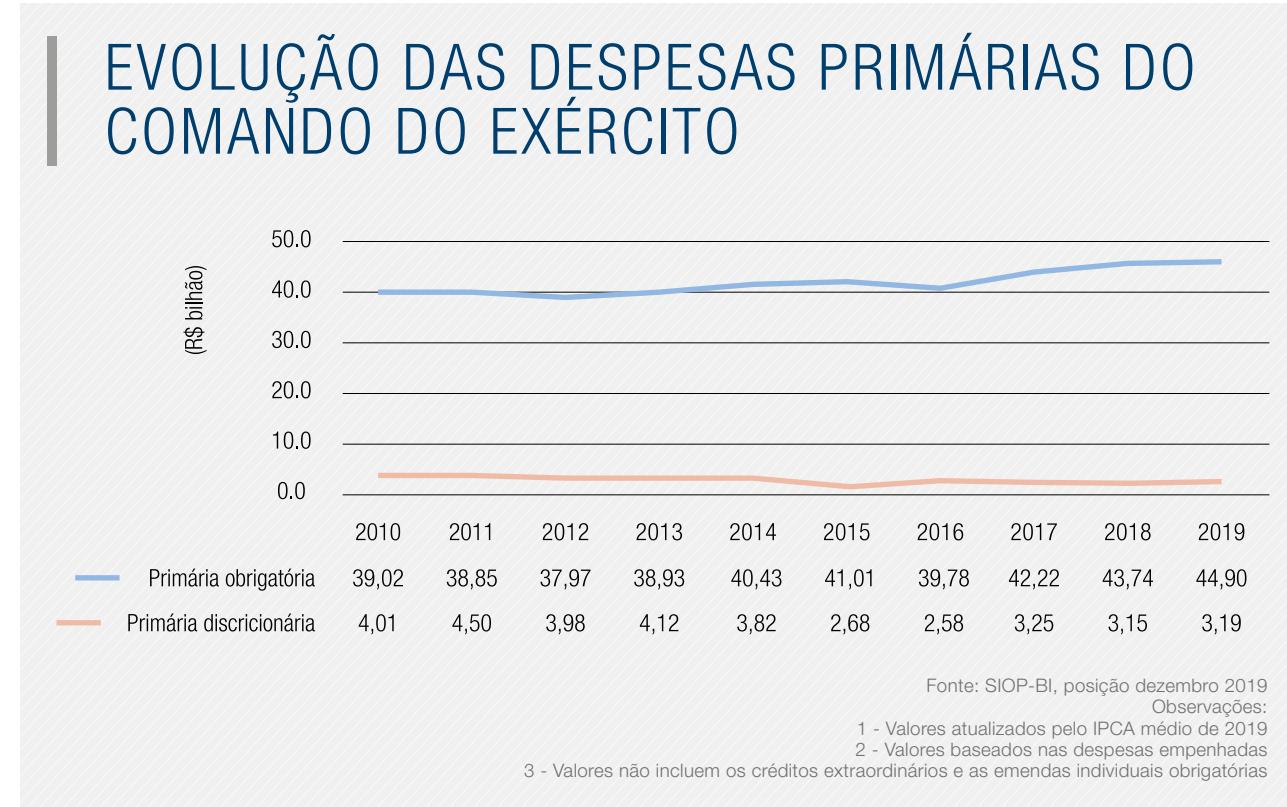
No que se refere ao Comando da Marinha, assim como nos outros Comandos Militares, as despesas obrigatórias são as mais expressivas.

Dentre as despesas discricionárias do Comando da Marinha estão as relacionadas aos

projetos estratégicos daquela Força, preparação de tropas e manutenção de organizações militares, bem como à capitalização da Empresa Gerencial de Projetos Navais (EMGEPRON).

As despesas discricionárias apresentaram o valor de R\$ 8,13 bilhões em 2010, contudo, tiveram redução consecutiva a partir de 2012 até 2016, quando chegaram ao valor de R\$ 2,8 bilhões, no auge da crise fiscal. Em 2017, essas despesas iniciaram um ciclo de recuperação.

A EXECUÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS NO COMANDO DO EXÉRCITO

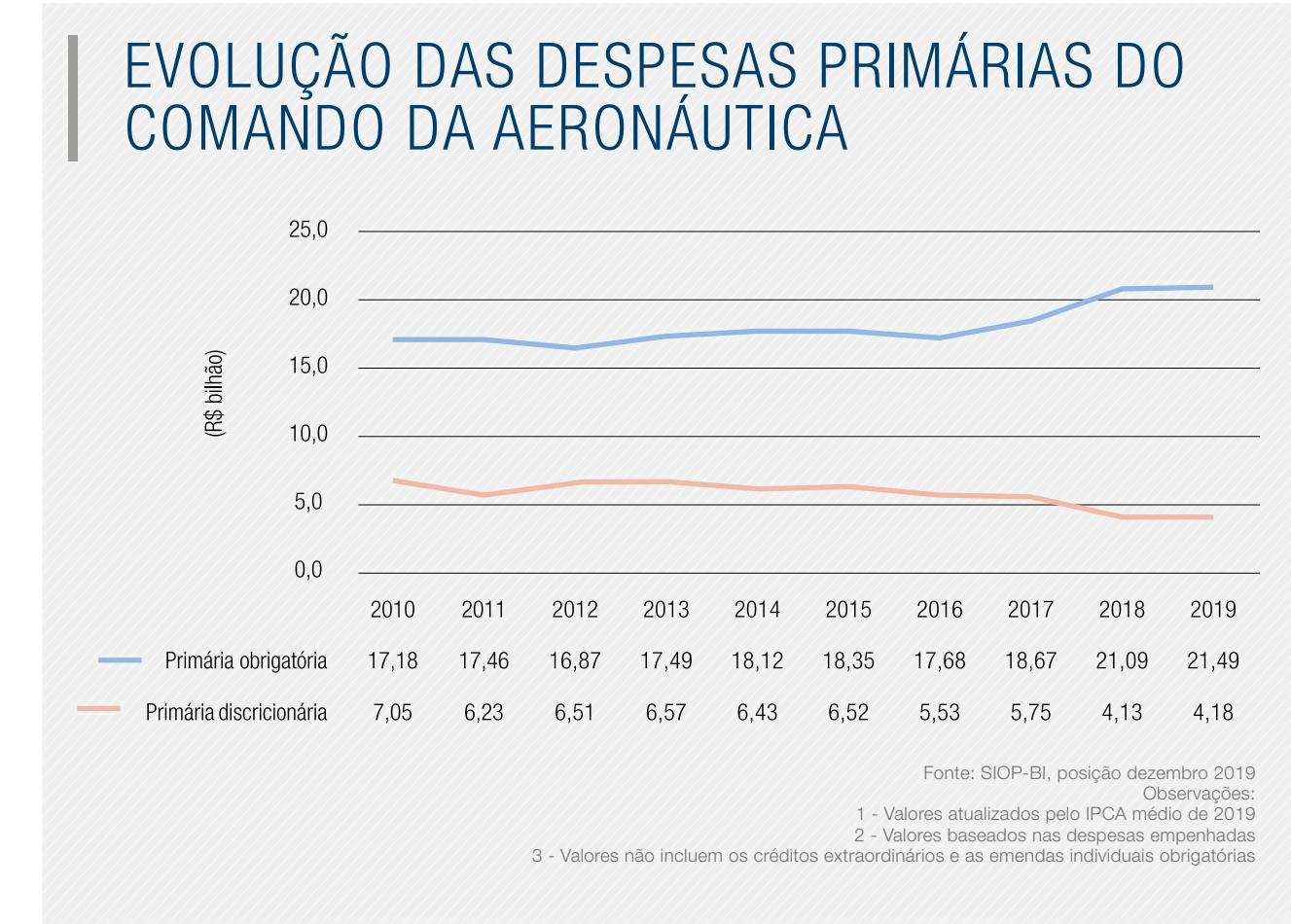


Quanto ao Comando do Exército, nota-se discreta variação entre os anos de 2010 a 2017, sendo esta mais acentuada nos dois últimos exercícios.

As despesas obrigatórias têm valores

superiores aos das demais Forças, em decorrência de maiores volumes de despesas de pessoal, em virtude de seu efetivo.

A EXECUÇÃO DAS DESPESAS PRIMÁRIAS NO COMANDO DA AERONÁUTICA



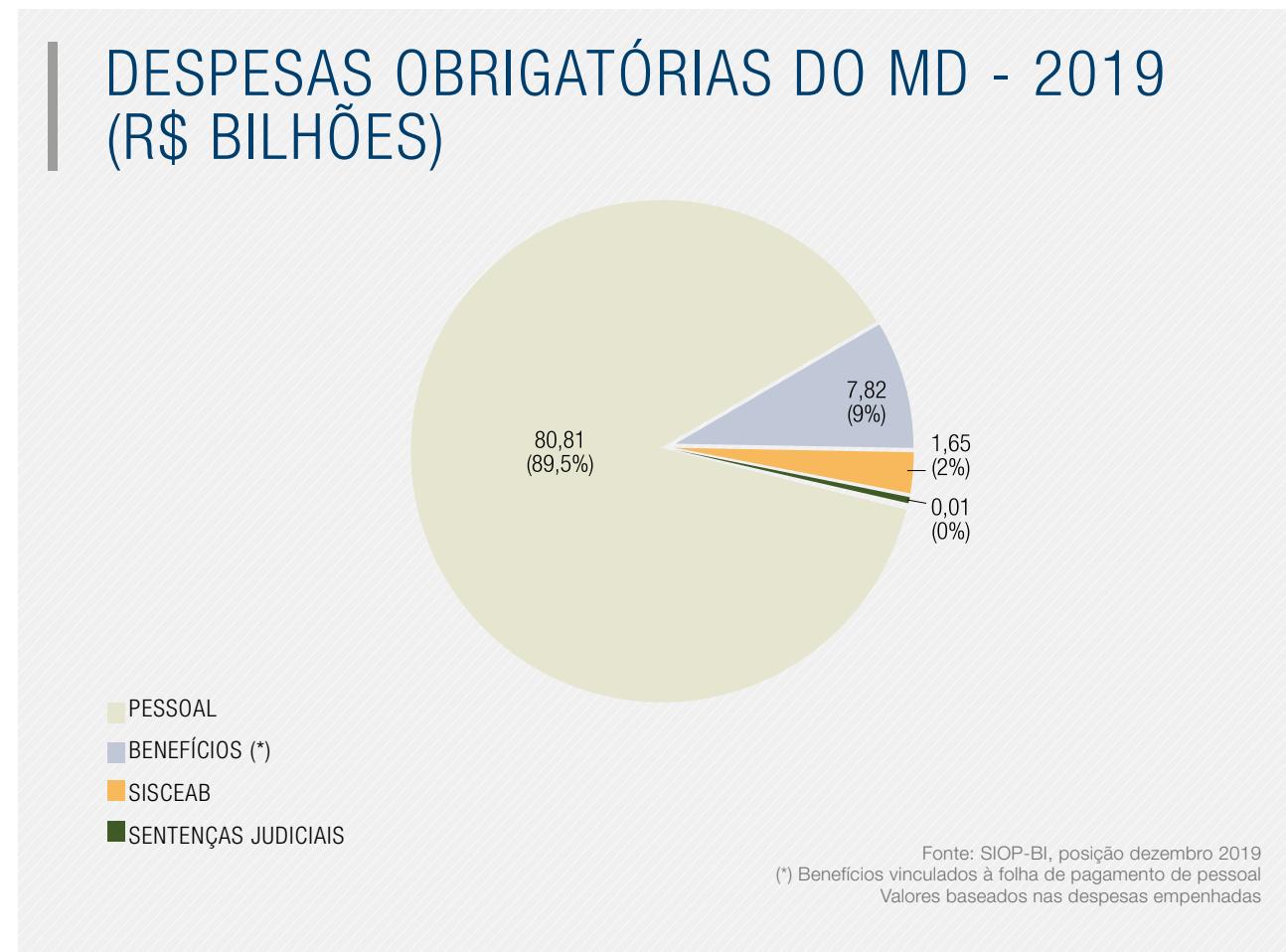
No âmbito do Comando da Aeronáutica, o valor das despesas discricionárias se manteve com pouca variação até o ano de 2015, quando se observa uma tendência de redução dos valores destinados aos projetos estratégicos, em função do cenário fiscal mais restritivo.

DESPESAS OBRIGATÓRIAS

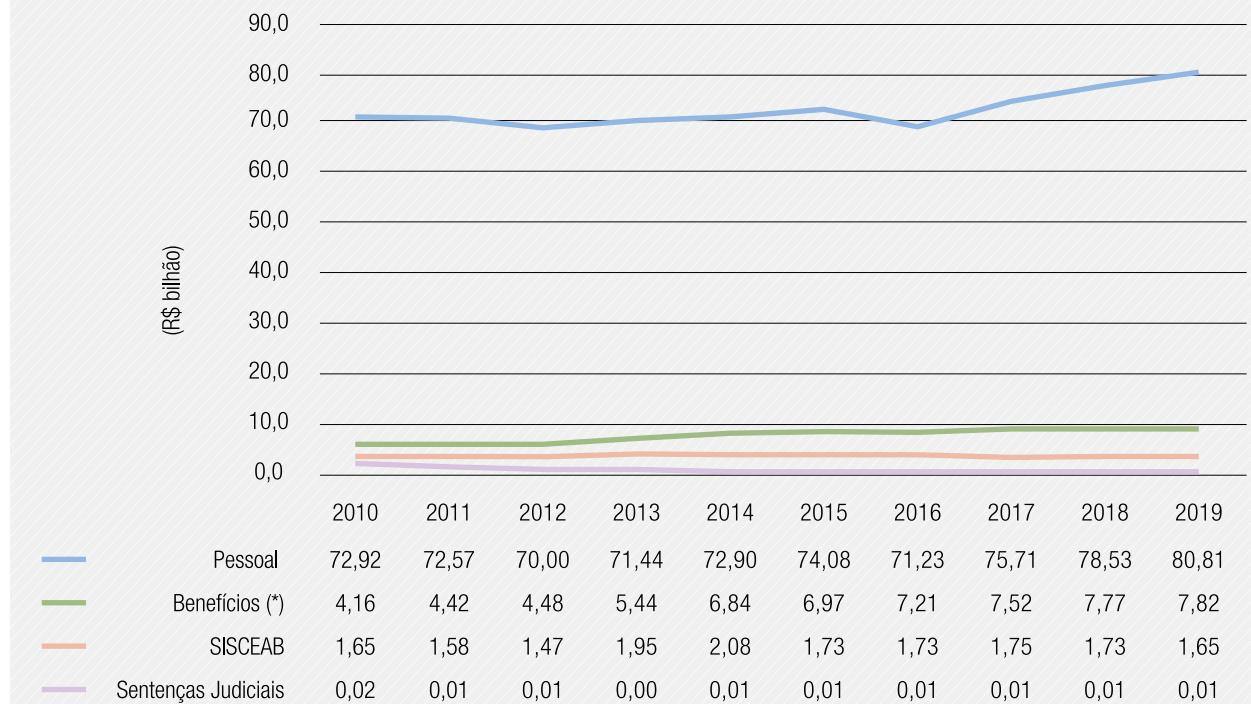
Em 2019, as despesas de pessoal alcançaram 9%, R\$ 7,82 bilhões.

representaram 89,5% do total das despesas primárias obrigatórias, que foram de R\$ 90,30 bilhões, enquanto as despesas com benefícios vinculados à folha de pagamento (SISCEAB) e as sentenças judiciais.

Estão incluídas no rol das despesas primárias obrigatórias, ainda, as despesas inerentes ao Sistema de Controle do Espaço Aéreo Brasileiro (SISCEAB) e as sentenças judiciais.



EVOLUÇÃO DAS DESPESA OBRIGATÓRIAS DO MD



Fonte: SIOP-BI, posição dezembro 2019

(*) Benefícios vinculados à folha de pagamento de pessoal

Observações:

1 - Valores atualizados pelo IPCA médio de 2019

2 - Valores baseados nas despesas empenhadas

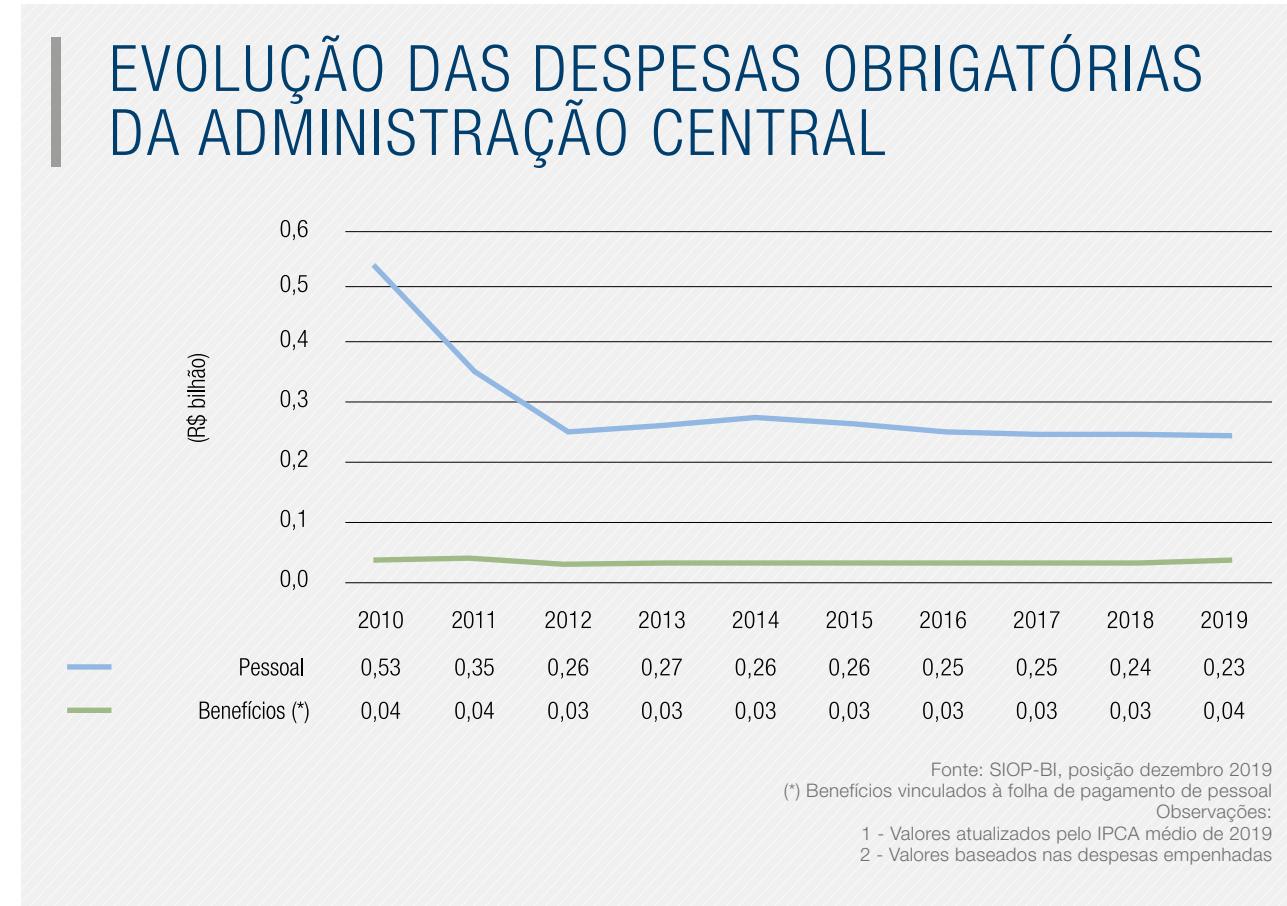
O gráfico anterior mostra a evolução das despesas obrigatórias, no período de 2010 a 2019. As despesas de pessoal são as mais representativas da série apresentada, sendo que em todos os exercícios correspondem a mais de 85% do total de despesas.

uma tendência de crescimento nas despesas do grupo de pessoal e no de benefícios vinculados à folha de pagamento.

As despesas do SISCEAB tiveram pouca variação no período e as de sentenças judiciais se mantiveram praticamente constantes.

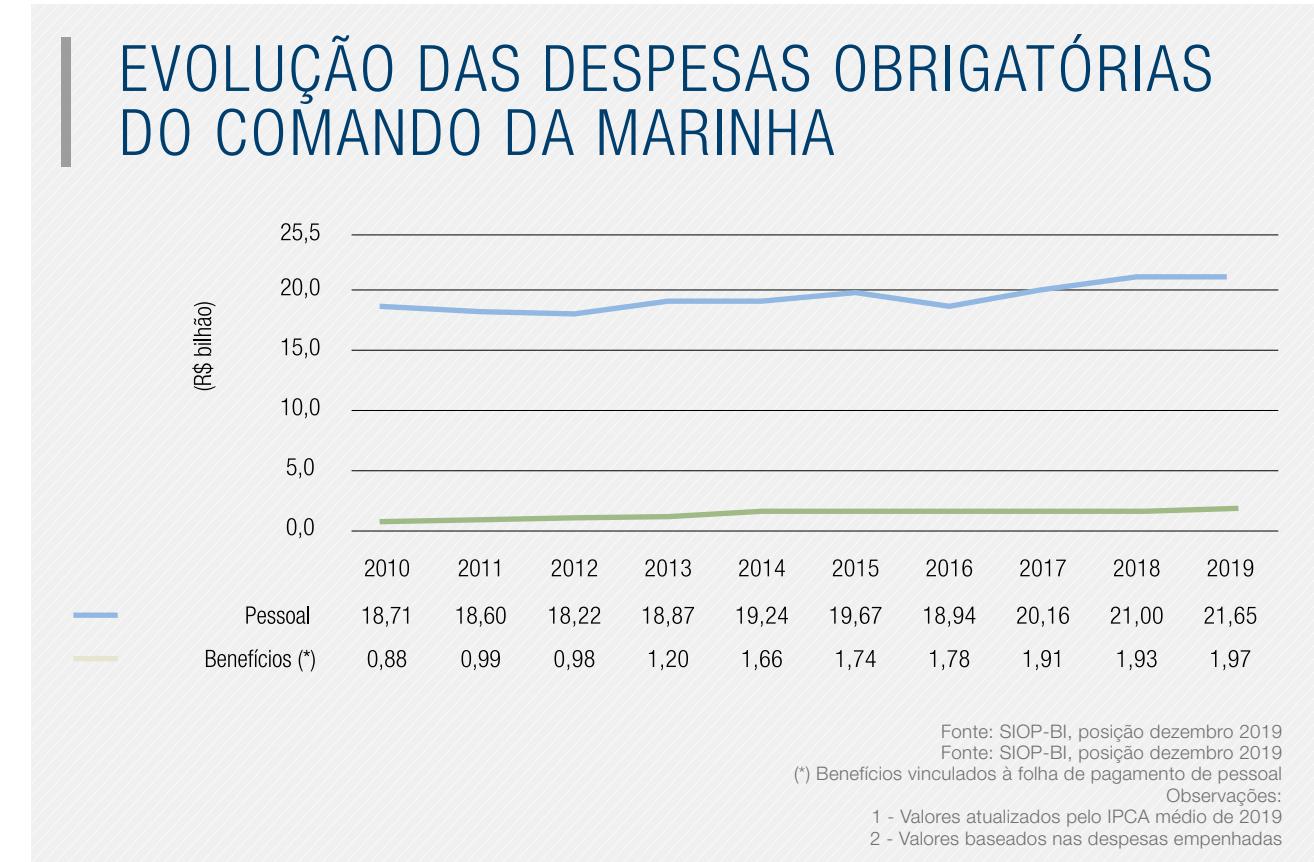
A partir do exercício de 2017, observa-se

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL



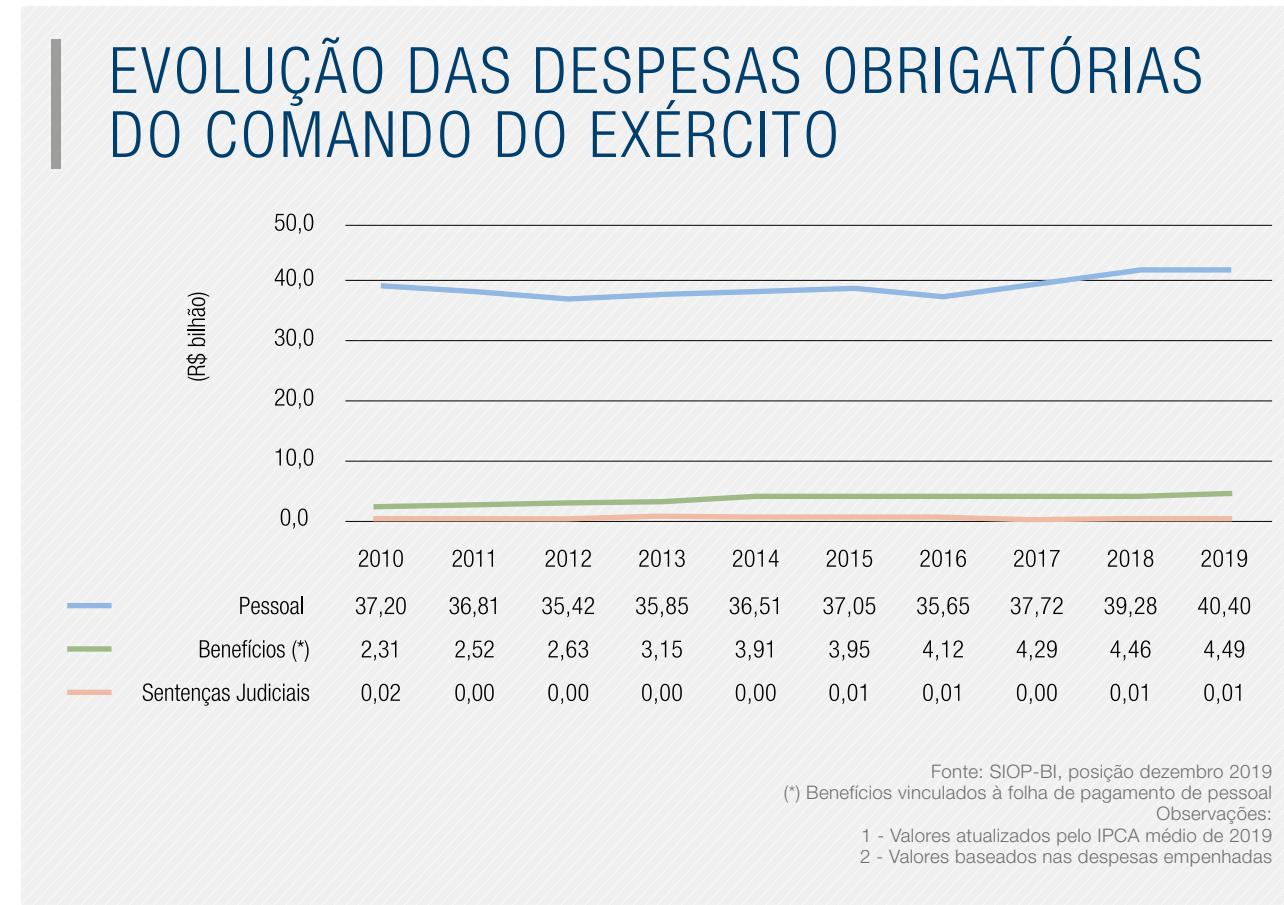
As despesas de pessoal da Administração Civil, do Ministério da Defesa para a Presidência Central do MD decresceram a partir de 2010, em função da mudança na estrutura da administração pública federal, que resultou na transferência da Agência Nacional de Aviação Com relação aos benefícios vinculados à folha de pagamento, esses se mantiveram praticamente constantes.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DO COMANDO DA MARINHA



No Comando da Marinha, as despesas de pessoal predominam.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DO COMANDO DO EXÉRCITO

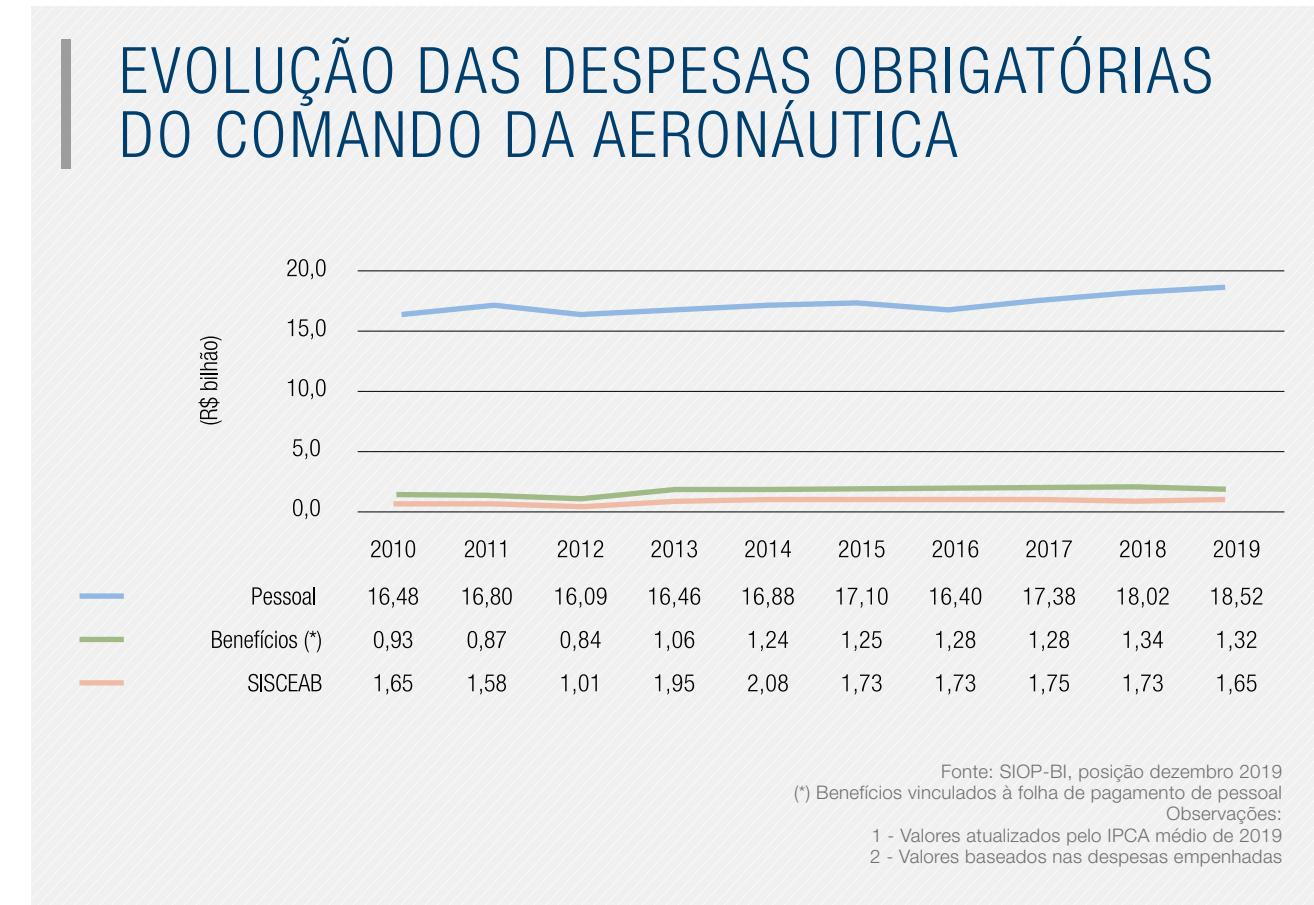


No Comando do Exército, as despesas de folha de pagamento de pessoal, apresentaram significativamente maior que nos outros crescimento gradual ao longo do período ao Comandos, tendo em vista o seu maior efetivo.

As despesas de benefícios vinculados à

folha de pagamento de pessoal, apresentaram crescimento gradual ao longo do período ao passo que as de sentenças judiciais tiveram pouca representatividade na série.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DO COMANDO DA AERONÁUTICA

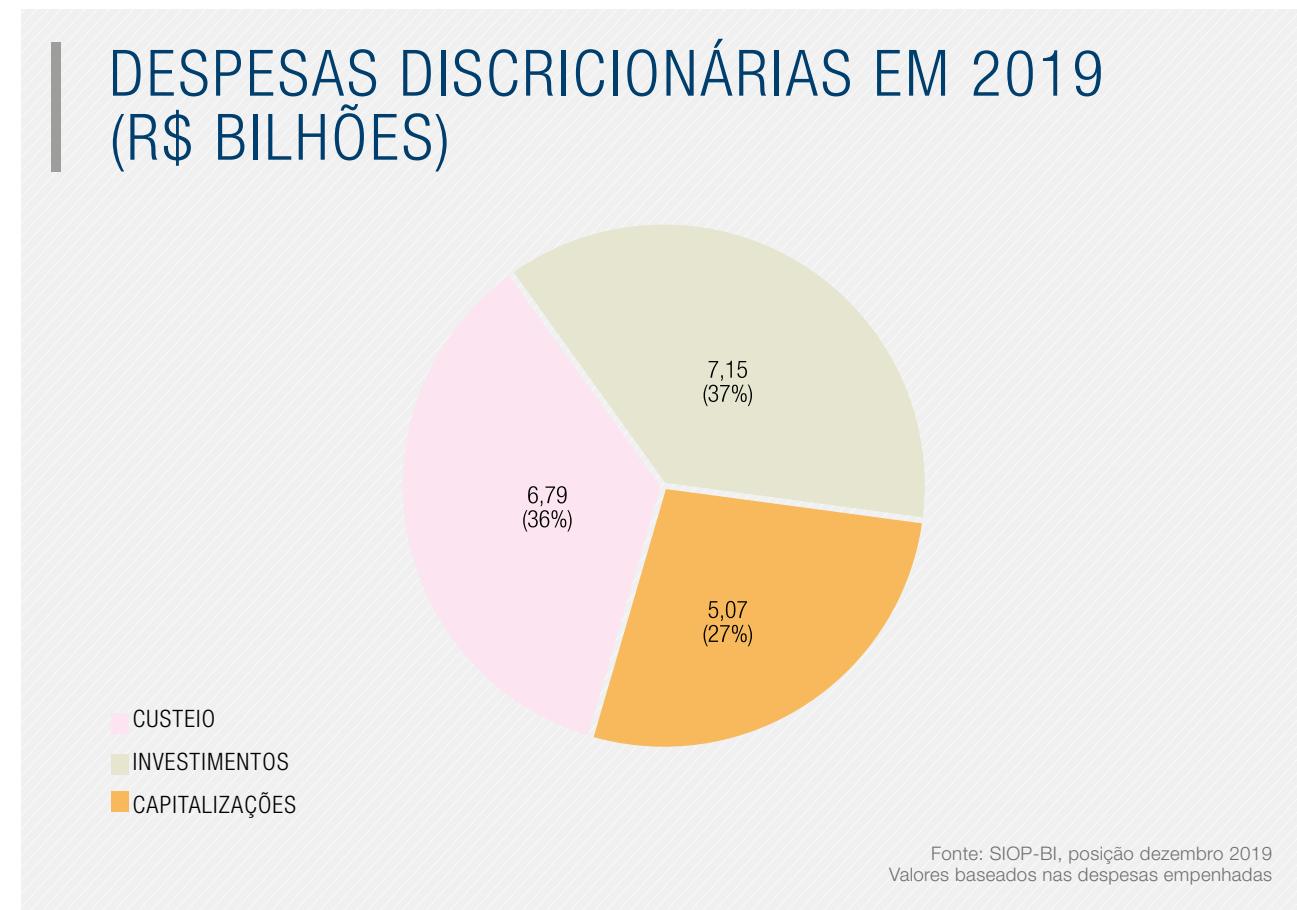


No âmbito do Comando da Aeronáutica, no qual as despesas de pessoal também predominam, as despesas de benefícios vinculados à folha de pagamento de pessoal tiveram variação discreta.

Nesse Comando houve, ainda, a execução de despesas obrigatórias relacionadas a contratos do SISCEAB, que apresentaram pouca variação no período.

DESPESAS DISCRICIONÁRIAS

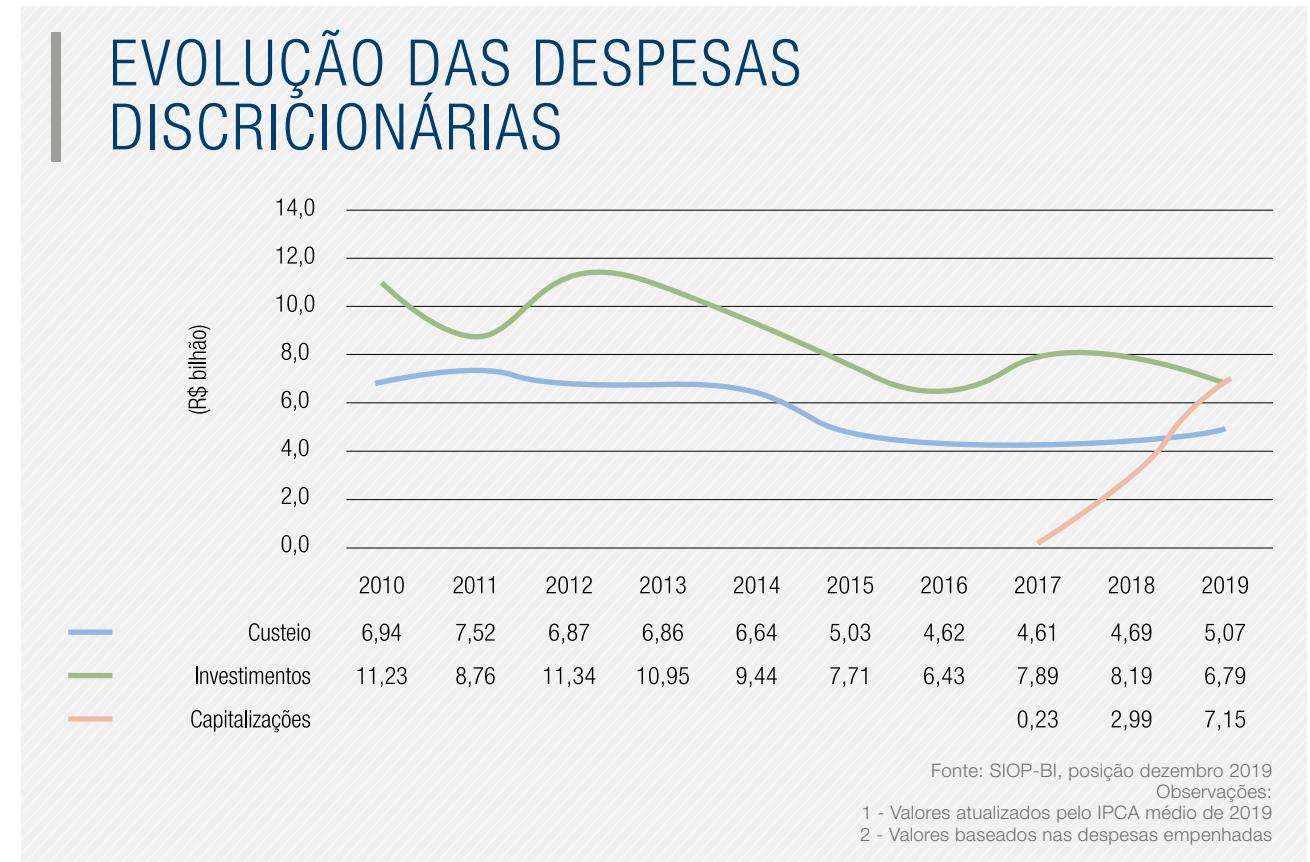
As despesas primárias discricionárias de a seguir, é composto pelos grupos dos 2019, evidenciadas no gráfico apresentado investimentos, custeio e capitalizações.



Em 2019, os investimentos foram, em sua maioria, relativos às despesas relacionadas aos projetos estratégicos do MD, constantes do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), instituído pelo Decreto nº 6.025/2017, com a finalidade de instituir medidas de estímulo ao investimento privado e ampliar os investimentos públicos em infraestrutura. As despesas de custeio foram, em grande parte, relacionadas à manutenção administrativa das organizações militares e ao adestramento e instrução militares.

As capitalizações foram aportes de recursos das despesas discricionárias primárias, do realizados pelo MD, na EMGEPRON, com a finalidade de capacitar a empresa para desenvolver projetos de interesse da Defesa Nacional.

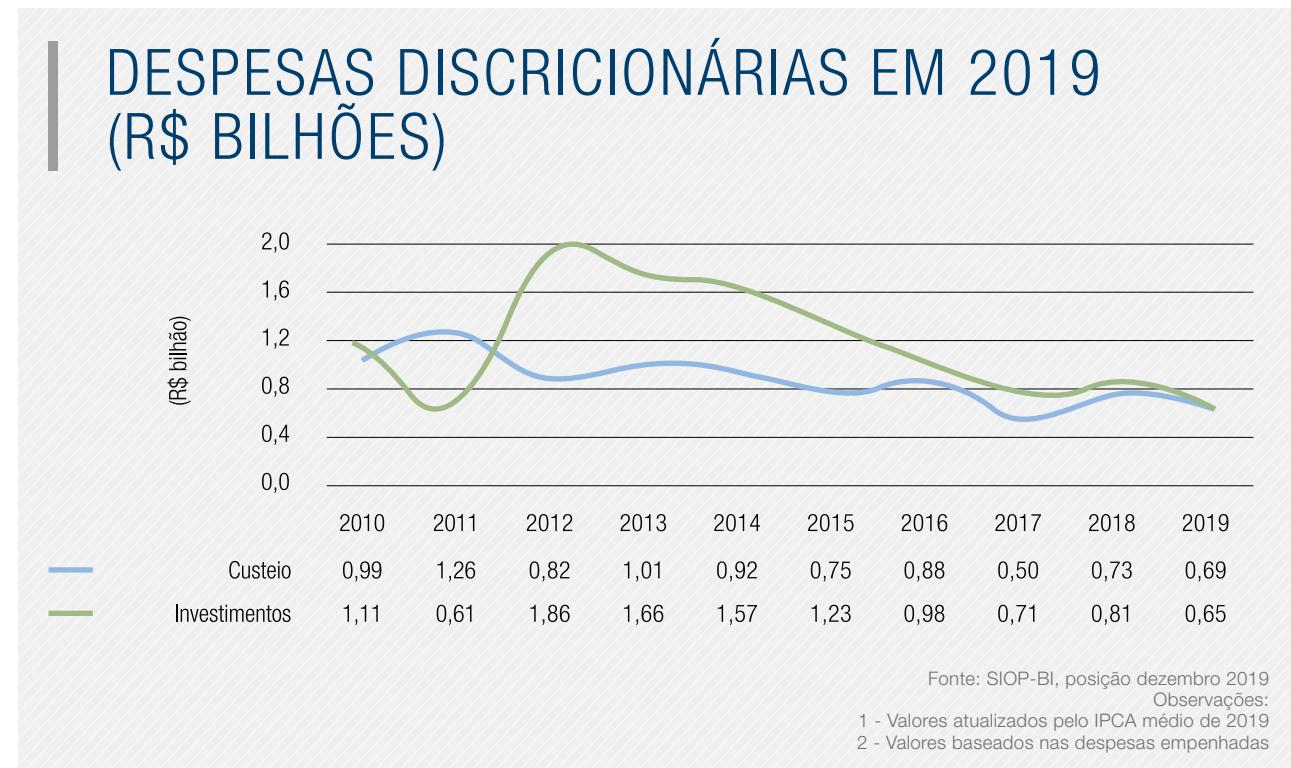
O gráfico seguinte, mostra o comportamento



As despesas de investimento e de custeio apresentaram valores mais baixos nos anos de 2015 a 2019, em virtude do aprofundamento da crise fiscal no País, que culminou com a promulgação da Emenda Constitucional nº 95/2016, a qual restringiu o crescimento dos gastos públicos.

As capitalizações referem-se a aportes de recursos na EMGEPRON para a construção de Navios Classe Tamandaré e a obtenção de Navio de Apoio Antártico, no âmbito do Programa Antártico Brasileiro.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DA ADMINISTRAÇÃO CENTRAL



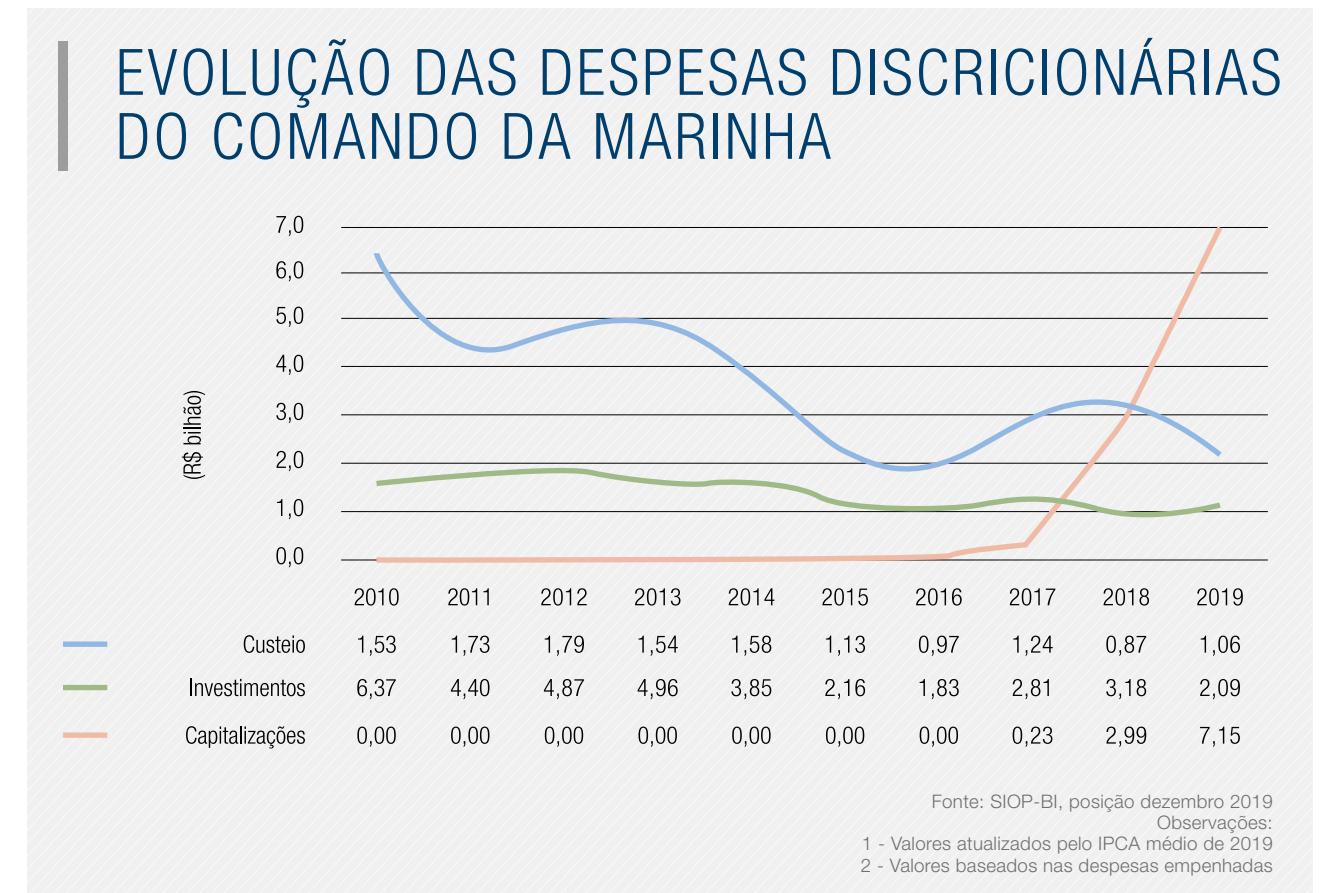
No âmbito da Administração Central do MD, as despesas mais representativas do grupo dos investimentos foram as inerentes ao Projeto estratégico H-X BR, que prevê a produção, desenvolvimento e aquisição de 50 helicópteros de médio porte, de emprego geral, para uso das Forças Armadas e da Presidência da República. Esse Projeto capacitará o Brasil a conceber, desenvolver e produzir aeronaves de

asas rotativas e dotar as Forças de aeronaves modernas para emprego geral.

Conforme o gráfico acima, de 2010 a 2019, os investimentos apresentaram tendência de redução, a partir de 2013, com o maior valor em 2012, quando atingiu R\$ 1,86 bilhões.

As despesas de custeio oscilaram ao longo dos anos, com o maior pico em 2011.

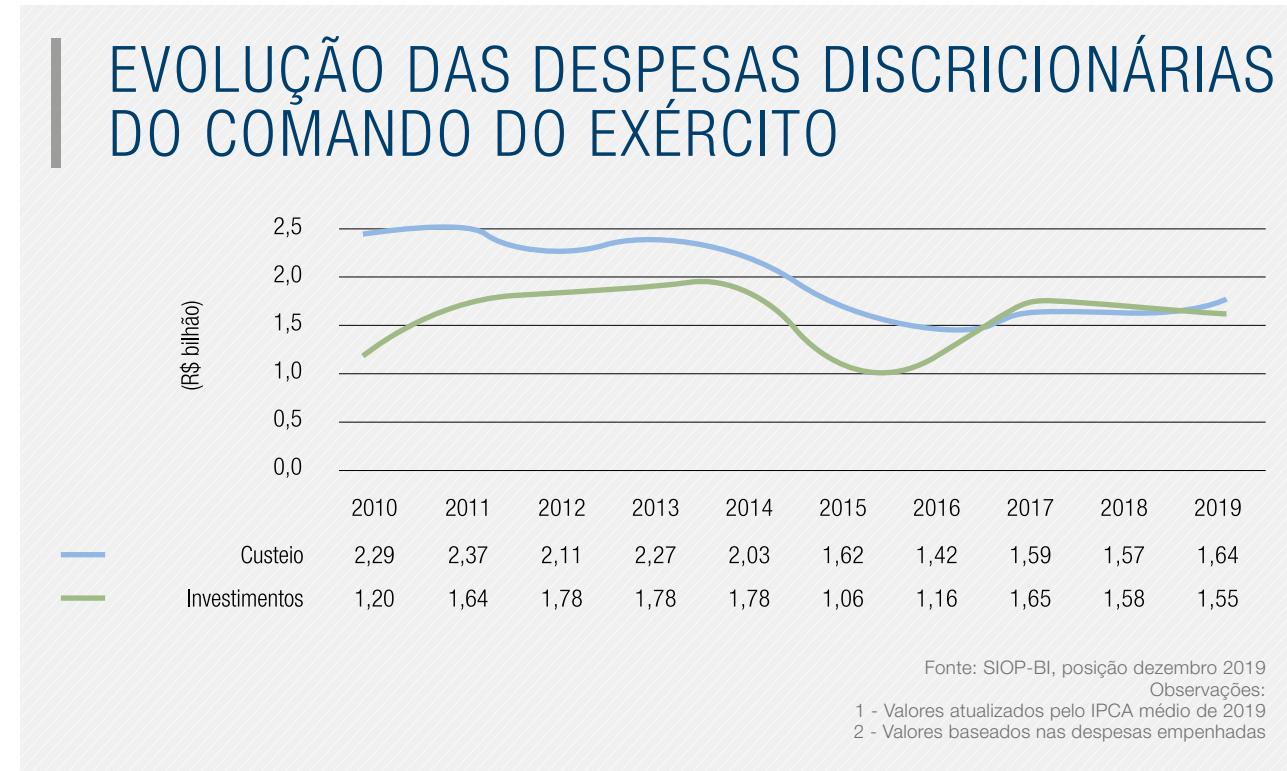
EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO COMANDO DA MARINHA



Atualmente, a MB conta com três aos projetos de construção de quatro navios importantes projetos destinados à defesa Classe Tamandaré (R\$ 9,5 bilhões) e à das águas jurisdicionais brasileiras: PROSUB, Programa Nuclear de Marinha (PNM) e Programa Classe Tamandaré.

Conforme o gráfico acima, de 2010 a 2019, os investimentos apresentaram tendência de redução e as despesas de custeio oscilaram ao longo dos anos.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO COMANDO DO EXÉRCITO

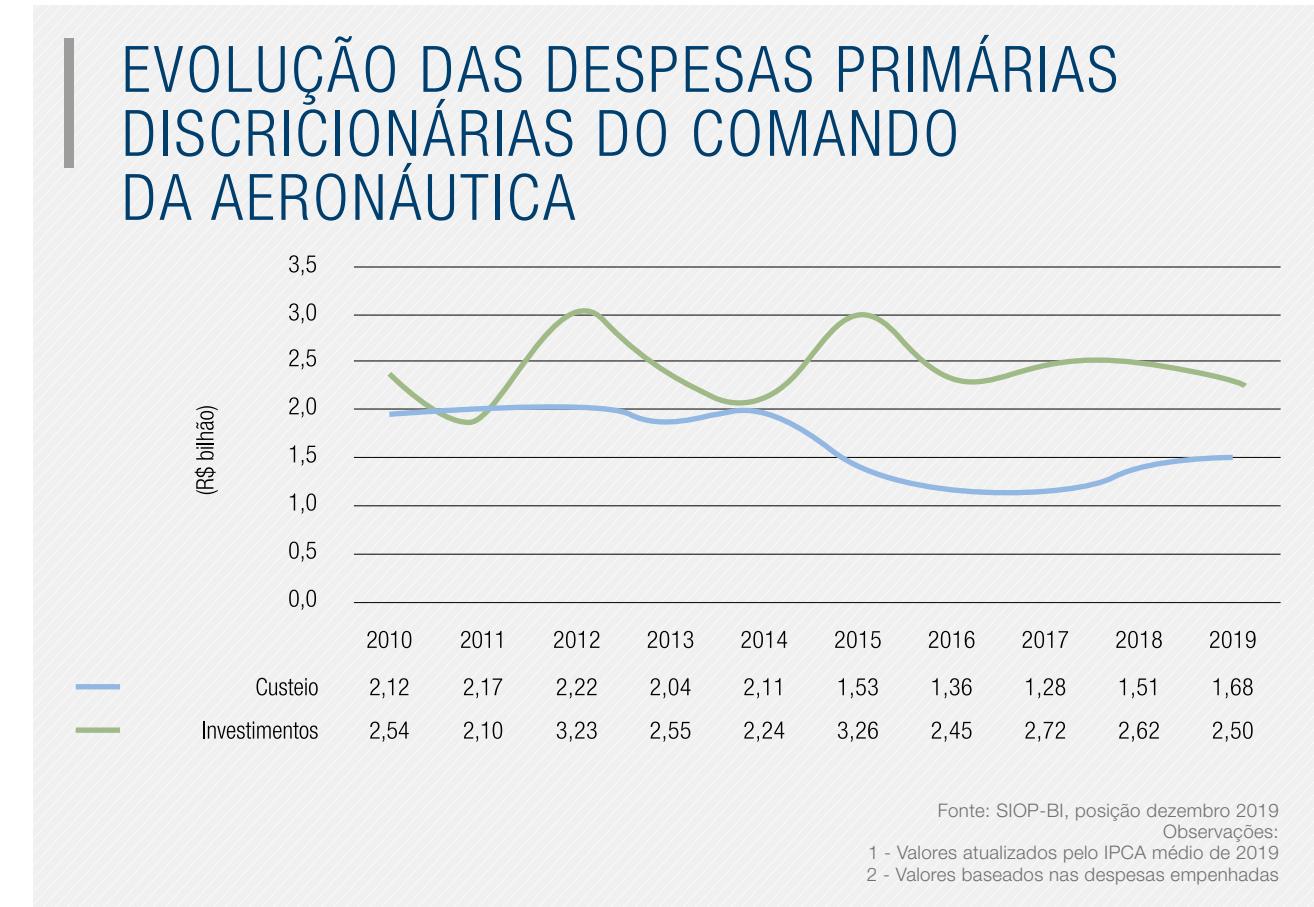


No âmbito do Comando do Exército, as despesas de custeio foram superiores aos da Força, tais como os Programas Guarani, investimentos em quase todo o período, à exceção dos anos de 2017 e 2018.

As despesas de investimentos contemplam

aquelas relacionadas aos projetos estratégicos da Força, tais como os Programas Guarani, Astros 2020 e SISFRON, os quais são de grande importância para a defesa do extenso território brasileiro.

EVOLUÇÃO DAS DESPESAS DISCRICIONÁRIAS DO COMANDO DA AERONÁUTICA



No que concerne ao Comando da Aeronáutica, o valor dos investimentos foi superior aos das despesas de custeio, a partir de 2012, com início dos projetos estratégicos daquele Força no PAC.

Dentre os principais projetos estratégicos da carteira daquela Força estão o Projeto de Aquisição de Caças (FX-2) e os de Desenvolvimento e Aquisição de Cargueiro Tático Militar (KC-X e KC-390).

DEMONSTRATIVO DOS INVESTIMENTOS EM DEFESA

ÂMBITO INTERNACIONAL

A comparação entre os dados dos orçamentos de Defesa de diferentes países é útil para se obter uma visão geral de ordem de grandeza e de como são aplicados os recursos financeiros.

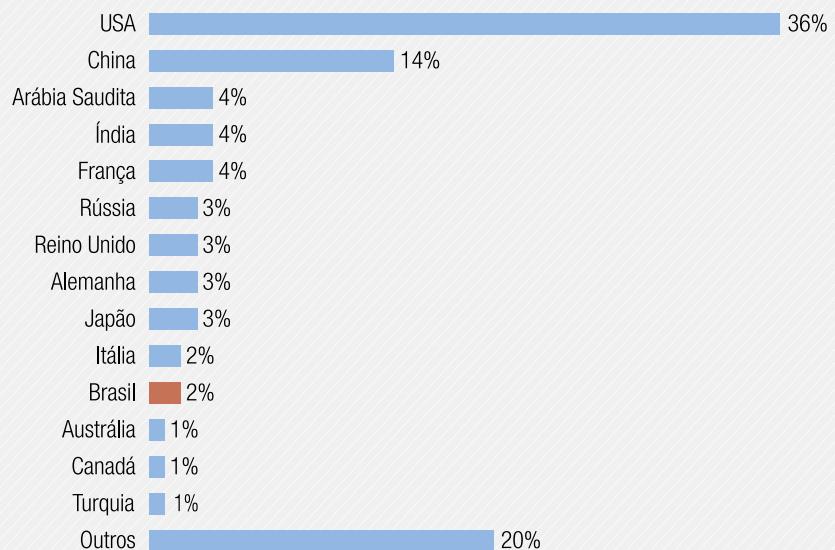
Nas comparações apresentadas, as informações sobre os investimentos em Defesa tomaram por base dados divulgados pelo Banco Mundial e têm por finalidade mostrar a posição que o Brasil ocupa em comparação com outros países do mundo e da América Latina.

Em 2018, o investimento total em Defesa foi

de 1,8 trilhão de dólares, considerando-se os países de todo o mundo. Nessa comparação, o Brasil ocupou a décima segunda colocação, num total de 17 países com o maior volume de investimentos neste setor.

Os investimentos dos Estados Unidos da América representam mais de um terço do total investido em Defesa em todo o mundo. A China também se destaca nesse setor, ocupando a segunda posição no ranking. O valor investido pelo Brasil representa, apenas, 2% do total.

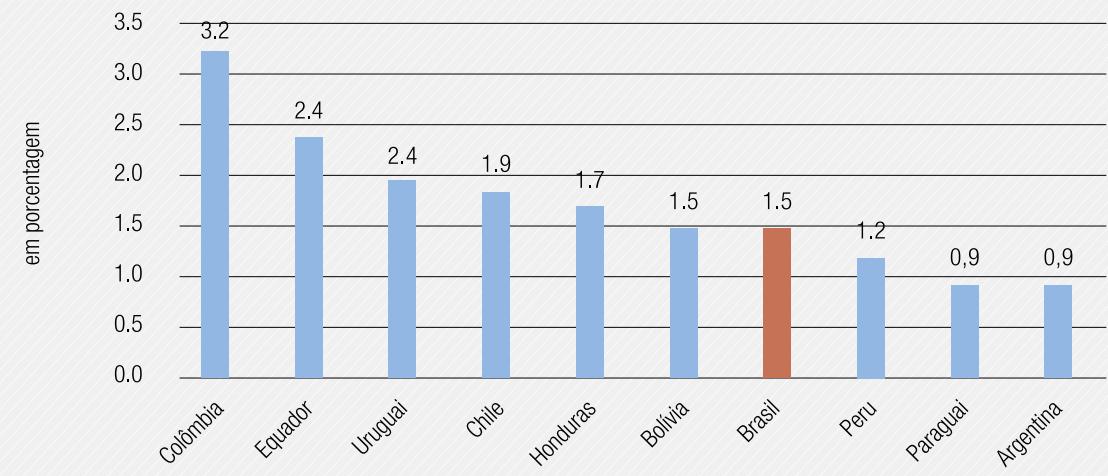
PROPORÇÃO DOS GASTOS COM DEFESA NO MUNDO – 2018



Fonte: The World Bank, outubro de 2018
Os valores informados incluem os gastos com pessoal.

Analisando o rol dos países da América Latina com maior percentual do PIB investido no Setor de Defesa, em 2018, o Brasil ocupou o sétimo lugar no ranking. Colômbia, Equador e Uruguai ocupam as três primeiras posições, respectivamente.

COMPARAÇÃO DOS GASTOS DE DEFESA EM RELAÇÃO AO PIB DE PAÍSES DA AMÉRICA LATINA - 2018 (%)



Fonte: The World Bank, outubro de 2018

Observações:

1 - Os valores informados incluem os gastos com pessoal.
2- Cuba e Venezuela não constam da série porque não informaram o percentual de 2018.
3 - Os demais países da América Latina investiram percentuais iguais ou inferiores a 0,6% do PIB em Defesa.

ANEXOS

PESSOAL

QUANTITATIVOS DE MILITARES EM 2019				
CLASSIFICAÇÃO	MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA	TOTAL
Oficiais	11.444	28.530	11.375	51.349
Praças	62.426	181.673	52.904	297.003
Cabos	14.551	26.512	4.467	45.530
Marinheiros/ Soldados	17.207	108.832	22.481	148.520
TOTAL	73.870	210.203	64.279	348.352

Observações: Quantitativos não consideram praças especiais.
Quantitativos para praças incluem todas as praças, sendo que cabos e soldados estão destacados.

QUANTITATIVOS DE MILITARES EM 2019 POR LOCALIZAÇÃO		
LOCALIZAÇÃO	EXISTENTE	% DO TOTAL
Marinha		
1º Distrito Naval (1º DN)	50.951	68,97
2º Distrito Naval (2º DN)	2.761	3,74
3º Distrito Naval (3º DN)	3.697	5,00
4º Distrito Naval (4º DN)	3.471	4,70
5º Distrito Naval (5º DN)	2.494	3,38
6º Distrito Naval (6º DN)	1.963	2,66
7º Distrito Naval (7º DN)	3.525	4,77
8º Distrito Naval (8º DN)	2.058	2,79
9º Distrito Naval (9º DN)	2.950	3,99
Total	73.870	100%

QUANTITATIVOS DE MILITARES EM 2019 POR LOCALIZAÇÃO		
LOCALIZAÇÃO	EXISTENTE	% DO TOTAL
Exército		
Comando Militar da Amazônia (CMA)	20.259	9,64
Comando Militar do Norte (CMN)	9.440	4,49
Comando Militar do Leste (CML)	48.117	22,90
Comando Militar do Nordeste (CMNE)	24.486	11,65
Comando Militar do Oeste (CMO)	14.760	7,02
Comando Militar do Planalto (CMP)	25.653	12,20
Comando Militar do Sul (CMS)	49.740	23,66
Comando Militar do Sudeste (CMSE)	17.748	8,44
Total	210.203	100,00

QUANTITATIVOS DE MILITARES EM 2019 POR LOCALIZAÇÃO		
LOCALIZAÇÃO	EXISTENTE	% DO TOTAL
Força Aérea		
Centro Oeste	10.579	16,46
Norte	8.182	12,73
Nordeste	8.249	12,83
Sul	6.245	9,72
Sudeste	31.024	48,26
Total	64.279	100,00

QUANTITATIVOS DE MILITARES EM 2019 EM MISSÕES DE PAZ			
PAÍS	MISSÃO	FUNÇÃO	QUANTITATIVO
CHIPRE	UNFICYP	STAFF OFFICER	1
		OBSERVADOR MILITAR	1
DARFUR	UNAMID	STAFF OFFICER	1
REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DO CONGO	MONUSCO	FORCE COMMANDER	1
		OBSERVADOR MILITAR	1
		STAFF DO FORCE COMMANDER	7
SAARA OCIDENTAL	MINURSO	OBSERVADOR MILITAR	9
SUDÃO DO SUL	UNMISS	OBSERVADOR MILITAR	3
		STAFF OFFICER	8
SUDÃO	UNISFA	OBSERVADOR MILITAR	1
LÍBANO	UNIFIL	SECONDMENT	1
		STAFF OFFICER	3
		STAFF OFFICER BDA. ESPANHOLA	7
	FTM-UNIFIL	FTM COMMANDER	1
		STAFF OFFICER	12
		FRAGATA LIBERAL	200
		NSE - STAFF OFFICER	1
REPÚBLICA CENTRO AFRICANA	MINUSCA	STAFF OFFICER	6
		OBSERVADOR MILITAR	4
GUINÉ-BISSAU	UNIOGIBS	STAFF OFFICER	1
YEMEN	UNMHA	OBSERVADOR MILITAR	1
TOTAL DE MILITARES EM MISSÕES DA ONU		270	

Fonte: Chefia de Operações Conjuntas (CHOC/EMCFA-MD) – INFORMAÇÕES CONSOLIDADAS ATÉ 03.SET.2019.

QUANTITATIVOS DE ADIDOS MILITARES NO EXTERIOR EM 2019	
MILITAR	EXISTENTE
Adidos	77
Adidos Adjuntos	9
Adidos Auxiliares	76
Subtotal	162
Representantes em Organismos Internacionais e seus auxiliares	88
Total	250

CARREIRAS/ PLANOS	MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA	CENSIPAM	ESG	HFA	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL	TOTAL
Plano Geral de Cargos do Poder Executivo	1.955	3.165	1.453	-	14	204	70	6.861
Carreira de Tecnologia Militar	1.559	659	282	-	-	-	-	2.500
Carreiras de Ciência e Tecnologia	243	209	1.341	45	-	-	-	1.838
Plano de Carreiras do HFA	-	-	-	-	-	1.212	-	1.212
Carreira do Ensino Básico, Técnico e Tecnológico – EBTT	102	702	281	-	-	-	-	1.085
Carreira do Magistério Superior	125	86	259	-	15	-	-	485
Grupo Defesa Aérea e Controle do Tráfego Aéreo	-	-	321	-	-	-	-	321
Emprego Público	2	-	35	-	-	169	-	206
Tribunal Marítimo (Juiz)	7	-	-	-	-	-	-	7
Total	3.993	4.821	3.972	45	29	1.585	70	14.515

Fonte: DW-Pessoal, base de dados do SIAPE, Ago-2019.

ORÇAMENTO DA DEFESA

DOTAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS (VALORES CONSTANTES – R\$ BILHÕES)		
ANO	NORMATIVO	
	PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA	LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
2010	92,85	94,17
2011	90,14	91,90
2012	90,46	92,00
2013	88,73	90,67
2014	91,65	93,07
2015	90,88	94,08
2016	87,60	87,03
2017	97,51	99,08
2018	101,06	102,87
2019	107,03	107,72

Fonte: SIOP-BI, posição dezembro 2019
Valores atualizados pelo IPCA médio de 2019

ANO	UNIDADE				
	ADM. CENTRAL MD	MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA	TOTAL
2010	2,63	26,42	41,16	23,57	93,77
2011	219	25,05	41,47	23,21	91,92
2012	2,85	25,47	40,12	22,92	91,36
2013	2,85	26,5	41,18	23,75	94,29
2014	2,19	26,53	42,3	24,4	95,92
2015	2,19	25,15	41,76	24,76	93,86
2016	2,06	23,66	40,49	22,83	89,05
2017	1,47	26,71	44,28	24,47	96,93
2018	1,82	30,69	46,31	25,76	104,57
2019	1,64	35,01	48,19	26,65	111,49

Fonte: SIOP-BI, posição dezembro 2019
Valores atualizados pelo IPCA médio de 2019

ANO	UNIDADE				
	PESSOAL	CUSTEIO	INVESTIMENTOS	DÍVIDA	TOTAL
2010	70,00	11,11	12,25	0,41	93,77
2011	69,63	11,94	9,46	0,89	91,92
2012	67,12	11,46	11,58	1,21	91,36
2013	68,54	12,50	11,54	1,71	94,29
2014	69,90	13,73	10,11	2,17	95,92
2015	71,00	12,07	8,38	2,41	93,86
2016	68,26	11,89	7,18	1,72	89,05
2017	73,90	12,44	8,94	1,65	96,93
2018	77,69	13,04	11,97	1,89	104,57
2019	81,10	13,71	14,80	1,88	111,49

Fonte: SIOP-BI, posição dezembro 2019
Valores atualizados pelo IPCA médio de 2019

DESPESA EMPENHADA POR COMANDO MILITAR (VALORES CONSTANTES – R\$ BILHÕES)						
ANO	UNIDADE					
	ADM. CENTRAL	MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA	TOTAL	
2010	0,58	17,96	35,60	15,85	70,00	
2011	0,38	17,85	35,23	16,16	69,63	
2012	0,27	11,49	33,90	15,46	67,12	
2013	0,28	18,12	34,31	15,82	68,54	
2014	0,29	18,46	34,94	16,23	69,90	
2015	0,27	18,86	35,44	16,42	71,00	
2016	0,26	18,15	34,10	15,74	68,26	
2017	0,27	19,69	36,96	17,00	73,90	
2018	0,26	20,78	38,80	17,85	77,69	
2019	0,26	21,73	40,50	18,61	81,10	

Fonte: SIOP-BI, posição dezembro 2019
Valores atualizados pelo IPCA médio de 2019

DESPESA EMPENHADA - CUSTEIO POR COMANDO MILITAR (VALORES CONSTANTES – R\$ BILHÕES)						
ANO	UNIDADE					
	ADM. CENTRAL	MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA	TOTAL	
2010	0,98	2,25	4,35	3,52	11,11	
2011	1,23	2,54	4,60	3,57	11,94	
2012	0,81	2,59	4,47	3,59	11,46	
2013	0,99	2,57	4,96	3,98	12,50	
2014	0,90	3,05	5,52	4,25	13,73	
2015	0,74	2,66	5,17	3,50	12,07	
2016	0,87	2,60	5,15	3,27	11,89	
2017	0,52	3,01	5,57	3,33	12,44	
2018	0,76	2,72	5,81	3,76	13,04	
2019	0,73	2,99	6,01	3,97	13,71	

Fonte: SIOP-BI, posição dezembro 2019
Valores atualizados pelo IPCA médio de 2019

DESPESA EMPENHADA - DÍVIDA INTERNA E EXTERNA (VALORES CONSTANTES – R\$ BILHÕES)			
ANO	UNIDADE		
	MARINHA	AERONÁUTICA	TOTAL GERAL
2010	0,08	0,33	0,41
2011	0,41	0,48	0,89
2012	0,70	0,51	1,21
2013	1,03	0,68	1,71
2014	1,32	0,86	2,17
2015	1,49	0,92	2,41
2016	1,13	0,60	1,72
2017	1,02	0,64	1,65
2018	1,07	0,82	1,89
2019	1,00	0,88	1,88

Fonte: SIOP-BI, posição dezembro 2019
Valores atualizados pelo IPCA médio de 2019

DESPESA EMPENHADA COM INVESTIMENTOS POR COMANDO MILITAR (VALORES CONSTANTES – RS BILHÕES)						
ANO	UNIDADE					
	ADM. CENTRAL	MARINHA	EXÉRCITO	AERONÁUTICA	TOTAL	
2010	1,06	6,12	1,20	3,86	12,25	
2011	0,58	4,25	1,64	3,00	9,46	
2012	1,77	4,70	1,76	3,36	11,58	
2013	1,58	4,78	1,90	3,27	11,54	
2014	1,50	3,71	1,84	3,06	10,11	
2015	1,17	2,14	1,15	3,92	8,38	
2016	0,93	1,77	1,24	3,23	7,18	
2017	0,69	2,99	1,76	3,50	8,94	
2018	0,80	6,13	1,70	3,34	11,97	
2019	0,65	9,28	1,67	3,19	14,80	

Fonte: SIOP-BI, posição dezembro 2019
Valores atualizados pelo IPCA médio de 2019

GLOSSÁRIO

A

Agência – organização, instituição ou entidade fundamentada em instrumentos legais e/ou normativos que tem competências específicas, podendo ser governamental ou não, militar ou civil, pública ou privada, nacional ou internacional.

Agência Brasileiro-Argentina de Contabilidade e Controle de Materiais Nucleares (ABACC) – é um organismo internacional independente, criado pelos governos do Brasil e da Argentina, responsável por verificar o uso pacífico de material nuclear que pode ser utilizado, direta ou indiretamente, na fabricação de armas nucleares.

Águas Jurisdicionais Brasileiras – compreendem as águas interiores e os espaços marítimos nos quais o Brasil exerce jurisdição, em algum grau, sobre atividades, pessoas, instalações, embarcações e recursos naturais vivos e não vivos, encontrados na massa líquida, no leito ou no subsolo marinho, para os fins de controle e fiscalização, dentro dos limites da legislação internacional e nacional. Esses espaços marítimos compreendem a faixa de 200 milhas marítimas contadas a partir das linhas de base, acrescida das águas sobrejacentes à extensão da Plataforma Continental além das 200 milhas marítimas, onde ela ocorrer.

Amazônia Azul® – denominação dada à região que compreende a superfície do mar, águas sobrejacentes ao leito do mar, solo

e subsolo marinhos contidos na extensão atlântica que se projeta a partir do litoral até o limite exterior da Plataforma Continental brasileira. Ela deve ser interpretada sob quatro vertentes: econômica, científica, ambiental e da soberania.

B

Base Industrial de Defesa (BID) – órgãos e entidades da administração pública direta e indireta e pessoas jurídicas de direito privado que realizem ou conduzam pesquisas, projetos, desenvolvimento, industrialização, produção, reparo, conservação, revisão, conversão, modernização, manutenção ou desativação de Produtos de Defesa – PRODE ou Sistemas de Defesa em território nacional.

C

Capacidade de Coordenação e Controle – capacidade que tem como objetivo permitir, em quaisquer circunstâncias, a coordenação entre diversos órgãos governamentais, e tem como fundamento o domínio e a integridade do tráfego de informações.

Capacidade de Dissuasão – condições que possui a Nação de aplicar o Poder Nacional, principalmente suas capacidades de Proteção e de Pronta-resposta, no caso de eventuais ações hostis contra a soberania e os legítimos interesses do Brasil. Configura-se como fator essencial para a Defesa Nacional, na medida em que tem como

propósito desestimular possíveis agressões.

Capacidade de Gestão da Informação – capacidade que visa garantir a obtenção, produção e difusão de conhecimentos necessários à coordenação e ao controle dos meios de que dispõe a Nação, proporcionando aos tomadores de decisão e aos responsáveis pela Defesa Nacional, em todos os escalões, o acesso a conhecimentos necessários ao processo decisório.

Capacidade de Mobilidade Estratégica – é à condição de que dispõe a infraestrutura logística de transporte do País, de capacidade multimodal e de meios de transporte, que permitam às Forças Armadas deslocar-se, rapidamente, para a área de emprego, no território nacional ou no exterior, quando assim impuser a defesa dos interesses nacionais.

Capacidade de Mobilização – é a capacidade que tem como objetivo incrementar a eficácia do emprego das Forças Armadas.

Capacidade de Pronta-Resposta – é a capacidade de empregar o Poder Nacional em resposta a ameaças manifestas. Visa prevenir o agravamento de uma situação de crise ou encerrar uma contenda deflagrada, a fim de evitar o engajamento do País em um conflito prolongado.

Capacidade de Proteção – exprime o mais relevante objetivo nacional, o de garantir a soberania, o patrimônio nacional e a integridade territorial. Assim, importa dotar a Nação

da capacidade de resposta em situações excepcionais, preservando-se o funcionamento normal das funções vitais do Estado.

Capacidade Logística - capacidade que têm as Forças Armadas de desenvolver um conjunto de medidas para prever e prover na qualidade, na quantidade e na oportunidade, os recursos humanos, o material e os serviços necessários ao seu preparo e emprego.

Capacidades Nacionais de Defesa – capacidades que o País dispõe para gerar efeito dissuasório e respaldar a preservação dos interesses nacionais, compatível com sua estatura político-estratégica e com as atribuições de defesa do território, das águas jurisdicionais, da plataforma continental e do espaço aéreo brasileiros. São compostas por diferentes parcelas das expressões do Poder Nacional e implementadas por intermédio da participação coordenada e sinérgica de órgãos governamentais e, quando pertinente, de entes privados orientados para a defesa em seu sentido mais amplo.

Conselho Militar de Defesa (CMiD) – o Conselho Militar de Defesa (CMiD) é composto pelos Comandantes da Marinha, do Exército e da Aeronáutica e pelo Chefe do Estado-Maior Conjunto das Forças Armadas. Compete ao Conselho, como parte da Estrutura Militar de Defesa, o assessoramento ao Presidente da República no que tange ao emprego de meios militares e o assessoramento ao Ministro da Defesa, nas competências previstas no inciso III, do art. 3º, do Decreto nº 7.276 de 25 de agosto de 2010. Quando assessorando o

Presidente da República, no que concerne ao emprego de meios militares, é presidido pelo Ministro da Defesa.

Contingenciamento – restrição de gastos previstos no orçamento anual imposta por decreto presidencial às unidades executoras das programações. Enquanto os valores estiverem contingenciados, não poderá haver contratação de qualquer serviço ou compra de produtos com esses recursos.

Convenção das Nações Unidas sobre o Direito do Mar (CNUDM) – a CNUDM estabeleceu um mar territorial (MT) de 12 milhas náuticas (22 km), contadas a partir de uma linha de base no continente; uma zona contígua (ZC), adjacente ao MT, que se estende das 12 até as 24 milhas náuticas; e uma zona econômica exclusiva (ZEE), faixa de 188 milhas náuticas, adjacente ao mar territorial (incluindo a ZC). A CNUDM estabeleceu, ainda, que os Estados poderão pleitear aumento de suas plataformas continentais, caso cumpram determinados critérios técnicos, até uma extensão máxima de 350 milhas náuticas (648 km) ou a uma distância que não exceda 100 milhas marítimas da isóbata de 2.500 metros (linha que une as profundidades de 2.500 metros). Internamente, em 1993, o Brasil adotou as resoluções da CNUDM de 1982 e 1988, mas, somente em 1994, com a ratificação do 60º país, a CNUDM entrou em vigor.

D

Defesa Nacional – conjunto de atitudes,

medidas e ações do Estado para a defesa do Território Nacional, da soberania e dos interesses nacionais contra ameaças preponderantemente externas, potenciais ou manifestas.

Desmobilização Nacional – é considerada como o conjunto de atividades planejadas, orientadas e empreendidas pelo Estado, com vistas ao retorno gradativo do País à situação de normalidade, quando cessados ou reduzidos os motivos determinantes da execução da Mobilização Nacional (Art. 2º da Lei nº 11.631, de 27 de dezembro de 2007).

E

Elasticidade das Forças Armadas – capacidade de aumentar rapidamente o dimensionamento das Forças militares quando as circunstâncias o exigirem, mobilizando em grande escala os recursos humanos e materiais do País.

Estado-Nação – território delimitado composto por um governo e uma população de composição étnico-cultural coesa.

Estatura político-estratégica – conjunto de atributos de uma nação que são percebidos e reconhecidos pelas demais nações e que definem o nível relativo de sua participação e influência no contexto internacional.

Estruturas estratégicas – instalações, serviços, bens e sistemas cuja interrupção ou destruição, total ou parcial, provoca sério

impacto no plano social, econômico, político, ambiental e internacional ou na segurança do Estado e da sociedade.

Execução orçamentária – utilização dos créditos consignados no orçamento geral da União e nos créditos adicionais, visando à realização dos subprojetos e/ou subatividades atribuídos às unidades orçamentárias.

F

Força Singular – designação genérica de uma das Forças Armadas: Marinha, Exército e Aeronáutica.

Fórum IBAS – iniciativa trilateral entre Índia, Brasil e África do Sul, desenvolvida no intuito de promover a cooperação Sul-Sul. Estabelecido em junho de 2003, o IBAS abre-se igualmente a projetos concretos de cooperação e parceria com países com menor grau de desenvolvimento.

G

G-20 comercial – grupo de países em desenvolvimento que representa 60% da população rural, 21% da produção agrícola, 26% das exportações e 18% das importações mundiais. O agrupamento é composto por 23 países de três continentes – África do Sul, Argentina, Bolívia, Brasil, Chile, China, Cuba, Egito, Equador, Filipinas, Guatemala, México, Índia, Indonésia, Nigéria, Paquistão, Peru, Paraguai, Tailândia, Tanzânia, Uruguai,

Venezuela e Zimbábue – e defende o cumprimento, de forma ambiciosa, dos três pilares do mandato agrícola da Rodada Doha, quais sejam, acesso a mercados (redução de tarifas), eliminação dos subsídios à exportação e redução dos subsídios de apoio interno (mormente à produção).

G-20 financeiro – grupo estabelecido em 1999 com o objetivo de reunir países desenvolvidos e países em desenvolvimento sistematicamente mais importantes, tendo em vista a cooperação em temas econômicos e financeiros. São membros do G-20: África do Sul, Alemanha, Arábia Saudita, Argentina, Austrália, Brasil, Canadá, China, Coreia do Sul, Estados Unidos, França, Índia, Indonésia, Itália, Japão, México, Reino Unido, Rússia, Turquia, União Europeia (Comissão Europeia e Presidência do Conselho Europeu). Os membros do G-20 debatem propostas de novos modelos de crescimento e de estabilidade econômica, com vistas a corrigir os grandes desequilíbrios macroeconômicos internacionais. A intensificação da coordenação e da troca de informações sobre as gestões macroeconômicas nacionais resultará em uma economia internacional mais estável e previsível.

I

Ilícitos transnacionais – ilícitos divididos em dois grandes campos: o dos crimes contra a pessoa, compreendendo o narcotráfico, o tráfico de armas e munições, o tráfico de pessoas e o contrabando de

migrantes; e o dos crimes financeiros, como a lavagem de dinheiro e a corrupção. Destaca-se, ainda, o crime cibernético, como manifestação da abrangência global e da crescente complexidade técnica das atividades delitivas.

Interoperabilidade – capacidade das forças militares nacionais ou aliadas de operar efetivamente, de acordo com a estrutura de comando estabelecida, na execução de uma missão de natureza estratégica ou tática, de combate ou logística, em adestramento ou instrução.

J

Junta Interamericana de Defesa – é uma organização internacional composta por representantes civis e militares que presta à Organização dos Estados Americanos (OEA) e seus Estados Membros serviços de assessoramento técnico, consultivo e educativo em assuntos militares e de defesa, inerentes ao hemisfério americano, a fim de contribuir com a Carta da OEA.

L

Logística Nacional – é entendida como o conjunto de atividades relativas à previsão e a provisão dos recursos necessários à realização das ações decorrentes da Estratégia Nacional de Defesa (Art. 2º do Decreto nº 6.592, de 02 de outubro de 2008).

M

Mobilização Nacional – é a medida decretada pelo Presidente da República, em caso de agressão estrangeira, para obtenção imediata de recursos e meios para a implementação das ações que a Logística Nacional não possa suprir, segundo os procedimentos habituais, bem como de outras necessidades (Art. 2º do Decreto nº 6.592, de 02 de outubro de 2008).

O

Objetivos Nacionais de Defesa – são condições a serem alcançadas e mantidas, permanentemente, pela nação brasileira, a fim de assegurar a Defesa Nacional, por meio de um esforço integrado de toda nação brasileira.

Operação Conjunta – operação que envolve o emprego coordenado de elementos de mais de uma força singular, com propósitos interdependentes ou complementares, mediante a constituição de um Comando Conjunto.

Operações de Manutenção da Paz – operação de paz que se desenvolve por meio de contingente de Forças Navais, Terrestres e Aéreas, proporcionadas por Estados-membros, para colaborar com a manutenção da paz e a segurança internacionais.

Operações Interagências – são as que envolvem uma ou mais Forças Armadas e agências, com a finalidade de conciliar

interesses e coordenar esforços para a consecução de objetivos ou propósitos convergentes que atendam ao bem comum, evitando a duplicidade de ações, dispersão de recursos e a divergência de soluções com eficiência, eficácia, efetividade e economicidade.

P

Poder Nacional – é a capacidade que tem a Nação para alcançar e manter os objetivos nacionais, em conformidade com a vontade nacional. Se manifesta em cinco expressões: política, econômica, psicossocial, militar e científico-tecnológica.

S

Segurança Nacional – é a sensação de garantia para a Nação da conquista e manutenção dos seus objetivos fundamentais, proporcionada pela aplicação do Poder Nacional. Permite a preservação da soberania e da integridade territorial, a realização dos interesses nacionais, a despeito de pressões e ameaças de qualquer natureza, e a garantia aos cidadãos do exercício dos direitos e deveres constitucionais.

Soberania – manutenção da intangibilidade da Nação, assegurada a capacidade de autodeterminação e de convivência com as demais nações em termos de igualdade de direitos, não aceitando qualquer forma de intervenção em seus assuntos internos, nem

participação em atos dessa natureza em relação a outras nações.

T

Tecnologia dual – refere-se a descobertas inicialmente destinadas a aplicações na área militar, tendo sua base tecnológica aproveitada para utilizações na área civil.

Tecnologia militar – conjunto de conhecimentos científicos, empíricos, intuitivos, além de habilidades, experiências e organização, requeridos para produzir, disponibilizar e empregar bens e serviços para fins bélicos.

Tratado da Antártida – tratado assinado em 1º de dezembro de 1959, como resultado da Conferência de Washington, em vigor desde 23 de junho de 1961. A adoção do Tratado da Antártida somente foi possível por meio da desmilitarização do continente e da hábil solução encontrada em seu art. 4º para os questionamentos territoriais. A partir de um acordo essencialmente motivado por questões estratégicas e de segurança, foi possível, ao longo dos anos, desenvolver uma rede de normas e de convenções internacionais para o aproveitamento e a conservação dos recursos naturais. Foi possível, também, por meio do Protocolo de Madri, desenvolver amplo regime de proteção ambiental, que declara a Antártida como “reserva natural, dedicada à paz e à ciência”. Um dos maiores méritos do tratado, que reflete muito bem sua importância

histórica, foi a criação de um espaço de paz e de cooperação voltado para a pesquisa científica, exemplo único de interação entre os Estados.

Tratado de Não Proliferação de Armas Nucleares – foi assinado em 1º de julho de 1968 e entrou em vigor internacionalmente em 5 de março de 1970. O Brasil aderiu ao Tratado em 18 de setembro de 1998, sendo promulgado pelo Decreto nº 2.864 de 7 de dezembro de 1998. O Decreto Legislativo nº 65 de 2 de julho de 1998, que aprovou o texto do TNP com vistas à adesão pelo Governo brasileiro, destacou em seu artigo 2º que a “adesão do Brasil ao presente tratado está vinculada ao entendimento de que, nos termos do artigo VI, serão tomadas medidas efetivas visando à cessação, em data próxima, da corrida armamentista nuclear, com a completa eliminação de todas as armas atômicas”.

Tratado de Tlatelolco – é o nome convencionalmente dado ao Tratado para a Proibição de Armas Nucleares na América Latina e no Caribe, aberto para assinatura em fevereiro de 1967 na cidade do México. Entrou em vigor em outubro de 2002, tendo sido assinado e ratificado por todas as 33 nações da América Latina e do Caribe. Foi assinado pelo Brasil em 1967 e incorporado ao ordenamento jurídico do País, na sua totalidade, pelo Decreto nº 1.246/1994. Sob o Tratado, os Estados concordam em proibir e prevenir “teste, uso, manufatura, produção

ou aquisição por qualquer modo de quaisquer armas nucleares”, além de “receber, guardar, instalar, movimentar ou qualquer forma de posse de qualquer arma nuclear.

Z

Zona de Paz e Cooperação do Atlântico Sul (ZOPACAS)

Sul (ZOPACAS) – foi estabelecida em 1986, por meio da Resolução nº 4, de 2011, da Assembleia Geral das Nações Unidas. É o principal foro para o tratamento de temas relativos à segurança do Atlântico Sul. Trata-se de uma iniciativa que busca articular ações em benefício da paz, da estabilidade e do desenvolvimento sustentável do Atlântico Sul, por meio do fortalecimento da coordenação e da cooperação entre seus Estados-membros. Além de seu componente geopolítico, a ZOPACAS inclui, compromissos com a conservação do meio ambiente marinho e a promoção do desenvolvimento sustentável.